

*Escravidão antiga
e ideologia moderna*

Moses I. Finley



graal

Escrever história não é, de forma alguma, uma atividade neutra e completamente objetiva. É o que demonstra o primeiro ensaio deste livro, uma meticulosa revisão das obras dos historiadores modernos sobre Grécia e Roma que desvenda as ideologias subjacentes às suas interpretações do escravismo na Antiguidade.

Mas esse ensaio erudito e iluminador é apenas o aperitivo para os três capítulos seguintes, que promovem uma discussão detalhada do conceito de escravidão, fazendo uma distinção entre sociedades essencialmente escravistas — Grécia e Roma, na Antiguidade, Estados Unidos, Caribe e Brasil, nos tempos modernos — e sociedades em que apenas há escravos. Sir Moses Finley estabelece as três condições básicas da emergência da sociedade escravista antiga: a propriedade privada da terra, o desenvolvimento suficiente da produção de mercadorias e do mercado e a não existência de um suprimento de mão-de-obra alternativa. Estuda também questões como o espancamento e a tortura de cativos, as revoltas e fugas, e discute a "psicologia" do escravo e as ambigüidades inerentes à escravidão. Por fim, o autor examina as condições do declínio do escravismo, em páginas de grande rigor histórico.

Para o leitor brasileiro, cuja pátria teve a duvidosa honra de pertencer ao clube seletto das sociedades escravistas, *Escravidão antiga e ideologia moderna* é obra que provoca reflexões frutíferas sobre sua própria história.

ESCRAVIDÃO ANTIGA
E IDEOLOGIA MODERNA



MOSES. I. FINLEY

ESCRAVIDÃO ANTIGA
E IDEOLOGIA MODERNA

TRADUÇÃO DE
NORBERTO LUIZ GUARINELLO

graal

3ap
4
© The Master and Fellows of Darwin College in the University
Cambridge 1980. Published by arrangement with Chatto & Windus
Ltd., Londres

Traduzido do original em inglês *Ancient Slavery and Modern Ideology*
Capa Pinky Wainer
Copydesk Ana Maria O. M. Barbosa
Revisão Victor E. Pizzarro

Dados de catalogação da Publicação Internacional (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Finley, Moses I., 1912-

Escravidão antiga e ideologia moderna / M. I. Finley ;
tradução de Norberto Luiz Guarinello. — Rio de Janeiro :
Graal, 1991.

Bibliografia.

1. Escravidão — Grécia 2. Escravidão — Roma I.
Título

91-2115

CDD-305.560938
-305.560937

Índices para catálogo sistemático:

1. Grécia antiga : Escravidão : Sociologia 305.560938
2. Roma antiga : Escravidão : Sociologia 305.560937

Direitos adquiridos por
EDIÇÕES GRAAL Ltda.
Rua Hermenegildo de Barros, 31 A
Glória, Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 252-8582
que se reserva a propriedade desta tradução.

1991

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

A
Jean-Pierre Vernant
e
Pierre Vidal-Naquet

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	11
I. Escravidão antiga e ideologia moderna	13
II. O surgimento de uma sociedade escravista	69
III. Escravidão e humanidade	97
IV. O declínio da escravidão antiga	129
<i>Notas</i>	157
<i>Bibliografia</i>	191
<i>Índice remissivo</i>	201

PREFÁCIO

Embora a maioria das sociedades humanas, até onde possuímos registros, tenha explorado escravos, houve apenas cinco genuinamente escravistas, duas delas na Antiguidade: a Grécia clássica e a Itália clássica. Este livro é sobre essas duas sociedades, vistas não isoladamente mas, na medida em que for interessante, comparando-as com as outras três (todas no Novo Mundo). Examinarei como as antigas sociedades escravistas surgiram e como se transformaram no longo processo que deu origem ao feudalismo medieval; como a escravidão funcionava no contexto da economia e dos sistemas políticos da Antiguidade; como era vista social e moralmente; o que os historiadores modernos fizeram da escravidão antiga e por quê. Esses tópicos estão totalmente interligados: o livro não se organiza segundo linhas cronológicas convencionais, mas trata de quatro grandes temas, um de cada vez. Em outras palavras, embora esta pesquisa seja tanto histórica como historiográfica, seus capítulos não constituem uma história da escravidão antiga.

Nos últimos 25 anos, o estudo da escravidão nos Estados Unidos, no Caribe e no Brasil alcançou uma intensidade sem precedentes. O debate tem sido freqüentemente árduo, adquirindo caráter público, e não meramente acadêmico. O motivo é claro: a escravidão moderna foi uma escravidão de homens negros. Desta forma, não pode ser discutida com seriedade sem que sejam envolvidas as tensões raciais e sociais da atualidade. A antiga escravidão greco-romana não possui, obviamente, um significado imediato como esse. Contudo, outras considerações ideológicas, contemporâneas,

atuam nesse campo aparentemente remoto dos estudos históricos — no sentido de estarem subjacentes, e mesmo de dirigirem o que freqüentemente parece ser uma narrativa puramente “factual” e “objetiva”. Por essa razão, também neste campo são profundas as discordâncias, e polêmicas as controvérsias. Acredito que um relato completo e aberto de como surgiu o interesse moderno pela escravidão antiga é primordial para se analisar com solidez essa instituição. Assim, começo abordando esse tema. Ele reaparecerá, depois, nos capítulos subseqüentes, acima de tudo como contraponto às minhas próprias opiniões sobre o assunto em questão.

O núcleo do livro consiste em quatro conferências que tive a honra de proferir no Collège de France em novembro e dezembro de 1978. O convite proporcionou-me a bem-vinda oportunidade de discorrer a respeito de um tema sobre o qual há muito tempo venho refletindo. Meu interesse pela escravidão antiga começou no início dos anos 30, quando era estudante de pós-graduação na Universidade de Colúmbia, sob a orientação de W. L. Westermann, e tenho escrito e falado especificamente sobre esse tema nos últimos vinte anos. Acumulei muitas dívidas no curso desses anos, mas aqui devo restringir-me a agradecer a John Dunn, Peter Garnsey, Keith Hopkins, Orlando Patterson, Elisabeth Sifton e C. R. Whittaker, que gentilmente leram o rascunho deste trabalho; Yvon Garlan, Elio LoCascio, Dieter Metzler, Pierre Vidal-Naquet e minha esposa, que leram capítulos isolados ou auxiliaram de outras formas. Sou muito grato a Douglas Matthews pela preparação do índice remissivo.

M.I.F.

Darwin College, Cambridge
Outubro de 1979

ESCRAVIDÃO ANTIGA E IDEOLOGIA MODERNA

O grande número de estudos sobre a história da escravidão e as violentas polêmicas levantadas são características marcantes da historiografia contemporânea. No caso da escravidão americana isso é facilmente compreensível: foi uma escravidão de negros, e mesmo um estudo “puramente histórico” de uma instituição morta há mais de um século não pode deixar de se envolver nas prementes tensões contemporâneas entre brancos e negros. Um observador notou recentemente, com muita mordacidade, que, em função das “exigências dos tempos”, cada “nova interpretação da escravidão declara-se mais anti-racista que a anterior”.¹ Preocupações semelhantes são evidentes nos estudos sobre a escravidão no Caribe e no Brasil ou sobre o impacto do antigo tráfico de escravos na África. Mas não podem, obviamente, explicar por que a escravidão antiga está sendo submetida a uma investigação igualmente maciça e não muito menos acalorada. Ninguém hoje precisa envergonhar-se de que seus ancestrais gregos ou romanos fossem escravos. Tampouco existem males sociais ou políticos cuja culpa recaia sobre a escravidão antiga, não importa quão remotamente.

Devemos buscar outra explicação. Meu argumento é que esta encontra suas raízes profundas num grande conflito ideológico. Para os fins de nossa análise, podemos traçar uma distinção, grosseira e um pouco artificial, entre uma visão moralista ou espiritualista e uma visão sociológica do processo histórico. Tal distinção não pode, obviamente, ser mantida de forma rígida, nem pelo historiador nem pelo ativista: no debate sobre a abolição do tráfico de escravos

moderno, “é tão comum encontrarem-se humanitários empregando argumentos econômicos quanto ver seus oponentes usando argumentos humanitários”.² Minha distinção é, apesar disso, útil para meus propósitos, como ilustram as ênfases diferentes das seguintes citações, superficialmente semelhantes (ambas facilmente comparáveis com as de outros autores).

A primeira é de Arnold Heeren, historiador e filósofo em Göttingen, de extrema influência, que escreveu no início do século XIX: “... tudo que os modernos disseram sobre e contra a escravidão pode ser aplicado também aos gregos... Mas não se deve tentar negar o fato de que, sem o instrumento da escravidão, a cultura da classe dominante na Grécia não poderia jamais ter se tornado o que foi. Se os frutos que esta última produziu têm algum valor para o conjunto da humanidade civilizada, *então pode-se ao menos duvidar que o preço da introdução da escravidão tenha sido muito alto*” (grifo meu).³

A citação que contraponho a essa é do *Anti-Dühring*, de Engels: “Foi a escravidão que tornou possível, pela primeira vez, a divisão do trabalho entre agricultura e indústria em grande escala... Sem a escravidão não haveria Estado, arte ou ciência gregas; sem a escravidão, não haveria Império Romano. Sem o helenismo e o Império Romano como bases, tampouco haveria a Europa moderna... É simples atacar a escravidão em termos gerais e despejar um ódio altamente moral em tais infâmias... Mas isto em nada nos revela como surgiram tais instituições, por que existiram e que papel tiveram na história”.⁴

A abordagem moral e espiritualista tem dominado a discussão sobre a escravidão antiga desde o início do século XIX e quase monopolizou o estudo acadêmico (excetuando-se o antiquarismo “neutro”), tanto que a opinião geral, hoje, é que o interesse moderno pela escravidão antiga “despertou com a idéia de liberdade no século XVIII, com o início da moderna crítica social construtiva”,⁵ e que o clímax desse impulso inicial deu-se em 1847, com o aparecimento de *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité*, de Henri Wallon. Quando Wallon publicou seus três volumes, introduziu-os com um capítulo de 164 páginas sobre “A escravidão nas colô-

nias”. A razão era explicitada no curto prefácio: “Escravidão entre os antigos! Pode parecer estranho que alguém procure num passado tão remoto, quando a escravidão ainda existe entre nós. Tomando este caminho, não desvio, em absoluto, nossas mentes da questão colonial; pelo contrário, desejo fazê-las voltarem-se para ela e concentrá-las na busca de uma solução”.

A solução não poderia ter sido mais simples: abolição de uma instituição que era radicalmente não-cristã, que corrompia, da mesma forma, escravos e senhores e, portanto, o conjunto da sociedade. Em 1847, a abolicionismo era uma questão viva na Europa. Entretanto, por volta de 1879, quando Wallon publicou uma segunda edição, a escravidão tinha sido abolida em praticamente todas as colônias do Novo Mundo, e o abolicionismo tornara-se um tema do passado, um tema morto. Wallon, agora secretário permanente da Académie des Inscriptions et Belles Lettres, deão da Faculté des Lettres em Paris, e “Pai da Constituição”, decidiu reimprimir seu arcaico capítulo sobre as colônias, pois, como escreveu no novo prefácio, “pode dar uma idéia do regime colonial e da nossa opinião no momento exato em que o impasse foi resolvido, muito antes do que se poderia acreditar” — “graças a Deus”, acrescentou piamente.

A *Histoire* de Wallon permanece inigualada, por sua abrangência, pelo amplo uso das fontes literárias e jurídicas, da literatura patrística e (mais do que se lhe concede geralmente) das evidências registradas. Hoje, contudo, recebe apenas referências ocasionais, com uma ou duas observações pejorativas sobre o que Westermann chamou de “os preconceitos abolicionistas da época”. Sua “influência”, prossegue Westermann, “na consolidação da atual visão religiosa e moralista dessa instituição antiga foi, provavelmente, a mais perniciosa de todas, e a menos contestada”.⁶ Joseph Vogt evita o tom acusatório de Westermann, mas nas duas páginas que, segundo ele, dão “uma atenção especial a essa ilustre obra”, restringe-se quase inteiramente aos julgamentos de valor (que “necessitam revisão”) sobre as influências negativas da escravidão na sociedade e o papel saneador do cristianismo na sua extinção.⁷ Não preciso prosseguir com esta lista: baseando-se nesses comentários e resumos nin-

guém poderia imaginar o conteúdo dos três volumes de Wallon ou a magnitude de sua erudita contribuição. Ele próprio não estava errado quando escreveu, concluindo seu longo capítulo introdutório sobre a situação moderna: “Além disso, este livro não é um instrumento de defesa, mas uma história. Sem banir a questão moderna de minha mente, permaneci encarando o fato antigo” — dezenas de milhares de fatos, acrescentaria eu, sobre o tamanho da propriedade escrava, as fontes da escravidão, o preço e emprego de escravos, hilotas, manumissão e assim por diante.

Algumas coisas devem ser ditas sobre essa combinação de acusação e desprezo por Wallon. A primeira é que se trata de um fenômeno do século XX.⁸ A segunda é que, se é possível criticar ou discordar, legitimamente, das interpretações dos dados feitas por Wallon, é irrelevante a acusação de que ele teria distorcido ou omitido deliberadamente evidências, por sua fé cristã ou por seu fervor abolicionista. E a terceira é que esse antiwallonismo não reflete uma mudança na abordagem moral-espiritualista da história, mas resulta de uma alteração (e mesmo de um conflito) nos valores morais dos historiadores. Falando cruamente, o conflito se dá entre a visão de Heeren, segundo o qual a escravidão, embora um mal, não era um preço muito alto a pagar pelas supremas realizações culturais (e pelo legado) dos gregos, e a insistência de Wallon em afirmar que um mal, que violava tão exageradamente a essência do cristianismo, não podia ser defendido. Tais questões dificilmente foram colocadas de maneira tão clara, mas é fácil desemaranhá-las da complexa rede de sistemas de valores. Wallon tem sido acusado postumamente porque, embora um bom cristão, não poupou a tradição clássica e seus valores com quaisquer nuances suavizadoras. Assim como outros historiadores do século XX que, a partir de premissas diferentes, atribuíram o “declínio da Antiguidade” apenas à existência da escravidão.

Embora sustente que a ênfase em valores morais levou a uma distorção no estudo da escravidão antiga e nas narrativas historiográficas correntes sobre o assunto, desejo prosseguir um pouco mais no tema da relação entre cristianismo e escravidão antiga, porque esse tem sido um tema central

nos debates ideológicos sobre a escravidão na Antiguidade; na verdade, trata-se de um excelente exemplo do que ocorre quando o passado é invocado como testemunha em uma disputa moral ou teológica. Westermann, por exemplo, que era agnóstico, ou pelo menos descrente, fez seu ataque a Wallon em um capítulo polêmico, no qual não teve dificuldades em demolir a visão de que o cristianismo era o responsável, mesmo que por efeito retardado, pelo desaparecimento da escravidão. Num mundo sem ideologia, tal polêmica teria sido desnecessária: já tinha sido suscitada, quase um século antes, de forma mais extensa e perspicaz, por Franz Overbeck, um teólogo radical, amigo de Nietzsche e precursor de Karl Barth.⁹ Na verdade, já tinha sido suficientemente elaborada, em três ou quatro páginas, por John Millar em 1771.¹⁰ A posição foi sintetizada por Ernst Troeltsch há meio século: internamente, “a natureza da relação servil foi neutralizada pelas exigências do ideal. Externamente, entretanto, a escravidão era mera parte da lei geral da propriedade e da ordem do Estado, que o cristianismo aceitou e não tentou alterar; na verdade, fortaleceu-a efetivamente com suas garantias morais”.¹¹

O calor dos argumentos de Overbeck e o descomedimento de seu linguajar podem ser atribuídos ao fato de estar não apenas corrigindo uma falácia histórica, mas propondo um poderoso argumento teológico sobre a natureza do cristianismo — e talvez à magnitude das estrebarias de Augias que desejava limpar. Por volta de 1875, à época em que estava escrevendo, a oposição da Igreja primitiva à escravidão tinha se tornado um dogma: seriam necessárias muitas páginas apenas para relacionar os livros e ensaios nos quais tal doutrina aparecia, nem todos desprezíveis e alguns de considerável qualidade acadêmica. Wallon não foi o criador do dogma, nem mesmo seu porta-voz mais popular: este foi, provavelmente, Paul Allard, cujo *Les esclaves chrétiens* conheceu cinco edições, apenas em francês, após seu aparecimento em 1876 e seu “coroamento” pela Academia.

A dificuldade do dogma é sua evidente incompatibilidade com a documentação concreta. Isso tinha se tornado uma séria preocupação no início do século XIX, e houve uma eclosão de estudos sobre a Igreja e a escravidão anti-

ga. Vale a pena recordar que Wallon venceu uma competição patrocinada pela Académie des Sciences Morales et Politiques em 1837, cujo tema era a substituição da escravidão pela servidão, e que o seu trabalho foi um dos três publicados em consequência disso.¹² Em 1845, antes do aparecimento dos três volumes de Wallon, os administradores do Hulsean Prize, da Universidade de Cambridge, estabeleceram como tema da competição daquele ano “A influência do cristianismo na promoção da abolição dos escravos na Europa”; a dissertação vencedora, de Churchill Babington, publicada no ano seguinte, estendia-se por 181 duntas páginas. Em 1862, sob o estímulo direto da Guerra de Secessão, a Sociedade para a Defesa de Religião Cristã em Haia convidava a uma abordagem mais diferenciada pela dupla formulação de seu tema: 1. uma “explicação científica” das passagens da Bíblia relativas à escravidão; 2. uma pesquisa sobre como considerar a escravidão “segundo o espírito e os princípios do cristianismo”. Receberam pelo menos uma longa resposta de valor, escrita por um professor alemão, Heinrich Wiskemann, cujo ensaio vencedor foi publicado em 1866 sob o título *Die Slaverei*. Wiskemann, um classicista, teólogo e historiador, com uma longa lista de publicações sólidas, destruía a opinião de que o Novo Testamento pudesse oferecer apoio aos abolicionistas. Argumentava, não obstante, que a escravidão era “um mal que pode ser aceito pela religião e pela razão apenas sob circunstâncias (*unter Umständen*)”.

Em suma, homens de um credo firme foram obrigados a encontrar alguma explicação para a longa sobrevivência da escravidão após o triunfo do cristianismo. O terceiro volume de Wallon inicia-se com o reconhecimento do problema e retorna sempre a ele. Sua solução para o dilema — a escravidão era uma prática perversa, em contradição com as exigências morais — não é muito satisfatória. Tampouco o é aquela de Wiskemann: Cristo e seus apóstolos calaram-se sobre a escravidão ou endossaram-na por razões táticas (é o que significa “aceito sob circunstâncias”). Contudo, uma resposta claudicante é melhor que a linha adotada por Joseph Vogt, que se apegava ao dogma de uma oposição fundamental do cristianismo desde seu início, sem nunca tentar respon-

der aos argumentos e evidências levantados em sentido contrário, nem mesmo àqueles de Westermann, por quem expressou uma grande admiração, embora não completamente acrítica. Embora “seja verdade”, contenta-se em afirmar que o cristianismo aceitou “a escravidão como uma instituição”, o que importa é que “o contraste entre escravo e senhor, no interior da nova comunidade cristã, podia ser apenas relativo... Surgiu uma nova forma de encarar a propriedade e o poder”.¹³ Essa posição assemelha-se à de Wallon, embora com um tom um pouco menos militante. A querela de Vogt contra Wallon não se refere, portanto, ao cristianismo, mas à negação que o último faz da excelência espiritual dos gregos e romanos pagãos.

Que Vogt esteja errado ao acreditar, contra Troeltsch, que “surgira uma nova forma de encarar a propriedade e o poder”, parece-me algo certo. Parece-me também inegável que se fixar numa frase descartável como “embora seja verdade que o cristianismo aceitou a escravidão como instituição” é um modo de fugir do dilema central. Mas não discuto esses aspectos; minha preocupação imediata é com a falácia metodológica que permeia a narrativa de Vogt, comum na história das idéias, e que podemos denominar “a falácia teleológica”. Consiste em assumir a existência, por assim dizer, desde o princípio dos tempos, dos valores do escritor — no caso, a rejeição da escravidão como um mal — para então examinar todo o pensamento e práticas anteriores como se estivessem, ou devessem estar, a caminho de uma tal compreensão das coisas; como se homens de outros períodos se-perguntassem as mesmas questões e encarassem os mesmos problemas que o historiador e *seu* mundo.¹⁴ A falsa afirmativa de que o interesse e a pesquisa modernas sobre a escravidão antiga originaram-se do Iluminismo e do abolicionismo é outro exemplo. “Interesse” e “estudo” são assumidos como constantes, sendo avaliados e julgados segundo a prática de erudição e de monografias acadêmicas dos séculos XIX e XX. Não deveria ser necessário dizer que há, e sempre houve, níveis de interesse, ou que a pesquisa monográfica não é a única medida de sua presença.

Por toda a Antiguidade, o interesse na escravidão como tal foi contemporâneo, não histórico. As poucas exceções evi-

dentes são apenas aparentes — as várias e errôneas explicações da origem dos hilotas de Esparta; a afirmação do historiador Teopompo, do século IV a.C. (citado por Ateneu, 4, 265B-C), de que os habitantes de Quios foram os primeiros a *comprar* escravos dos bárbaros, feita no contexto do declínio de Esparta e da invasão greco-macedônica da Pérsia “bárbara”;¹⁵ ou Dioniso de Halicarnasso (*Antiguidades romanas* 4, 24), escrevendo sobre os bons e velhos tempos, como um vívido contraste com a degeneração que havia conduzido, em seu próprio tempo, aos decretos de Augusto que limitavam as alforrias. Tais referências ao passado, históricas ou míticas, feitas para explicar, justificar ou iluminar uma situação presente, eram comuns — basta lembrar as odes de Píndaro —, mas não constituíam um interesse no passado como tal, ou na História, sem falar na história (ou uma pesquisa histórica) de uma instituição específica. Pensar de outra forma é uma ilusão moderna, gerada pela criação de uma disciplina denominada “História” e sua introdução na escola e nos currículos universitários.

Tal ilusão é amplificada, quando lidamos com séculos mais recentes, pela posição e autoridade excepcionais que a cultura clássica possui na civilização ocidental. A citação de autores gregos e romanos foi uma técnica familiar em numerosos contextos; contudo, nem a confiança de Aquino em Aristóteles, nem a escolha de Virgílio como guia de Dante nem tampouco as citações clássicas do American Founding Father tinham algo a ver com o desejo de estudar e compreender a sociedade greco-romana ou sua história. Para certos propósitos, escritores e pensadores gregos e romanos eram individualmente selecionados como modelos de excelência, no estilo, na educação, na moral ou na lógica, para serem empregados nas formas contemporâneas mais apropriadas. Para muitos propósitos eram inúteis, sendo então substituídos por outras autoridades, como por exemplo no debate do século XVII sobre a lei inglesa, no qual os paradigmas históricos (e com mais frequência pseudo-históricos) eram ingleses, e não gregos ou romanos.¹⁶ Assim também, para os defensores da escravidão, Aristóteles fornecia apenas um ornamento culto ao argumento principal, que se baseava nas Escrituras.¹⁷ Para justificar a escravização de algumas das criaturas de Deus

era necessário o apoio divino, e não a história ou filosofia pagãs, que não conheciam nem pecado nem batismo.

A única esfera na qual os antigos puderam fornecer uma assistência importante foi no campo prático da lei. A lei romana oferecia uma continuidade sem rupturas, primeiro por meio dos códigos germânicos, depois pelo ressurgimento da lei romana na Baixa Idade Média. Os textos básicos sobreviviam em quantidade mais do que suficiente e havia comentários eruditos disponíveis.¹⁸ Os europeus que povoaram o Novo Mundo com escravos importados da África tinham aí um sistema legal já pronto, que adotaram quase *in toto*, alterando-o lentamente para adaptar-se a condições novas como, por exemplo, na progressiva restrição das manumissões a um número mínimo. Não é de surpreender que essa atividade jurídica não tenha estimulado estudos sérios sobre a escravidão antiga. Nem mesmo Jacques Cujas, o maior dos primeiros comentaristas modernos do *Corpus Iuris*, deu-nos alguma contribuição original ou profunda ou mesmo sua dissertação *De iure servorum*.

Tampouco o fizeram os grandes homens do Iluminismo, apesar da cômoda afirmação corrente em contrário. Embora a informação histórica lhes fosse essencial como arma em sua emancipação do “domínio do pensamento metafísico e teológico”,¹⁹ viam na história tão-somente uma fonte de paradigmas, não uma disciplina.²⁰ O auge veio com Montesquieu, o primeiro pensador, nas palavras de Cassirer, a “compreender e exprimir com clareza o conceito de ‘tipo-ideal’ na história. *O espírito das leis* é uma doutrina política e sociológica de tipos”, na qual os fatos são buscados “não por si mesmos, mas pelas leis que ilustram e expressam”.²¹ Em expoentes menores do novo espírito, em particular na arena política, “fatos” eram inventados tanto quanto buscados: a história não era nem paradigmática nem sociológica, mas uma falsificação. A Revolução Francesa, como Marx notou na abertura do *Dezotoi brumário*, “vestiu-se ora como a República Romana, ora como o Império Romano”. Esparta era preferida a Atenas, para ser depois, na era pós-revolucionária, substituída pela lenda da “Atenas burguesa”.²²

Quando os homens do Iluminismo escreviam sobre a escravidão antiga — o que faziam freqüentemente, embora

de forma resumida —, a abordagem paradigmática era óbvia e universal. O século XVIII na França (e na Inglaterra) preocupou-se profundamente com a escravidão no Novo Mundo e com a servidão no Velho, ambos tratados como essencialmente idênticos (por John Millar e Adam Smith, por exemplo) ou então diferenciados em termos puramente formais, extraídos da lei romana, como escravidão pessoal e real (como na *Encyclopédie*). A tendência dominante opunha-se à escravidão, embora Voltaire e Montesquieu fossem bastante ambíguos em face da franca hostilidade de Diderot ou Holbach.²³ Deve-se dizer que nem mesmo este último condenava a escravidão mais implacavelmente, ou com maior conhecimento das fontes greco-romanas, do que Jean Bodin no século XVI (*République*, I, 5).

A figura-chave do século XVIII foi Montesquieu. Há muitos, e bem conhecidos, enigmas sobre sua relativamente breve discussão da escravidão no livro XV (nós diríamos “capítulo”) do *Espírito das leis*: trata-se do segundo de quatro livros sobre o contexto mais geral do clima e intitula-se “De que maneira as leis da escravidão civil relacionam-se com natureza do clima”, oferecendo uma curiosa justificativa da escravidão em regiões tropicais. Essas poucas páginas, no entanto, constituem o mais influente ataque contra a escravidão escrito no século XVIII. Assim, o cavaleiro de Jaucourt reconheceu sua dependência para com Montesquieu no início de seu artigo sobre a *esclavage*, no quinto volume da *Encyclopédie* (1755), definindo, em seguida, a escravidão como uma instituição quase universal, “para a vergonha da humanidade”, sem fazer quaisquer concessões em seu abolicionismo. Por detrás da análise de Montesquieu está, obviamente, um vasto conhecimento dos autores clássicos, mas também dos códigos legais romano e germânico e das grandes “viagens” que descreviam os usos e costumes do Novo Mundo e do Médio e Extremo Oriente, mais ou menos na mesma medida.²⁴ Nada poderia ilustrar melhor a conclusão de Cassirer de que os fatos eram procurados “não por si mesmos, mas pelas leis que eles ilustram e expressam”. Nenhuma *investigação* histórica, nenhuma *história* no sentido grego original, foi estimulada, muito menos um estudo da escravidão antiga.

Pode-se, certamente, mencionar algumas exceções. Por um lado, há o fracasso do abade Barthélemy, um famoso *érudit* influenciado por Montesquieu, Voltaire e, em particular, Rousseau, que considera a escravidão em todos os sete volumes de sua *Voyage du jeune Anacharsis, en Grèce*, publicada em 1789 e reimpressa ao menos cinco vezes na França, tendo sido traduzida para diversas línguas por volta do fim do século, embora suas poucas referências a respeito sejam totalmente hostis.²⁵ Por outro lado, há o estímulo que o Iluminismo deu aos estudos históricos na Alemanha. Entre 1800 e 1805 apareceu em Leipzig uma maciça história de Esparta, em vários volumes, de J. C. F. Manso, professor, poeta e historiador de Breslau, e uma importante e controvertida figura do Iluminismo em sua época (embora eu acredite que seja pouco conhecido fora da Alemanha). Essa notável narrativa, que chegava até a incorporação da Grécia pelo Império Romano, concentrava-se na história política e militar, mas devotava dezenas de apêndices a uma gama variada de temas, tais como os custos da Guerra do Peloponeso, sendo entrecortada por longas digressões nas quais o homem do Iluminismo se revelava. A mais notável, no presente contexto, é a avaliação que faz da “Constituição de Licurgo” (I, 178-92), uma severa crítica a Esparta, principalmente por basear-se na exploração dos hilotas e por concentrar-se nos valores militares. A *Esparta* de Manso foi logo imerecidamente esquecida pelo aparecimento, em 1824, da perniciosa e influente fantasia de mil páginas de Karl Otfried Müller, *Die Dorier*, na qual os hilotas e os trabalhadores dependentes de outros estados “dóricos” eram comprimidos em vinte páginas de ruidosa apologia. Müller não era nem ilustrado nem liberal;²⁶ se acaso afirmou que os escravos de “Estados comerciais” como Atenas eram um perigo permanente à “moralidade e à ordem” (I, 39), não o fez por ser abolicionista, mas porque essa observação casual servia para aumentar a glorificação de Esparta e denegrir Atenas.

Manso, como historiador, fixou-se na matéria temática que era tradicional desde os gregos: os hilotas apareciam na narrativa quando necessário, e eram tratados em um único apêndice. O mesmo pode ser dito da maior “exceção” de todas: Edward Gibbon. Embora “se sentisse inteiramente à vontade

na nova Paris dos enciclopedistas, compartilhando muitas de suas convicções”, e adotasse “suas principais idéias políticas, morais e religiosas”,²⁷ escreveu *The decline and fall of the Roman Empire*, a primeira história moderna de qualquer período da Antiguidade (e, pode-se dizer, a primeira história moderna *tout court*). A história romana já era uma matéria universitária reconhecida há 150 anos, mas a prática generalizada, na Inglaterra e no continente, imposta por estatuto ou pela cátedra, não passava de uma leitura comentada de um ou mais historiadores latinos. Gibbon deu um passo revolucionário por escrever sua própria história, e não (ou nem tanto) por transformar a matéria temática da História. A escravidão foi relegada a uns poucos e corretos parágrafos no segundo capítulo, denunciando a influência de Montesquieu, mas sem sua análise sutil ou seu fervor moral (ou mesmo de Manso). A partir daí foi ignorada, a não ser de passagem, quando estava diretamente envolvida em um evento específico e era necessária à narrativa.²⁸

Um exemplo posterior dessa distinção é a primeira história da Grécia, escrita pelo classicista e cronista real, o escocês John Gillies, em dois grossos volumes publicados em 1786, dez anos após o primeiro volume de Gibbon. Os hiltas receberam uma atenção adequada no relato das guerras messênicas e da revolta do século V, mas mereceram uma única sentença nas 22 páginas dedicadas à reorganização do governo e do sistema social espartano por Licurgo. Escravos em outras regiões da Grécia eram praticamente ignorados, embora uma frase isolada seja tão surpreendente que não posso deixar de citá-la: o sistema introduzido por Sólon, explica Gillies “teria como consequência o inconveniente de afastar excessivamente os cidadãos de seus negócios privados”, não fosse pelo fato de os escravos serem mais numerosos do que os livres na proporção de quatro para um (p. 457). Gillies não era uma figura do Iluminismo, como fica evidente, por exemplo, na violência de seus ataques aos sofistas. Contudo, podia referir-se à escravidão com tanta indignação moral como qualquer abolicionista da época.

Seria um exercício inútil prosseguir nesse caminho através de Mitford, Niebuhr, Thirlwall e outros grandes historiadores da Grécia e de Roma nas décadas seguintes. Bas-

ta fazermos uma breve menção a George Grote, um filósofo radical, bem distante de John Gillies no espectro político. No início de sua *History*, tratando da estrutura social da Tessália, Grote escreveu: “Como norma geral, com efeito, o cultivo do solo por escravos ou dependentes, em benefício de proprietários urbanos, prevaleceu na maior parte da Grécia”.²⁹ Contudo, numa obra várias vezes maior que a de Gillies, a escravidão não ocupava mais espaço, e isso no mesmo contexto — Esparta e trechos de narrativa. É verdade que suas observações eram mais penetrantes e que sua crítica das fontes era mais “moderna”, mas isso é irrelevante para meu tema.

A conclusão inevitável é que afirmar que o interesse moderno na escravidão antiga surgiu com o Iluminismo e o abolicionismo é procurar coisas erradas em lugares errados. Esquece-se de que nos séculos XVII e XVIII “os modernos escreviam *antiquitates*, e não histórias de Roma (ou da Grécia)”, como afirma Momigliano de forma concisa.³⁰ E, entre os antiquários,* o estudo da escravidão antiga (mais precisamente romana) alcançou cedo uma escala monográfica. Dentre o grande número destes, restringir-me-ei aqui a alguns poucos, em particular àqueles que foram muito utilizados e citados no final do século XIX e às vezes no século XX, entre eles dois dos primeiros.³¹ Em 1608, o frísio Tito Popma publicou em Leiden o seu *De operis servorum liber*, consistindo essencialmente numa série de “definições” de termos como *vicarius* e *dispensator*, seguidos por uma ou duas citações de autores antigos. Cinco anos depois, Lorenzo Pignoria, clérigo e antiquário de Pádua, escreveu um volume de mais de duzentas páginas, *De servis, et eorum apud veteres ministeriis commentarius*, erudito e sistemático, contendo um índice bibliográfico bastante moderno, que incluía não apenas textos literários e jurídicos, mas também inscrições e monumentos simbólicos. A maior parte do livro consiste numa descrição detalhada das ocupações urbanas dos escravos romanos, que permaneceu inigualada até o final do século XIX.³² Ambos os livros conheceram ao menos três reim-

* Antiquário, do inglês *antiquarian*, significando “pessoa que se dedica ao estudo da Antiguidade.” (N.T.)

pressões no espaço de um século, o que é uma boa medida do interesse na escravidão antiga antes do Iluminismo. Da mesma forma é a descrição que Potgiesser dá dos escravos e libertos germânicos da época de César, no fim da Idade Média, publicada originalmente em 1703 e reimpressa em 1736 num volume de 985 páginas.

As obras dos primeiros antiquários eram bem conhecidas (e com frequência apareciam em suas bibliotecas particulares) pelos *érudits* franceses, alguns dos quais continuaram o estudo da escravidão antiga, mesmo durante e após a Revolução. As *Mémoires* da Académie des Inscriptions et Belles Lettres eram seu principal veículo. Não pretendo elaborar aqui um catálogo; basta mencionar o longo e hostil relato da revolta de Espártaco, publicado no volume 37 (1774) por Charles de Brosses, um dos mais importantes magistrados e parlamentares de sua época; ou os dois estudos do erudito Jean Levesque de Burigny (autor, entre outros trabalhos, de biografias de Erasmo e de Grotius) sobre os escravos e libertos romanos (nos volumes 35 e 37).

Alguns desses títulos básicos, a começar por Popma e Pignoria, abriam o capítulo apropriado no compêndio *Abriss der römischen Antiquitäten*, de Friedrich Creuzer, publicado em 1824. Deviam, como ele mesmo explica, atender à demanda de uma coletânea de fontes e citações para acompanhar as preleções universitárias. Creuzer era amigo de Schlegel e de outras figuras exponenciais do romantismo alemão, sendo autor de dois trabalhos fundamentais, um sobre a historiografia grega³³ e outro sobre o simbolismo na mitologia e na religião antigas. Era também conhecedor de Grotius, Montesquieu, Hegel e mesmo dos mais esotéricos escólios bizantinos. Não precisava desculpar-se por escrever uma obra de antiquário tão austera que evitava a prosa contínua, em favor de simples verbetes e frases, seguidos por uma maciça citação de fontes e comentários. Considerava a escravidão importante o bastante para destinar-lhe o terceiro capítulo, imediatamente após as origens e a topografia de Roma. Seus sucessores do século XIX, como Marquardt no *Privataltertümer*, compartilhavam essa apreciação, e tinham a vantagem sobre Creuzer de possuir uma modelar monografia antiquária, *An inquiry into the state of*

slavery amongst the Romans, publicada em 1833 por William Blair, que não era nem acadêmico nem classicista, mas um advogado escocês.

É notável que toda essa pesquisa antiquária sobre a escravidão antiga se devotasse quase que exclusivamente aos romanos. Com a importante exceção dos demógrafos e do filólogo e jurista J. F. Reitemeier, sobre quem falarei adiante, os escravos gregos não foram objeto de qualquer estudo. Eles fizeram sua primeira aparição em monografias como a de Everhardt Feith sobre as antiguidades homéricas (Leiden, 1677) ou as *Leges atticae*, de Samuel Petit (Paris, 1635), mas não de forma independente. As fontes gregas não ofereciam, obviamente, nada de comparável às revoltas dos séculos II e I a.C., nem aos escritores agrários romanos ou ao enorme volume do *Corpus Iuris*. Não creio, contudo, que isso explique suficientemente a diferença, nem consigo fazê-lo melhor. Mesmo August Böckh dedicou-lhe, em seu *Staatshaushaltung der Athener* (1817), apenas algumas páginas, sendo limitadas em extensão (restringe-se a números e preços), e menos completas ou sofisticadas que os estudos anteriores, ingleses e franceses, sobre os mesmos algarismos, mostrando, por exemplo, uma surpreendente incompreensão dos argumentos de David Hume.³⁴ Dois anos antes, numa monografia sobre as minas de prata da Ática, Böckh iniciou meia dúzia de páginas sobre a escravidão com um violento ataque a ela, para então prosseguir numa fantástica série de erros de cálculo e de avaliação sobre o número de escravos empregados nas minas e sobre os lucros obtidos por seus proprietários.³⁵ Ainda mais insignificantes eram as poucas páginas do *Lehrbuch der griechischen Antiquitäten* (1852), de K. F. Hermann, uma geração depois, embora este já dispusesse da obra de Wallon. Tanto quanto tenha conhecimento, foi apenas com *Besitz und Erwerb im griechischen Alterthume*, que Büchschütz publicou em 1869, que a escravidão grega recebeu um tratamento antiquário completo, 104 entre 624 páginas, numa obra que cobria o período de Homero a Alexandre (deixando de lado os gregos do Ocidente).

Büchschütz concluía com a breve afirmação (pp. 207-8) de que a escravidão era prejudicial não apenas econo-

micamente — embora os antigos não tivessem meios de avaliar isso — mas também moral e demograficamente. Isso pode nos recordar do fato, freqüentemente esquecido, de que os antiquários do passado não eram seres desalmados. De forma geral, viam a escravidão como um mal, embora diferissem no tom de sua condenação. Pode-se, então, perguntar o que levou Vogt a selecionar o livro de William Blair como merecedor de louvor especial: “quão objetiva era essa forma de pesquisa antiquária... Suas análises... evitavam juízos de valor na sua reconstrução das instituições antigas”.³⁶ Eu mesmo não selecionaria a ausência de juízos de valor como a melhor caracterização de um autor que se referia ao “odioso tráfico de seres humanos” (p. 24); que iniciou uma seção de sete páginas sobre punição e tortura (sustentada por mais de cinco páginas de notas finais) com as seguintes palavras: A industriiosidade dos escravos foi estimulada, e sua obediência assegurada, por uma severa disciplina”, notando que “as punições não eram consideradas espetáculos muito revoltantes para serem exibidas a visitas” (p. 112); e conclui seu livro com um resumo dos efeitos nocivos da instituição em Roma, “uma das causas principais do declínio do Império”.

Pode-se, contudo, tendo-se a predisposição, encontrar aqui “objetividade” em um outro sentido. Blair e outros antiquários do século XIX permaneceram firmes na tradição do gênero, que já havia despertado a hostilidade dos “historiadores filósofos” do século XVIII. Eles “buscavam a verdade dos fatos, não a interpretação das causas ou o exame das conseqüências”, nem mesmo “a reinterpretção do passado que levasse a conclusões sobre o presente”.³⁷ Uma entusiástica resenha anônima de Blair terminava com as seguintes palavras de louvor: “Ele não possui nenhuma esplêndida teoria para ilustrar; nenhum objetivo a não ser o de difundir o valioso conhecimento que sua indústria capacitou-o a recolher”.³⁸ As abrangentes generalizações finais de Blair e Büchschütz eram meras assertivas, nem propriamente desenvolvidas nem integradas na narrativa do corpo do trabalho. Havia também um silêncio, muito difuso para ser acidental, sobre a escravidão contemporânea. Blair, com efeito, declarava em sua introdução: “Não pretendo efetuar ne-

nhuma comparação entre a escravidão colonial moderna e a antiga”. Apresentava duas razões: primeiramente, “os dois sistemas diferem tão completamente, que pouco poderiam iluminar um ao outro”; em seguida, ele próprio “não estava suficientemente informado” sobre o lado moderno.

Creuzer nos fornece uma evidência ainda mais decisiva. Em 1827, três anos após a publicação de seu *Abriss*, foi convidado para proferir uma conferência em Paris, sob os auspícios da Académie des Inscriptions et Belles Lettres, da qual era membro, escolhendo como tema “Reflexões sobre a escravidão na Roma antiga”. Na versão publicada nove anos depois (em alemão),³⁹ ele dava três motivos para essa escolha: o interesse corrente na França e na Inglaterra pelo abolicionismo; a recente descoberta de textos muito importantes, como o *De Republica*, de Cícero, e os *Institutes*, de Gaio; e a oportunidade de expor idéias e pesquisas alemãs a uma audiência francesa. Deixando de lado tais considerações, prosseguia, *o tema em si mesmo (der Gegenstand an sich*, o grifo é do autor) deve interessar ao antiquário, ao historiador, ao filósofo e a todos os homens pensantes. Passava, em seguida, a um violento ataque contra a sociedade e a moralidade antigas: “entre os gregos e romanos, a escravidão é a maior limitação à tão renomada e tão exageradamente louvada nobreza (*Herrlichkeit*) da vida antiga... A escravidão é o grande marco divisório da história mundial, separando para sempre o paganismo do cristianismo”.⁴⁰ Todos os ramos da vida pública ou privada, concluía, ligavam-se direta ou indiretamente à existência da escravidão. Em seguida, na conferência propriamente dita, nas notas, quase tão longas quanto o próprio texto, e nos adendos (escritos em 1835), tão longos quanto texto e notas juntos, devotava sua vasta erudição ao mais tenaz antiquarismo: sobre a etimologia das palavras *servus* e *Sklave*, sobre as vestimentas dos escravos e coisas afins.⁴¹ Parece-me inevitável concluir que as discussões contemporâneas sobre a escravidão tinham pouco interesse para Creuzer, apesar de sua posição fortemente moralista; tampouco foram um estímulo para seu estudo da escravidão antiga, tendo se curvado a elas em Paris apenas para agradar a seus arfritrões. Se isso for correto, pode ajudar a explicar por que, nas citações de suas

vastas leituras, não há nenhuma referência a Hume ou aos primeiros “economistas”, para os quais volto agora a atenção.⁴² Estes últimos foram a fonte da segunda das duas abordagens, a sociológica, indicada no início.

Emprego o termo “economistas” de forma vaga, para indicar os escritores que, em especial após meados do século XVIII, examinaram a riqueza, o trabalho, a produção e o comércio em termos que hoje chamaríamos “econômicos” e que, freqüentemente, utilizavam-se de uma dimensão, ou perspectiva, histórica.⁴³ Eles não abandonaram as categorias morais: praticamente cada personalidade que discutirei nesta seção condenava sinceramente a escravidão, embora poucos fossem abolicionistas e nem todos possam ser legitimamente identificados com o Iluminismo. Contudo, deslocaram a discussão sobre a escravidão — minha preocupação principal — para uma relação institucional radicalmente nova.

O primeiro ponto (e o mais importante) que emerge do exame dessa literatura é a unanimidade com que afirmam ser o trabalho escravo menos eficiente, porque mais caro, do que o livre. Isso parecia tão óbvio a Benjamin Franklin, vivendo em meio aos senhores de escravos do Novo Mundo, e a John Millar e Adam Smith, na distante Escócia, que achavam desnecessária uma argumentação detalhada. Algumas considerações gerais bastavam.⁴⁴ A explicação que davam para a persistência da escravidão, em face de seu alto custo relativo, era igualmente breve e simples: terra barata para Franklin, hábito e falta de visão econômica para Millar, a “vontade de dominar” para Smith. As últimas duas não são, admitamos, muito “econômicas”, mas aos menos não possuem a qualidade apologética das explicações tradicionais, que visavam preservar a moralidade da escravidão, tais como pecado original ou preservação de bárbaros cativos da morte.

Nada disso requeria, ou estimulava, qualquer pesquisa histórica séria. A escravidão, contudo, envolveu-se nos debates demográficos, crescentemente sofisticados, do século XVIII, com uma conseqüência talvez inesperada, mas certamente decisiva. Simplifico muito, mas pode-se dizer que havia uma concordância geral de que (nas palavras de David Hume) “existe em todos os homens, de ambos os sexos,

um desejo e um poder de gerar”, de forma que, na ausência de restrições, “a espécie humana... mais do que se duplicaria a cada geração”;⁴⁵ e, em segundo lugar, que uma população em crescimento contribuía para a prosperidade e o bem-estar de uma nação. Diferentes aspectos dessas proposições deram origem a uma grande quantidade de ensaios, que remontam até o século XVI. Alguns são de primeira qualidade, estabelecendo as bases da moderna demografia; muitos, por outro lado, podem ser seguramente rotulados de fantásticos ou ridículos. Duas das questões debatidas nos interessam e devem ser examinadas em conjunto: 1. seria o mundo mais densamente povoado na Antigüidade do que agora?; 2. o uso em larga escala de escravos teria, ou não, afetado o crescimento populacional?

A resposta afirmativa à primeira questão tinha muito apoio, graças, particularmente, aos primeiros livros do Antigo Testamento e às gerações de Matusalém. Era necessário, então, explicar a violenta queda na população em algum ponto do passado, como também o fracasso da sociedade contemporânea em retornar aos números perdidos. Muitas das explicações eram fortemente moralizantes, e de baixo nível intelectual, mas a qualidade mudava quando o problema era abordado por aqueles que chamei de “economistas”. E estes, como se poderia prever, levaram em conta a escravidão. Os dois primeiros a considerar são Benjamin Franklin, escrevendo sobre comércio e protecionismo num contexto puramente contemporâneo, e David Hume, que saiu abertamente a campo para negar a suposta superioridade demográfica dos antigos.

Em 1751, Franklin escreveu um pequeno ensaio, “Observações relativas ao aumento da humanidade”, apenas oito páginas na moderna coletânea de seus escritos, que circulou em manuscrito até ser publicado em Boston, em 1755, sendo logo reimpresso por várias vezes em Londres. A seção 13 arrolava seis fatores que “enfraquecem uma nação”, entre eles “a introdução de escravos”. Sua explicação merece ser citada por extenso: “Os negros trazidos para as ilhas açucareiras inglesas em muito debilitaram os brancos do local; os pobres vêem-se, assim, privados de emprego, enquanto umas poucas famílias adquirem vastas propriedades, que conso-

mem em luxos importados, educando seus filhos no hábito desses luxos; a mesma renda que manteria uma centena é usada para o sustento de um. Os brancos que têm escravos, por não trabalharem, ficam fracos, não sendo em geral muito produtivos; os escravos, que trabalham muito, e são mal alimentados, ficam com a saúde abalada, de maneira que seus óbitos são mais numerosos que os nascimentos; dessa forma, é necessário um reabastecimento contínuo vindo da África. Já as colônias do Norte, tendo poucos escravos, aumentam o número de seus brancos. Os escravos têm também um efeito deletério sobre as famílias que os empregam; as crianças brancas tornam-se orgulhosas, avessas ao trabalho e, sendo educadas no ócio, são incapazes de ganhar a vida com seu próprio labor”.

Por essa mesma época, e sem conhecer o fundamental ensaio de Franklin, Hume escrevia o seu “Sobre a densidade populacional das nações antigas”, um longo ensaio (publicado em 1752) que, a despeito de seu título, tinha um escopo tão amplo que mereceu, um século mais tarde, o louvor de McCulloch como “o mais perfeito exemplar jamais publicado de uma pesquisa sobre qualquer tema ligado à economia pública dos antigos”.⁴⁶ O estímulo lhe viera, como já disse, da discussão sobre a populosidade de antigos e modernos. O ponto de partida para sua análise era o seguinte: a “principal diferença entre a antiga economia *doméstica* e a moderna consiste na prática da escravidão” (pp. 385-6). A escravidão é não apenas “mais cruel e opressiva do que qualquer outra sujeição civil”, concluía, mas também “geralmente desvantajosa para a felicidade e populosidade da espécie humana” (p. 396). A maior parte do ensaio ocupava-se com o exame crítico e sistemático dos números populacionais encontrados em fontes gregas e romanas, que são “com freqüência ridículos” (p. 419), incluindo-se aí os números relativos aos escravos. Esse estudo deve, sob todos os aspectos, ser considerado uma das primeiras investigações *históricas* sobre a história social e econômica da Antigüidade. Beloch louvou-o como “a base de todas as pesquisas de estatística populacional da Antigüidade”,⁴⁷ mas é ainda uma visão muito estreita de seu alcance e qualidade.

Devemos agora introduzir um terceiro nome, o do pastor escocês Robert Wallace, que “muitos anos antes” havia lido uma comunicação sobre o mesmo tema para a Sociedade Filosófica de Edimburgo e que se sentia agora provocado a publicar seu trabalho com um apêndice: uma réplica a Hume duas vezes maior que o último ensaio dele.⁴⁸ Wallace era bastante culto para pegar Hume em alguns erros factuais, mas seu método de lidar com as evidências — aplicado com grande detalhe, do catálogo homérico das naus até os números fantásticos dos escravos que dá Ateneu — era aceitá-las sem crítica: quanto maior o número fornecido por um texto antigo, melhor para sua argumentação. McCulloch considerava que havia “fracassado completamente em abalar os fundamentos do raciocínio de Hume”, mas nem todos concordaram na época nem mesmo agora.⁴⁹

A controvérsia Hume-Wallace despertou grande interesse e discussão na Grã-Bretanha e no continente,⁵⁰ que permaneceu até meados do século XIX, como revela McCulloch. Entre os debatedores mais ativos estavam os *philosophes* e os demógrafos, mas seu interesse, que nunca se dirigiu para os dados greco-romanos ou para o problema específico da população escrava, logo se dissipou. E assim Malthus, embora reconhecendo em sua introdução a contribuição de Hume e Wallace (e de Adam Smith) para a teoria demográfica, ignorou totalmente essas seções de suas obras. Os *érudits*, pelo contrário, apegaram-se precisamente ao que Malthus deixara de lado, produzindo uma série de douts estudos sobre a população antiga em geral e os números de escravos em particular: Guilhem de Sainte Croix e Letronne sobre Atenas, Dureau de La Malle sobre os romanos e, particularmente, sobre a Itália republicana.⁵¹ Esses estudos estão entre as pedras fundamentais dos trabalhos antiquários do século XIX sobre a escravidão antiga.⁵²

Entretanto, assim como Malthus e seus sucessores haviam abandonado um dos lados do debate Hume-Wallace — o interesse no tamanho das populações escravas —, os antiquários posteriores abandonaram o outro, mais importante, que levava McCulloch a louvar o ensaio de Hume como uma investigação sobre a *economia pública* dos antigos. Já mencionei como August Böckh fracassara em compreender o que

Hume fizera, e poderia repetir tal apreciação sobre praticamente qualquer antiquário que tenha depois se voltado ao tema da população escrava.⁵³ Restrinjo-me a Wallon. Dois de seus capítulos mais longos são sobre cifras de escravos, denotando seu habitual domínio da evidência antiga e das discussões modernas, mas uma total indiferença frente às questões demográficas fundamentais. Esses capítulos são, no fundo, inúteis. Tampouco há qualquer discussão sólida sobre a eficiência do trabalho em qualquer dos três volumes, mas apenas generalidades convencionais e sem sentido sobre o crescimento do comércio e da indústria. A escravidão é intrinsecamente má, por razões éticas, e seu efeito destrutivo sobre a população livre é de cunho moral: através de seu exemplo, e pela competição injusta que acarreta, a escravidão destrói a ética do trabalho, arrastando os livres, em particular os pobres, à preguiça e ao vício.

Em outras palavras, a obra de Wallon sobre a escravidão antiga foi o auge do antiquarismo nesse campo. Seu fervor moral ajudou, igualmente, a desviar o tema de uma abordagem institucional que, embora embrionária, já existia. Mas isso não deve surpreender-nos. Costuma-se esquecer, ao que parece, que o livro foi escrito para uma competição patrocinada pela Académie des Sciences *Morales* et Politiques, cujos temas para os competidores eram normalmente morais e filosóficos. Para essa ocasião haviam selecionado os seguintes: 1. Por quais causas foi abolida a escravidão antiga?; 2. A partir de que época houve apenas servidão (*servitude de la glèbe*) na Europa ocidental, desaparecendo a escravidão antiga? Não consegui descobrir quem ou o que determinou tal escolha, mas não há dúvida de que esperavam, dentro de um enquadramento histórico, uma investigação de ordem moral. Um dos candidatos derrotados havia tido a presunção, nas palavras de Michelet, de atribuir a abolição a uma única causa, o lucro: “Os senhores acharam vantajoso libertar os escravos em troca de rendas, ou seja, tornar-se rendeiros em vez de senhores; não foi uma questão moral e sim de dinamismo”. Esse competidor jamais se perguntou se o cristianismo, os “costumes bárbaros” ou o sistema feudal tiveram alguma influência. Assim, embora apresentasse “um trabalho feito com habilidade, brilhante e

paradoxal, pleno de talento e de visões ousadas”, não recebeu nem mesmo uma menção honrosa.⁵⁴

Os candidatos vencedores não cometeram esse erro. Todos os três, Wallon, Biot e Yanoski, responderam da mesma forma às questões: o cristianismo era a chave. Todos os três eram, também, inteligentes e honestos o bastante para perceber e tentar resolver a óbvia dificuldade: o fato de muitos séculos se passarem antes que o cristianismo fizesse efeito. Da mesma forma, todos os três encontraram basicamente a mesma saída. Nas palavras de Biot: “O cristianismo faz o que deve fazer, aceita a ordenação política da sociedade como uma condição dada, à qual precisa submeter-se; aceita a escravidão secular como um fato. Dirige seus esforços para a moral dos homens... uma legislação favorável à posição social do escravo foi, com efeito, rara, o que não é muito surpreendente... é evidente que leis muito favoráveis aos escravos tenderiam fortemente a submeter todo o edifício social, já vacilante sob os golpes repetidos das invasões estrangeiras. Era preferível, a fim de manter a tranqüilidade pública, que a melhoria da condição do escravo ocorresse progressivamente, através do aperfeiçoamento do senhor”.⁵⁵

Que outras respostas estavam efetivamente disponíveis para a busca de causas pela Academia? Uma possibilidade, sob a influência da nova escola histórica alemã de direito, era voltar-se para os invasores germânicos do Império Romano. Dois competidores seguiram essa linha. Um deles, alemão, descartava explicitamente o cristianismo como sendo impotente no caso. Compartilhou menção honrosa (presume-se que por sua excelente análise dos documentos dos séculos X e XI) com uma longa contribuição, extremamente pia, que concluía que a abolição da escravidão não fora causada “pela influência do cristianismo em geral, mas especificamente pela influência católica e pontifical”.⁵⁶ Biot e Yanoski, ao contrário, estenderam-se sobre o tema para negar qualquer contribuição germânica.

Outra possibilidade seria apoiar-se nos fundamentos estabelecidos pelos “economistas” anteriores. Em 1837, contudo, homens com esse tipo de interesse não tinham nenhum pela questão colocada pela Académie (ou então, sa-

bendo dos interesses e inclinações da Académie, não se encorajavam a competir). Nenhuma quarta possibilidade vem-me à mente, e a resposta moral tinha, assim, o campo todo virtualmente para si.

Em suma, longe de ser o início da moderna pesquisa sobre a escravidão antiga, a *Histoire* de Wallon era um beco sem saída. Não me refiro ao fato circunstancial de ele, como outros vencedores, jovens produtos das *Grandes Écoles*, não ser um historiador clássico. Biot era sinólogo, tendo já escrito uma memória sobre a escravidão na história chinesa. Yanoski era um protegido de Michelet e foi, por certo tempo, seu assistente: ele e Wallon realizaram estudos posteriores e publicações históricas, mas sempre em áreas muito distantes da Antiguidade e da escravidão. O ponto essencial é que, seguindo a trilha de Wallon, as reflexões subseqüentes sobre a escravidão antiga restringiram-se a um exame de cunho ainda mais antiquário ou, do lado moral, a uma propagação da fé — basta citar o artigo sobre a escravidão, por J. Dutilleul, no *Dictionnaire de théologie catholique* (1924) — ou ao debate teológico, como Overbeck. Não se firmou nenhuma base para uma pesquisa histórica duradoura. Nada demonstra melhor esse fato que suas próprias palavras, no epílogo da obra: “Mas a reintrodução da escravidão em época moderna foi um ato de violência contra o espírito dos Evangelhos ... um abrupto passo para trás. Se foi do agrado de uns poucos comerciantes ambiciosos, e de alguns políticos desumanos, fazer voltar a escravidão, não deve o cristianismo retroceder junto com eles”.

A força dos sentimentos abolicionistas de Wallon está fora de questão, mas o fato é que tinha pouca relação, ou nenhuma, com o Iluminismo ou o nascimento da “moderna crítica social construtiva”. Permanece, contudo, um enigma: por que Wallon dedicou uma década de trabalho árduo e contínuo para escrever uma introdução de 1500 páginas sobre a abolição da escravidão antiga, deixando para outros a narrativa da própria abolição; 1500 páginas que eram, além disso, em grande medida, irrelevantes para sua preocupação central? Qual a diferença, moral ou não, de terem os atenienses 100 mil, 200 mil ou 400 mil escravos? Talvez

haja uma resposta para essa pergunta, mas ela não se encontra nas páginas que Wallon dedicou a tais números. Eu mesmo não possuo a explicação. Minha sugestão é que ela se acha irrecuperavelmente perdida em sua psicologia individual.

Nessa época surgiu uma outra obra, em vários volumes, iniciada em 1854, que era, no tocante à escravidão, tanto excepcional quanto um impasse — a *História de Roma*, de Mommsen. A escravidão é tratada, desde o princípio, de forma totalmente original, como algo de fundamental importância para a sociedade e a história de Roma. Não é necessário analisar concretamente, no presente contexto, as opiniões de Mommsen. Basta registrar que ele colocava a escravidão numa posição central (usa termos como *Sklavenhaltersystem* e *Sklavenwirtschaft*) e que a condenava moralmente com vigor.⁵⁷ Por que Mommsen rompeu com a tradição historiográfica sobre a Antiguidade, nesse como em outros aspectos — se acaso teve um modelo, este foi Macaulay —, é um outro enigma para o qual não tenho resposta. Nem seu liberalismo nem sua prévia experiência no jornalismo político oferecem uma explicação suficiente, e seus biógrafos parecem esquecer-se desse interessante aspecto de sua obra. Enquanto a *História de Roma*, extremamente popular entre o público leitor, sempre teve uma recepção ambígua entre os historiadores profissionais da Antiguidade, sua ênfase na escravidão não gerou qualquer resposta: as subseqüentes histórias de Roma (e da Grécia) simplesmente a abandonaram.⁵⁸

Isso não significa que, após Wallon e Mommsen, não tenham proliferado artigos e monografias sobre a escravidão antiga, como parte de um crescente fluxo de publicações acadêmicas. Apesar de algumas serem informativas, não interessam como um todo: são apenas uma manifestação, no século XIX (e freqüentemente no século XX), das velhas “obras de curiosidade erudita”, apesar de serem agora chamadas de “ciência”, e não mais de “antiquarismo”.⁵⁹ Se todas as pesquisas fossem assim, nunca teriam ocorrido debates importantes, ásperos e mesmo acalorados (como hoje). O estímulo proveio de outra parte, de homens que não se devotavam ao estudo da Antiguidade clássica e que transformaram a doutrina do século XVIII em um novo modelo de

evolução social por estágios, baseada em modos de subsistência (diria antes, em vários modelos competitivos).

A primeira obra escrita nessa nova linha, publicada em 1789, não foi realmente influente, mas merece ser resgatada do esquecimento. Johann Friedrich Reitemeier foi descrito na *Allgemeine Deutsche Biographie* como “um homem de grandes dotes e finíssima educação, cuja atividade em variados campos e a originalidade de pensamento revelaram-se virtualmente estéreis pelos defeitos de seu caráter e modo de vida”. Aluno devotado de Heyne em Göttingen, editou o texto do historiador bizantino Zózimo e escreveu monografias sobre a mineração na Antiguidade, sobre o luxo em Atenas e sobre a tortura nos tribunais gregos e romanos. Voltou-se, então, para a história jurídica, campo no qual poderia, com justiça, considerar-se o fundador da Escola Histórica Alemã, precursor de Hugo e Savigny. Em 1783, durante sua primeira fase, venceu uma competição da Gesellschaft der Alterthümer em Cassel (na qual os participantes podiam escolher seus temas), e seis anos depois publicava seu ensaio em Berlim, com o título *Geschichte und Zustand der Sklaverey und Leibeigenschaft in Griechenland*, que obteve a entusiástica aprovação de seu professor Heyne. Parece que teve pouca circulação e logo se tornou raro: Blair escreveu, em 1833, que nunca conseguira uma cópia, e a *Allgemeine Deutsche Biographie* nem mesmo o cita. Hoje em dia é praticamente impossível encontrá-lo.⁶⁰

Wallon o conhecia, descartando-o como “uma obra de pequenas dimensões e precisão mediana” (I, 62), citando-o apenas duas vezes, em matéria de concordância geral. Mas é também um ensaio histórico-sociológico, original e sofisticado, com um argumento sólido, que é sustentado através de suas 175 páginas, em relação às quais Wallon foi caracteristicamente insensível e indiferente.⁶¹ Sua longa sentença inicial bastaria para afastar Wallon: “Uma igualdade humana universal, que todos, sem exceção, podem reivindicar, segundo os primeiros princípios da lei natural, parece ser incompatível com a sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*); pois por toda parte, nos tempos antigos e modernos, encontramos a desigualdade, conseqüência da obediência, sem a qual não pode haver sociedade civil”. Não foi a existência da

dominação e da submissão (*Herrschaft und Dienstbarkeit*) que mudou no curso da História, mas a dimensão (*Mass*) dos laços entre ambas. Aqui se situa o interesse na escravidão antiga, em sua posição histórica como a mais antiga expressão de uma relação de dominação-submissão numa sociedade civil. Como surgiu? Quais foram as vantagens e desvantagens “para a massa da população e sua posição social”? E para a própria população trabalhadora?

O ponto de partida para responder à primeira questão era o *Origin of Ranks*, de Millar (que Reitemeier, como Hume e Wallace, conhecia). Mulheres e crianças foram os primeiros “a servir aos homens na produção dos meios de subsistência e abrigo” (p. 11), mas, com o surgimento do pastoralismo (que denomina “nomadismo”), era necessário um suprimento maior de mão-de-obra. Sob as condições de então, trabalhadores só seriam obtidos através da compulsão: por captura, guerra ou compra. As vítimas tornavam-se escravos “pessoais”, membros da família do senhor. Tinham, assim, uma existência mais assegurada do que os trabalhadores livres avulsos, porém menos do que os “escravos públicos” (*öffentliche*) posteriores, particularmente os hilotas espartanos, que na verdade eram servos e se pareciam mais com camponeses dependentes de hoje, em especial na “velha Alemanha”. Os primeiros sinais de transição do tipo “nomádico” de escravidão aparecem nos poemas homéricos (aos quais Reitemeier devota uma seção inusualmente longa, pp. 18-34), mas a “grande revolução” veio no século V a.C. Embora Atenas seja a única cidade onde isso pode ser constatado pelas evidências disponíveis, podemos inferir que mudanças semelhantes ocorreram sempre que as artes e o comércio floresceram (p. 35). O rápido crescimento na demanda urbana por trabalho — gerado pelo grande aumento no nível de vida, na nova necessidade de luxos de todo tipo, prostitutas, elegantes edifícios públicos e privados, jóias e metais refinados e assim por diante — levou ao surgimento da forma clássica de escravidão, distinta daquela “pessoal” encontrada nas unidades domésticas pastoris e agrárias.

O papel dinâmico do luxo já era uma noção familiar: Reitemeier tinha, sem dúvida, conhecimento dos dois ensaios de David Hume atinentes a isso, “Sobre o comércio” e

“Sobre o aperfeiçoamento das artes”. O que nele havia de brilhantemente original era a relação estreita com a escravidão grega.⁶² A aristocracia territorial, argumenta (pp. 55-8), aproveitou-se dessa nova e crescente demanda para fazer investimentos urbanos, sem abandonar sua base rural ou sua hostilidade às artes e ofícios: estabeleceu oficinas, organizações comerciais e bordéis que eram administrados e trabalhados por escravos. Bloqueou, dessa forma, o saudável desenvolvimento de uma classe média urbana de comerciantes e artesãos, determinando assim o futuro econômico, político e ideológico da cidade-Estado grega.

A monografia se encerra com um longo balanço. A escravidão clássica oferecia duas vantagens: era uma forma mais barata de trabalho e resolvia o problema da escassez de mão-de-obra. Mas as desvantagens desequilibravam a balança: fugas e revoltas criavam uma atmosfera de insegurança; a estrutura de classes era assimétrica; “a ilustração e a difusão do conhecimento” (*Aufklärung und die Verbreitung der Kenntnisse*) ficavam muito debilitadas (p. 146); também a mobilidade social era muito restrita, o Estado (*Staatsherrschaft*) permaneceu fraco perante o “governo austero das famílias (*strenge Hausherrschaft*). Dessa forma, a liberdade do “setor de serviços” (*dienende Antheil*) da população, como existe entre “os alemães e outros países europeus de hoje”, é muito melhor para o Estado e para as classes subordinadas.

Seria difícil exagerar a amplitude do salto de Reitemeier, afastando-se do antiquarismo e de uma visão estreitamente moralista da escravidão antiga. Não interessa aqui saber em que medida suas generalizações estavam certas. O que importa é o fato de ter antecipado por meio século o conceito de “economia doméstica”, de Rodbertus-Bücher, e ter-se antecipado a Marx e Weber, ao atribuir um papel central à escravidão na configuração da *evolução* da sociedade antiga;⁶³ além disso, parece não ter exercido nenhuma influência nos estudos subseqüentes sobre o tema. Nada como essa monografia havia aparecido antes; nada como ela surgirá novamente antes do fim do século XIX.

Quaisquer que fossem os defeitos pessoais de Reitemeier, não explicariam o total desprezo que mereceu sua monografia sobre a escravidão grega. A chave está em outro

lugar: numa clivagem profunda que se instaurou nessa virada de século, com o surgimento da universidade moderna e de sua departamentalização, particularmente na Alemanha, onde atingiu sua forma mais perfeita. O que poderíamos chamar de interesse profissional na Antiguidade clássica tornou-se um quase monopólio daquele setor universitário que denominava sua disciplina de várias formas: filologia, filologia clássica ou *Altertumwissenschaft*. Rivalidades e conflitos ásperos aconteceram em seu meio, mas compartilhavam a convicção fundamental de que seu objetivo e seu dever era captar o modo de pensar, a cultura refinada, o *Geist* e a essência daqueles modelos incomparáveis de perfeição espiritual, os gregos e romanos, ou talvez apenas os gregos.⁶⁴ As exceções foram somente duas: os seguidores da tradição antiquária e os novos historiadores da Grécia e de Roma, nenhum dos quais, como vimos, fez progredir significativamente o estudo da escravidão antiga, assim como poucos deles podem ser acrescentados ao estoque de informações sobre o tema.

Terei mais a dizer sobre a nova filologia clássica e o “método filológico”, mas antes devemos voltar para outra corrente intelectual: os sucessores, no século XIX, dos economistas do século XVIII. Foram eles (mais precisamente alguns deles) que, de uma forma específica e limitada, introduziram uma nova dimensão na apreciação da escravidão antiga.⁶⁵ Três pontos preliminares são importantes a respeito: primeiro, sua preocupação era com o mundo contemporâneo; segundo, tinham uma perspectiva histórica, não apenas no velho sentido de história paradigmática, mas num sentido evolucionista, pois consideravam a sociedade contemporânea como um estágio da história humana, interessando-se, em graus variados, pelo estabelecimento de uma seqüência de estágios e das causas da ascensão e queda de cada estágio; terceiro, tinham todos uma educação clássica e conheciam as fontes, que liam no original. Não se comunicavam com os filólogos. Estes últimos, fora de sua disciplina, relacionavam-se com os filósofos idealistas e os teóricos, em particular românticos, das artes e das letras. Buscando o *Geist* dos gregos, abordavam o barbarismo, o Renascimento e o Iluminismo; seu mundo conceitual excluía a produção, o

capital, o trabalho ou a renda. August Böckh, figura monumental pela projeção que deu à nova filologia clássica, não foi uma exceção: seu *Public economy of Athens* foi uma obra isolada, puramente antiquária, que não suscitou resultados dignos de nota.

Com “nova dimensão” não quero referir-me a pesquisas ou investigações sistemáticas: nenhum dos “economistas” do século XIX escreveu, sobre a escravidão antiga, nada que se aproximasse, em escala, do ensaio de Reitemeier ou das cem excelentes páginas do *Besitz und Erwerb*, de Büchschütz (sem falar da *Histoire* de Wallon). Novo era o conceito de estágios (ou períodos) na história das sociedades, definidos, ou determinados, pelo modo como a economia — propriedade, produção, distribuição — se organizava. É inevitável que uma tal conceituação da história enfatize, mais do que antes, a escravidão no contexto da sociedade antiga e que lhe atribua um papel mais complexo. Basta examinar o modo como Wilhelm Roscher, num ensaio publicado em 1849, construiu um modelo sobre a *generalização* de David Hume, segundo a qual “a principal diferença entre a economia *doméstica* dos antigos e aquela dos modernos consiste na prática da escravidão”,⁶⁶ um modelo muito além do que Hume poderia conceber.

Não é, contudo, em Roscher que se pensa em primeiro lugar, mas em Karl Marx. É preciso hoje um grande esforço para recordar que o conjunto dos comentários dispersos de Marx sobre a escravidão antiga não compõe mais que poucas páginas, que estão, em sua maioria, contidas nos sete cadernos de anotação, agora geralmente denominados *Grundrisse*, escritos no inverno de 1857-58, publicados originalmente em Moscou, em 1939, mas pouquíssimo conhecidos antes da edição berlinense de 1953.⁶⁷ Quase um século inteiro de estudos e de textos baseados em Marx, e especificamente em sua concepção de evolução social por estágios (definidos pela natureza do regime de propriedade da terra e pelo modo de produção,⁶⁸ prova ter-se baseado num modelo incompleto e substancialmente simplificado. Nos *Grundrisse*, Marx sugere a existência dos sistemas “asiático”, “germânico” e “antigo”, além dos familiares “escravista”, “feudal” e “capitalista”. Cadernos são cadernos, e não análises

acabadas, prontas para veiculação pública. São um pensamento em voz alta, extraordinariamente sutil, complexo, denso, e muitas vezes opaco, elíptico, inacabado. Qualquer tentativa de converter aquelas páginas num sistema completo, à prova d'água, demandará um tratamento procustiano de evidência; por aqueles, por exemplo, que desejarem distinguir entre um modo de produção antigo (Grécia clássica) e um escravista (Itália a partir do século II a.C.).⁶⁹

Nas publicações subseqüentes de Marx e Engels esse esquema histórico simplificou-se, assumindo logo um aspecto unilinear, particularmente no *Anti-Dürhing* e na *Origem da família*. Não me interessa saber por que isso ocorreu, nem tampouco a debatida questão de ter ou não Engels, especialmente nas duas obras referidas, refletido acuradamente as opiniões de Marx. O essencial para essa discussão é analisar a natureza e os limites de ambos pelo mundo greco-romano. *Das Kapital* foi o coroamento da carreira de Marx, e esse fato deve ser aceito em seu sentido literal. As formas de propriedade e produção pré-capitalistas (ou não capitalistas) eram de grande importância, não em si, mas como estruturas básicas no desenrolar da história humana. Por mais profundo que fosse o interesse de Marx no processo histórico, em nenhum momento de sua vida tentou (ele ou Engels) realizar um estudo da sociedade ou da economia antigas. Como Eric Hobsbawm observou, Marx nunca discutiu “a dinâmica interna dos sistemas pré-capitalistas, a não ser na medida em que explicavam as condições do capitalismo”, ou “as contradições econômicas concretas de uma economia escravista”, ou ainda “porque na Antiguidade foi a escravidão, e não a servidão, que se desenvolveu”, ou mesmo porque o modo antigo foi substituído pelo feudalismo.⁷⁰

Pode-se mesmo afirmar, sem paradoxos, que Marx prestava pouca atenção à escravidão em si. Na Antiguidade era apenas um dos modos de produção que submeteu a uma análise curta e abstrata. No mundo moderno, foi primeiro uma das formas de “acumulação primitiva” nas colônias, depois uma estranha anomalia (na América do Sul) num contexto capitalista. O fato, escreve nos *Grundrisse* (p. 513), “de hoje não apenas chamarmos os latifundiários na América de capitalistas, mas de o serem, é baseado em sua exis-

tência como anomalias num mercado mundial de trabalho livre”.⁷¹ Por outro lado, “todos os filólogos que falam de *capital* na Antiguidade, de capitalistas gregos e romanos”, cometem um erro grosseiro. Dessa forma, é também um grande erro servir-se das várias e ácidas observações de Marx sobre a escravidão americana a fim de reconstruir sua visão da escravidão *antiga*. Havia, obviamente, semelhanças, elementos comuns — se não houvesse, o termo comum “escravidão” não se justificaria —, mas havia também, na base, um fosso intransponível, o sistema de produção, e este era o fator determinante na análise.⁷²

É compreensível que, na geração seguinte, os seguidores de Marx (como também os socialistas que discordavam e discutiam com ele sobre vários pontos) não aumentassem seu pouco interesse na escravidão em geral, e na antiga em particular. O mundo da filologia ou da *Altertumswissenschaft* não parecia perceber sua existência, não mais do que percebia os economistas e historiadores da economia, antigos ou contemporâneos. Somente na virada do século ocorreu uma ruptura, de forma aberta na Itália, com Ettore Ciccotti e Giuseppe Salvioli, e na Alemanha de modo implícito, com Karl Bücher e Max Weber.

Il tramonto della schiavitù nel mondo antico (O declínio da escravidão no mundo antigo) de Ciccotti, publicado em 1899, foi a primeira abordagem exaustiva — é essencial ressaltar o “exaustiva” — da escravidão antiga (após aquela de Reitemeier um século antes) a examiná-la como parte de um processo histórico contínuo e complexo.⁷³ Uma resenha na *Wochenschrift für klassische Philologie*, favorável apesar de crítica, descreveu-o como não apenas uma história da escravidão greco-romana, mas “virtualmente uma história econômica completa”.⁷⁴ Não estava errado, e não há por que se surpreender: sendo o primeiro marxista a tentar pesquisar o tema, não tinha escolha. Mesmo o título selecionado por Ciccotti, que parece ter atraído pouca atenção, tinha como objetivo indicar que a teoria da história estava subjacente. Era, sem dúvida, o mesmo tema que, há um século, a Académie des Sciences Morales et Politiques propusera, naquela competição que estimulara três livros, todos com a mesma conclusão. Assim, a introdução de Ciccotti começava

com uma crítica detalhada da visão que atribuía ao cristianismo (ou ao estoicismo, ou a qualquer outro sistema ético) a responsabilidade pelo declínio da escravidão antiga. A abordagem alternativa, concluía (pp. 73-7), fora fornecida por Marx e Engels: consistia em examinar a escravidão antiga (ao contrário da moderna) como “um instrumento geral e indispensável da produção” (p. 57) e em seguir suas mudanças de papel à medida que a economia antiga se transformava, sob os romanos, de uma forma que reduziria a necessidade de escravos mas exporia, também, seu caráter inerente de desvantagem econômica. Em outras palavras, a fim de explicar o declínio da escravidão antiga, era essencial examinar toda a sua história, e foi isso que Ciccotti se propôs realizar.⁷⁵

Não o fez muito bem, nem mesmo em seus próprios termos. Estava obcecado com o flagelo moral da escravidão e com a inadequação do trabalho escravo como instrumento de produção; pintou um quadro grosseiramente exagerado de um numeroso proletariado livre, competindo abertamente com os escravos na Grécia do século IV a.C. e, de novo, no Império Romano; por várias vezes baseou amplas conclusões em dados que não as comprovam; seu conhecimento da teoria dos modos de produção de Marx era extremamente vago. Sobre esta última e essencial objeção, basta compará-lo a dois contemporâneos, que não eram marxistas, mas que reconheciam a influência de Marx: Karl Bücher em *Die Entstehung der Volkswirtschaft*, publicado em 1893 (e que Ciccotti conhecia quando escreveu *Il tramonto*) e Max Weber em *Die Agrarverhältnisse des Altertums*, publicado em 1909;⁷⁶ e a um terceiro, melhor marxista que Ciccotti, Giuseppe Salvioli, num trabalho publicado originalmente em francês (1906), com o título *Le capitalisme dans le monde antique* e o subtítulo *Études sur l'histoire de l'économie romaine*.⁷⁷ Nenhum dos três escreveu sobre a escravidão antiga em si, mas o que importa é o fato de a terem incorporado em suas análises de forma específica.

Eu não poderia expor completamente a riqueza de suas posições. Devo contentar-me com alguns rápidos indicadores. Para Bücher, foi a escravidão que permitiu “o surgimento da forma mais plenamente desenvolvida” de econo-

mia doméstica no mundo greco-romano.⁷⁸ Salvioli concordava, sem aceitar o esquema histórico geral de Bücher. Sob a influência de Marx, via o escravo romano como, possivelmente, a primeira mercadoria a ser comprada e vendida “com fins lucrativos”. Ao contrário de Ciccotti, definia-se pela inexistência de qualquer competição significativa entre trabalho livre e escravo na Antiguidade, pois não havia surgido um proletariado genuíno (e tampouco o capitalismo).⁷⁹ Por fim, Max Weber, que estudara as obras de Ciccotti e Bücher (mas não as de Salvioli, ao que parece), às quais se referia de modo favorável, ainda que crítico, não pode ser adequadamente tratado em poucas linhas, seja pela densidade de seu pensamento, seja porque continuou a repensar e reconsiderar suas opiniões até o fim de sua vida. Uma única e longa citação, extraída de uma conhecida conferência sobre “As bases sociais do declínio da antiga civilização”, proferida e publicada em 1896, bastará aos meus propósitos: “A civilização antiga foi uma *civilização escravista (Sklavenkultur)*... Como na Idade Média, existia um antagonismo entre essas formas de cooperação do trabalho também na Antiguidade. O progresso depende de uma divisão cada vez maior do trabalho. No caso do trabalho livre, isso equivale, aproximadamente, a uma progressiva *expansão do mercado*... Com o trabalho não-livre isso é obtido por uma progressiva *acumulação de homens*; quanto maior o número de escravos ou de *coloni*, tanto maior a possibilidade de especialização das ocupações não-livres. Contudo, na Idade Média, o trabalho *livre* e a *troca* de bens tornaram-se cada vez mais predominantes, enquanto na Antiguidade o desenvolvimento deu-se *em sentido contrário*” (grifos do autor).⁸⁰

Nada disso teve qualquer impacto duradouro (na verdade, quase não teve nenhum) entre os historiadores da Antiguidade. No caso de Ciccotti isso é um enigma. Ao contrário de Bücher, Salvioli e Weber, era um historiador profissional da Antiguidade, catedrático em Milão até ser demitido, em 1898, por sua atividade política socialista. *Il tramonto* surgiu ao cabo de quase duas décadas da grande produtividade, nas quais publicou livros e artigos acadêmicos sobre uma vasta gama de assuntos. *Il tramonto* recebeu resenhas favoráveis, não apenas de R. Lange na

Wochenschrift, mas também de Pöhlmann, que considerou-o um grande avanço e, posteriormente, de Henri Francotte.⁸¹ Na verdade, apesar de toda sua fragilidade, é um livro repleto de observações perspicazes, a primeira (e última) obra moderna a examinar a história da escravidão antiga no contexto da economia e da sociedade antigas. A despeito disso, foi um fracasso quase total. Conheceu duas edições italianas, tendo sido traduzido para o francês, espanhol e alemão, mas, ao que parece, para leitores que não eram acadêmicos ou, ao menos, classicistas e historiadores da Antiguidade.⁸² Apenas na Itália permaneceu como uma figura intelectual expressiva,⁸³ caindo no esquecimento nos demais países. O fato de ser marxista, explicação aparentemente óbvia, não me parece suficiente. Creio que devemos procurar em outra direção.

Em primeiro lugar, e sobretudo, em Eduard Meyer, o mais prestigioso historiador da Antiguidade no mundo universitário alemão da geração pós-Mommsen. Por esses anos, Meyer estava escrevendo os volumes terceiro, quarto e quinto de sua *Geschichte des Altertums*, publicada em 1901 e 1902. Esses volumes tratavam da história da Grécia clássica, nos séculos V e IV a.C. e, seguindo a ortodoxia, concediam à escravidão apenas uma seção de três páginas, além de duas ou três menções adicionais. Os três volumes, no entanto, foram precedidos por uma torrente de estudos específicos, entre eles um breve excursus sobre o tamanho da população escrava em Atenas, no século V a.C., publicado no segundo volume de suas *Forschungen zur alten Geschichte* (1899); e por duas conferências, rapidamente publicadas: *Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums* (1895) e *Die Sklaverei im Altertum* (1898), reimpressas no primeiro volume de *Kleine Schriften* em 1910 e novamente em 1924. A *auctoritas* dessas duas conferências não pode ser subestimada: uma apreciação recente sobre Eduard Meyer afirma que “atingiram rapidamente a posição de síntese obrigatória”;⁸⁴ para Vogt, Meyer “indicou o caminho em dois excelentes esboços de história econômica”, nos quais “concedia um espaço apropriado ao caráter específico de cada época e de cada civilização”.⁸⁵ Já Westermann abria seu artigo na enciclopédia com a seguinte frase: “As bases do conhecimento

contemporâneo sobre a escravidão na história greco-romana foram estabelecidas por Eduard Meyer”.⁸⁶

As duas conferências, que devem ser consideradas como um todo integrado, são expressões de uma ideologia e de uma personalidade igualmente complexas. Um de seus fios condutores era a doutrina — de ampla e sólida aceitação entre os historiadores e cientistas políticos alemães — de que o Estado é o organismo decisivo na história, e de que as modernas tentativas de voltar-se para a história econômica e cultural devem cessar diante dos “fatos”.⁸⁷ Um segundo fio era o desejo de resgatar o estudo da Antiguidade do idealismo estético/moral do início do século XIX e do antiquarismo da segunda metade deste século, através de uma reconstrução da “imagem real” que, por sua vez, tornava-se cada vez mais semelhante “a um reflexo especular do mundo moderno”.⁸⁸ Um terceiro, que une os dois precedentes, era uma total rejeição da noção de estágios históricos definidos por estruturas econômicas. Tal rejeição incluía, obviamente, Marx. Não há evidências, contudo, de que Meyer se preocupasse especificamente com ele (ou de que conhecesse bem sua obra). Como regra geral, Meyer desprezava os *National-ökonomen* (os economistas políticos) como um todo, reservando sua fúria obsessiva (esta é a expressão apropriada) para Karl Bücher, e não para Karl Marx.

A escravidão antiga apresentava uma clara dificuldade para quem escreveu, com evidente inconsistência, que as condições econômicas pressupostas pela lei das Doze Tábuas “já apresentam um caráter relativamente moderno”; ou que os séculos VII e VI a. C. na Grécia correspondiam aos séculos XIV e XV “no desenvolvimento do mundo moderno”; ou que “sob todos os pontos de vista”, o mundo helenístico “não pode ser concebido como muito moderno”, embora se refira mais aos séculos XVII e XVIII do que ao XIX; e que a Atenas dos séculos V e IV a.C. “coloca-se sob a égide do capitalismo”, tanto quanto a Inglaterra a partir do XVIII ou a Alemanha no XIX.⁸⁹ Como fica a escravidão? A resposta de Meyer era descartá-la como irrelevante, um subproduto do desenvolvimento político próprio da cidade-Estado.

Meyer atingiu seus objetivos na conferência sobre a escravidão, através de uma série de procedimentos: 1. a

guerra era “o relacionamento natural” entre grupos étnicos (*Stämme*); 2. dentro do próprio grupo, a escravidão não era admissível, enquanto a servidão (*Hörigkeit*) era não apenas permitida mas até mesmo uma prática comum: em Israel, por todo o antigo Oriente Próximo, e na Grécia e Roma arcaicas; 3. o período arcaico era, assim, um período literalmente medieval, o que demolia qualquer noção de sucessão da Antiguidade à Idade Média e ao mundo moderno através de uma seqüência de estágios; 4. na época dos tiranos na Grécia, e durante os séculos V e IV a.C., em Roma, o urbanismo e o grande crescimento da riqueza e dos níveis de vida geraram o surgimento do capitalismo, com um correspondente desenvolvimento da indústria e do comércio; 5. as transformações políticas, no entanto, e a extensão de direitos plenos às classes mais baixas fizeram com que o trabalho livre assalariado não atendessem mais às necessidades dos capitalistas, pois os pobres livres não podiam e não queriam aceitar empregos e, quando queriam, custavam muito caro; 6. os capitalistas, dessa forma, aproveitando-se do estado natural de guerra contra o estrangeiro, voltaram-se para o trabalho escravo em larga escala. Se não tivesse havido escravos disponíveis, os capitalistas “teriam encontrado outro modo de criar a força de trabalho necessária”. 7. a conseqüência foi um conflito interminável entre os escravos e as massas proletárias arruinadas, que exigiam ser sustentadas por um Estado cuja posição tornou-se, progressivamente, insustentável; do que os gregos foram salvos por Filipe e Alexandre, e os romanos pela *Pax Augusta*, com um conseqüente estancamento das fontes de suprimento de escravos; 8. um desenvolvimento idêntico ocorreu no início da época moderna, mas a servidão foi, aqui, substituída por trabalho livre e não por trabalho escravo, que “o desenvolvimento cristão-alemão” tornara impossível (como também no Novo Mundo porque, misteriosamente, não havia qualquer possibilidade de desenvolvimento industrial). “Nada”, escreve Meyer, “revela melhor o caráter moderno da escravidão antiga que o fato de que, sob condições favoráveis, o escravo tinha, como o moderno trabalhador industrial, a possibilidade de obter prosperidade e riqueza”. Além disso, a escravidão gerava uma miscigenação racial semelhante à das mi-

grações modernas de trabalhadores; 9. a ausência de revoltas de escravos no Império Romano demonstra que a escravidão não têm relações com o declínio do mundo antigo; 10. sem escravos disponíveis em número suficiente, sendo o trabalho livre ainda caro e o arrendamento desvantajoso, os capitalistas retornaram à servidão. “E assim fechou-se o círculo. O desenvolvimento retornou ao ponto de onde partira: a ordem medieval tornou-se dominante pela segunda vez.”

Meu resumo não pretende, em absoluto, ser uma caricatura. Chamei-o de “uma série de procedimentos” e não de “argumento”, pois não há argumento. Trata-se de uma mera sucessão de asserções *ex cathedra*, envoltas numa roupagem altamente retórica, sem evidências comprobatórias nem discussão das posições em contrário. Em quarenta páginas há exatamente onze referências (ou citações sem referência) a fontes gregas e romanas. Ao menos duas delas (sendo uma sobre Aristóteles) são apresentadas de forma claramente distorcida; numa terceira, entrega-se a uma crítica textual tendenciosa. O argumento *ex silentio* é empregado, quando conveniente, em direções opostas: Bücher, por um lado, é “esmagado” na *Wirtschaftliche Entwicklung* com a afirmação (falsa) de que seu *oikos* (unidade doméstica) não aparece nas fontes; enquanto isso Meyer se permite, na *Sklaverei*, esboçar um desenvolvimento que fora, “em geral, desconhecido pelos próprios contemporâneos”.⁹⁰ Com relação aos escritos modernos, Meyer é sempre arrogante: pode ser agressivo, como contra Rodbertus e Bücher, mas, em geral, prefere ignorá-los ou selecionar referências prejudiciais a eles. Citava, por exemplo, o estudo introdutório, “muito importante”, de Ciccotti sobre o número de escravos em Atenas, mas ignorava todo o restante de sua obra; quando citava uma frase da *Agrargeschichte* de Weber, que continha críticas a Rodbertus, omitia o comentário de que a obra deste era “uma exposição inteligente sob todos os outros aspectos”, e não prestava a menor atenção ao restante da análise de Weber.⁹¹

A conferência de Meyer sobre a escravidão antiga é a coisa mais próxima do absurdo de que me recordo já ter sido escrita por um historiador tão ilustre, além de violar os

cânones básicos da disciplina histórica em geral e daquela alemã em particular. A pergunta é então imediata: como pôde alcançar tal prestígio em tão pouco tempo? O livro encontrou oposição, não apenas desacreditada como a de Bücher e outros *Nationalökonomen*, mas também de historiadores tão eminentes como Ludo Hartmann, discípulo de Mommsen.⁹² Não se prestou atenção, mas não creio que o fascínio de Meyer, que não deve ser subestimado, seja explicação suficiente. O que Meyer oferecia era uma sustentação e um apoio cheios de autoridade — expressos de forma geral e não numa cadeia de proposições específicas — para posições (ou, ao menos, predisposições) já bem aceitas pela ideologia dos historiadores profissionais da Antiguidade. E foi tão bem recebido que estes não observaram suas deficiências técnicas.

Paradoxalmente, as lições que Meyer extraía nem sempre eram compatíveis com suas convicções mais profundas. Sua paixão pela política era extremamente intensa, e ele se tornava cada vez mais pessimista, como revela, em particular, sua longa resenha, publicada no *Deutsche Literaturzeitung* em 1924, de *O declínio do Ocidente*, de Spengler, ou ainda a introdução que escreveu para a segunda edição de *Kleine Schriften*, publicada no mesmo ano.⁹³ O socialismo era o pior sintoma de tudo o que estava ocorrendo de errado em seu mundo, não apenas o socialismo político, mas qualquer forma de pensamento socialista. Suas opiniões a esse respeito eram comuns no meio acadêmico conservador da Alemanha. Mas ele também era, no seu próprio entender, um teórico e filósofo da história.⁹⁴ Essa preocupação avivou-lhe o furor contra Bücher e os *Nationalökonomen*: seu tipo de periodização histórica era uma ameaça às concepções político-sociais de Meyer, a seu mundo e à sua visão de mundo, não apenas à sua concepção do mundo antigo. E aqui, ele se fazia acompanhar da maior parte de seus admiradores, que fugiam da filosofia da história e da teoria, e se agarravam a seu positivismo obstinado e a sua erudição vazia, afastando-se de seus colegas de Economia, Ciências Sociais, História Econômica e mesmo de História moderna.

Minha preocupação, contudo, não é com o “modernismo” de Meyer e seus seguidores, mas com a escravidão anti-

ga. Seria certamente errôneo supor-se que os “modernistas” formavam um coro uníssono: Pöhlmann, por exemplo, que em fins do século XIX escreveu a clássica polêmica contra o socialismo em nome da História antiga,⁹⁵ abordava a escravidão com matizes diferentes, que o seu último editor, Friedrich Oertel, tentou reconciliar com a formulação de Meyer.⁹⁶ Em seus princípios, contudo, ambos permaneceram firmemente opostos a qualquer teoria de estágios, sentindo-se, assim, livres para continuar com a linguagem e os conceitos de seu próprio mundo. Pöhlmann escreveu, numa seção intitulada “Capital e trabalho”, que a acumulação frequente de escravos por um único empresário em diversos empreendimentos era “amiúde deplorada pelos críticos sociais anticapitalistas” (citando Platão, *Leis* 12, 846E, e Diodoro, 1, 74), e que os trabalhadores livres “sabiam perfeitamente bem” que a competição dos escravos era responsável por seu empobrecimento em massa; Oertel insistia em que a existência da escravidão representava uma diferença qualitativa, pois apenas ela provia esse empobrecimento “de bases diversas e de uma coloração diversa”. Exceto por esse aspecto, não havia diferenças significativas, já que na Antiguidade existiam tanto o espírito capitalista quanto o talento (*Veranlagung*) técnico.⁹⁷

Citadas assim, isoladamente, parecem ser generalizações corajosas, mas infelizmente não conduziram a nenhuma análise da economia, ou das implicações econômicas, da escravidão. Em 1907, um aluno de Pöhlmann, Kurt Riezler, publicou um ensaio de cem páginas, muito importante sob alguns aspectos, que dedicou a seu mestre. Nesse ensaio, argumentava que as restrições políticas e sociais inerentes à *pólis* haviam bloqueado o crescimento econômico, mas não mencionava, sequer uma vez, a escravidão.⁹⁸ Em 1930, o próprio Oertel escreveu um artigo sobre a herança de Demóstenes, com um título sonoro: “Sobre a questão da indústria em larga escala na Ática”. Dada a natureza da herança, o artigo era todo ele, inescapavelmente, sobre escravos, mas sem nunca dar conta daquela diferença qualitativa que ele mesmo enfatizara em sua edição do livro de Pöhlmann.⁹⁹

E figuras como essa eram parte de uma minoria que se preocupava com questões teóricas. Os outros não tinham

problemas. Se tivessem interesse por história social, econômica ou legal, a escravidão seria sempre parte de uma série de instituições e práticas à disposição da pesquisa erudita por “fatos”. As incômodas questões levantadas por Marx e outros economistas políticos podiam ser colocadas de lado, embora ainda houvesse questões controvertidas, de cunho aparentemente moral (às quais deverei retornar adiante). Já aqueles cujos interesses eram principalmente políticos e culturais podiam tranqüilamente ignorar essa instituição.

Até aqui venho falando apenas de estudiosos alemães, porque o debate foi simplesmente monopolizado pelo mundo de língua alemã, ao qual se restringiu. Em outros lugares, havia uma indiferença quase total, exceto, obviamente, entre economistas, historiadores da economia e sociólogos. Mesmo na Itália, já em 1908, foi possível a Calderini escrever uma útil monografia sobre a manumissão e os libertos na Grécia¹⁰⁰ — ainda a única existente —, que era quintessencialmente antiquária, parecendo desconhecer os esforços que Ciccotti, Salvioli, Barbagallo, Ferrero e Pareto faziam para transformar o estudo da história antiga (e, certamente, não se interessando por eles).

A indiferença francesa, já notada,¹⁰¹ é enigmática, pois os intelectuais e acadêmicos franceses, ao contrário dos alemães, eram geralmente abertos à tradição socialista e revolucionária. Em nenhuma parte, contudo, encontramos traços da agitação em torno do assunto que vimos analisando. Paul Guiraud escreveu um livro de 650 páginas sobre a propriedade territorial na Grécia, no qual a escravidão é contemplada com duas páginas, os hilotas com quatorze e a “teoria e prática socialista” com quarenta. Sua conclusão alerta contra a inferência de leis universais: “o fato de a Grécia ter perecido graças ao socialismo agrário não implica que estejamos condenados à mesma sorte”.¹⁰² Paul Louis, no volume dedicado à Roma da *Histoire universelle du travail*, diz-nos, explicitamente, que não há “mistérios”, que tudo se desenvolveu com uma lógica “manifesta e irrefutável”; que as instituições romanas, por exemplo, “permitiram que esse proletariado vivesse em ociosidade”; que havia, certamente, capitalismo — “pouco importava se o trabalho fosse livre ou escravo”; que o colonato (o campesinato dependente da Anti-

guidade tardia) “estabeleceu-se no lugar do sistema escravista numa transição quase imperceptível”.¹⁰³ Paul Louis não era um historiador da Antiguidade, mas um especialista na história do socialismo e do sindicalismo franceses, tão modernista como Eduard Meyer, mas com uma guinada à esquerda (como dizem os italianos). Gustave Glotz, por outro lado, autor do volume grego dessa mesma série, era na França o principal historiador da Grécia, de sua geração; tudo o que ele podia oferecer, contudo, era um capítulo sobre a escravidão em nada superior ao *Besitz und Erwerb*, de Büchenschütz, a não ser por esta surpreendente generalização: “a ausência de maquinário é ao mesmo tempo a causa e, até certo ponto, o efeito da escravidão industrial” (repetida através do livro por mais vezes do que posso contar); e por uma peroração final de duas páginas sobre as razões que tornavam impossível concordar com Bücher ou Meyer — cujas noções não havia levado em conta no desenvolvimento do livro.¹⁰⁴ E, por fim, Jules Toutain, que proclamara na introdução a *L'économie antique* (1927) a rejeição de todas as teorias e hipóteses, propugnando um relato “objetivo” da documentação em si mesma — um método aplaudido por Henri Berr, que encomendara o volume para sua série *L'évolution de l'humanité* — e que conseguira encontrar na documentação, sobre o tema da escravidão, não mais que o suficiente para preencher três páginas corridas, se não estivessem dispersas através do livro. “Escravos, empregados no trabalho da terra, eram muito numerosos em todas as cidades-Estado gregas” (p. 52), eis uma de suas citações típicas e completas.

Não há necessidade de continuar este catálogo entre os franceses, ou mesmo alhures, examinando por exemplo a *Economic history of Rome* (1919, 1927), de Tenney Frank, ou os vários volumes da *Economic survey of ancient Rome*, que ele editou. Nada mudou, nada progrediu. Houve raras exceções, e duas merecem ser mencionadas. Em 1900-01, Henri Francotte publicou dois volumes de *L'industrie dans la Grèce ancienne*, que ainda permanece único e inigualado. Francotte podia reunir e citar a documentação como o melhor dos anti-quários, mas nunca perdia de vista seu objetivo de “relacionar meu objeto de estudo ao conjunto (*ensemble*) da história

da Grécia, ligando os destinos da indústria aos da própria sociedade". De forma serena, mas persistente, empreendeu examinar o debate Bücher-Meyer; apoiar Bücher no caso particular da indústria, mas negando que a noção de *Hauswirtschaft* (economia doméstica) desse conta da economia grega; analisar a indústria, inserindo-a num contexto mais amplo e oferecendo a melhor contribuição que possuímos da complexa integração entre trabalho livre e escravo na manufatura — tudo com tanta placidez que esse excelente livro acabou quase completamente esquecido.¹⁰⁵ W. E. Heitland foi um dos que não desdenharam Francotte. Sua obra *Agrícola* (1921) tem muitas virtudes semelhantes, embora seja menos sofisticada em sua análise econômica e tenda a confundir considerações econômicas e morais. Apresenta, também, um grande defeito: a organização do material segundo os autores antigos, razão evidente de Heitland, ao contrário de Francotte, ser ainda regularmente consultado: não há lugar mais conveniente para se procurar o que Demóstenes, os juristas romanos ou Símaco nos dizem sobre a agricultura.

Poucos anos depois, Westermann, recomendado por Rostovtzeff, era convidado por Wilhelm Kroll a escrever uma "síntese da história da escravidão greco-romana,¹⁰⁶ para a enciclopédia clássica, em vários volumes, conhecida como "Pauly-Wissowa". O primeiro volume da enciclopédia havia aparecido em 1894 e sua publicação tinha progredido constantemente, por uma geração, antes que alguém considerasse necessário incluir um artigo substancial sobre a escravidão. Não sei se a iniciativa partiu de Kroll, editor à época, ou de Rostovtzeff. Este último tinha um longo envolvimento com o assunto: os historiadores russos com os quais estudara tinham um interesse social (e sociológico) atípico entre os pesquisadores europeus da época. Já em 1910, Rostovtzeff havia publicado um livro abrangente, e de grande importância, sobre o colonato, enquanto Westermann não tinha publicações que justificassem a sua inclusão no Pauly-Wissowa, embora tivesse escrito uns poucos artigos sobre temas econômicos. Pôs-se a trabalhar dentro da mais estrita tradição da pesquisa alemã, que absorvera quando aluno de Eduard Meyer, a quem admirava. Como Meyer, ele tinha pouco conhecimento ou interesse nos *Nationalökonomien*,

além de uma predisposição a minimizar a escravidão sempre que se apresentasse uma possibilidade razoável.¹⁰⁷

Mas Westermann admirava, igualmente, Rostovtzeff, tendo dedicado à sua memória o livro sobre a escravidão que se seguiu ao artigo no Pauly-Wissowa. “É difícil”, escreveu uma vez, quando se atreveu a discordar dele, “opor-se à grande autoridade do falecido professor Rostovtzeff no tocante aos problemas sociais e econômicos dos períodos helenístico e romano da Antiguidade”.¹⁰⁸ Isso criava um dilema. Rostovtzeff pode ter sido um “modernista”, como outros o eram, desprezando as teorias econômicas, em particular o marxismo, termo que empregava genericamente para uma ampla gama de posições teóricas.¹⁰⁹ Contudo, sua liberal *Weltanschauung* e sua formação — tinha quase 50 anos quando deixou a Rússia durante a revolução — eram totalmente distintas das de Meyer, por cujas opiniões em matéria econômica mostrava, em geral, pouca simpatia. “Os pesquisadores modernos”, escreveu ele numa afirmação importante e concisa, “com receio dos exageros grosseiros e insustentáveis da doutrina marxista, tendem a minimizar o número de escravos e o papel que tiveram na economia grega antes do período helenístico”.¹¹⁰

Por detrás dessa generalização havia um sério esforço para compreender a aparente “crise” que se abateu sobre a *pólis* clássica no século IV a.C. e, em particular, o impacto recíproco dos trabalhos escravo e livre.¹¹¹ Seguiam-se relatos igualmente sérios e cuidadosamente matizados da escravidão helenística, região por região. Não é preciso reafirmar, aqui, minhas próprias discordâncias da concepção que Rostovtzeff tinha da economia antiga. Meu objetivo é investigar como a escravidão é dinamicamente analisada dentro de uma narrativa histórica, não importando se ela está certa ou errada. Tampouco me interessam as incongruências: Rostovtzeff podia afirmar que no período helenístico a economia “diferia da economia moderna apenas quantitativamente e não em termos de qualidade”¹¹² e, ao mesmo tempo, escrever que “se considerarmos a extensão dos serviços que os cidadãos deviam prestar ao Estado... não nos surpreenderá o fato de a economia de Rodes (helenística) basear-se... em estrangeiros e escravos”.¹¹³

Pode-se, certamente, discutir a análise que Rostovtzeff fez da *pólis* no século IV, considerando que o capítulo de Westermann, intitulado “Das guerras médicas a Alexandre. A posição social da escravidão na *pólis*”, revela, senão ignorância, ao menos total indiferença pelas questões mais importantes. Ou ainda, para citar outro exemplo, sua breve crítica (p. 37) do papel que Rostovtzeff confere à escravidão na Rodes helenística, na qual emprega um argumento estatístico sem valor como se fosse resposta suficiente ao que era uma sólida visão estrutural. Paradoxalmente, e à parte o persistente tom “negativista”, não aparece influência da doutrina fundamental de Meyer. Com efeito, é impossível descobrir por que Westermann afirma, no início, que Meyer fundou as bases do estudo moderno da escravidão, pois faz apenas uma dúzia de referências a Meyer, na maioria dispensáveis, rejeitando implicitamente sua absurda concepção cíclica e repudiando abertamente sua interpretação dos atos do tirano coríntio Periandro.¹¹⁴ Tampouco aparece a cruzada de Meyer contra os *Nationalökonomien*. Apenas o fantasma de Meyer é onipresente.

Os erros de Westermann foram várias vezes demonstrados em resenhas e em publicações subseqüentes sobre a escravidão antiga.¹¹⁵ O que de tão errado teria acontecido com uma obra que, do ponto de vista da erudição, era bastante considerável? Uma curta resenha do artigo do Pauly-Wissowa termina assim: “A organização e o caráter essencialmente antiquário da enciclopédia proíbem uma discussão teórica efetiva e uma síntese das questões fundamentais... Para uma tal discussão, devemos esperar o livro de Westermann, que será publicado em breve”.¹¹⁶ Eu mesmo escrevi essas palavras em 1936, quando era um jovem estudante caminhando, obviamente, sobre ovos — o que explica que tenha, insinceramente, atribuído a responsabilidade à enciclopédia —, e tentando, desesperadamente, transmitir certos sinais. Em vão. Westermann continuou sua pesquisa, de forma sistemática e quase obsessiva, por quase duas décadas, e quando o livro finalmente apareceu, em 1955, nada tinha mudado, além da inserção de mais documentos e de alguns tópicos marginais; nada, exceto os novos capítulos finais, que continham o único argumento desenvolvido de

todo o livro, dirigido contra a visão de que estoicismo e cristianismo tivessem contribuído substancialmente para o declínio da escravidão. Esses capítulos finais levantam uma questão: era (ou é) possível escrever melhor “síntese da história da escravidão greco-romana”?

Voltarei a essa questão na conclusão. Enquanto isso, alcançamos já metade do presente século sem ter encontrado muitos sinais dos debates acalorados que anunciei no início do capítulo. Excetuando-se a questão isolada do cristianismo e sua relação com a escravidão, o calor vinha da questão, mais ampla, da natureza da economia antiga, e daquela ainda mais vasta, dos estágios do desenvolvimento histórico, na qual a escravidão era apenas um fator a mais. No tocante à escravidão, a temperatura não se elevou antes da década de 50 e, mesmo então, quase sem aviso.

O primeiro sinal, que passa facilmente despercebido, foi o anúncio, em 1951, de que a Academia de Mainz estava para embarcar num grande programa de pesquisas sobre a escravidão antiga, sob a direção de Joseph Vogt. Ele, que até aquela época ignorara conscientemente o tema, vem desde então organizando o programa de Mainz (embora suas publicações na área sejam apenas artigos, e não livros). No espaço de uma década Vogt havia publicado ensaios sobre “Escravidão e humanidade” e “A estrutura das antigas guerras servis”, além de sua comunicação reitoral em Tübingen sobre “Relações humanas na escravidão antiga”; três monografias haviam aparecido em Mainz; uma pequena, de Micknat, sobre a escravidão homérica, os dois volumes de Lauffer sobre a escravidão nas minas de Laurion e o primeiro dos quatro volumes de Bömer sobre os escravos e a religião. Os sinais da iminente controvérsia ideológica tornavam-se agora claros, mas ninguém se deu conta até o Congresso Histórico Internacional de Estocolmo, em 1960, quando eclodiu um violento conflito.

O epicentro da tempestade era, novamente, a Alemanha, mas concentrando-se na escravidão como nunca ocorrerá. Para identificar sua fonte, é necessário retornar brevemente a dois fenômenos ocorridos no meio século precedente. O primeiro é a ressurreição do “humanismo clássico” no início do século XIX, com sua glorificação da validade eterna

e universal do helenismo e sua identificação do “espírito” helênico com o germânico.¹¹⁷ A “fé” (*Glaube*) tinha cedido passo, entre os classicistas alemães de fins do século XIX, à pesquisa “pura”. Ou seja, sem abandonar-se à admiração pelas virtudes gregas ou à convicção de sua estreita afinidade com elas, o antigo zelo evangélico foi abafado sob crescentes quantidades de publicações especializadas (de cunho antiquário). Perdeu-se, assim, o senso do propósito. Uma reação a isso partiu de Eduard Meyer; uma outra, do que é, por vezes, conhecido como o “terceiro humanismo”, liderado por Wilamowitz e, depois, por Werner Jaeger. Tal como o de Humboldt e seus discípulos, de quem se considerava o herdeiro espiritual, o terceiro humanismo vinha a ser, nas palavras de Momigliano, uma “religião do classicismo”, um “misticismo classicista intuitivo” (ou “demoníaco”).¹¹⁸ Como o humanismo de Humboldt, era também um misticismo alemão. Para Eduard Schwartz, “o objetivo do *Gymnasium* pode ser somente educar os alemães através da Antiguidade”: para Stier, *Deutschtum* e *Griechentum* estão fundidos; para Jaeger, o humanismo clássico era obra do “*Geist* germânico e protestante”.¹¹⁹

Entre seus porta-vozes estavam, sem dúvida, alguns dos maiores filólogos de sua época, o que fortaleceu seu poder de choque. Em seu retorno a Humboldt adotaram uma perspectiva diferente frente à escravidão, seguindo a orientação de Meyer, mas indo, geralmente, mais longe que ele. Enquanto a escola de Humboldt aceitava abertamente a escravidão como uma condição necessária àquele “espírito liberal que jamais reapareceu nessa extensão em outro povo, ou seja, o papel espiritual das atitudes nobres e grandiosas verdadeiramente dignas de um homem livre”,¹²⁰ o terceiro humanismo simplesmente a esquecia. Saudando Wilamowitz em seu octogésimo aniversário, Eduard Schwartz dizia ter ele recuperado “o conhecimento da *Hellenentum* como um fenômeno histórico, em todas as suas manifestações, do princípio ao fim, em seus deuses, heróis e homens, em todos os seus *constructos*, nas formas de sua poesia e de sua oratória, em tudo o que fez e sofreu, que criou e almejou”.¹²¹ Esse longo catálogo dos componentes da *Hellenentum* não incluía, patentemente, a escravidão. No livro de Wilamowitz

sobre “Estado e sociedade na Grécia”, eles não mereciam mais que um mero parágrafo, cujo núcleo consistia na melhora trazida “pela religião e pelo costume” e uma dúzia de frases ou asserções variadas, duas das quais não faziam senão “descartar a escravidão”.¹²² Jaeger foi mais cuidadoso: a palavra “escravo” não aparece nos detalhados índices remissivos dos três volumes da *Paideia*.

O outro processo ocorreu fora da Alemanha. A Revolução russa havia estimulado um volume sem precedentes de estudos históricos marxistas no campo da história antiga, e esse estímulo permaneceu restrito, embora não totalmente, aos confins da União Soviética. Assim, nesta breve análise, limitar-me-ei aos escritores russos.¹²³ Nos primeiros dez ou vinte anos após a Revolução, a velha geração de historiadores, muitos dos quais haviam permanecido no país, procurava principalmente adaptar-se ao marxismo. Essa preocupação estimulou um interesse renovado pela controvérsia Bücher-Meyer, numa época em que já tinha sido esquecida em outros lugares: A *Entstehung der Volkswirtschaft*, de Bücher, foi traduzida para o russo em 1923 e, no ano seguinte, a parte de *Beiträge* relativa à Grécia. A escravidão antiga, contudo, não motivou pesquisas de primeira importância, menos ainda a partir de meados dos anos 30, quando a periodização de Engels tornou-se dogma oficial: todas as sociedades antigas, incluindo-se o antigo Oriente Médio, foram classificadas simplesmente como “sociedades escravocratas” e com “modo de produção escravista”. Fórmulas prontas tomaram o lugar da pesquisa, exceto em aspectos marginais ao tema. Dessa forma, quando o grande debate começou em 1951, não havia trabalhos marxistas sobre a escravidão (dentro ou fora da União Soviética), posteriores a Ciccotti e Salvioli, que tivessem verdadeira importância. Isso foi reconhecido pelos classicistas soviéticos no início dos anos 60. No começo de 1963, por exemplo, G. G. Diligenskii, o rígido editor da *Vestnik Drevnei Istorii* (*Revista de História Antiga*) lamentava que “o culto à personalidade houvesse exercido uma influência determinante e negativa para a pesquisa histórica, em particular, no caso da história antiga”. Questões como as diversas formas de relações servis, continuava ele, “eram, por vezes, resolvidas com o auxílio de fórmulas esquemáticas,

empregadas sem a necessária análise concreta de todos os fenômenos de uma realidade histórica multifacetada”.¹²⁴

A Segunda Guerra Mundial foi aqui, como em muitos assuntos mais importantes, um divisor de águas. Novamente selecionarei dois elementos, que provocaram impacto em muitos países, mas principalmente na Alemanha. O primeiro foi a crescente pressão para um reexame do ensino superior, em particular do papel da educação clássica que, na Alemanha, baseava-se no *humanistische Gymnasium* tradicional. Ali, com efeito, reconstrução seria uma palavra mais adequada do que reexame, entre outras razões, pelo recuo apressado dos conceitos centrais e determinantes de raça e *Führertum*.¹²⁵ O segundo foi a criação do bloco socialista, no qual o marxismo era a filosofia oficial dos estudos históricos, e aqui novamente a Alemanha se via numa posição especial, dada a divisão do país e de Berlim.

Tais elementos já estão presentes nas primeiras publicações de Vogt e do projeto de Mainz. Sua emergência abrupta pode surpreender: a segunda edição de *História da República Romana*, de Vogt, publicada em 1951, revela um desinteresse maior que o normal pela escravidão, quase não encontrando espaço para mencionar as revoltas servis dos séculos II e I a.C. Talvez devesse dizer explicitamente que, no que se segue, não possui informações confidenciais, nem atribuo nada a uma deliberação fria, a uma decisão consciente em adotar determinada linha. Todas as minhas inferências e interpretações provêm dos trabalhos que foram publicados, atrás dos quais, obviamente, estão *Paideia* e *Bildung*, de Vogt e seus co-autores. Deveria também dizer, como já disse em outro contexto, que o projeto de Mainz, como um todo, inclui trabalhos diferentes em sua abordagem e em sua qualidade. Há, entre livros e artigos, alguns trabalhos bons, outros inferiores, como na maioria dos projetos, havendo alguns que estão ultrapassados por seu positivismo mais ou menos neutro. Preocupado com a ideologia, serei abertamente seletivo e, no momento, concentrar-me-ei nos artigos do próprio Vogt, especialmente nos primeiros, que, como me proponho a demonstrar, já contêm os principais elementos ideológicos que desde então dominam os debates. Artigos que, é importante notar, ele se dispôs a reeditar, praticamente inalterados, numa tradução inglesa de 1974.

Em 1961 Vogt proferiu uma conferência ao Deutscher Altphilologenverband, intitulada “Pesquisas sobre a escravidão antiga de Humboldt até o presente”. Esta foi posteriormente publicada na revista *Gymnasium*, que gosta de se imaginar como porta-voz dos *humanistische Gymnasia*. Mas por que Humboldt, que jamais pesquisou a escravidão antiga e raramente a menciona em seus alentados escritos? A resposta é que Vogt identifica-se com a tradição alemã de “humanismo”, cujo patrono é Humboldt.¹²⁶ Seu primeiro ensaio, “Escravidão e humanidade”, termina com estas palavras: “A escravidão foi essencial à existência dessa [da Grécia] vontade fundamental de viver e da devoção às considerações do espírito... Essas forças, fundamentais ao helenismo, conseguiram extrair da pobreza do solo, da inclemência do clima, da oposição de um mundo hostil, a milagrosa criação da *pólis* e de sua civilização. A escravidão e a conseqüente perda de humanidade foram parte do sacrifício a ser pago por essa realização”.¹²⁷

Mas isso não é tudo. “Talvez”, escreve ele num ensaio posterior, “caiba agora aos estudos clássicos sustentar a existência de padrões intelectuais em todas as áreas do conhecimento e do saber, sob condições de igualdade geral e liberdade universal”. Se “o humanismo dos estudos clássicos deve sobreviver em nosso mundo”, devemos abandonar a antiga “tolerância” humanista, “com a desumanidade que permitiu a gregos e romanos assegurar seu desenvolvimento como seres humanos”; devemos “retratar a sociedade humana como realmente é, sem ocultar ou atenuar seus aspectos negativos”.¹²⁸ Aqui se encontra, a meu ver, uma das chaves do ensaio, uma espécie de “salvação dos fenômenos”, resgatando o “humanismo clássico” por meio de certas concessões. Acrescentaria que “a sociedade humana como realmente é” não parece afinal tão má, pois Vogt procura e encontra a “humanidade” que brotava constantemente da própria prática da escravidão. Não é nada irrelevante que nesta pesquisa “desde Humboldt”, apenas uma única grande figura seja preservada: Eduard Meyer.

Dentro daquela tosca dicotomia que sugeri no início, o interesse de Vogt pela escravidão antiga seria moralista (ou talvez “espiritual”), mas não sociológico. Por isso sua obses-

são pelo marxismo trilhava um caminho limitado. A “característica marcante” do artigo de Eduard Meyer sobre a escravidão, escreve, é “que destrói a noção de um desenvolvimento supostamente regular do comunismo primitivo... até o proletariado do capitalismo moderno. Fatores políticos e várias outras forças são colocadas ao lado das econômicas...”. O marxismo, ao contrário, “só pode abordar o tema em termos de produção material e de criação de uma estrutura de classes”. Dessa forma, em suas repetidas expressões de discordância, Vogt nunca consegue ir além de genéricas objeções ao marxismo, tal como o vê. Suas preocupações são espirituais, as do marxismo são materiais. De todo modo, “os fins e as premissas básicas da pesquisa histórica marxista, em países sob governo comunista, foram antecipadamente fixados para todo o sempre”, tornando “muito difícil” o “entendimento” com eles.¹²⁹

Vogt manteve sempre um tom frio, mas os ânimos se exaltaram no Congresso Histórico Internacional de Estocolmo, em 1960 (um ano antes da construção do muro de Berlim, vale a pena notar). As comunicações impressas ocultam o clima rancoroso, especialmente entre alemães orientais e ocidentais: era preciso estar presente aos encontros para senti-lo. E a sessão sobre escravidão antiga, incluída no programa pela Associação Histórica Alemã, foi uma das frentes de batalha. “O resultado do confronto foi catastrófico”, escreveu mais tarde van Effenterre.¹³⁰ É possível demonstrar que o confronto não foi espontâneo. A revista alemã *Saeculum* dedicou todos os fascículos de 1960 à crítica ao marxismo. O que isso significava nos é revelado pelos títulos dos doze artigos: três referem-se a Marx ou ao materialismo histórico, um à história da Tchecoslováquia, os oito restantes à historiografia soviética. O conjunto foi descrito pelo eminente historiador francês Robert Mandrou como uma “peça de acusação”, recheada de “excomunhões e anátemas”, para um julgamento em que se negava ao acusado o direito de defesa.¹³¹ O primeiro fascículo foi preparado com antecedência e distribuído durante o Congresso. Trazia um longo artigo de Vittinghoff intitulado “A teoria do materialismo histórico sobre o antigo Estado escravocrata”, com o subtítulo “Problemas de história antiga nos ‘clássicos’ do marxismo e na

moderna pesquisa soviética”. Esse ensaio enquadra-se perfeitamente na descrição de Mandrou: Vittinghoff ignorou as publicações que não apoiavam sua posição e restringiu-se a generalidades e asserções programáticas.¹³² Isso era fácil demais: mesmo alguns historiadores soviéticos começavam a dizer coisas semelhantes, senão na mesma linguagem, ao menos em essência. Vittinghoff não discute qualquer questão relevante sobre a escravidão antiga, concentrando-se numa nota de rodapé (aliás, deslocada), com o inevitável: “Tudo de essencial já foi dito por Eduard Meyer em sua conferência fundamental de 1898”.¹³³

No programa do Congresso, Vittinghoff tinha apenas uma breve “comunicação” sobre o significado da escravidão na transição da Antiguidade à Idade Média do Ocidente.¹³⁴ Apesar do título abrangente, sua única preocupação era, novamente, com os absurdos encontráveis nos escritos soviéticos sobre o assunto, de 1933 a 1953. Na conclusão, reconhecia que essa abordagem, que descartava sem grande esforço, já não era mais aceitável para os próprios historiadores soviéticos. Mas, então, por que tudo isso? Acredito ter respondido dois anos antes do evento: “À guisa de discutir a escravidão antiga, tem havido uma desconexa discussão da teoria marxista, sem que, de qualquer lado, se lance mais luz sobre o marxismo ou a escravidão”.¹³⁵ No contexto do Congresso de Estocolmo, em 1960, o martelamento constante, a apresentação totalmente negativa e a insistência em restringir o marxismo aos autores soviéticos, tudo parece constituir um ato político intencional.

Escolhi deliberadamente uma situação extrema, dentro de uma conjuntura política e cultural que era, na verdade, multifacetada, e peço uma certa indulgência enquanto prosigo. Em 1963, Vogt encomendou uma monografia sobre escravidão e tecnologia no Império Romano. Quando o livro, escrito por Franz Kiechle, surgiu na série de Mainz em 1969, sua frase de abertura, em si nada óbvia, dizia: “A consideração dos métodos teve uma importância básica, desde o início, na concepção marxista da história”.¹³⁶ A penúltima frase, 176 páginas depois, rejeitava uma afirmação de Edward Thompson (identificado como “um historiador inglês influenciado pela visão marxista da história”) porque

“as estruturas sociais do século IV d.C. e do período que vai do fim da Idade Média à Era Moderna não eram, de forma alguma, radicalmente diferentes”. O livro, em si, contém muitas informações factuais sobre tecnologia no Império Romano. Mas meu presente interesse é apenas com ter sido concebido e escrito como um ataque incessante contra o marxismo. Kiechle inicia com uma afirmação tendenciosamente incorreta: “A opinião de que o uso do trabalho escravo era um obstáculo ao progresso técnico surgiu com Marx”.¹³⁷ Na seqüência do livro conclui que essa visão era exclusiva dos marxistas, o que só pôde fazer por meio de uma triagem incessante em suas citações de autoridades modernas.¹³⁸

Por essa época, Kiechle sugeriu a um aluno, Wilhelm Backhaus, que escrevesse sua tese sobre Marx, Engels e a escravidão. Defendida em 1971, foi publicada como livro em 1974 (não na série de Mainz). Novamente o leitor se surpreende: a primeira citação da primeira página do texto é de Stalin, e não de Marx ou Engels; no decorrer do livro, o “marxismo” recente compete com Marx ou Engels, identificando-se “marxismo” com os escritores da Europa oriental. Backhaus propõe, no prefácio, o princípio metodológico mais extraordinário que já encontrei na história das idéias: “No que se segue, o autor identifica como ‘marxistas’ todos os autores que se autodenominam assim. Estabelecer diferenças terminológicas a esse respeito não é sua competência, nem sua tarefa”.¹³⁹ A renúncia à responsabilidade intelectual não pára aí. À época em que Backhaus completa seu trabalho, surge no Ocidente, e em ritmo acelerado, uma bibliografia marxista; qualquer um que se familiarize com ela reconhecerá o quanto havia ali de francamente tateante, experimental e mutuamente polêmico. O volume de tal bibliografia, hoje em dia, quase ultrapassa a capacidade de um único historiador. Backhaus resolveu a dificuldade ignorando-a por completo: não há nenhum trabalho marxista sobre a escravidão antiga em sua bibliografia que seja escrito em inglês, francês ou italiano (além de Marx, Engels e Ciccotti). Entre vários defeitos, o quadro monolítico que traça é apenas uma caricatura da situação corrente no pensamento marxista — à qual se pode aplicar, com igual força, a

apreciação que Mandrou faz do artigo de Vittinghoff, de 1960: trata-se, igualmente, de um gesto político.¹⁴⁰

O hábito de usar o mundo antigo como plataforma para uma polêmica mais ampla não é, obviamente, exclusividade de nenhum campo ou escola. Não prosseguirei, contudo, no exame das tendências atuais. Não é meu intento fornecer uma revisão exaustiva da bibliografia. As omissões, consideráveis para o período após a Primeira Guerra, não trazem nenhuma implicação sobre a importância ou não de qualquer historiador ou publicação particular. Afinal, não disse nada sobre minha própria pesquisa na área e pouco sobre minha apreciação da escravidão antiga. Procurei demonstrar a extensão e a profundidade do sentido ideológico inerente aos estudos modernos sobre a escravidão antiga, concentrando-me em trabalhos acadêmicos de intenso conteúdo ideológico, embora raramente reconhecidos como tal nos meios acadêmicos (ao contrário da bibliografia marxista, automaticamente criticada por sua “tendenciosidade”). Backhaus conclui seu livro sobre Marx e a escravidão com estas palavras: devemos lamentar que “virtualmente os únicos historiadores que tentaram uma abordagem integrada da escravidão foram aqueles que trilharam o caminho aberto por Marx e Engels”. A conclusão, curiosa por partir dele, é que o antimarxismo não se constitui numa abordagem integrada. Concordo, e tentei demonstrar que, apesar disso, tem sido uma ideologia poderosa. Não desejo pedir o fim das preocupações teóricas. Nos estudos históricos, o resultado seria o mero acúmulo de dados isolados, de matéria-prima para o historiador, e não para a própria história. A difícil diferenciação a ser feita é entre teorias sociais adequadas e ideologia política em senso estrito.

Tampouco minha crítica da abordagem moralista implica o fim dos julgamentos morais. Retorno àquela questão retórica que coloquei no princípio sobre Wallon: qual a diferença de Atenas ter 100 mil, 200 mil ou 400 mil escravos? Cem mil seriam um mal menor? Não vejo validade num sistema ético que sustente tal questão, nem na crença de Vogt de que uma pesquisa detalhada produzirá, um dia, um cálculo de ordem moral, determinando se a escravidão “foi um tumor benigno ou maligno no antigo corpo político”.¹⁴¹ A

escravidão é um grande mal: não há razão para um historiador não dizê-lo; mas dizer apenas isso, não importa com que apoio factual, é uma maneira vulgar de marcar pontos para a nossa sociedade contra uma que já morreu: “a indignação retrospectiva também é uma forma de justificar o presente”.¹⁴² A abordagem moralista contemporânea tomou outro caminho. Parte de uma alta apreciação da cultura antiga tentando, então, haver-se com a sua característica mais incômoda: a escravidão. Os que aderem à causa do neoclasicismo ou do humanismo clássico têm pouco espaço para manobras, a não ser preferindo ignorar o incômodo da escravidão antiga ou, como Vogt, tentando “salvar” a memória do cristianismo.

Devemos trilhar um outro caminho, e coloco novamente a questão, de forma diversa: por que devemos nos esforçar para estabelecer o número de escravos na Atenas clássica? Não basta responder, na linguagem de Wilamowitz e Eduard Schwartz, que desejamos saber tudo sobre o mundo clássico. Sua resposta, em primeiro lugar, pressupõe um ponto de vista neoclássico; em segundo, “saber tudo” pode facilmente degenerar na coleta de todas as borboletas (ou selos, ou caixas de fósforos) conhecidas. Inserir a escravidão na sociedade antiga a fim de entender essa sociedade é uma tarefa muito mais difícil e compensadora. Mas exige que se proponham as questões corretas, e que seja o historiador a fazê-lo. As fontes antigas raramente o fazem e, quando fazem, com frequência enganam-se quanto às perguntas corretas, pois fazem as suas, e não as nossas. Aqui se localiza o inevitável defeito do famoso “método filológico”: esquece a verdade metodológica elementar que Charles Darwin, em 1861, expressou da seguinte maneira: “Há cerca de trinta anos, dizia-se muito que aos geólogos cabia observar, não teorizar; e me recordo de ouvir alguém dizendo que, dessa maneira, um homem poderia ir a uma cascalheira, contar todas as pedras e descrever suas cores. É curioso como ninguém percebe que uma observação, para ser útil, deve ser a favor ou contra uma opinião”.¹⁴³ Numa linguagem mais formal, todas as assertivas “pressupõem conceitos cujo significado é, ao menos parcialmente, dado pelo contexto teórico”.¹⁴⁴ Nem o filólogo nem o historiador podem considerar-se exceções.

Buckland observou que “quase não há questões”, na lei romana, “cuja solução não seja afetada pelo fato de uma das partes ser um escravo”.¹⁴⁵ É muito pouco. Diria que não houve atitude, crença ou instituição da Antiguidade greco-romana que não fosse afetada, de um modo ou de outro, pelo fato de alguém envolvido *poder ser* um escravo. Segue-se que a escravidão não pode ser retirada de seu contexto. Segue-se, igualmente, que a resposta àquela questão que coloquei e abandonei acima — se podemos esperar uma síntese da escravidão qualitativamente melhor do que a “História da escravidão greco-romana” de Westermann — é complexa. Pode haver, sem dúvida, uma que seja mais precisa, mais completa em seu conhecimento e controle das evidências antigas, organizada de forma mais segura e coerente. A dificuldade maior, contudo, não está em detalhes da obra de Westermann, mas em sua visão da sociedade antiga em particular, e do processo social em geral. Qualquer livro do gênero, assim com qualquer história da guerra, da religião ou da economia antiga ou moderna, ocidental ou oriental, traz subjacente uma visão desse tipo, que só pode explicitar de forma limitada. Vale a pena observar como o atual debate sobre a escravidão americana ultrapassa as desavenças sobre os dados imediatos e sua interpretação, movendo-se em direção a “outros” temas: catolicismo e protestantismo, racismo, gestão absenteísta das propriedades, mercado mundial do algodão, limitações inerentes a uma estrutura federativa, *ad infinitum*. Um debate sério sobre a escravidão antiga não difere qualitativamente, embora os outros temas sejam diferentes e os dados disponíveis desesperadamente escassos. Uma “síntese” genuína da história da escravidão antiga só pode ser, no fim das contas, uma história da sociedade greco-romana.

O SURGIMENTO DE UMA SOCIEDADE ESCRAVISTA

Fustel de Coulanges inicia seu notável estudo do colonato romano desta forma: “O colonato é uma das mais obscuras instituições do Império Romano... A escravidão é mais fácil de se explicar”. Estava errado sobre esta última. A escravidão, continua ele, era sem dúvida “um fato primordial, contemporâneo das origens da sociedade; tinha suas raízes numa era da espécie humana na qual todas as desigualdades tinham sua *raison d'être*”.¹ Mas gregos e romanos, ao que parece independentemente, transformaram este “fato primordial” em algo novo, absolutamente original na história do mundo (e raro no curso da história): um sistema institucionalizado do uso, em larga escala, do trabalho escravo nas cidades e nos campos; na terminologia marxista “o modo de produção escravista foi a invenção decisiva do mundo greco-romano”.² Esta invenção não “é fácil de se explicar”.

Devemos começar com uma distinção grosseira, mas fundamental e mesmo de senso comum, entre trabalho para si e trabalho para outrem. “Para si” não deve ser entendido em sentido estritamente individual, mas englobando a família, nuclear ou extensa, segundo o caso de cada sociedade específica. Isso implica que o trabalho das mulheres e crianças dentro da família, não importa quão autoritária e patriarcal seja sua estrutura, não entra na categoria de trabalho para outrem (embora saiba que se possam levantar várias objeções a esta afirmativa), e tampouco a atividade cooperativa interfamiliar, como nos períodos de colheita. “Trabalho para outrem” implica não apenas que “outro” se aproprie de

uma parte do produto, mas também que costumeiramente controle, de forma direta, o trabalho a ser feito e o modo de fazê-lo, seja pessoalmente ou por meio de seus agentes e administradores. Nem o camponês independente nem o arrendatário satisfazem normalmente essa segunda condição, embora paguem taxas e/ou rendas e possam estar sujeitos, de várias maneiras, à lei pública. Também isso é lugar-comum, mas é preciso insistir nele, pois o fracasso em se traçar essa distinção elementar conturbou boa parte do debate sobre a escravidão antiga no século passado.

A necessidade de mobilizar força de trabalho para tarefas superiores à capacidade de um indivíduo ou de uma família existe desde a Pré-história. Tal necessidade faz-se presente toda vez que se atinge um estágio suficiente de acumulação de recursos e de poder em certas mãos (rei, templo, tribo dominante ou aristocracia). E a força de trabalho indispensável foi obtida por compulsão — pela força das armas ou da lei e do costume, em geral por ambos — para todos os fins (ou interesses) não alcançáveis pela simples cooperação: na agricultura, na mineração, nos trabalhos públicos ou na fabricação de armas. O trabalho compulsório pôde assumir uma considerável variedade de formas, no passado e em nossos dias:³ escravos por dívidas, clientes, peões, hilotas, servos, escravos-mercadoria e assim por diante. Sob qualquer forma, contudo, a compulsão em jogo é bem diferente daquela subjacente ao trabalho assalariado, que exige que se abstraia conceitualmente a força de trabalho do homem que a possui. O trabalhador assalariado, quando aceita um emprego, cede também um pouco de sua independência, mas essa perda não pode ser classificada como aquelas que sofrem servos e escravos.

Nas sociedades mais antigas, o trabalho assalariado livre (embora bastante atestado) era espasmódico, casual e marginal. É significativo que em grego ou latim não exista uma palavra para expressar a noção geral de “trabalho” ou o conceito de trabalho como “uma função social geral”.⁴ Foi tão-somente com o desenvolvimento do capitalismo que o trabalho assalariado surgiu como a forma característica de trabalho para outrem. A *força de trabalho* tornou-se, então, uma das principais mercadorias à venda. No caso da escla-

vidão, ao contrário, a mercadoria é o *próprio trabalhador*. O escravo é, neste sentido, algo de singular no conjunto das formas de trabalho, apesar de assemelhar-se, por exemplo, às manifestações mais opressivas da servidão ou ao trabalho forçado.⁵ Escravos e assalariados situam-se, assim, em pólos opostos do trabalho para outrem. Historicamente, contudo, a comparação relevante é entre escravidão e outras formas de trabalho compulsório. Como sistemas institucionalizados de trabalho organizado, outros tipos de trabalho involuntário precederam o escravo-mercadoria, e ambos precederam (e depois coexistiram com) o trabalho assalariado. Para se entender a escravidão antiga, portanto, são necessárias algumas considerações preliminares sobre os sistemas de trabalho entre os quais ele surgiu, e que veio a substituí-la largamente em algumas áreas-chave do mundo clássico, mas certamente não em todas.

Antes de mais nada, é preciso admitir que na bibliografia histórica e sociológica corrente, a classificação dos tipos de trabalho encontra-se em mau estado. Por detrás de uma classificação defeituosa está, obviamente, uma teoria defeituosa, ou ao menos uma conceitualização inadequada. Há apenas poucos anos, Meillassoux podia queixar-se de que: “No estado atual das pesquisas, não existe, com efeito, nenhuma teoria geral que nos permita identificar a escravidão ou as bases objetivas de seu aparecimento (*existence éventuelle*)... Não veio à luz nenhum critério formal que permitisse uma distinção categórica entre escravos, de um lado, e os demais elementos, de outro”.⁶ Num dos extremos, insiste-se tanto em algumas distinções marginais, que todas as instituições vêm-se reduzidas a uma infinidade de instâncias isoladas, impossibilitando sua análise ou compreensão. Lauffer, por exemplo, assegurou-nos, no Congresso de História de Estocolmo, que não se deve traduzir o grego *doulos* ou o latim *servus* por “escravo”, pois tal palavra nos remete à escravidão negra moderna, enquanto “o ‘escravo’ antigo é um tipo social completamente diferente” (embora nunca nos diga o porquê).⁷ No outro extremo há a tendência a criar uma “miscelânea supra-histórica” que “desafia os princípios científicos”.⁸ Uma variante, comum entre antropólogos anglo-americanos, procede assim (e isto não se restringe, em

absoluto, à escravidão): primeiramente traduzem uma profusão de, digamos, situações sociais e sua terminologia na África, pela palavra “escravo”; em seguida, destacam que, em aspectos fundamentais, esses assim chamados escravos diferem profundamente dos escravos da Antiguidade clássica ou das Américas; por fim, em vez de reconsiderarem a denominação de “escravos” para seus objetos de pesquisa, esses antropólogos protestam furiosamente contra o “etnocentrismo” dos historiadores e sociólogos “ocidentais”, exigindo que estes redefinam e reclassifiquem os escravos a fim de prover um lugar a seus próprios pseudo-escravos.⁹

Uma situação ainda pior predomina em relação às outras formas de trabalho compulsório que apareceram no curso da história. Um sinal dessa nova grave dificuldade de compreensão é o fato de não conseguirmos nem mesmo traduzir esses termos nas línguas modernas ocidentais: “hilita” não é tradução, é empréstimo; “escravidão por dívidas” foi cunhado artificialmente; *pelatai*, *laoi*, *clientes*, *coloni* não são nem mesmo empréstimos, são transliterações.

Quando afirmo que não podemos traduzi-los, isso não implica que os historiadores devam fazê-lo ao escreverem sobre o mundo greco-romano ou, ainda mais, sobre o antigo Oriente Próximo. O magnetismo da tradicional divisão do trabalho em três partes — escravo, servo, livre — parece irresistível. Todos os que não são claramente livres ou escravos são rotulados de servos — os hilitas de Esparta, os *penestai* da Tessália, os *laoi* da Ásia Menor helenística e romana e os vários tipos de dependentes que compunham a maioria da população mesopotâmica. Os feudalismos exóticos, que tanto irritaram Marc Bloch,¹⁰ vêm proliferando desde então, tendo atingido o que se chamou de “o impasse de um feudalismo quase universal”.¹¹ Outro partido foi o tomado por uma escola marxista contemporânea. Num artigo recente, com o título revelador de “Escravos, hilitas e servos no início da Antiguidade”, Diakonoff, o eminente assiriologista de Leningrado, afirma que “não existem diferenças entre esses dois tipos de trabalhadores (escravos e hilitas/servos) no tocante aos aspectos principais, pois ambos eram explorados através de coerção extra-econômica e igualmente privados da propriedade dos meios de produção”. Subjacente

a essa conclusão, parcialmente errônea em termos factuais, está uma desesperada ação de retaguarda, visando “salvar os fenômenos” do esquema unilinear de Engels. Segundo Diakonoff, “todas as sociedades antigas, na Europa e em outros continentes”, pertencem “a uma formação sócio-econômica tipologicamente idêntica”, compartilhando “um sistema comum de produção, típico da Antiguidade”.¹²

Não é de surpreender que tentativas de classificação, boas ou más, dependam de considerações teóricas ou ideológicas subjacentes. Enquanto Lauffer defende a apreciação humanística da sociedade clássica, insistindo na singularidade do escravo antigo como tipo social, Diakonoff e sua escola defendem sua versão do marxismo pela criação de “uma fácil miscelânea supra-histórica que desafia todos os princípios científicos de classificação”. Este último, com efeito, cai num raciocínio tautológico: o escravo é um instrumento no modo de produção escravista. Contudo, para citar novamente Meillassoux, “não é nada óbvio que a escravidão seja apenas uma relação de produção”.¹³ Se é ou não, trata-se de algo demonstrável, não de uma premissa axiomática. Ao menos um fato é indiscutível: a escravidão existiu como uma instituição fundamental em formações sociais tão diferentes como o Império Romano e os Estados Unidos no século XIX.

É óbvio que todas as formas de trabalho compulsório podem ser formalmente classificadas numa mesma categoria. Mas seria uma classificação útil? Será que compulsão extra-econômica e não propriedade dos meios de produção esgotam mesmo os “pontos principais”, como afirma Diakonoff? Serão sem importância as óbvias diferenças entre vários tipos de trabalho compulsório? Creio que uns poucos exemplos poderão sugerir a inadequação desse esquema simples como instrumento de análise histórica.¹⁴

Dificilmente se poderia negar que os hilotas fossem “dependentes coletivos”, ou seja, uma população inteira (ou várias) submetida à dependência, enquanto os escravos, por dívida ou não, eram submetidos individual e separadamente. Essa distinção é válida tanto para as centenas de milhares de escravos vendidos por Júlio César, quanto para os carregamentos de escravos africanos trazidos para as Américas: seu destino era individual, não coletivo.

Além disso, podemos afirmar com igual certeza que todas as categorias de trabalho compulsório, excetuando-se o escravo, possuíam, em graus variados, alguns restritos direitos de propriedade e, em geral, direitos muito maiores na esfera do casamento e da lei familiar. Tais direitos eram *de iure*, no menos em certas sociedades, bem documentados no “código legal” de Gortina, em Creta; ou mesmo apenas *de facto* em outras comunidades, embora tal sugestão possa basear-se em nada mais que escassez de evidências. De qualquer modo, as conseqüências eram grandes: hilotas, *clientes* e outros reproduziam-se automaticamente, ao contrário das populações escravas, e não requeriam reforços extremos para se manter em número necessário; além disso eram encarados e temidos, por seus senhores, como potencialmente revoltosos enquanto grupo, diria quase enquanto uma comunidade submetida.¹⁵ Os escravos por dívida de Atenas ou Roma arcaicas oferecem um exemplo extremo (e existiam, talvez, classes semelhantes de dependentes em outras comunidades antigas, das quais não temos informações). Conseguiram libertar-se *en bloc*, restabelecendo automaticamente sua posição como membros plenos de suas respectivas comunidades. Foi um conflito civil, uma luta no interior da comunidade, não uma revolta de escravos: estes últimos visavam emancipar-se individualmente, e não se incorporar à comunidade do seu senhor, ou transformar a estrutura social. Nesse contexto, vale a pena recordar que, quando os hilotas messênicos foram libertados (de novo *en bloc*) pelos tebanos após sua vitória sobre Esparta em Leuctra (371 a.C.), os messênicos foram imediatamente aceitos, pelo conjunto dos gregos, como uma comunidade devidamente grega.

Algumas objeções foram levantadas, no passado, contra minha ênfase nessa diferenciação entre formas de trabalho compulsório: o esquema como um todo seria apenas uma “abstração jurídica”, ou uma mera descrição de instituições “sem inquirir sobre sua função”.¹⁶ Na verdade, nenhuma classificação ou taxonomia, por mais detalhada que seja, pode dar conta da natureza de uma dada sociedade e de suas transformações. Podemos apenas considerá-la um instrumento analítico, mais ou menos útil do que outros para uma dada pesquisa. A questão, no presente contexto, é sa-

ber se tais distinções, cuja existência é inegável, contribuem substancialmente para se compreender o surgimento de uma sociedade escravista, ou em outros termos, a substituição de outras formas de trabalho compulsório pela escravidão, no lugar onde isso ocorreu. Na vaga terminologia de Diakonoff, são ou não “pontos principais”? Não procurarei responder em nível de teoria geral, entrando num debate mais ou menos metafísico sobre a dinâmica ou dialética da história.¹⁷ Prefiro passar imediatamente a um exame mais detalhado do escravo e da escravidão.

Como mercadoria, o escravo é uma propriedade. Pelo menos desde os trabalhos de Westermarck, escritos no início do século, alguns sociólogos e historiadores vêm tentando, persistentemente, negar o significado desse fato simples, argumentando que o escravo é também um ser humano ou que os direitos do proprietário sobre ele são, com frequência, limitados por lei.¹⁸ Tudo isso me parece fútil: o fato de o escravo ser humano é irrelevante para a questão de ser ou não uma propriedade; apenas revela que é uma propriedade peculiar, a “propriedade com alma” de Aristóteles (*Política*, 1253b32). De maneira recíproca, a antiga palavra latina *erus* também subentende a peculiaridade do escravo-propriedade. Definido no *Oxford Latin Dictionary* como “um homem em relação a seus serviços, senhor”, *erus* é usado com frequência e naturalidade pelos escravos, nas comédias de Plauto e mesmo de Terêncio, de preferência a *dominus*. Poetas posteriores continuaram a empregar o termo como um eventual arcaísmo, mas estenderam seu significado também ao proprietário de animais ou outros bens. Sacrificaram, assim, o que estava originalmente implícito, que a relação senhor-escravo era peculiar, na verdade única, entre as relações de propriedade.¹⁹

As restrições legais aos direitos do proprietário de escravos são também um problema marginal: nas teorias sociológicas e jurídicas modernas de qualquer escola, toda propriedade é entendida como uma matriz de direitos que nunca, ou quase nunca, são ilimitados. Os direitos específicos que compõem a matriz variam com o tipo de propriedade e de sociedade. A propriedade é, em outras palavras, uma categoria histórica, e este é mais um lugar-comum que devo

lamentavelmente enunciar para remover confusões que ainda prevalecem sobre o tema. Quando os juristas romanos definiam o escravo como alguém sob o *dominium* de outrem, empregavam a denominação perfeita e acabada da propriedade — *dominium*.²⁰ E a humanidade do escravo não os dissuadia (nem mesmo quando usavam a palavra *homo* para se referir a um escravo, o que era freqüente).²¹ Nem dissuadia os milhões de proprietários de escravos que os compravam e vendiam para explorá-los, espancá-los, torturá-los, por vezes matá-los, exatamente como milhões de proprietários de cavalos fizeram ao longo da história. O fato de milhões não terem exercido seus direitos até esses extremos é interessante, e mesmo importante, mas não enfraquece conceitualmente o vínculo de propriedade do escravo.

O malogro de qualquer proprietário em exercer plenamente seus direitos sobre seus escravos-propriedade foi sempre um ato unilateral de sua parte, nunca obrigatório e sempre revogável. Este fato é crucial. Assim como seu reverso, a concessão de uma benevolência ou privilégio específicos sempre foram revogáveis e igualmente unilaterais. E com relação às promessas, um dos escravos de Plauto expôs, sucintamente, seu valor: nenhum senhor pode ser levado aos tribunais por promessas feitas a um escravo (*Persa*, 193-4). Mesmo o ato da manumissão podia ser, e freqüentemente era, limitado de inúmeras maneiras. A não compreensão do significado fundamental dessa unilateralidade — como por Eduard Meyer, que comparou escravos antigos e assalariados modernos em suas oportunidades de subir e enriquecer —²² destrói qualquer possibilidade de determinar e compreender a natureza e a história da escravidão numa determinada sociedade.

Paradoxalmente, foi precisamente a qualidade do escravo como propriedade que ofereceu à classe proprietária uma flexibilidade (sobre a qual retornarei logo) não disponível nas outras formas de trabalho compulsório. Essa é uma das razões por que enfatizo o que é uma categoria jurídica, que não pode ser uma “definição” suficiente de escravo. O modo como os proprietários individuais escolhiam tratar essa propriedade peculiar não dependia de mero capricho ou de diferenças de personalidade. Os proprietários freqüente-

mente ofereciam aos escravos o incentivo de uma eventual manumissão, através de algumas providências que desencadeavam uma série de comportamentos e expectativas que afetavam o próprio senhor. Embora na prática, e legalmente, sempre se pudesse revogar o concedido, os ganhos materiais com a escravidão seriam fortemente reduzidos se tais acordos não fossem regularmente respeitados.

Os direitos de um proprietário de escravos sobre seu escravo-propriedade eram totais, em vários sentidos. O escravo, como tal, sofria não apenas uma “perda total do controle sobre o seu trabalho”²³ mas também do controle sobre sua pessoa e personalidade: o que há de único na escravidão, repito, é o fato de o próprio trabalhador ser uma mercadoria, e não meramente seu trabalho ou força de trabalho. Além disso, essa perda de controle estendia-se infinitamente no tempo, até seus filhos e os filhos de seus filhos — a menos que, por um ato novamente unilateral, o proprietário rompesse essa corrente através de uma manumissão incondicional. E mesmo então, os filhos que já existiam no momento da manumissão não eram beneficiados, mas apenas os que nasciam depois. Há amplas evidências de que a manumissão era, com freqüência, adiada até o escravo gerar uma descendência que o (ou a) substituísse no trabalho escravo, embora não seja possível determinar a freqüência dessa prática ou se era restrita a certas categorias de escravos, como os do serviço imperial em Roma.

Essa totalidade dos direitos do proprietário era facilitada pelo fato de o escravo ser sempre um estrangeiro desenraizado — estrangeiro, primeiramente, no sentido de ser originário de fora da sociedade na qual fora introduzido como escravo; em seguida, porque lhe era negado o mais elementar dos laços sociais, o parentesco. *Quem patrem, qui servos est?* (Plauto, *Captivi* 574). “Que pai, quando se é escravo?” O contraste com os hilotas espartanos, os *penestai* da Tessália ou os *clientes* da Roma primitiva oferece-nos, como já foi sugerido, uma distinção claríssima: a classe senhorial nunca precisou ou tentou suprir a oferta desse tipo de trabalhador dependente com elementos externos. Ao ressaltar a ausência de parentesco entre os escravos, interessa-me menos a situação jurídica — principalmente sua exclusão do ca-

samento legal (e daí a insistência romana na palavra *contubernium*) — do que a situação *de facto*. Existiam uniões conjugais e famílias de escravos, sem dúvida, mas era um dos privilégios que podiam ser unilateralmente concedidos por um senhor, e da mesma forma retirados. A simples possibilidade podia ser totalmente eliminada pela castração. Como escreveu o poeta Estácio, louvando a (ineficaz) proibição dessa prática por Domiciano (*Silvae*, 3, 4, 70-7), “nem por uma lei severa temem as escravas mães o ônus de gerar filhos.”

Outra forma, brutal e absoluta, de se retirar o privilégio de ter parentesco era separar uma família escrava pela venda. Em 325 d.C., Constantino ordenou a um funcionário que impedisse a separação de famílias escravas nas propriedades imperiais da Sardenha, que havia transferido para a propriedade privada (*Código Teodosiano*, 2, 25, 1). Essa foi, quase certamente, a primeira interferência estatal contrária à prática.²⁴ Pouco antes, os juristas haviam determinado que, nas heranças sem testamento e em certas situações nas quais não havia intenção explícita em contrário, as famílias escravas não deveriam ser separadas.²⁵ Isso reflete uma tendência humanitária, sem dúvida, mas é mais significativa a ênfase no propósito: a liberdade do proprietário a esse respeito não tinha sido ameaçada até o século III.

Nunca saberemos qual era, na Antiguidade, a frequência com que se dissolviam “famílias” escravas. Por um lado, a presença de filhos de escravos em número substancial pode fazer supor uma relativa permanência das uniões conjugais. Por outro lado, há um conjunto de evidências que aponta, muito sugestivamente, em sentido oposto. Possuímos agora cerca de sessenta documentos originais (quase todos do Egito), que registram a venda privada de escravos, e em nenhum dos casos houve venda de escravo com mulher ou filho. Ademais, um estudo dos 29 papiros que registram o sexo e idade de escravas vendidas no Egito sob o Império Romano revela apenas dois casos de venda de mãe com filho ou filhos.²⁶ Onze das moças do catálogo tinham menos de quatorze anos, sete tinham menos de treze. Uma menina de quatorze anos já fora vendida três vezes anteriormente. A menos que se queira acreditar que todas as meninas eram

órfãs, e que todas as mulheres adultas eram solteiras, viúvas ou sem filhos, essa documentação, mesmo limitada, tem sérias implicações. Menciono, como indicador, um recente estudo norte-americano, no qual se calcula que cada escravo tinha, estatisticamente, 50% de “possibilidade de ser vendido ao menos uma vez em seus 35 anos de vida” e, em média, “presenciava 11,4 vendas de membros de sua família de origem imediata”, isto como consequência de uma estimativa de venda da população escrava, nos estados do Sul, de mero 1,92% ao ano. Após ressaltadas as variações temporais, regionais e pessoais, os autores concluem, acertadamente, que “a ameaça de venda era grande o bastante para afetar a vida de um escravo”.²⁷

Estes três componentes da escravidão — a posição do escravo como propriedade, a totalidade do poder sobre ele e a falta de laços de parentesco — davam ao proprietário, *a priori*, poderosas vantagens com relação a outras formas de trabalho involuntário: maior controle e flexibilidade no emprego de sua força de trabalho e uma liberdade muito maior na disposição do trabalho indesejado.²⁸ Como consequência, desenvolveu-se uma hierarquia no seio da população escrava. Basta pensar nas seguintes situações, todas simultâneas: escravos nas minas de ouro e prata da Espanha ou acorrentados nas fazendas da Itália; escravos no serviço público imperial; escravos capatazes e supervisores nos campos; escravos urbanos, que conduziam seus próprios estabelecimentos comerciais e manufatureiros em Roma e em outras cidades da Itália, pelo uso do *peculium* (ao qual devo retornar). Em outras palavras, os escravos constituíam um tipo dentro da classe mais geral de trabalho involuntário, podendo se dividir em subtipos com sentido próprio. Ou ainda, dito de outra forma, os escravos eram uma classe lógica e uma classe jurídica, mas não, no sentido usual do termo, uma classe social.²⁹

Entretanto, apesar de suas vantagens (ou aparentes vantagens), a escravidão foi uma forma tardia e relativamente rara de trabalho involuntário, na história do mundo em geral e na história antiga em particular. Vantagens e desvantagens não são essências, mas atributos históricos que se alteram quando mudam as condições sociais e econô-

micas. Essa questão crucial para o desenvolvimento e declínio da escravidão antiga só pode ser respondida através de um exame das condições necessárias e suficientes de sua existência. Em outras palavras, que processo de transformação conduziu do “fato primordial” da escravização de indivíduos até a existência de sociedades escravistas? E o que provocou a reversão desse processo?

O processo foi complexo, desigual e, em certo sentido, incompleto. O trabalho livre nunca foi eliminado — não apenas trabalho ocasional, mas o trabalho fundamental de camponeses e artesãos independentes. A coexistência de trabalho livre e escravo era, além disso, mais que uma coincidência espacial ou temporal; constituía, com frequência, uma simbiose, como na agricultura italiana, onde um suprimento adequado de trabalho livre sazonal era uma condição necessária para o funcionamento normal dos *latifúndia* escravistas e para a sobrevivência econômica do campesinato livre.³⁰ Isso é bastante claro, ao contrário da sobrevivência de formas não escravistas de trabalho involuntário, que abre a questão, bastante ampla, da unidade que impomos, de modo implícito, quando falamos de mundo greco-romano — questão que não posso discutir, a não ser naquele aspecto que é imediatamente relevante para o tema do trabalho involuntário.

Enquanto as comunidades individuais permaneceram relativamente pequenas e fechadas em si mesmas, abrangendo o centro urbano e o território rural numa única estrutura, em grego a *pólis*, a regra geral parece ter sido que a escravidão e outras formas de trabalho compulsório não coexistiam: em Atenas, os misteriosos grupos conhecidos como *pelatai* e *hektemoroi* foram substituídos, após as reformas de Sólon no início do século VI a.C., por escravos (ou por camponeses livres); já em Esparta, a sobrevivência dos *hilotas* tornava a escravidão desnecessária. Esse padrão, contudo, valia apenas para o mundo grego mais antigo — o continente grego e as ilhas do Egeu e da Jônia. Fora dessa região, a dispersão grega a partir do início do século VIII a.C., em territórios ocupados por povos cujo sistema social era menos avançado, gerou muitas vezes um sistema misto: no campo, o trabalho involuntário, mas não escravo, foi intro-

duzido extensamente em áreas como o litoral do Mar Negro, parte da Ásia Menor e mesmo Siracusa (por cerca de dois séculos). Já nas cidades (uma invenção grega nessas áreas), desenvolveu-se uma escravidão genuína, embora não creia que se possa dizer mais a respeito do que essas poucas e, reconhecidamente, vagas palavras. Esse é um assunto sobre o qual quase não possuímos documentação. Em linhas gerais, contudo, a pesquisa recente tem consubstanciado o breve quadro que foi esboçado.³¹

Posteriormente, o estabelecimento de estados territoriais por via de conquistas teve efeitos semelhantes com relação às formas de exploração. Os governantes greco-macedônicos das terras orientais, conquistadas por Alexandre, praticamente não alteraram o sistema de trabalho nos campos, que envolvia talvez 80% ou mesmo 90% da força de trabalho total. E por que faziam de outra forma? Mas a classe dominante nas *pólis* gregas recém-criadas, decidida a manter seu velho modo de vida, precisava de trabalho escravo, e o obteve.³²

Os romanos comportaram-se da mesma maneira que seus predecessores helenísticos. Na Sicília, onde os *kyllirioi* siracusanos haviam desaparecido já no início do século IV a.C., o trabalho escravo tornou-se a única forma de trabalho involuntário, permanecendo assim após a conquista romana. Isso também se aplica, em boa medida, à Itália, embora considere que, naquelas áreas da península onde a conquista foi mais tardia, os escravos por dívida eram um elemento importante, e que, por toda a Itália, os arrendatários que se endividavam acabavam compulsoriamente presos à terra.³³ Em outros lugares, com a possível exceção das províncias do Norte, o padrão geral parece ter sido de escravidão nas cidades e de trabalho dependente, e não escravo, nos campos (até o Baixo Império), embora sejam ainda necessários mais estudos, particularmente para a Espanha e a Gália.³⁴ Devo repetir, ainda uma vez, que camponeses e artesãos, livres e independentes, sobreviveram em grande número a todas as mudanças políticas, e que nada do que foi dito implica a inexistência de escravos nas províncias. Um padrão não significa unanimidade.

Sociedades escravistas, ao contrário de sociedades nas quais há escravos, não existiam, portanto, em todas as re-

giões que viriam a compor o Império Romano. O que encaramos como uma unidade política e, em certo sentido, cultural, não era *ipso facto* uma unidade econômica ou social. Segundo o esquema conceitual de Wallerstein, seria um “império mundial”, e não um “sistema mundial”; uma estrutura na qual coexistiram diferentes regimes de trabalho e modos de produção, cuja articulação era mais política do que econômica.³⁵ Um relato do desenvolvimento da *escravidão* greco-romana deve, portanto, restringir-se, ao menos inicialmente, às áreas centrais da Grécia, Itália e Sicília. É o que pretendo fazer.

Costuma-se iniciar essa análise pelo que repetidas vezes denominei de “jogo dos números”. Não pretendo participar desse jogo: em primeiro lugar, porque está claro que a evidência não permite uma quantificação real e porque a maioria dos jogadores parte do falso pressuposto de que apenas os números astronômicos podem justificar o termo “sociedade escravista”, ou de que, ao contrário, pode-se eliminar uma sociedade escravista demolindo-se os números muito elevados. Em 1860, os escravos compunham 33% da população do Sul dos Estados Unidos, pouco abaixo das porcentagens em Cuba ou no Brasil.³⁶ Adotando estimativas conservadoras — 60 mil escravos em Atenas no século V a.C., dois milhões na Itália no final da República — as porcentagens comparáveis situam-se no mesmo patamar, cerca de 30% e 35%, respectivamente. Isso é mais do que suficiente, em especial quando tudo indica que os proprietários de escravos na Antiguidade situavam-se numa escala social e econômica muito inferior aos do Novo Mundo,³⁷ e quando sabemos que essa proporção manteve-se por um longo tempo — toda a história da escravidão nos Estados Unidos não durou mais que o período de Augusto a Sétimo Severo.

É igualmente impossível quantificar a distribuição dos escravos entre os homens livres. Contudo, alguns números indiscutíveis darão uma idéia de sua concentração nas camadas superiores. No incício do século IV a.C., o pai de Demóstenes possuía dois grupos de escravos que fabricavam móveis, espadas e instrumentos de corte, num total de 52 ou 53; na geração anterior, o orador Lísias e seu irmão haviam herdado, conjuntamente, cerca do dobro desse nú-

mero, todos empregados na fabricação de escudos, compondo o maior estabelecimento manufatureiro isolado que se conhece em toda a Antiguidade; a força de trabalho escravo nas minas de prata atenienses alcançava com freqüência, durante o período clássico, a casa dos cinco dígitos; Lúcio Pedânio Segundo, prefeito de Roma sob Nero, tinha quatrocentos escravos apenas em sua residência urbana; por essa época, a administração dos aquedutos de Roma mantinha um corpo permanente de setecentos escravos, incluindo os “arquitetos”.³⁸

Citei esses poucos números, reconhecidamente exagerados, como prelúdio à idéia geral de que determinar o lugar dos escravos numa sociedade não é uma questão de totais numéricos — dada uma quantidade razoavelmente grande —, mas de sua localização. Isso em dois sentidos: quem eram seus donos e que papel exerciam na economia e fora dela. Não havia empregos específicos para escravos, à parte a mineração (em geral) e o serviço doméstico, entendido como aquele prestado em outras unidades domésticas, que não aquelas da família imediata. Não havia igualmente empregos específicos para homens livres, além da advocacia e da política (ao contrário da administração) e, normalmente, do exército (mas não da marinha, e excluindo-se os criados de cada soldado). Na prática, todas as outras ocupações eram compartilhadas por livres e escravos, muitas vezes trabalhando lado a lado nas mesmas tarefas, independente do julgamento que moralistas como Aristóteles e Cícero pudessem fazer do trabalho. A observação de Xenofonte de que “aqueles que podem, compram escravos para ter companheiros de trabalho” (*Memorabilia*, 2, 3, 3) não é uma afirmação vazia.³⁹ A razão numérica entre escravos e livres, em qualquer ocupação, variou bastante de acordo com o tempo e o lugar: basta comparar os médicos gregos, normalmente livres e respeitados, com seus colegas em Roma e na Itália, freqüentemente escravos, e sempre de baixa posição social. Tais distinções são interessantes, embora marginais. A localização da escravidão não pode ser determinada por testes ocupacionais.

Um detalhe fundamental na observação de Xenofonte é que os companheiros de trabalho eram um proprietário e

seu escravo (ou escravos), e não escravos e trabalhadores assalariados livres. Em todos os estabelecimentos gregos ou romanos maiores que uma unidade familiar, seja na cidade ou no campo, a força de trabalho *permanente* era composta por escravos (ou por outras formas de trabalho involuntário, onde esse sistema sobrevivia). Enfatizo a palavra “permanente”, pois, como já indiquei, o trabalho livre, ocasional e temporário, era bastante comum e mesmo indispensável na agricultura e em atividades extras, como a construção de templos. Poucas generalizações sobre o mundo antigo podem ser efetuadas com tanta certeza e com tão poucas exceções na documentação.⁴⁰ O arrendamento dos campos, freqüentemente apresentado como alternativa à escravidão agrícola, não era exceção a essa regra. Os arrendatários não eram empregados: podiam encarregar-se de propriedades pequenas, que trabalhavam com a própria família, sem auxílio externo, ou arrendar lotes maiores e empregar escravos. De qualquer forma, não rompiam com a estrutura normal de trabalho na terra. Tampouco havia um “nível” de trabalho próprio aos escravos: nos grandes estabelecimentos urbanos e rurais, os escravos realizavam todas as tarefas, das banais àquelas que exigiam especialização e responsabilidade.

Podemos, assim, localizar a escravidão de forma clara e simples. Com uma única exceção, que logo explicarei, os trabalhadores livres predominavam em pequena escala na agricultura, em geral de subsistência, entre os pequenos produtores de bens de consumo e no pequeno comércio das cidades; os escravos predominavam, e quase monopolizavam, a produção em larga escala no campo e na cidade. Como consequência, os escravos proviam a maior parte da renda imediata obtida com o direito de propriedade pelas elites econômicas, sociais e políticas (ou seja, daquela renda cuja origem não era política — como as vastas somas embolsadas pelos comandantes, funcionários provinciais e coletores de impostos na República romana — nem derivada da agiotagem, que constituía uma fonte de renda secundária para os ricos.⁴¹ A exceção que mencionei refere-se à prática, muito mais difundida na Itália do que na Grécia, pela qual escravos enriqueciam seus senhores trabalhando “independen-

dentemente” como artesãos, comerciantes e “homens de negócio” — através do que os romanos chamavam de *peculium*. Na verdade, tratava-se de mera variante nas práticas que beneficiavam a elite. Em certo sentido, levou a uma considerável participação de escravos entre os pequenos produtores de bens de consumo, com importantes conseqüências sociais, embora economicamente não tenha perturbado a posição da escravidão como fonte principal de renda para a elite. A própria manumissão, por fim, não era geralmente mais do que um prolongamento da idéia de *peculium*.

Venho considerando, obviamente, apenas aquelas áreas “centrais”, nas quais a escravidão substituiu outras formas de trabalho involuntário. Foram essas as sociedades escravistas da Antiguidade greco-romana, e o foram precisamente pela posição da escravidão em seu seio. É chegado o momento de investigarmos como e por que surgiu esse raro fenômeno. O ponto de partida convencional é, quase sempre, um suposto estado “natural” de guerra que existira nos tempos primitivos e nas sociedades simples, entre diferentes povos e tribos. Que a escravidão seja um mitigamento de modos bárbaros de fazer a guerra é uma litania repetida já na Antiguidade e, em época moderna, desde os juristas internacionais dos séculos XVI e XVII. Era esse o “fato primordial” de Fustel de Coulanges.

Os historiadores da Antiguidade foram um passo além, insistindo em que a guerra e a conquista são condições necessárias para a criação de uma sociedade escravista. A falácia surge por uma visão de história romana, tão aturdida pela vastidão das conquistas e da escravização de pessoas nos dois séculos antes de Cristo, que se tornou cega ao inegável crescimento da escravidão, em Roma, já há muito tempo.⁴² Ninguém negará o enorme salto ocorrido após a segunda guerra púnica. Um salto semelhante ocorreu no curso da história norte-americana e, se as razões foram outras, isso não invalida a opinião de que os estados do Sul já eram uma sociedade escravista na primeira metade do século XVIII, assim como Roma, no século III a.C. Todas as instituições novas e vigorosas conhecem um período de desenvolvimento e expansão, mas esse processo é posterior a seu surgimento, não podendo ser confundido com este último.

É sabido que os dois séculos anteriores a 200 a.C. são um deserto para os estudiosos da economia e sociedade romanas. Os sinais, contudo, apontam todos na mesma direção. A primeira cobrança de taxa sobre manumissões é registrada já em 357 a.C. (Tito Lívio, 7, 16, 7). No último quartel desse século surgiu uma controvérsia sobre o voto dos libertos nas assembleias romanas (Tito Lívio, 9, 46, 10-4). Em 296, durante a terceira guerra samnítica, libertos foram convocados para o serviço militar (Tito Lívio 10, 21, 4). Nesse mesmo ano, Lívio registra a escravização de cerca de 40 mil cativos, cifra que pode ser imprecisa mas que tampouco é completa.⁴³ Em 262 ocorreu a primeira de uma longa série de escravizações em massa durante as guerras púnicas: 25 mil após a captura de Agrigento.⁴⁴ Ninguém poderia afirmar seriamente que todos esses homens, mulheres e crianças foram vendidos a Cartago ou aos gregos do Leste, e não na Itália. Tampouco é possível sustentar que os romanos, frente ao fenômeno inédito e “inesperado” de dezenas de milhares de escravos, tenham rapidamente, com ou sem consciência, adquirido o hábito de empregar trabalho escravo em grande escala.

Uma outra abordagem é possível. A tradição de conflito social em Roma, desde a fundação da República, ressalta os persistentes esforços para restringir as propriedades territoriais da oligarquia, em particular aquela parcela do *ager publicus*, da terra conquistada, que alguns indivíduos ocupavam com cultivos ou criação. Basta mencionar as leis de Licínio e de Sexto, de 367 a.C., e as três ocasiões, na década de 290, em que pessoas foram processadas por exceder a superfície máxima dos lotes ou o número máximo de cabeças nos pastos.⁴⁵ Não é necessário que cada detalhe seja correto — o limite máximo supostamente fixado pelas leis de Licínio e de Sexto é uma reduplicação, muito improvável, dos quinhentos *iugera* de Tibério Graco, em 133 a.C. —, mas seria preciso um notável ceticismo para ignorar por completo a tradição. Ninguém pode negar a existência, em Roma, de ricos proprietários de terra nos séculos IV e III a.C., que não trabalhavam em suas fazendas como fazia o lendário Cincinato. Quem trabalhava suas terras? A escolha situa-se entre os clientes, obrigados por um *nexum* (abolido,

ao menos formalmente, pela *lex Poetelia-Papiria* de 323 a.C.) e trabalhadores assalariados de um lado, ou escravos, de outro. A escolha parece-me fácil. Gelzer observou, há muito tempo, que nas fontes “dá-se uma ênfase especial... ao fato de que só os ricos lucravam com a *occupatio*, pois o uso do trabalho escravo dava-lhes uma vantagem sobre os camponeses livres”.⁴⁶

Estariam todos os autores por trás de Tito Lívio, e de outros escritores posteriores, criando uma ficção? Certamente não, ao menos no tocante ao século III. Alguns historiadores dão muita importância ao fato de que a palavra *vilicus* não aparece antes de 200 a.C. e de que os arqueólogos não encontraram, antes do século II, o que chamam imprecisamente de vilas.⁴⁷ Esse argumento, baseado no silêncio das fontes, não me impressiona. Durante a guerra de Aníbal, metade dos cidadãos em idade de servir foi mobilizada nos exércitos e nas esquadras. Isso seria inexplicável, mesmo impensável, sem a presença de um amplo contingente de escravos na força de trabalho e um sistema consolidado de trabalho escravo.⁴⁸ Havia, então, quantidades suficientes para permitir até mesmo o alistamento de um número substancial de escravos.⁴⁹

Nada disso nega a importância singular das conquistas na história da escravidão romana. Seu papel essencial, contudo, consistiu na criação das bases para a grande propriedade, com todas as conseqüências que se seguiram para a sociedade romana e, portanto, para a “estrutura” da escravidão romana. Assim, a “teoria da conquista” é útil para explicar não o aparecimento, mas o caráter específico da sociedade escravista romana. Evidências comparativas revelam que uma condição necessária para um adequado suprimento de escravos não é a conquista, mas a existência, fora da sociedade em exame, de um “reservatório” de escravos em potencial, de onde a sociedade possa extraí-los sistematicamente e, como foi bem expresso, “em termos legais e culturais institucionalmente satisfatórios”.⁵⁰

É necessário recordar que nem os americanos nem seus fornecedores de escravos (portugueses e, depois, ingleses) travaram guerras na África (com a possível exceção de Portugal em Angola) para se aproveitar desse reservatório?

Tampouco os gregos antigos faziam sistematicamente guerra contra suas fontes principais, os “bárbaros” do Leste e Nordeste. Quios e Corinto, duas cidades-Estados que escritores gregos indicavam como centros de tráfico, não eram estados imperiais ou de conquista. O fato de terem os “bárbaros” lutado entre si e vendido seus próprios cativos aos gregos antigos (e aos portugueses modernos) não é importante. Nem a questão de saber se os “bárbaros” também os empregavam;⁵¹ tampouco o fato de que, entre os cativos de guerra vendidos no mundo greco-romano, sempre havia alguns que já eram escravos, especialmente quando de tratava da conquista de uma cidade: tais ações apenas redistribuíam os escravos existentes, sem aumentar o estoque total.

Vale a pena acompanharmos um exemplo, pois tem muitas implicações. A força policial de Atenas, entre cerca de 477 e 378 a.C., era formada por um corpo de escravos citas de propriedade estatal, originalmente em número de trezentos.⁵² Trata-se de uma instituição notável. Como os atenienses vieram a concebê-la e como a mantiveram? Os citas eram arqueiros famosos e haviam sido utilizados como mercenários durante a tirania de Pisístrato. Mas mercenários pagos e policiais escravos são coisas qualitativamente muito diferentes. Uma condição prévia à introdução dos últimos era a existência de um sistema escravista organizado; outra condição era a existência de um tráfico organizado de escravos. É concebível que a guerra e a pirataria, se bastante freqüentes, pudessem manter um suprimento geral de escravos; mas não teriam podido garantir o suprimento de especialistas como os arqueiros citas. A guerra, além disso, produz cativos, não escravos; os cativos são transformados em escravos pelos consumidores, que os obtêm por meio dos mercadores de escravos.⁵³ Em suma, guerra e conquista foram, sem dúvida, fatores importantes no estabelecimento e manutenção de uma sociedade escravista, mas não uma condição necessária (ao menos não diretamente) nem, por certo, uma condição suficiente.

Dito de outra forma, meu argumento é que a demanda precede logicamente a oferta de escravos. Se os romanos aprisionaram várias dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças, no curso das guerras itálicas e púnicas, foi

porque já existia uma demanda de escravos, e não o contrário. A existência de uma demanda suficiente requer, ao menos, três condições necessárias.⁵⁴ A primeira, num mundo predominantemente agrário, é a propriedade privada da terra, suficientemente concentrada em algumas mãos para que a força de trabalho permanente necessite de mão-de-obra extrafamiliar. A segunda é um desenvolvimento suficiente dos bens de produção e mercado para a venda (para a presente discussão é irrelevante tratar-se de um mercado distante, um mercado de exportação em sentido vulgar ou de um centro urbano próximo). Hilotas e outras formas de trabalho dependente podem, hipoteticamente, ser empregados em sociedades que não produzem mercadorias, mas não escravos, que devem ser regularmente importados em grande quantidade, e cujo preço precisa ser pago. A terceira condição é negativa: a inexistência de mão-de-obra interna disponível, obrigando os agenciadores de trabalho a recorrer a estrangeiros. Todas as condições devem existir simultaneamente, como em Atenas e outras comunidades gregas no século VI a.C. e em Roma, pelo menos desde o século III a.C.

A evidência romana é, como já indiquei, deficiente em termos documentais, embora eu próprio não tenha dúvidas a respeito da cronologia ou das linhas gerais do processo. As evidências arqueológicas e literárias sobre Atenas são, pelo contrário, bastante boas e, assim, concentrar-me-ei em Atenas.⁵⁵ Já antes de 600 a.C. a população da Ática aumentara espetacularmente em relação à grande depressão da era pós-micênica; uma classe governante das famílias eupátricas possuía boa parte da terra; uma certa urbanização ocorrera e uma incipiente produção de mercadorias desenvolvia-se no campo e na cidade. Dessa forma, estavam presentes várias das condições necessárias ao escravismo, mesmo que não compreendamos bem o processo que as fez surgir. Sólon, então, forneceu a condição crucial e negativa: independente da posição social que se atribua aos *hektemoroi* e *peltai* pré-solônicos (Aristóteles, *Constituição de Atenas*, 2, 2), é inegável que, após Sólon, a escravidão por dívidas deixou de existir na Ática, bem como quaisquer formas não-escravas de trabalho involuntário (o que, é necessário repetir, infeliz-

mente não ocorreu em muitas partes do mundo grego). Os eupátridas e presumivelmente algumas ricas famílias não-aristocráticas precisavam agora de uma força de trabalho que substituísse a que haviam perdido com as reformas de Sólon; não podendo encontrá-la internamente, voltaram-se para estrangeiros, ou seja, escravos. Por quê?

Essa é a questão crucial e a mais difícil. Mesmo não sendo capazes de respondê-la satisfatoriamente, podemos pôr de lado alguns raciocínios, tão ruins como persistentes. Um deles descarta o problema enfatizando a insignificância da riqueza e das propriedades territoriais atenienses frente àquelas de Roma e da Itália (argumento semelhante ao que descarta a escravidão italiana antes do século II a.C.). Pompeu ou Ahenobarbo teriam, sem dúvida, ridicularizado as pretensões de um *pentakosiomedimnos*, membro da classe mais elevada da constituição solônica. Estes últimos, no entanto, deveriam apresentar anualmente quinhentos *medimnoi* para manter sua posição. O importante não é comparar esse número com os padrões de riqueza de outras sociedades, mas averiguar sua posição dentro da própria sociedade: dois terços maior que a qualificação de um cavaleiro e duas vezes e meia a qualificação mínima para o serviço militar (como hoplita). Ainda mais importante é o fato de que pelo menos uma parte desses quinhentos *medimnoi* era composta por mercadorias. Mesmo que se considere totalmente fictícia a vida de Sólon, de Plutarco, com ênfase na produção e exportação de azeite, permanece o fato de que cada pedaço de metal empregado na Ática, para fins civis ou militares, tinha de ser importado; de que se minerava prata nas minas do Laurion na Idade do Bronze e no período arcaico, desde pelo menos o século IX a.C.;⁵⁶ de que cerâmica ateniense de fina qualidade já era exportada muito antes de Sólon, alcançando quase um monopólio em meados do século VI; e de que a população urbana, mesmo pequena, precisava de jarros, panelas, ferramentas de trabalho, bem como comida e bebida.⁵⁷

Que Atenas, segundo as evidências atuais, só tenha cunhado moedas décadas após Sólon não representa uma objeção: o comércio no Oriente Próximo existira por milênios, como entre os gregos primitivos, ou como fenícios e

cartagineses continuaram a fazer, muito após a adoção da cunhagem pelos gregos. Sem uma certa renda em moeda, as elites atenienses não teriam podido adquirir os bens necessários para seu estilo de vida — ainda que este fosse relativamente simples —, nem as armas que lhes eram indispensáveis nem pagar as taxas que sustentavam os trabalhos, festivos e cultos públicos.⁵⁸ Nada disso requer o ressurgimento do “modernismo” de Beloch e Meyer; requer apenas que se aceite a existência de uma certa produção de mercadorias, em particular pelas elites, e a noção de que os membros da elite não executavam pessoalmente o trabalho necessário ajudados apenas pelos membros de suas próprias famílias.

Voltamos, assim, à questão crítica. Por que foi necessário procurar mão-de-obra no exterior? A escravidão, como tal, não precisava ser inventada — era um “fato primordial”, familiar aos gregos como a qualquer outro povo. Mas escravidão como *a* forma de trabalho para outrem é uma idéia radicalmente nova. Creio que essa decisão foi imposta, não pelos que precisavam de mão-de-obra, mas por aqueles atenienses que poderiam tê-la fornecido. É o fato de não estarem disponíveis que requer explicação. Dada a ausência absoluta de documentos, podemos apenas tecer algumas especulações, sem que a experiência do Novo Mundo possa nos ajudar. Este último era uma área de colonização, onde vastas extensões de terra se tornavam progressivamente disponíveis; não possuía uma força de trabalho residente (além da indígena, que se provou insuficiente, quando não inútil); e oferecia a possibilidade, logo percebida, de se explorarem algumas poucas culturas de exportação (algodão, tabaco e açúcar) de grande procura no mercado mundial. Nada poderia ser mais diferente da Ática, com sua escassa terra arável, toda ela ocupada, e com uma população suficiente, às vezes excessiva, num mundo pré-industrial, pré-capitalista. Na Ática, a escravidão nunca foi acompanhada pela maciça concentração de terras que ocorreu na Itália, através da expropriação dos pequenos proprietários (o que poderíamos chamar de o peculiar substituto romano da terra “livremente” disponível no Novo Mundo).⁵⁹ Mesmo na Ática, contudo, a escravidão era uma instituição tão agrária quanto urbana.⁶⁰

A propriedade da terra, contudo, pode oferecer uma primeira aproximação em nossa investigação sobre as origens da sociedade escravista. Fundamental para a *pólis*, grega ou romana, desde quando emergira, em sua forma arcaica, do estágio pré-*pólis*, era a convicção profunda de que pertencer à *pólis* (o que chamaríamos de cidadania) era algo inextricavelmente ligado à posse da terra, ao serviço militar e à religião. Não conheço nenhuma exceção à regra de que a propriedade de terras se restringia, por lei, aos cidadãos — exceto no caso de raros indivíduos que recebiam esse direito do Estado, como privilégio pessoal em retribuição a algum serviço de caráter público. A palavra de ordem revolucionária era “abolição de dívidas e repartição de terras” — *slogan* de um campesinato despossuído, que foi agitado na Atenas de Sólon e atendido pelos senadores e imperadores de Roma, na fundação de colônias e no assentamento de veteranos. Sua psicologia foi sintetizada, de forma breve e patética, por Tucídides (2, 16, 2), ao narrar a reação da população rural à estratégia de Péricles, que exigiu dela — clara maioria da população — que se retirasse para dentro dos muros, quando os espartanos fizeram seu primeiro ataque em 431 a.C.: “Lamentavam e quase não suportavam o fato de haverem deixado os lares e templos ancestrais, que eram seus desde o estabelecimento da antiga constituição”.

E tudo o que temos é essa psicologia, política e social, que prevalecia no período em que a elite, tendo perdido as formas antigas de trabalho involuntário, voltou-se para os escravos estrangeiros. O campesinato obtivera sua liberdade pessoal e seu lote de terra numa luta que lhe rendera também a cidadania, o direito de pertencer à comunidade, à *pólis*. Isto era, em si, algo de radicalmente novo no mundo, conduzindo a uma segunda, e notável, inovação: uma sociedade escravista.

Não é preciso dizer que meu modelo diverge radicalmente do de Eduard Meyer, a despeito de certas semelhanças aparentes. Seu proletariado revolucionário — composto, no mínimo, metade dos cidadãos, engajado numa grande guerra de três classes, contra os aristocratas agrários e os capitalistas urbanos, invejoso do grupo crescente dos escravos, sem habilidades próprias, sem vontade de trabalhar

para outrem e, por isso, necessitando de auxílio público — é uma ficção gigantesca.⁶¹ Que Estados antigos sustentavam seus cidadãos pobres e ociosos? Basta esta pergunta: nem mesmo Atenas, embora esta, nos séculos V e IV a.C., tivesse avançado mais que qualquer outro Estado na provisão de uma renda suplementar à população; nem, certamente, as cidades jônicas, Egina, Rodes ou Corinto, que Meyer inclui em sua ficção. Meyer certamente sabia disso, mas parece ter permitido que suas fortes convicções políticas confundissem o quadro, ao relacionar, de modo patentemente falso, democracia e escravidão antigas.

Nada do que afirmei implica uma ação deliberada, uma análise das alternativas seguida pela decisão de escolher, entre elas, a escravidão. Todos sabiam que era impossível forçar os cidadãos, artesãos e camponeses, a alugarem sua força de trabalho — cidadãos que eram, eles próprios, necessários ao exército;⁶² todos sabiam que homens livres não trabalhariam, regular e voluntariamente, para outros; e todos conheciam uma instituição que chamamos de escravidão. Foi por isso, segundo suponho, que houve concordância geral na transição para o trabalho escravo. Em nenhum momento, em seu início ou em seu auge, invejaram ou competiram com os escravos.⁶³ Ao contrário, todo homem que não podia permitir-se um escravo sonhava em fazê-lo um dia (Lísias, 24, 6). Homem livre era quem não vivia sob o domínio nem trabalhava para outrem; era quem vivia, de preferência, em seu lote de terra herdado, com seus altares e templos herdados. A criação desse tipo de homem livre, num mundo pré-industrial, de baixa tecnologia, levou ao estabelecimento de uma sociedade escravista. Não havia uma alternativa realista disponível.

No curso desse raciocínio, como se pôde notar, não se tratou da rentabilidade, absoluta ou relativa, da escravidão como sistema de produção. Em nenhum outro ponto, a ideologia do historiador moderno sofreu uma influência mais deturpada — não de uma ideologia em particular, mas de ideologias conflitantes: os julgamentos morais cristãos, a fé de Adam Smith numa economia livre e uma aplicação mecânica da teoria marxista da mais-valia uniram-se para substituir a fé na força da argumentação. Assim, numa discus-

são intitulada “A escravidão valia a pena?”, Michell conclui que “exceto quando empregada em larga escala nas tarefas mais simples e menos técnicas”, ela “não valia a pena”.⁶⁴ Schtaerman concorda, chegando mesmo a afirmar, de modo inacreditável, que “nenhum romano conhecido enriqueceu-se com a agricultura”.⁶⁵ Seria possível salvar essas falsas afirmações pela inserção de algumas delimitações, mas seria um exercício inútil. Os pontos importantes são os seguintes: 1. durante séculos, gregos e romanos continuaram tranqüilamente a obter rendimentos, freqüentemente altos, com seus escravos; 2. não possuímos elementos para comparar a eficiência, produtividade e rentabilidade dos diferentes tipos de trabalho na Antiguidade (nem possuímos dados sobre o custo relativo dos escravos para esse ou qualquer outro período); 3. os próprios antigos não possuíam os meios para fazer tal comparação, o que, em todo caso, seria para eles um exercício puramente acadêmico.

A única conclusão que emerge dos ásperos debates entre os “cliômetras” é que não puderam chegar a nenhum consenso unânime em questões como a relativa eficiência e rentabilidade da mão-de-obra escrava nos Estados Unidos, ou como o significado econômico das flutuações de seu preço. Isto a despeito da riqueza de dados e do emprego de sofisticadas técnicas matemáticas.⁶⁶ Quase todos, contudo, concordam que “a escravidão era, geralmente, rentável para o plantador” e que a sociedade “acabara por reconhecer, na escravidão, uma forma de se ganhar dinheiro e de se ganhar a vida”.⁶⁷ As raras tentativas de cálculo dos autores antigos são simplesmente patéticas por sua incompetência.⁶⁸ É um erro dos historiadores modernos levar a sério algumas generalizações moralizantes — a afirmação de Columela (1, 7, 5) de que uma supervisão pessoal sempre é mais rentável do que a exercida por um *vilicus* ou do que o arrendamento; a sempre citada afirmação de Plínio, para quem “os *latifundia* destruíram a Itália” (*Historia natural*, 18, 35) — supondo que se baseiem em cálculos sistemáticos. Generalizações igualmente sombrias são atestadas, em número infinitamente maior, para os Estados Unidos; nenhum historiador da escravidão norte-americana as aceitaria hoje como evidência — a não ser de caráter ideológico. Não vejo motivos para

se conferir maior credibilidade a suas contrapartes antigas. Podemos afirmar, em resumo, que considerações sobre eficiência, produtividade e rentabilidade tiveram pouca ou nenhuma importância na criação das sociedades escravistas da Grécia e de Roma, como tampouco aquelas de ordem comparativa.

A história, obviamente, não termina assim. A sociedade escravista, uma vez implantada, tinha sua dinâmica própria: as condições que levaram à sua criação não eram as mesmas que asseguraram sua manutenção, expansão e declínio. Algumas dessas últimas foram conseqüências da existência da sociedade escravista, como veremos posteriormente.

ESCRavidÃO E HUMANIDADE

No prefácio de um estudo sinóptico das leis americanas relativas à escravidão, escrito na Filadélfia, em 1827, lê-se: “Falo do caso dos escravos *de maneira geral*. Sua condição dependerá, sem dúvida, em maior ou menor grau, da disposição peculiar de seus respectivos senhores — consideração que pode atuar tanto *contra* quanto *a favor* do escravo”.¹

Os historiadores da Antiguidade deveriam considerar com seriedade essa afirmação. Podem encontrá-la expressa por inúmeros autores antigos. Na considerável literatura moderna que vem se acumulando sobre o tema “Escravidão e humanidade” — às vezes com esse mesmo título — a preocupação dominante, ou quase unânime, volta-se para o relacionamento individual de escravos e senhores, ou para a visão individual de escritores gregos e romanos. Pouco se pode esperar de tais investigações, exceto a confirmação do lugar-comum de que “sua condição dependerá, sem dúvida, em maior ou menor grau, da disposição peculiar de seus respectivos senhores”. Na prática concreta do historiador as conseqüências têm sido menos nocivas: há uma compulsão em se acumular visões divergentes ou casos excepcionais, seja *contra* ou *a favor* do escravo (ou, antes, do senhor), segundo a ideologia do próprio historiador.

Deixem-me exemplificar. Durante boa parte da Antiguidade, uma distinção fundamental foi que punição corporal, pública ou privada, era algo reservado aos escravos. Demóstenes afirma, numa retórica floreada, que a grande diferença entre o escravo e o homem livre é que o primeiro “responde com seu corpo por todas as ofensas”. Havia, como

sempre, exceções; algumas são facilmente explicáveis, como os soldados romanos em serviço ou os estrangeiros livres acusados de espionagem ou traição; ou no emprego, pelos romanos, das formas mais cruéis de execução (cruz, fogueira e animais selvagens) contra não-escravos, como os cristãos.² Um princípio análogo determinava que os escravos só podiam testemunhar sob tortura. Aqui também havia exceções, que não podemos explicar devido ao estado fragmentário das evidências.³ Todas as exceções reunidas, contudo, não destroem o significado capital dessas duas generalizações sobre o fato de o escravo responder com seu próprio corpo. Nenhum estudioso moderno as negará, mas poucos parecem levá-las a sério. Não é fácil encontrar uma coleção razoavelmente completa das evidências em trabalhos modernos.⁴ Westermann dedica-lhes três sentenças em duas páginas bem separadas; Vogt omite completamente a questão, numa obra construída sobre o tema “Escravidão e humanidade”. Até Wallon, de quem poderíamos esperar um grande rompante retórico, parece acobertar o tema: no tocante à Grécia, restringe-se à evidência ateniense⁵ e, sobre Roma, trata do assunto apenas de passagem. Somos tentados a acreditar que os editos dos imperadores cristãos pareceram-lhe excessivamente embracçosos.⁶ Mas não aos antigos antiquários: Pignoria, por exemplo, dedicou ao tema o segundo e terceiro capítulos de sua obra.⁷

O silêncio é uma forma especial de defesa, que pode assumir feições mais explícitas, apegando-se, primeiramente, às exceções na prática e às limitações legais e, em seguida, ao fato de os advogados alegarem nos tribunais, quando interessava, que o testemunho sob tortura não tinha valor. Aristóteles, como de hábito, resumiu em um parágrafo os argumentos retóricos dos dois lados (*Retórica*, 1376b, 31-1377a, 7). Os escritores modernos concluem, sobre uma base tão fraca, que a prática era não só “irracional”,⁸ “o único caso em que podemos atribuir aos gregos algo de realmente estúpido”,⁹ como também que há “razões para se supor que a tortura, na prática, era raramente empregada”.¹⁰ Não há, na verdade, razões que confirmem a freqüência da tortura. O que existe é apenas um campo aberto às disputas ideológicas, que nos é oferecido pelos poetas cômicos e oradores.

Já as evidências romanas são tão variadas e esmagadoras que não permitem defesas muito especiais, além do silêncio ou quase silêncio. O velho Mommsen, escrevendo quase meio século depois de sua impetuosa *História romana*, quase não trata do assunto nas mil páginas de seu trabalho sobre a legislação penal: torturar criminosos, sem falar em testemunhas, era “não apenas cruel mas absurdo (*sinnlos*)”.¹¹

Irrracional, estúpido, *sinnlos* — não é preciso argumentar, atualmente, que não é esse o modo de se abordar o emprego da tortura em uma sociedade. Quaisquer dúvidas (que nunca se justificaram) de que estivéssemos diante de uma prática normal, e mesmo “rotineira”, foram removidas com a descoberta em Puteoli, há menos de vinte anos, de uma inscrição latina, datada, pela forma das letras, do final da República ou da época de Augusto. O texto é a *lex locationis*, que estabelece os termos pelos quais a cidade devia adjudicar o posto de diretor de funerais, cujo dever, entre outros, era o de torturar escravos quando requisitado, fosse por indivíduos privados ou pelos magistrados. Os detalhes necessários sobre a prática da tortura estão contidos em duas seções (II, 8-14), com a especificação dos instrumentos e das atribuições.¹²

Qual era, então, a lógica? Parece-me óbvio onde devemos buscá-la. O emprego potencial ou efetivo da força bruta é um fator certamente presente, mas não o único. Se o escravo é uma propriedade com alma, um não-ser que é biologicamente humano, devemos esperar certos procedimentos institucionais que degradarão e aviltarão sua humanidade, para distingui-lo de seres humanos que não são propriedade. A punição corporal e a tortura constituem procedimentos do gênero. Foi, portanto, um importante símbolo de mudança na estrutura e psicologia sociais quando, no século II d.C., os assim chamados *humiliores* foram transferidos legalmente para a “categoria de escravo”.¹³ Essa extensão legal das punições corporais e da tortura às classes inferiores de cidadãos não é apenas uma outra exceção: foi uma transformação qualitativa nos valores e nos comportamentos sociais.

A terceira manifestação sobre o fato de os escravos responderem com seu próprio corpo, qualitativamente diferen-

te e universal, não precisa de uma explicação: trata-se de sua disponibilidade irrestrita para relações sexuais. Esta aparece como algo generalizado na literatura greco-romana a partir de Homero: já os escritores modernos quase a ignoraram, a tal ponto que a pesquisa básica ainda está por fazer. A prostituição é apenas um de seus aspectos.¹⁴ Mais interessante, no presente contexto, é a exploração sexual direta dos escravos pelos senhores, seus familiares e amigos. Trimalcião pode ter sido uma personagem de ficção, mas refletia o mundo real em suas lembranças: “Por quatorze anos eu o satisfiz; não é vergonhoso cumprir as ordens de um senhor. Também à minha senhora eu satisfazia” (Petrônio, *Satyricon*, 75, 11). Tampouco Horácio estava satirizando ao afirmar sua preferência por escravos domésticos, homens e mulheres: “Gosto de sexo fácil e à mão” (*Sátiras*, 1, 2, 116-9). A posição ética foi sintetizada por Sêneca, o antigo, referindo-se ao parceiro passivo na sodomia: “A lascívia (*impudicitia*) é um crime para o homem livre, uma necessidade para o escravo e um dever (*officium*) para o liberto”.¹⁵

Outro procedimento desumanizador era o hábito de dirigir-se, ou de referir-se, aos escravos como “garotos”, *païs* em grego, *puer* em latim,¹⁶ prática familiar também a outras sociedades (e que se estende, em sociedades não-escravistas, aos homens que realizam tarefas domésticas). Que isso fosse prática cotidiana, e não mera invenção cômica, é demonstrado pelos papiros do Egito ptolomaico e pelo velho hábito romano de dar, aos escravos, nomes como Marcipor ou Lucipor. O mesmo objetivo era atingido, nas artes visuais, pela “graduação hierárquica”.¹⁷ Num contexto como esse, devemos esquecer o sentido afetivo da palavra “criança”. Aristófanes (*Vespas*, 1297-8; 1307) inventou, certa vez, uma etimologia para *païs*, derivando-o de *paiein*, “bater” — e não foi a única de suas brincadeiras a apontar para uma realidade cruel.¹⁸

Esse mesmo escravo, entretanto, que era chamado de “garoto”, possivelmente espancado ou violentado sexualmente com certa regularidade, podia, uma vez por ano, durante as *Saturnalia* (ou as *Kronia* gregas) sentar-se à mesa com seu senhor e, até mesmo, ser servido por este;¹⁹ quando morria, sua sepultura era *locus religiosus* pela lei romana

(*Digesto*, 11, 7, 2 pr), embora não necessariamente entre os gregos. Tais formas de “simbolismo vazio no contexto da escravidão” não precisam deter nossa atenção.²⁰ Não é caso das manumissões. Não importa que muitas condições fossem exigidas para a libertação de um escravo, nem que seu “patrono” mantivesse, legalmente, a autoridade sobre ele, pois como liberto ele deixava, instantaneamente, de ser uma propriedade. Em termos jurídicos, era “transformado de objeto em sujeito de direitos, a metamorfose mais completa que se possa imaginar”.²¹ Era, agora, um ser humano incontestável; em Roma, era considerado até mesmo um cidadão. Isso significa que os filhos que viesse a ter seriam livres, embora aqueles nascidos anteriormente permanecessem, em geral, escravos (uma limitação de grande importância). Esse fato deve ser registrado e compreendido em todo o seu significado. Os libertos no Novo Mundo carregavam, na cor de sua pele, um sinal externo de sua origem escrava, mesmo após várias gerações, com gravíssimas conseqüências econômicas, sociais, políticas e psicológicas.²² Os libertos antigos simplesmente desapareciam no conjunto da população em uma ou, no máximo, duas gerações.

A manumissão greco-romana, em outras palavras, revela-nos, da forma mais clara possível, a ambigüidade inerente à escravidão, à redução de seres humanos à categoria de propriedade. Revela-nos também, em suas variações, a dialética dessa ambigüidade. A regra romana determinava que, quando um cidadão libertava um de seus escravos, este adquiria automaticamente (exceto em certas circunstâncias) a cidadania romana. Essa regra surpreendente — a única situação pela qual um indivíduo privado, por um ato puramente privado, podia conceder a cidadania — era ininteligível para os gregos, cujos escravos tornavam-se “metecos” (equivalente aproximado do latim *peregrini*), residentes livres mas sem direitos políticos. Essa diferença tem resistido a uma explicação satisfatória, mas subjacente a ela está uma distinção estrutural entre a *pólis* grega e a romana.²³ Em contrapartida, a “questão” dos libertos está ausente da literatura grega: a própria palavra (*apeleutheros* ou *exeleutheros*) quase não aparece; já a obsessão romana por eles, em particular no Alto Império, não precisa ser demonstra-

da. Contudo, a despeito de todos os epítetos que um Juvenal ou Tácito eram capazes de reunir contra os “orientais” e *Graeculi*,²⁴ suas vítimas podiam perfeitamente ignorá-los (a menos que se envolvessem pessoalmente nas intrigas da corte imperial). Era inevitável que o poeta Horácio — cujo pai, liberto e agente de negócios (*coactor*), lhe abrisse as portas da melhor sociedade de Roma, dando-lhe uma boa educação — recebesse, de tempos em tempos, insultos sobre sua origem. Mas isso, como ele mesmo se gabava, (*Satires*, 1, 16, 17-8) devia-se ao fato de ter entrado num mundo muito distante do das massas (*vulgus*).²⁵ Isso ocorria com dezenas de milhares de filhos libertos, e nem mesmo as zombarias pessoais sobreviveriam à geração seguinte. O contraste com o negro livre de hoje é evidente.

Era muito difícil, senão impossível, evitar uma certa ambigüidade em qualquer ação que envolvesse um escravo. Como este, em princípio, não possuía personalidade jurídica, seu dono era responsável por todas as suas faltas, tivesse ou não tido a iniciativa destas, e mesmo que as ignorasse por completo. Desde cedo, assim, surgiu o que os romanos denominavam ação noxal — processo contra um senhor por danos ou injúrias causadas por seu escravo, por seu filho *in potestate* ou por um de seus animais.²⁶ Essa solução tão simples não funcionava, contudo, nas várias situações em que esse princípio fundamental colidia com outras concepções, igualmente básicas. Ações noxais faziam parte da esfera da legislação civil mas, o que ocorreria no contexto do direito penal, num caso de direito público? Era impensável que o Estado punisse um cidadão absolutamente inocente de qualquer crime ou intenção criminosa; punir, contudo, o escravo delinqüente significava danificar ou destruir uma propriedade — e a defesa da propriedade privada era um dos deveres fundamentais do Estado antigo. Os juristas romanos encontraram uma solução engenhosa: entregavam o escravo a seu senhor para que este o punisse (*servus sub poena vinculorum domino reddere*), “aprisionando-o” em seu *ergastulum* enquanto continuava a explorar seu trabalho.²⁷

Se a segurança do Estado, contudo, estava ameaçada (ou parecia estar), essa preocupação sobrepujava quaisquer outras. Em 71 a.C., após a supressão da revolta de Espárta-

co, 6 mil escravos foram crucificados ao longo da estrada de Cápua a Roma (Apiano, *Guerra civil*, 1, 120). A preocupação com os direitos de seus proprietários foi abalada pela urgente necessidade de ensinar, ao conjunto da população escrava, uma lição inesquecível. A *raison d'état* podia gerar, igualmente, atos em sentido contrário: emergências de guerra, tanto civil quanto externa, forçavam por vezes o recrutamento de escravos combatentes.²⁸ A primeira vez que os atenienses empregaram esse recurso, libertando antes os escravos, foi na batalha de Maratona, em 490 a.C. Mas enterraram e homenagearam os escravos (e os soldados de Platea) num local separado daquele onde jaziam seus próprios mortos. Nenhum escritor clássico que conheçamos refere-se ao episódio; nem mesmo Heródoto, que não hesitava em mencionar soldados hilotas. Não fosse Pausânias, que escreveu mais de seiscentos anos depois, jamais saberíamos que escravos lutaram em Maratona.²⁹

Esse fato ilustra o que entendo por ambigüidade, e o comportamento ateniense não se tornava menos ambíguo pelo fato de, em outras ocasiões (eles e outros), tratarem menos equivocadamente os escravos mortos em batalha.³⁰ A consciência dessa ambigüidade entre os contemporâneos pode ser fácil e fartamente comprovada nas fontes antigas.³¹ Como poderia ter sido diferente? Os gregos podem ter cunhado uma expressão pejorativa como *andrapoda* (que tem pés humanos) para o conjunto dos escravos, baseando-se em *tetrapoda* (quadrúpede); escravos podem ter sido marcados como gado; os juristas romanos podem ter associado escravos e animais em ações noxais e em outros contextos que envolviam a propriedade; mas ninguém poderia jamais esquecer-se de que havia diferenças fundamentais. Deixando de lado considerações de ordem psicológica, era fundamental que um escravo pudesse pensar, agir deliberadamente, dar ou acatar sugestões verbais, fugir, associar-se a outros em ações conjuntas, como revoltas, e executar tarefas confidenciais ou militares. Contudo, à parte algumas exceções individuais (extremamente raras na documentação disponível), não consigo descobrir nenhum sinal de que essa consciência produzisse dúvidas ou sentimentos de culpa na classe dominante. Isso é bem demonstrado pelas três ou quatro

passagens da literatura jurídica romana, que se referem à escravidão como *contra naturam*.³² são apenas uma fugaz concessão à velha tradição primitivista de uma Idade do Ouro, sem implicações para a vida real.³³ A escravidão, prosseguiam os juristas, era uma instituição do *ius gentium* (lei comum a todos os povos) que abarcava, como Gaio escreve em seu parágrafo introdutório, “o que a razão natural prescreveu para todos os homens”.³⁴ Nenhum sentimento de culpa, apenas as infinitas complexidades e refinamentos de análise jurídica, decorrentes da ambigüidade da instituição.

Também neste particular é notável o contraste com o Sul dos Estados Unidos, e creio que a explicação é simples. Os escravos, lembremos o que Benjamin Franklin escreveu, “têm um efeito deletério sobre as famílias que os empregam; as crianças brancas tornam-se avessas ao trabalho e, sendo educadas no ócio, são incapazes de ganhar a vida com seu próprio labor”.³⁵ Essa era uma queixa comum: aparece com freqüência, por exemplo, em *Journey to America* (Viagem à América), de Tocqueville, anotações da viagem feita em 1831-32. Uma queixa desse tipo — sobre os efeitos da escravidão nos senhores, e não nos escravos — só é possível numa sociedade capitalista, em que ganhar a vida com o próprio trabalho é uma virtude reconhecida. A única preocupação comparável na Antiguidade, presente entre filósofos e moralistas (mais do que entre o tipo de homens a quem se dirigia Tocqueville), era quanto aos efeitos nocivos de qualquer excesso no comportamento humano — uma categoria ampla, na qual se incluíam os maus-tratos, mas sem grande importância, devo enfatizar, e não o uso de escravos em si. Nenhum moralista antigo teria achado nocivo não ser capaz de ganhar a vida com o próprio trabalho. Esse era, pelo contrário, precisamente o ideal do homem verdadeiramente livre.

Em minha opinião, a ambigüidade inerente à escravidão é um excelente ponto de partida para se examinar o tema “Escravidão e humanidade”. Deverei, assim, exemplificar essa ambigüidade de várias maneiras, começando pela descrição de certas situações (ou acontecimentos) e levantando algumas questões, quase sem tentar explicá-las (embora não sem criticar as apreciações convencionais contemporâneas).

Para meu primeiro exemplo devo retornar aos “companheiros de trabalho” de Xenofonte (*Memorabilia*, 2, 3, 3), e examinar as etapas finais da construção do templo, situado na Acrópole de Atenas, conhecido como Erechthéion, no final do século V a.C. O próprio Estado atuava como empreiteiro, registrando o pagamento, diário ou por tarefa, de cada trabalhador. Nos fragmentos que restaram desses registros podemos identificar a posição social de 86 trabalhadores: 24 eram cidadãos atenienses, 42 eram estrangeiros e vinte eram escravos — os últimos, artesãos qualificados.³⁶ Aqueles cujo pagamento era diário recebiam a mesma importância, sem ser levada em conta sua posição social. A maioria dos escravos trabalhava ao lado de seus donos na mesma atividade, executando a mesma tarefa específica, ao menos por parte do tempo. Símiás, um pedreiro, tinha consigo, em certa ocasião, cinco de seus escravos, que, devemos ressaltar, eram “companheiros de trabalho” e não escravos trabalhando em benefício de um dono ausente, rendeiro. O que, podemos nos perguntar, passava-se na cabeça de Símiás ao longo de um dia de trabalho? Ou na cabeça de seus escravos? E depois, quando Símiás embolsava todo o seu pagamento e uma parte do de seus escravos (a despeito de como fosse efetuado o pagamento)? Não podemos, obviamente, responder, mas há uma pista importante: nos anos finais da construção, executava-se o trabalho mais delicado — Símiás e seus escravos, por exemplo, faziam estrias numa das colunas — e teria sido impossível, na época e agora, determinar a partir do produto final quais operações foram executadas por homens livres e quais por escravos.

Essa não era, certamente, um situação excepcional na construção de templos, ao menos no mundo grego — apesar da ausência de documentação comparável. A construção de templos, de qualquer modo, era uma atividade rara e de caráter extraordinário: senhores e seus escravos como “companheiros de trabalho” eram muito mais comuns nas pequenas oficinas espalhadas por todo o mundo antigo. Sobre essa situação, contudo, as fontes nos faltam: a literatura ignora as questões que me interessam diretamente, enquanto os monumentos figurativos são raros — muito mais do que sugerem alguns estudos modernos — e, às

vezes, sensivelmente distorcidos. Na cerâmica grega figurada prevalece, de modo absoluto, a ideologia da classe dominante, com freqüência arcaizante, mesmo quando um pintor ceramista retrata seu próprio artesanato e sua oficina: o artesão aparece denegrado de um jeito ou de outro, e mais ainda seu escravo, por sua fisionomia ou por sua postura “servil”.³⁷

Seja qual for a psicologia mútua no interior dessas oficinas, uma nova dimensão foi-lhe acrescentada com a progressiva generalização, particularmente em Roma e na Itália, a partir do final da República, da prática de empregar escravos como agentes comerciais ou de estabelecê-los em negócio ou artesanato próprios, que os romanos denominavam *peculium*. Não precisamos nos deter em sua forma extrema, a de um agente-escravo em missão comercial no exterior: é muito provável que, ao menos durante essas missões, não fossem encarados como escravos por aqueles com quem negociavam.³⁸ Mas que dizer dos muitos que permaneciam, que conduziam seus negócios exatamente como os libertos ou livres, que viviam entre os livres pobres (e não na casa do senhor ou nas “senzalas”), com os quais tinham uma vida social em comum? Possuímos, novamente, uma pista significativa: a lei romana manteve a ficção de que o *peculium* era propriedade e responsabilidade do senhor, mas desenvolveu uma série complexa, e por vezes confusa, de regras sobre a situação *de facto*: era o escravo que possuía e administrava o *peculium*, era ele que acumulava créditos e débitos, não o senhor.³⁹ A regra de ouro contra o comparecimento de escravos perante os tribunais (a não ser sob tortura, em algumas ocasiões) teve, em particular, que ser abandonada numa série de casos, em sua maioria na esfera do que chamamos de direito comercial.⁴⁰

Um incidente, relatado com algum detalhe por Tácito (*Anais*, 14, 42-5), lança luz sobre a ambigüidade, e mesmo o conflito, gerado pela situação social, agora confusa, dos centros urbanos. No ano de 61 d.C., o prefeito de Roma, Pedânio Segundo, foi assassinado em seu leito por um escravo, aparentemente por desavenças pessoais. Segundo o “costume ancestral” (*vetus mos*) todos os escravos “sob o mesmo teto” deveriam ser executados como punição, incluindo-se

mulheres e crianças. Eram mais de quatrocentos escravos, e começaram a surgir vozes em contrário: a plebe fez uma manifestação pública e o Senado debateu formalmente o assunto. Quando a maioria votou contra a alteração da lei, houve distúrbios nas ruas, numa tentativa de deter a execução. Nero interveio, pôs as tropas na rua e a sentença foi cumprida. Há dificuldades evidentes sobre a precisa posição legal.⁴¹ Por um longo tempo, imperadores e juristas continuaram a exercitar-se em questões como: que extensão dar à expressão “sob o mesmo teto”? Devia um escravo arriscar sua própria vida numa situação semelhante?⁴² Não estou, contudo, interessado nos aspectos legais, nem tampouco nas atitudes expressas por Tácito, que pode haver desaprovado a interpretação estrita da lei, ou pelo “humano” Plínio, o Jovem, que certamente a aprovava.⁴³ Meu interesse centra-se numa questão praticamente ignorada pelos modernos comentários do texto: por que a plebe urbana reagiu com tanto ímpeto (Tácito chega a usar a palavra *seditio*)? Westermann, numa breve declaração, encontra a explicação num “processo de nivelamento das classes pobres trabalhadoras” resultando “num sentimento crescente de uma comunidade de interesses entre os pobres livres, os libertos e os escravos”; ao que um crítico redargüiu que “uma tal explicação parece muito estritamente racional. Apenas um profundo senso de injustiça poderia enraivecer as massas a tal ponto”.⁴⁴ “Profundo senso de injustiça” é, contudo, apenas a aplicação de um conceito moderno de justiça àquela situação. Seria difícil encontrá-lo entre as massas romanas do século I (embora, por vezes, pudessem demonstrar compaixão).⁴⁵ Nos anfiteatros, sua diversão favorita (compartilhada também por seus superiores) exigia o assassinato, por vezes maciço, de vítimas que, no fim das contas, não eram menos “inocentes”.⁴⁶ A “comunidade de interesses” de Westermann é, com certeza, um exagero, mas creio que ele estava procurando na direção correta. Os distúrbios da plebe não visavam atacar a escravidão como instituição, e sim salvar a vida de indivíduos com os quais a plebe (no seio da qual havia muitos libertos e filhos de libertos, além de, provavelmente, alguns escravos) se associava na faina diária e convivía socialmente.

O relato que Plínio nos fornece de outro assassinato, ocorrido entre os anos de 100 e 105 (*Cartas*, 3, 14), levanta uma questão diferente. A vítima, Lúrcio Macedo, era senador, filho de liberto e um senhor reconhecidamente cruel. Foi atacado durante o banho por um grupo de seus escravos que, contudo, deixaram a tarefa incompleta. Lúrcio Macedo, deixado inconsciente, foi recolhido por seus escravos “mais fiéis” (*fideliores*) e por suas concubinas, vindo a morrer dias depois. O “escravo fiel” é um tema bastante freqüente entre os escritores antigos, normalmente escolhido como um modelo excepcional, que aprazia aos senhores de escravos numa situação em que se sentiam permanentemente expostos, nas palavras de Plínio, a “perigos, insultos e ultrajes”. Algo mais do que obediência estava implícito: obediência, no fim das contas, é o comportamento normalmente esperado e recebido por superiores numa situação hierárquica, seja com a força de trabalho, escrava ou livre, no exército ou na burocracia. Algo mais estava implícito, igualmente, do que a mera retribuição às promessas de recompensa, de ascensão e, finalmente, de manumissão. Sêneca (*De beneficiis*, 3, 21) definiu a diferença: enquanto “executa o que é geralmente requerido de um escravo, realiza um *ministerium* (função exercida no interesse de um superior)”, mas “quando o escravo excede a programação de suas funções, não por obediência, e sim voluntariamente”, trata-se de um *beneficium*.

É indubitável que existiram muitos “escravos fiéis” na Antiguidade:⁴⁷ é apenas a manifestação de um fenômeno humano que não deixou de existir, e que aparece até mesmo nos campos de concentração nazistas.⁴⁸ Seres humanos brutalmente desenraizados, procurando novos laços, novas afetividades, costumam voltar-se a seus senhores, à família destes ou a seus próprios supervisores. Esse fenômeno atrai muita atenção nas discussões correntes sobre a escravidão no Novo Mundo, que demonstram a impossibilidade de se tratar a questão.⁴⁹ Somos forçados a deduzir a psicologia de comportamentos que, por sua vez, são cheios de ambigüidades e contradições. Não há por que considerar que, na Antiguidade, o quadro fosse basicamente diferente ou menos complexo. Um caso que mereceu o louvor especial de Sêneca, no contexto de uma pequena coleção de exemplos (*De*

beneficiis, 3, 23-7) foi o de dois escravos, que traíram a cidade de Grumento, sitiada durante a Guerra Social de 91-89 a.C., e depois salvaram suas senhoras da pilhagem e da carnificina que se seguiram. Parece-me inútil e sem sentido apegar-se a essas passagens de Sêneca, comentando “como foi grande e duradoura a importância histórica de ações magnânimas como essas, feitas por escravos”, para então introduzir rapidamente a elevação cristã da obediência como virtude.⁵⁰ Seriam os escravos, que lutaram e morreram com Espártaco, menos virtuosos, menos “grandes e duradouros” historicamente, do que os gladiadores que saudavam César antes de encontrarem sua morte na arena?⁵¹

Restam dois campos a serem considerados em que a relação senhor-escravo parece despertar o sentimentalismo patético dos historiadores modernos, tendo em vista a emotividade inerente nesse tipo de relacionamento. Refiro-me à medicina e àquela classe de escravos domésticos composta por amas, governantas e *paedagogus*.

A “profissão médica”, lemos em Vogt, era talvez a única “que requeria de seus membros quase as mesmas obrigações para com escravos ou homens livres”, pois “sua ética profissional era verdadeiramente humanitária”.⁵² Que escravos — alguns deles — recebessem tratamento médico, pode ser considerado certo, sem termos o trabalho de rebuscar o conjunto da documentação epigráfica e literária antiga em busca de um punhado de textos que o afirmem explicitamente.⁵³ Tal fato, em si, não tem qualquer relação com uma ética profissional: cuida-se, igualmente, de uma vaca machucada ou de uma carroça quebrada. A própria expressão “profissão médica” é enganosa. Qualquer um podia praticar a medicina, tanto a privada (com sua família) como a pública. Aqueles verdadeiramente qualificados, em sentido hipocrático, eram pouco numerosos, concentrando-se nos exércitos, nas escolas de gladiadores ou nas cidades maiores; eram tão escassos, com efeito, que as cidades competiam entre si para assegurar a presença deles.⁵⁴

Os médicos, além disso, fossem legítimos ou charlatães, trabalhavam por conta própria e cobravam honorários por seus serviços, por vezes bem altos: o catálogo de custos médicos da *História natural* de Plínio (29, 6-22) é sem dúvida

uma caricatura, escrita com o objetivo de sustentar um ataque contra os médicos, mas não é uma ficção. Daí resulta que a grande maioria da população nunca tinha acesso a um médico (o que não surpreende: isso é válido, ainda, em muitas partes do mundo, como era, em minha época, até mesmo na Europa e Estados Unidos). “Contemplo o grande poder da riqueza”, dizia o fazendeiro pobre na *Electra*, de Eurípides (427-9): “pode-se entreter convidados e, se o corpo fica doente, pode-se salvá-lo gastando dinheiro”. Devemos considerar, *a priori*, que uma porcentagem desproporcionalmente alta da população escrava não recebia tratamento médico adequado, o que é confirmado por uma análise estatística de casos registrados nos livros hipocráticos denominados *Epidemia*.⁵⁵ A decisão seria, normalmente, do senhor. Sendo pago, presume-se que o médico cumpriria seus deveres profissionalmente. Alguns certamente se recusavam. Humanitarismo e ética dificilmente entravam em consideração; nem mesmo encontro uma séria ambigüidade. A única contribuição do juramento hipocrático é, incidentalmente, bem pouco ambígua: “Em qualquer casa que entre, não terei relações sexuais com os corpos de mulheres ou homens, livres ou escravos”.⁵⁶

Duas diferenças importantes entre o mundo grego e o romano precisam ser observadas. Entre os gregos, uma profissão médica respeitada desenvolveu-se a partir do século VI a.C. e continuou até o final da Antiguidade, atraindo homens livres e ganhando o respeito até mesmo de Platão. Existiam na verdade, como registra Platão (*Leis*, 4, 720A-C), dois tipos de médico, o livre e seus assistentes escravos, sendo que, “na maioria dos casos”, eram estes últimos que atendiam os escravos. Que o pagamento dos escravos era substancialmente inferior é outra dedução que podemos extrair da forma como Platão desenvolve a diferença entre os dois “tipos” de prática médica.⁵⁷ Se havia ou não médicos-escravos trabalhando independentemente é uma questão a ser debatida: um compilador latino pouco confiável, que escreveu, talvez, no século II d.C., registra que Atenas proibiu que escravos se tornassem médicos (Higino, *Fabulae*, 274,10), deixando implícito que, em outras cidades, isso era possível. Seja como for, escravos como assistentes de médi-

cos certamente existiram, e isso basta ao nosso presente propósito.

Em contrapartida, os romanos não tiveram médicos até que alguns gregos fossem trazidos no século II a.C. e, por longo tempo, a profissão permaneceu nas mãos de escravos e libertos, em sua maioria do Oriente helenístico.⁵⁸ Também o Egito provia escravos treinados na aplicação de duchas, lavagens e massagens.⁵⁹ Foi a um destes que Plínio, o Jovem, acometido de grave enfermidade, recorreu — um liberto chamado Harpocras, de Mênfis, para quem, depois, pediu ao imperador a concessão da cidadania romana (*Cartas*, 10, 5-7). Embora homens livres tivessem se infiltrado mais tarde na profissão (mais *peregrini* que romanos livres de nascimento), a medicina nunca alcançou a posição legal de uma “profissão liberal”.⁶⁰ Permaneceu sempre como Cícero a definiu, certa vez (*De officiis*, 1, 151): uma daquelas ocupações (como o ensino ou a arquitetura) “respeitáveis para aqueles cuja posição é condizente”; Justiniano ainda legislava sobre escravos-médicos (*Código*, 6, 43, 3, 1). Em suma, os membros da elite romana recorriam a escravos ou libertos para tratamento médico, pagando por isso. Fugir do pagamento só era possível quando o doutor era um liberto do próprio paciente ou de um amigo; nesse caso, sustentava o jurista Juliano no século II, os serviços devem ser gratuitos, exatamente como para os pantomimeiros (*Digesto*, 38, 1, 27).

Podemos, assim, ao menos em linhas gerais e em nível descritivo, perceber qual era a situação no tocante aos médicos. Já o caso das amas e pajens, homens e mulheres (a tradução habitual de *paedagogus* como “tutor” é enganosa) é de tal forma obscuro que parece ser impossível resgatá-lo. A evidência é extremamente anedótica, incluindo desde histórias exemplares, discursos moralizantes sobre os bons velhos tempos (como em Tácito, *Dialogus*, 28-9), legados ou epitáfios para uma velha ama querida, até o resmungo persistente de moralistas, de Platão a Plutarco, contra o hábito pernicioso de se confiarem bebês e crianças a escravos e bárbaros incompetentes, imorais e analfabetos. O uso que escritores modernos fizeram dessa miscelânea revela muito sobre suas próprias ideologias, mas pouco sobre o tema em si. Barrow, por exemplo, concentra-se nas queixas dos mora-

listas, enquanto Vogt, em sua busca da “atitude humanitária típica, em particular da sociedade romana”, não tem “dúvidas sobre qual era a voz do mundo real”, nem Platão ou Plutarco, mas as equivalentes greco-romanas da “mãe preta”.⁶¹ Para mim, tudo isso é inútil, ao menos até que se remova o que a documentação tem de anedótico, e se converta esta numa forma que se preste a uma análise significativa, como feito, há pouco, com a *Epidemia*, de Hipócrates: a uma indicação, por exemplo, das freqüências relativas de padrões de comportamento conflitantes e contraditórios e das diferenças segundo a riqueza ou posição social.

Por fim, acredito ser muito pequena a possibilidade de se compreenderem as implicações da existência de amas-de-leite, governantas ou médicos escravos. Em nada contribui citar “o provérbio espanhol segundo o qual ‘a mão que embala o berço governa o mundo’”.⁶² Tampouco acredito que as opiniões de Platão (ou de Freud) sobre a importância da educação na infância nos ajudarão a descobrir a influência direta, sem falar da “influência permanente”, dessa classe de escravos sobre a sociedade.⁶³ Há muitas variáveis que não podemos controlar. A psicologia moderna foi incapaz de chegar a um acordo neste campo, e permaneço totalmente cético com relação às generalizações fáceis e às atribuições causais de historiadores que escrevem sobre uma sociedade há muito desaparecida e que não pôde ser observada diretamente. Meu ceticismo não é apenas quanto às influências da infância na motivação psicológica, nos sentimentos ou na estrutura da personalidade. Estende-se, igualmente, a afirmativas aparentemente axiomáticas como: “O primeiro desejo de um escravo é, naturalmente, o de ser livre”.⁶⁴ A palavra “naturalmente” revela uma crença antiquada numa natureza humana imutável, indiferente aos valores, posições e estruturas sociais, que considero inaceitável. Consideradas as dificuldades dos historiadores em chegar a um acordo sobre os escravos norte-americanos — apesar da grande quantidade de documentos aparentemente relevantes (tais como as “autobiografias”) e que inexistem para a Antiguidade —, parece tolice esperar uma compreensão muito profunda da psicologia do escravo antigo. Não se pode duvidar, contudo, da seguinte generalização, aliás banal: o

espectro das personalidades individuais e dos modos de comportamento variava de um extremo a outro, mesmo em condições de extraordinária pressão, como uma guerra civil ou a escravidão. Isso, ao menos, pode ser demonstrado para a Antiguidade com relação ao comportamento explícito, sendo possíveis, então, algumas considerações “psicológicas”.

Numa sociedade escravista era inevitável que a *raison d'état* levasse eventualmente o Estado (ou uma facção) a estimular, ou compelir, escravos a atuarem como informantes contra seus senhores ou conhecidos destes. Dessa maneira, quando se descobriu a mutilação das hermas em 415 a.C., os atenienses ofereceram uma recompensa e a proteção para quem tivesse informações sobre o caso, fosse cidadão, meteco ou escravo (Tucídides, 6, 27,2). Alguns aceitaram o convite, mas o relato que possuímos (na maior parte em Andócides, I), no qual tenho pouca confiança, não parece atribuir um papel importante aos escravos e, com certeza, não permite uma comparação das três categorias: cidadãos, metecos e escravos. Na história de Roma, o escravo informante foi um tema recorrente em períodos de ruptura, como as proscricções do século I a.C. ou as ondas de pânico imperial contra tentativas de golpe e traição. Veleio Patérculo (2,67, 2) disse que, na guerra civil subsequente ao assassinato de César, “em relação aos proscritos, suas esposas mostraram a maior lealdade, seus libertos muita, seus escravos alguma, seus filhos nenhuma”. Isso não passa, obviamente, de um jogo de palavras bem construído, não valendo o esforço de se caçar, entre o anedotário, “um veredicto mais favorável sobre o comportamento dos escravos do que as observações de Veleio fariam esperar”.⁶⁵

Como manifestação de um conflito de valores, o único aspecto realmente interessante nos escravos informantes é a ameaça que impunham, ou que se acreditava que impunham, aos próprios fundamentos do sistema escravista, rompendo com a total sujeição do escravo a seu senhor. César, conta-nos Dión Cássio (41, 38), rejeitou uma petição popular para introduzir em suas leis um convite aos escravos informantes, jurando que jamais acreditaria em denúncias de um escravo. Foi apenas uma reação individual e, no Alto Império, apareceu um padrão definido: cada pausa no pavor

de ser traído era “acompanhada de ações rigorosas contra os escravos que haviam incriminado seus senhores”.⁶⁶ Para evitar mal-entendidos sobre as implicações, Plínio explicitou-as (*Panegírico*, 42, 3): “Você [Trajano] libertou a todos do acusador doméstico e, tendo como única bandeira a segurança pública, suprimiu o que chamaria de guerra de escravos. Com isso, você beneficiou escravos e senhores dando, a nós segurança, a eles virtude”. Mais de dois séculos depois, imperadores cristãos ordenariam a execução, na cruz ou na fogueira, sem julgamento, de escravos que fizessem acusações contra seus senhores, embora os crimes de traição fossem, às vezes, isentos dessa regra.⁶⁷

Durante as guerras civis era comum que as facções em luta pusessem, temporariamente, seu medo de lado e procurassem recrutar escravos — os seus próprios e, em especial, os do inimigo. Os exemplos registrados vão do conflito de Corcira, em 427 a.C. (Tucídides, 3,73) até o último século da República romana, quando o número de escravos engajados, particularmente na marinha; aproximava-se dos seis dígitos. Em suas *Res Gestae* (25, 1) Augusto trata sua vitória sobre Sexto Pompeu como se fosse a supressão de uma rebelião de escravos: “Capturei cerca de 30 mil escravos que haviam fugido de seus donos e pegado em armas contra a República, e os devolvi a seus senhores para serem punidos”. Esqueceu-se de mencionar os 6 mil que havia crucificado ou os 20 mil que empregara em sua própria marinha; mas era tão-somente o típico e falso recurso propagandístico de condenar o outro lado por envolver escravos nos conflitos políticos entre cidadãos.

Quão genuinamente voluntária era a participação de escravos nessas circunstâncias é uma pergunta irrespondível, mas há sérias razões para se duvidar. Mesmo que dispusessem de um poder de escolha efetivo, o cálculo não teria sido fácil. Os escravos rurais pareciam estar mais dispostos ao recrutamento do que os urbanos, como também ocorreu nas revoltas de escravos: por trás dessa divergência de atitude estão diferenças fundamentais em sua condição, estilo de vida e expectativas.⁶⁸ A orientação política das facções em luta não era um fator importante: se é verdade que a maioria dos escravos de Corcira aliou-se ao *demos*, nas guer-

ras civis em Roma grandes quantidades de escravos juntavam-se a um outro lado, conforme a ocasião.⁶⁹ Na medida em que havia escolha, o único critério com sentido era tentar adivinhar o vencedor final: nenhuma facção tinha qualquer intenção de ameaçar a escravidão como instituição. Nem tampouco os próprios escravos: aqueles que participavam procuravam sua liberdade individual, vingança e riquezas. Um número substancial alcançou esses objetivos, nem tanto por entrar nos exércitos mais ou menos organizados dos contendores, mas por se organizarem em pequenos grupos de salteadores, por conta própria ou a serviço de cidadãos.⁷⁰ Os que fracassavam eram selvagememente punidos.

Ainda assim o dilatado número de escravos envolvidos na guerra entre Augusto e Sexto Pompeu era apenas uma pequena fração da população escrava da Itália nesse período. A conclusão dolorosamente banal é que, mesmo num período de ruptura social e política, a esmagadora maioria dos escravos não teve qualquer ação. Tampouco reagiram, obviamente, em períodos mais tranquilos e estáveis. Que atos hostis poderia um escravo efetivamente realizar contra seu senhor? Poderia furtar, o que sem dúvida era freqüente, mas o roubo em pequena escala é tão comum em certos setores de praticamente todas as sociedades conhecidas que é inútil examinar em detalhe esse tema no presente contexto (o que, de qualquer modo, a falta de evidências nos impediria de fazer). Poderia trabalhar péssima e vagarosamente, o que sem dúvida era também comum, mas não temos base para determinar eficiência ou produtividade do trabalho na Antiguidade. Poderia dedicar-se à sabotagem, provocando incêndios, destruindo ferramentas e equipamentos, ou por outras formas. As referências a isso, contudo, são quase inexistentes, e a evidência silenciosa dos objetos descobertos pela arqueologia — da cerâmica aos templos — sugere que a sabotagem não era comum o suficiente para ser um problema.⁷¹ Poderia fugir, e esta forma de resistência requer uma investigação um pouco mais detalhada.

Escravos fugitivos são quase uma obsessão em nossas fontes,⁷² e possuímos os restos materiais de instrumentos projetados para evitar fugas, como correntes e colares de metal. Os donos de escravos não aceitavam facilmente a

perda dessa propriedade. Procuravam o auxílio de amigos e conhecidos, ofereciam recompensas através de anúncios públicos, consultavam oráculos, astrólogos e intérpretes de sonhos, apelavam às autoridades públicas e contratavam “caçadores de escravos” (*fugitivarii*), conhecidos no mundo romano desde, pelo menos, o final da República.

É impossível hoje fornecer um balanço sobre o assunto. O máximo que podemos fazer é enumerar alguns casos singulares de ambos os lados. Mesmo sem o estigma visível da cor — uma vantagem obviamente poderosa do escravo antigo sobre aqueles do Novo Mundo —, as dificuldades e os riscos que um fugitivo devia enfrentar não podem ser subestimados. Em um mundo no qual a preservação dessa instituição era, reconhecidamente, de importância capital, especialmente para as elites que controlavam as armas do poder, em um mundo sem abolicionistas que organizassem uma “ferrovia subterrânea” (*underground railroad*), para onde o escravo poderia fugir? Poderia encontrar refúgio com outro senhor que o tivesse “subornado”, mas não seria uma fuga da escravidão e, de qualquer modo, seu novo senhor estaria sujeito a um processo civil.⁷³ O destino daqueles que se aproveitavam das circunstâncias especiais criadas pela guerra civil dependia, como vimos, do resultado do conflito, e mesmo aqueles que aceitavam as promessas de liberdade do inimigo tinham poucas garantias. Há razão para se crer, por exemplo, que muitos dos 20 mil escravos atenienses que fugiram, instados pelos espartanos, na última década da guerra do Peloponeso, acabaram nas mãos dos tebanos (*Hellenica Oxyrhynchia*, 12, 4). Ao término de uma guerra, além disso, era comum que o tratado de paz determinasse a troca de “fugitivos” e “desertores”.⁷⁴

E em época de paz? Que tipo de refúgio podia um escravo encontrar? Em 46 a.C., Dioniso, um escravo de Cícero, roubou alguns livros valiosos da biblioteca de seu senhor e, de alguma maneira, fugiu para a Ilíria, fazendo-se passar por liberto. Cícero colocou dois sucessivos governadores provinciais à sua procura, mas Dioniso escapou, conseguindo desaparecer na Dalmácia, que ainda não estava sob domínio romano e que, naquele momento, estava sendo invadida por eles.⁷⁵ Tratava-se, obviamente, de uma pessoa educada e

talentosa com, possivelmente, bastante dinheiro; nem todos os escravos, e menos ainda aqueles do meio rural, teriam conseguido viajar até tão longe, persuadindo os investigadores de que haviam sido libertados. Por outro lado, nem todos os escravos valeriam esse esforço nem todos os proprietários poderiam, como Cícero, requerer o auxílio de governadores provinciais. No mundo pequeno e fragmentado das cidades-Estados não havia polícia nem forças militares.⁷⁶ Apenas nos grandes impérios de Roma e do mundo helenístico podia o Estado pretender alguma eficácia na caça a fugitivos; ao menos fazia uma considerável demonstração no papel, através de procedimentos cada vez mais cruéis de busca e captura.⁷⁷ Pode-se, contudo, duvidar de sua capacidade em vasculhar o submundo dos centros urbanos: os caçadores de escravos profissionais operavam através de “donos de estalagens de baixa reputação, capitães de navios envolvidos em contrabando, negociantes de escravos, atores, rufiões, gladiadores e gente desse tipo”, e não eram avessos a ganhar algum dinheiro desonesto em seus negócios.⁷⁸

Um recurso especialmente promissor, e que convinha muito mais a pastores e trabalhadores rurais do que aos domésticos, artesãos e vendedores das cidades, era fugir para os bosques e viver clandestinamente, geralmente em pequenos bandos de fugitivos. Tais bandos eram uma característica normal da sociedade greco-romana, não se restringindo, por certo, aos escravos fugidos.⁷⁹ Não é fácil para o historiador certificar-se: por um lado, os escritores antigos empregavam palavras como *latrones* (ladrões) de modo amplo e vago para designar qualquer grupo de oposição, vendo “revoltas de escravos” por toda parte; por outro, existe uma extensa zona indefinida separando os fora-da-lei dos assassinos a mando dos líderes “respeitáveis” da guerra civil, ou os simples bandidos de movimentos de protesto social violento com uma motivação mais ampla. Estes últimos foram sempre incipientes e vagos em seus objetivos e, nesse sentido, é tentador comparar o banditismo antigo com o “banditismo social”, tão expandido nas sociedades camponesas mais recentes, de que Robin Hood é a figura paradigmática.⁸⁰

A participação de escravos, no entanto, parece-me enfraquecer essa comparação ou, ao menos, torná-la muito

difícil, como nos revela uma narrativa grega, única no gênero. Na ilha de Quios, numa data que não pode ser determinada — assim diz a narrativa do século III a.C. (*Ateneo*, 6, 265C-266C) —, um grupo de escravos, refugiado numa áspera região montanhosa, coberta de florestas, resistiu com sucesso, sob a liderança de Drímaco, às tentativas de destruí-los, até que finalmente o bando e a cidade chegaram a um acordo formal: Drímaco restringiria suas pilhagens a quantias preestabelecidas, segundo suas necessidades; por outro lado, protegeria a propriedade dos quietas, só aceitando como recrutas os fugitivos que “tivessem sofrido de maneira insuportável” e devolvendo os demais a seus senhores. Após sua morte, Drímaco foi elevado à categoria de herói (no sentido técnico que tem em grego), um “herói cortês”.⁸¹

Eventuais dúvidas sobre essa história aparentemente improvável parecem se dissipar diante de um paralelo entre os *maroons* jamaicanos do século XVIII. *Marronage*, a fuga de bandos de escravos que conseguiam estabelecer-se independentemente em “áreas afastadas, inóspitas e... inacessíveis”,⁸² era algo comum no Novo Mundo praticamente desde a introdução da escravidão. Os exemplos mais bem-sucedidos ocorreram no Brasil, na Guiana e na Jamaica, alcançando, esta última, “um recorde talvez único”.⁸³ Desde fins do século XVII, por muitas décadas, sucederam-se ações militares mais ou menos contínuas, até que em 1739 o governador, desesperado, assinou um tratado de quinze itens com os líderes quilombolas, liderados pelo capitão Cudjoe.⁸⁴ Algumas das cláusulas equivalem, quase literalmente, às do acordo de Quios com Drímaco. Se os tratados tivessem sido cumpridos, teria envolvido os escravos na consolidação do sistema escravista, deixando de ameaçá-lo. Mas o paralelismo desaparece nos eventos subseqüentes: os quilombolas rebelaram-se contra o capitão Cudjoe e um conflito isolado permaneceu por mais um século na Jamaica, enquanto Drímaco viveu feliz, sendo, posteriormente, aclamado como “herói”, se acreditarmos em todos os elementos da narrativa.

Levantes violentos de escravos foram numerosos em todas as sociedades escravistas. Em geral foram também, em pequena escala, de curta duração e igualmente fracassa-

dos (sem considerar alguns poucos que conseguiram escapar da escravidão). O quilombo típico não tinha mais que poucas centenas de habitantes. Dos 250 levantes identificados na história dos Estados Unidos,⁸⁵ o maior e mais famoso, a rebelião de Nat Turner, de 1831, foi algo puramente local, envolvendo algumas centenas de homens por alguns meses, tendo a luta efetiva durado apenas três dias. A maioria das “guerras servis” dos escritores antigos entra nessa categoria. Os fugitivos do capitão Cudjoe montavam a alguns milhares, numa época em que a população da Jamaica, em rápido crescimento, chegava aos 100 mil, enquanto a população branca não chegava a 10 mil. O que auxiliava os quilombolas era sua habilidade de escapar por entre as matas, pântanos e montanhas, terrenos favoráveis a uma luta de guerrilheiros defensivos. Não procuravam derrubar o sistema escravista nem, na maioria dos casos, lutar contra ele, a não ser quando atacados.⁸⁶ Drímaco de Quios é o único exemplo da Antiguidade, embora outros possam haver desaparecido sem registro. Grécia, Itália e Sicília não eram, no fim das contas, comparáveis à América Latina colonial e ao Caribe nesse aspecto crucial.

No curso da história, houve apenas quatro revoltas de escravos com as dimensões de uma guerra genuína, com muitos milhares de homens em armas de cada lado, com batalhas campais, cerco e ocupação de cidades: as três na Sicília e Itália entre 140-70 a.C. e a grande revolta no Haiti, que coincidiu com a Revolução Francesa, da qual devemos considerá-la um subproduto. Apenas esta última, chefiada por negros e mulatos livres, foi bem-sucedida.⁸⁷ Uma explicação completa sobre as três revoltas da Antiguidade pode ser impossível, mas atuaram sem dúvida como variáveis-chave a crise sócio-política geral em que emergira a sociedade romana e a presença de uma quantidade muito grande de homens escravizados há pouco tempo — muitos provenientes das mesmas regiões na Síria e Ásia Menor, dentre os quais homens cultos e de posição social elevada, que efetivamente lideraram. Sem esses componentes, levantes escravistas não se transformavam (nem poderiam) em rebeliões genuínas, e a diferença qualitativa de um para outro parece-me intransponível.

Nada garante, em particular, o argumento comum de que a ausência de “revoltas sérias de escravos” na Grécia clássica é “um comentário eloqüente sobre o tratamento geralmente suave dos escravos nessa época”;⁸⁸ nem tampouco argumentos *post factum* de que a época ainda não amadurecera para uma transformação do sistema sócio-econômico. Não subestimo as enormes dificuldades envolvidas no planejamento e execução de uma revolta de escravos em grande escala e por um longo tempo. Outras categorias de explorados, contudo, revoltaram-se persistentemente sob condições igualmente difíceis, visando destruir um sistema opressivo, por vezes com sucesso: os hilotas espartanos, os súditos líbios de Cartago⁸⁹ ou povos coloniais de todo o mundo, até em nossos dias, que enfrentam uma força repressiva muito superior àquela enfrentada por gregos ou romanos.

Mesmo se considerarmos os totais mais elevados fornecidos para as revoltas de escravos na Antiguidade (que não podemos verificar mas que não eram, certamente, subestimativas), esses números ainda representariam uma minoria da população escrava total da Sicília ou da Itália. Os que participavam de bandos dos fora-da-lei, de fugas ou de assaltos eram quantitativamente negligenciáveis. As conclusões “psicológicas” superficiais que prometi começam, assim, com a proposição de que a vasta maioria dos escravos na Antiguidade acomodava-se, de algum modo, à sua situação, fosse passivamente e de má vontade, fosse positivamente ou, ainda, o que era mais comum, por uma combinação de ambos. Com “positivamente”, refiro-me a todos aqueles milhões (em especial nas cidades) que parecem, por seu comportamento, ter aceitado os valores dos homens livres — desde os que serviam como matadores, proxenetas, espiões e intrigantes até aqueles que executavam lealmente seus serviços nas casas, oficinas e escritórios de seus senhores, esperando uma futura manumissão mesmo que ao preço, pago com freqüência, de separarem-se de seus filhos ainda escravos.⁹⁰ Esses escravos haviam, evidentemente, aprendido o significado e a necessidade do que Plínio denominava virtude, e agiam de acordo, cada qual segundo o seu próprio discernimento.

De que outro modo poderiam os escravos ter sobrevivido, senão pelo compromisso e pela adaptação? E de que outra maneira, do ponto de vista dos proprietários, poderia esse sistema — e, portanto, a sociedade — ter sobrevivido?⁹¹ Alternativas comportamentais rígidas nunca existiram na história da escravidão, e concentrar a atenção nelas inutiliza qualquer investigação. “Para cada exemplo de crueldade física de um lado, um historiador que empreende fazê-lo pode encontrar um de tolerância do outro”.⁹² Essa observação crítica a respeito do estudo da escravidão norte-americana é, como vimos, igualmente válida para os historiadores da Antiguidade. Os verdadeiros sentimentalistas são os opositores de Wallon, quer considerem os escravos, quer os senhores. O que, por exemplo, podemos legitimamente deduzir sobre a psicologia dos escravos que oravam e ofereciam presentes aos deuses gregos e romanos, que participavam das inúmeras associações de culto — no Império Romano, daquelas, em particular, ligadas ao culto do governante? Não haveria ladrões entre eles? Nem sabotadores ou fugitivos, reais ou em potencial? Ambos são meios de sobrevivência: atos hostis por um lado, aceitação (ainda que parcial) dos valores dominantes da sociedade, por outro; ambos frequentemente coexistiram em um mesmo indivíduo ou grupo de indivíduos.⁹³ Dentre os valores, a religião foi uma das grandes forças auxiliares, na Antiguidade e no Novo Mundo.⁹⁴ Mas não existiam divindades ou cultos específicos dos escravos — as súplicas e os ritos executados durante as revoltas de escravos não diferiam, em comportamento, das orações e sacrifícios de cidadãos livres em tempo de guerra e crise. Todos, livres e escravos, aceitavam a ambigüidade inerente a uma propriedade dotada de alma. E as sociedades, mesmo as civilizadas, têm repetidamente demonstrado sua capacidade para sobreviver, por longos períodos, sob tais tensões e contradições.

Nesta discussão, tenho sistematicamente evitado mencionar as afirmações explícitas, na literatura antiga, sobre a psicologia dos escravos, pela simples razão de que representam a visão e o desejo da classe proprietária, e não dos próprios escravos. Não constituem, assim, uma evidência inequívoca, a não ser sobre a ideologia dos livres. Algumas

podem ser penetrantes e precisas — penso, particularmente, em Petrônio, cujo “herói” Trimalcião, um rico liberto, relembra sem vergonha ou culpa os anos que viveu como um escravo desenraizado, cumprindo, com sucesso, todos os papéis requeridos no estabelecimento de seu senhor, para agora repetir o comportamento daquele com seus próprios escravos.⁹⁵ Mas não dispomos das normas necessárias para discriminar as diferentes atitudes e opiniões. A transparência ideológica era facilitada pela exposição da opressão e da exploração: nenhuma “falsa consciência” era necessária ou mesmo possível. Mesmo os poucos escritores que tinham tido uma experiência pessoal como escravos não demonstram qualquer influência, emocional ou intelectual, nas obras que possuímos, nada que os distinga de escritores que não possuíam essa experiência. Isto é válido para as peças de Terêncio e para os *Discursos morais* de Epicteto — o primeiro provavelmente, o último certamente ex-escravo — ou para os poemas de Horácio, nascido livre mas filho de um liberto.⁹⁶

A única tentativa antiga, remanescente, de analisar a escravidão encontra-se no livro primeiro da *Política* de Aristóteles. Já atitudes e manifestações ideológicas nos são reveladas em milhares de passagens na literatura. Não é necessário demonstrar sua variedade; contudo, nem sempre se reconhece que certos elementos comuns são dominantes. Um deles é o medo.⁹⁷ Se todos os quatrocentos escravos de Pedânio Segundo não forem executados, perguntou o jurista Cássio Longino no debate senatorial (Tácito, *Anais*, 14, 43), quem estará seguro? Um segundo elemento, consequência lógica da equação escravo-estrangeiro, é o racismo, termo no qual insisto a despeito da ausência de um estigma de cor, a despeito da variedade de povos que compunham as antigas populações escravas, e a despeito da frequência das manumissões e de suas consequências peculiares. Não está em questão um conceito de “raça” aceitável para os biólogos modernos, nem um conceito propriamente definido e consistentemente mantido, e sim aquela visão normalmente assumida no discurso ordinário, naquela época e hoje em dia. Havia escravos gregos na Grécia, escravos italianos em Roma, mas eram casualidades infelizes; as formulações ideo-

lógicas tratavam, invariavelmente, de “bárbaros”, estrangeiros, que compunham, em realidade, a maioria dos escravos.

Há um conto de Heródoto (4, 1-4) que é paradigmático, não como história, pois é totalmente fictício, mas como ideologia. Conta a história que os citas haviam invadido a terra dos medas durante o século VI a.C., aí permanecendo por 28 anos. O inevitável aconteceu: uma nova geração de homens cresceu na Cítia, filhos das mulheres citas, que haviam sido deixadas para trás, e de seus escravos. Quando os citas finalmente retornaram da Média, essa nova geração, consciente de sua origem duvidosa, enfrentou-os com armas na mão. A luta incessante, que se concentrou no Nordeste da Criméia, não produziu resultados, até que um cita percebeu que estavam empregando uma tática errada. Estamos apenas nos fazendo matar, disse, e ao mesmo tempo estamos matando nossos escravos. Deixemos de lado as armas e peguemos, cada um, um chicote. “Enquanto nos vêm de armas na mão, acreditam serem iguais a nós, iguais de nascimento. Mas assim que nos virem com chicotes, compreenderão que são nossos escravos e, levando isso em conta, não resistirão.” E assim aconteceu. À vista da multidão de citas com seus chicotes, os escravos imediatamente fugiram do campo de batalha.

Não somos obrigados a acreditar nessa história. Acho, contudo, que devemos acreditar que reflita uma opinião geral, uma atitude, uma forma de pensar. Com Aristóteles, isso tornou-se a teoria, desenvolvida no livro primeiro da *Política*, de que a escravidão é uma instituição natural e, portanto, “boa e justa” (1254a18). Tem havido uma tendência inevitável, entre os classicistas contemporâneos, em desconsiderar essa seção da *Política*; Aristóteles estaria apenas experimentando, dizem, e estava descontente e côncio das falhas em sua demonstração. Essa desculpa não se sustenta: confunde o fato de Aristóteles reconhecer que, obviamente, alguns homens são escravizados errada e injustamente, com a naturalidade da instituição em si. Ignoram, assim, que essa doutrina integra-se plenamente na obra de Aristóteles, como na discussão de *philia* na *Ética a Nicômaco*.⁹⁸ Em todo caso, a maioria dos gregos e romanos não era composta por filósofos ou teóricos, e permaneceu de bom grado

acreditando, com Heródoto, que (ressalvadas as inevitáveis exceções) os escravos, como classe, eram seres inferiores, psicologicamente inferiores, por natureza. É o que está implícito, por exemplo, no lugar-comum, presente nos discursos da Roma republicana, de que judeus, sírios, lídios, medas e, na verdade, todos os asiáticos, “nasceram para ser escravos”.⁹⁹ Existem à disposição inúmeras citações (embora nem sempre tão elegantes e patéticas como a história de Heródoto), da Antiguidade ou das sociedades escravistas modernas.

Isso não impediu que escritores, em certos contextos, empregassem escravos bem como os bárbaros como meios para discutir o comportamento e a natureza do ser humano;¹⁰⁰ nem, no caso dos teatrólogos, que suas audiências fruissem o jogo e que, na verdade, o exigissem. Surpreendente é o fato de comentaristas modernos, que em geral rejeitam esse material como evidência sobre os citas, persas ou egípcios, aceitarem-no como informação válida sobre a psicologia dos escravos. Poderia alguém sugerir seriamente — porque o escravo trapaceiro de Aristófanes era um agente obediente e sem iniciativa, enquanto em Menandro aparece como um mestre de intrigas, orgulhoso de seu engenho e de sua superioridade intelectual, resolvendo para seu dono problemas que este não resolvia —¹⁰¹ que uma mudança significativa ocorreu, nesse período de algumas décadas, na natureza dos escravos e da escravidão? Ou que o linguajar e as metáforas militares, tão apreciados pelos escravos de Plauto, refletiam algo da fala ou do pensamento dos escravos romanos por volta de 200 a.C.?¹⁰² Mesmo as brincadeiras deviam cessar quando se atingiam certos limites: não havia solidariedade entre os próprios escravos, nem o escravo, apesar de toda sua superioridade como intrigante, superava seu senhor em moralidade ou lhe fornecia exemplos morais.¹⁰³

Somente os moralistas, escrevendo para uma audiência de elite, ousavam comparar a virtude de um escravo com a do senhor, e o faziam por meio de um desvio fundamental que afastava o perigo.¹⁰⁴ Aristóteles inicia sua análise com um tom polêmico, que deixa implícita a existência de escritos negando que a escravidão fosse uma instituição natural.

Não identifica, contudo, seus opositores, e é difícil encontrá-los na literatura remanescente: sugeriu-se, recentemente, que Eurípides fosse um deles.¹⁰⁵ Platão certamente não o era: é possível demonstrar que uma teoria da escravidão natural encontra-se implícita em sua obra, sendo certo que concordaria com a essência da argumentação de Aristóteles.¹⁰⁶ Mas, e após Aristóteles? A resposta simples é que este produziu, não apenas a primeira, mas também a última análise formal e sistemática sobre o tema na Antiguidade, até onde sabemos. A filosofia ética pós-Aristóteles caracterizou-se por uma clara ruptura entre moralidade e sociedade, pela firme localização da virtude na alma individual e pela conseqüente indiferença pelo superficial, como posição social, incluindo-se a liberdade do ser humano em sentido legal. Esse foi o desvio fundamental ao qual me referi.

O exemplo mais divertido dessa nova concepção é a história, apócrifa, de como Diógenes, o Cínico, capturado por piratas e posto à venda no mercado, apontou para um coríntio na multidão e disse: "Vendam-me a ele, ele precisa de um senhor" (Diógenes Laércio, 6, 74). O exemplo mais sério será encontrado nos numerosos fragmentos a respeito, escritos pelo estóico Crisipo (ou supostamente provindos dele) em meados do século III a.C. O tema da escravidão, contudo, como aquele da ética em geral, foi logo abandonado por aqueles que ainda podiam ser chamados, legitimamente, de filósofos, sendo deixado para os pregadores e moralistas. É entre estes, notadamente Sêneca, Epicteto e Díon Crisóstomo, que encontramos as conhecidas dissertações sobre a escravidão, que tanto espaço ocupam nos estudos modernos, e que se caracterizam por "um total desinteresse por questões políticas e sociais".¹⁰⁷ Se é verdade que suas intenções eram dignas, sua retórica contra o excesso e a brutalidade, dirigida aos senhores, *pregava obediência para os escravos*. O mesmo é válido para os cristãos primitivos, dos Evangelhos a Santo Agostinho. Exceto pela introdução do pecado original no conceito de escravidão natural e pela preocupação com problemas específicos, como a legalidade da posse de escravos cristãos por senhores judeus, nem o Novo Testamento nem a patrística acrescentaram algo de significativo à retórica dos estóicos romanos.

Não é essa a leitura habitual que se faz da patrística nem dos estóicos romanos. Num ensaio sobre Sêneca e a escravidão, que logo se tornou um modelo, Richter escreve que Sêneca, em particular na 47^a *Epístola moral*, foi um “cofundador de nosso sistema de valores”, um homem que “enriqueceu” a discussão, introduzindo “o verdadeiramente humano como um impulso ativo”, que foi “o primeiro, e essencialmente único, porta-voz literário” da “interpretação dos princípios legais” segundo uma “consciência social”. Ecos disso, continua Richter com razão, podem ser encontrados nas cartas de Plínio, o Jovem (em especial 8,16).¹⁰⁸ Mas Plínio, que se orgulhava de sua *humanitas*, defendia também a lei que responsabilizava toda a *familia* quando um escravo matava seu senhor. “Ninguém”, escreveu a um amigo relatando o caso de Lárício Macedo (3, 14, 5) “pode estar seguro por ser gentil e tolerante; os senhores são assassinados por perversidade, não pela razão (*iudicio*)”. Não há contradição: pelo contrário, os dois aspectos devem ser considerados conjuntamente, o que nem sempre fazem os comentadores modernos. Não se duvida que a *humanitas* de Sêneca e Plínio, assim como alterações ocasionais na legislação imperial, mitigando uma ou outra brutalidade contra os escravos, tenham auxiliado escravos individuais em suas relações pessoais (na medida em que as leis fossem exequíveis e executadas), mas serviam para reforçar a própria instituição, não para enfraquecê-la. Platão já compreendera isso há muito (*Leis*, 6, 777D-E).¹⁰⁹ E todos concordavam que a instituição devia ser mantida. Em duas diferentes ocasiões o imperador Constantino decretou medidas protegendo os senhores que tivessem, no exercício de sua “autoridade doméstica”, espancado seus escravos até a morte (*Código Teodosiano*, 9,12,1,2): “não serão passíveis de censura se desejavam obter uma conduta melhor de seus escravos, corrigindo suas ações perversas. É nosso desejo que em tais ações... não haja investigações... para saber se a punição tinha o intento de matar o homem ou apenas de puni-lo”.

E assim fechamos o círculo. Concluo como iniciei, insistindo na profunda diferença existente entre o tratamento mais ou menos humano de escravos específicos por senhores específicos e a desumanidade da escravidão enquanto insti-

tuição. Vogt dispôs-se a “mostrar de que maneiras os escravos podiam adentrar o mundo moral”, descobrindo uma delas nos solilóquios do “bom escravo” de Plauto. “Mesmo que os motivos para esses sentimentos pareçam ter sido o medo da punição ou a esperança de obter a liberdade”, diz Vogt, “ficamos ainda com a impressão de que este é um escravo honrado e decente”.¹¹⁰ O fantasma de Wilhelm von Humboldt é bem visível, e por detrás dele surgem os de Sêneca e São Paulo, pedindo acomodação e obediência, em nome de valores superiores. Nem todos considerariam a criação de escravos decentes e honestos um dos mais altos objetivos morais da humanidade, nem a aceitação da escravidão como uma virtude moral. De modo que meu tema, escravidão e humanidade, está imerso no centro de uma controvérsia moral e ideológica *atual*, campo para o filósofo e para o teólogo, mas também para o historiador.

O DECLÍNIO DA ESCRAVIDÃO ANTIGA

No ano de 404, uma nobre romana chamada Melânia (a Jovem), supostamente descendente da antiga *gens* dos Valerii, conseguiu persuadir seu igualmente nobre marido, Piniano, a abandonarem ambos seus bens terrestres e viverem uma vida cristã santificada. Suas propriedades, espalhadas pela Itália, Sicília, Espanha, Bretanha e África do Norte, rendiam anualmente a quantia de 1.600 libras romanas de ouro. Nem mesmo a auto-intitulada imperatriz Serena foi capaz de pagar o valor pedido pela casa de ambos em Roma. As ameaças bárbaras faziam os compradores de terra hesitar em alguns distritos; as propriedades na Espanha só foram de fato vendidas após muitos anos, quando Melânia já se estabelecera na Palestina, numa vida de pobreza. Tendo finalmente conseguido vender as propriedades, as vastas somas obtidas foram distribuídas por várias obras pias e de caridade. Além disso, Melânia, segundo o bispo contemporâneo Paládio, libertou 8 mil de seus escravos. Esse número incluía apenas aqueles que se dispuseram a aceitar a liberdade; Melânia possuía um número infinitamente maior: seu biógrafo latino relata que, num só domínio próximo a Roma, havia sessenta aldeias, cada uma com quatrocentos escravos trabalhando na terra, num total aproximado de 24 mil pessoas.¹

Não precisamos acreditar nesses números, mas temos que aceitar o fato de que escritores do século V, e mesmo os posteriores, os consideravam plausíveis. Nos combativos anos finais do governante gótico Alarico (408-410 d.C.), quando Melânia procurava desfazer-se de seus escravos, os

imperadores tentavam evitar a escravização, na Ilíria, de camponeses que fugiam dos bárbaros, de cativos que tinham sido resgatados das mãos destes, e até mesmo de uma tribo bárbara, os círios, que tinha sido assentada pela força, no interior do Império, como *coloni*.² Uma geração anterior, oficiais romanos, que mantinham a linha defensiva contra os mesmos godos, estavam tão ocupados pelo comércio de escravos com o inimigo que as defesas romanas viram-se negligenciadas.³ Mais tarde, quando os visigodos se estabeleceram na Espanha, introduziram em sua versão vulgar da lei romana muitas cláusulas relativas à escravidão, embora essa instituição não tivesse importância em sua própria sociedade à época das migrações. No código do rei Erwig, cujo reino data já de 680-687, havia 21 cláusulas no livro IX, determinando penalidades drásticas para os que dessem refúgio a escravos fugitivos, além de uma cláusula requisitando, de cada proprietário, uma décima parte de seus escravos para o exército, que carecia desesperadamente de recrutas. Pouco depois, o 16º Concílio de Toledo decidiu que não tinham autorização para ter sacerdote as paróquias “muito pobres”, consideradas como tal aquelas que tinham menos de dez escravos.

Esses exemplos — e muitos outros que podem ser mencionados — bastam para explicar por que Marc Bloch iniciou seu ensaio sobre “Como e por que findou a escravidão antiga”, publicado postumamente, escrevendo contra uma visão ainda hoje comum: “No mundo romano dos primeiros séculos [(d.C.)] o escravo estava em toda parte... Na era das invasões (germânicas) e no primeiro período dos reinos bárbaros, ainda havia muitos escravos em toda a Europa, mais até, segundo parece, do que no Alto Império”.⁴ Existe, contudo, uma grande dificuldade terminológica, que Bloch reconheceu mas não considerou, talvez, em toda a sua seriedade. Todos os *servi* dos códigos germânicos eram, efetivamente, escravos? As leis visigóticas, por exemplo, ignoram os *coloni*, quando sabemos que certamente existiam, e eram numerosos, no reino visigodo. Devemos supor que os *coloni* estão incluídos nos *servi*? É sabido que os redatores das constituições imperiais no Baixo Império eram “incapazes” de “definir” *colonus* de um modo que fosse aceitável aos

elegantes juristas clássicos. Considere-se, por exemplo, a lei de Constantino determinando que os *coloni* que tentassem fugir “fossem postos a ferros como escravos, para que fossem obrigados, por uma punição servil, a executar tarefas apropriadas a eles como homens livres”; ou aquela de Valentiniano I, decretando que *coloni* e *inquilini* devam ser “escravos da terra, não pelo vínculo da taxaço, com o nome e título de *coloni*”.⁵ Os imperadores do século IV estavam preocupados com as finanças imperiais; “eles não visavam estabelecer as regras do colonato”.⁶

Os códigos legais e as hagiografias, infelizmente, são responsáveis pela maioria das evidências sobre a escravidão no Baixo Império, o que levanta difíceis questões de método. Paralelismos contemporâneos sugerem que a mera ordenação jurídica freqüentemente transmite uma falsa imagem do que realmente está ocorrendo na sociedade. É razoável, portanto, que nos perguntemos com quanta facilidade ou freqüência, por exemplo, os escravos eram capazes de obter compensações por meio das leis “humanitárias”, citadas com tanto entusiasmo por historiadores modernos.⁷ Da mesma forma, a existência de 21 cláusulas sobre fugitivos em um código visigodo sugere que a lei estava sendo repetidamente violada. Em outras situações, uma série rápida de decisões inconsistentes, ou mesmo contraditórias, pode ocultar um conflito subjacente em torno de algo que não o assunto em questão: o título 12 do livro IV do *Código Teodosiano*, sobre o *senatus consultum Claudianum*, dá a impressão de que os imperadores do século IV debatiam-se para encontrar uma conduta correta nos casamentos de mulheres livres com escravos, quando é, na verdade, a manifestação externa da luta ideológica entre pagãos e cristãos em seu derradeiro estágio.⁸ Além disso, a maioria das decisões presentes nos códigos era dirigida, em primeira instância, a oficiais locais em resposta a decisões locais. O fato de terem sido entronizadas em codificações revela-nos algo da psicologia das repartições imperiais, mas não necessariamente das condições gerais do Império.⁹

Os leigos não eram, obviamente, mais precisos. Um bispo norte-africano do final do século V, Vítor Vitense, queixou-se, em três diferentes passagens, do horrível tratamen-

to dispensado aos bispos católicos da África sob domínio vândalo: haviam sido reduzidos a *servi Vandalorum* (1, 14), obrigados a executar *labores rusticani* que não convinham a *virii ingenui* (2, 10), tendo sido *relegati colonatus iure* (3, 20). Não se pode duvidar que Vítor desse o mesmo sentido a cada uma das frases. Um século antes, Libânio de Antióquia, escrevendo em grego do outro extremo do Império, referia-se em sua 47^a oração a *georgoi*, *hoi ergazomenoi*, *oiketai*, *somata*, *douloi* e *ergatai* — termos que acredito serem sinônimos, todos relativos a camponeses sírios, cuja posição social não é traduzível por nenhuma palavra moderna, que estavam submetidos a um senhor (*despotes*), mas não eram escravos (apesar do termo *douloi*, que aparece no texto).¹⁰ Essa oração é famosa por sua obscuridade — de que é testemunha a abundante bibliografia a respeito —¹¹ mas devemos nos perguntar se também era obscura para seus contemporâneos. Devemos ter em mente que Vítor e Libânio não tinham como objetivo fornecer material de pesquisa para historiadores do século XX ou para os estudiosos do direito romano, e que os procônules e outros destinatários das decisões imperiais não se atrapalhavam com a terminologia: sabiam interpretar corretamente as decisões mesmo que não fossem capazes de redigir uma dissertação erudita sobre a diferença entre escravos, *coloni* e os demais.

Há uma geração, Paul Collinet sustentava que a profusão de termos técnicos nos documentos jurídicos não é mera confusão, mas um reflexo de realidades sociais do Baixo Império como, por exemplo, variações regionais ou diferentes posições sociais de diferentes origens, que podem ou não ter convergido.¹² Embora seja uma argumentação séria, ninguém tentou ainda, pelo que sei, testá-la por meio de um estudo sistemático da terminologia. O hábito de extrair conclusões, e mesmo amplas generalizações, de um único texto, ou de alguns textos esparsos, não ampliou nosso conhecimento, nem deverá fazê-lo no futuro. Todos têm seu trecho favorito do *Código Teodosiano*, assim como, para um período anterior, pode-se escolher entre citar Columela (1, 7, 6-7) sobre a inafiançabilidade do trabalho escravo, ou Plínio, o Jovem, sobre a inafiançabilidade dos arrendatários livres, segundo o gosto ou a predisposição.

O que nos parece uma confusão é, na verdade, algo central à questão do declínio da escravidão na Antiguidade. “Declínio” é uma palavra perigosa. A escravidão não é uma categoria moral, comparável às boas maneiras ou à honestidade; é uma instituição que cumpre uma série de funções, em especial aquela de prover grande parte da força de trabalho. Enquanto esse trabalho for necessário, a escravidão não pode declinar *tout court*; ela deve ser substituída. Acredito ser correta a impressão de que o Império Romano conheceu um lento declínio no número de escravos, embora estudos recentes mostrem que a queda foi bem menor do que se supunha (e que ainda se repete). Se foi assim, é de se presumir que estavam ocorrendo grandes mudanças na posição social e na organização do trabalho. Mas onde? Em que setor, ou setores, da força de trabalho? A “posição” é tão central para o estudo do declínio da escravidão como foi para o de seu estabelecimento.

A falta de dados estatísticos é um grave impedimento à análise, sendo acrescida da escassez de materiais comparativos apropriados. Três diferenças fundamentais vetam uma comparação com o Novo Mundo: a escravidão no continente americano ocorreu no contexto mais amplo de uma sociedade européia baseada no trabalho livre assalariado e numa indústria em expansão, enquanto a escravidão antiga existiu num contexto pré-industrial, coexistindo com outras formas de trabalho dependente e não com o trabalho livre assalariado; a escravidão no Novo Mundo não conheceu um lento e prolongado declínio, mas foi espetacularmente abolida durante a guerra civil norte-americana; por fim, a escravidão moderna foi substituída pelo trabalho livre e não (exceto marginalmente) por outros tipos de trabalho dependente.

Devemos, portanto, procurar uma resposta sem muita ajuda externa. Existem à disposição várias explicações convencionais. A primeira, à qual me referi anteriormente, pode ser descartada rapidamente — refiro-me à argumentação humanitária, sejam os seus supostos agentes morais estóicos, cristãos, ou ambos. Tampouco as exortações ou as raras prescrições legais para se tratar decentemente os escravos foram medidas antiescravidão por sua intenção ou pelo efeito que tiveram. Depois que Constantino, em 315, determi-

nou que os escravos condenados às minas ou à arena fossem marcados nas mãos ou nas pernas, e não no rosto (*Código Teodosiano*, 9, 40, 2), os proprietários prudentes, que no passado marcavam seus fugitivos, começaram a empregar colares de bronze com inscrições — 35 desses colares foram descobertos até agora; um deles, da Sardenha, identifica o proprietário do escravo como Félix, o arqui-diácono.¹³ É difícil detetar aí qualquer traço de abolicionismo, e tampouco na série de decisões papais e conciliares que, a partir do fim do século V, restringiram e mesmo proibiram a manumissão de escravos que fossem propriedade da Igreja ou de clérigos.¹⁴ A propriedade da Igreja, era dito repetidamente, deve ser preservada. Nesse contexto, as santificadas Melânias são obviamente irrelevantes: tratava-se de leigos que, como indivíduos, desfaziam-se de toda a sua riqueza, e não apenas de seus escravos — e nunca se tentou dizer que o cristianismo primitivo fosse responsável, ou mesmo que lutasse, pela abolição da propriedade privada.

O segundo tipo de explicação baseia-se na “teoria da conquista”, que examinei no segundo capítulo. Roma, de acordo com essa argumentação, teve que pagar o preço de sua bem-sucedida expansão; à medida que o mundo se incorporava ao Império, crescia o número de tribos e nações que se tornavam imunes à escravização; as conquistas orientais, enquanto duraram, lançaram centenas de milhares de homens, mulheres e crianças no mercado de escravos, mas isso cessou com os acordos finais, primeiro na Grécia, depois na Ásia Menor e na Síria; também com César, na Gália, e assim por diante. Esse raciocínio, aparentemente plausível, é muito imperfeito para dar uma explicação suficiente para o declínio da escravidão.

Se a maior parte das conquistas estava concluída à época da morte de Augusto, em 14 d.C., por que a suposta deficiência de escravos só se faria sentir após uma geração?¹⁵ Em primeiro lugar, também aqui existia um largo fosso entre a prática concreta e as regras formais da lei. Um século antes, Mommsen havia observado que, quase sem exceção, os escravos individuais, cuja origem aparece nas fontes literárias e epigráficas, provêm da Itália ou de províncias *dentro* do Império. Pesquisas posteriores confirma-

ram essa observação.¹⁶ Muitos desses escravos “internos” chegavam ao mercado por meio de procriação ou pela prática aceita de se “exporem” crianças indesejadas.¹⁷ Muitos eram obtidos, também, através de atividades ilegais, como o rapto ou a compra de crianças livres, que ajudavam a manter os mercadores de escravos no negócio. Em segundo lugar, a agressão maciça dos séculos anteriores terminara efetivamente com Augusto, mas não as guerras. Prisioneiros de guerra continuaram a ser vendidos com a mesma regularidade de antes — sob os Júlios Cláudios, os Antoninos, os Severos, etc. Por fim, os mercadores de escravos tiveram livre acesso aos territórios fora do domínio romano, em particular no mundo germânico. Os historiadores se esquecem, por vezes, desse fato, talvez pela suposição, implícita e sem fundamentos, de que os germanos eram insatisfatórios como escravos. Contudo, o comércio de germanos em larga escala é documentado a partir dos séculos III, IV e V, e não posso compreender por que os historiadores modernos pensariam que eram originariamente inferiores aos outros povos “bárbaros” que, durante séculos, haviam sido perfeitamente adequados aos gregos e romanos. Verlinden reconheceu a dificuldade, e contornou afirmando que, por essa época, o colono “tinha se firmado solidamente”.¹⁸ Mas isso requer um exame.

Um subproduto da “teoria da conquista” requer, infelizmente, uma breve consideração. O argumento pseudo-estatístico, desenvolvido por A. H. M. Jones, de que o preço dos escravos aumentou cerca de oito vezes entre o século IV a.C. e o século II d.C., conseguiu fixar-se a despeito de suas falhas e erros de cálculo. Uma fórmula simples é adequada: o fim da expansão romana fez cessar o suprimento de escravos, seguindo-se um aumento em seu custo, que os tornou não-rentáveis, o que levou os empregadores a procurarem outras fontes.¹⁹ Essa argumentação é, claramente, sem fundamento. É tolice traçar uma linha tendencial de seis séculos com base em uns poucos preços individuais (alguns patentemente falsos) mencionados por causídicos atenienses, poetas gregos e romanos, sérios e cômicos, e pelo *Satyricon*, de Petrónio. E os preços dos escravos, em particular, podiam apresentar enormes variações individuais.²⁰ Além disso, uma

relação automática entre preços em ascensão e decréscimo na oferta é insustentável. A tendência geral do preço de escravos, nos Estados Unidos, foi sempre ascendente, do início da escravidão até seu fim, tendo dado um salto espetacular na década de 1850. A complexidade dos fatores subjacentes a essa tendência provocou alguns dos mais virulentos debates entre historiadores na atualidade. Os historiadores da Antiguidade não podem juntar-se ao debate porque não têm dados suficientes. Não resisto, contudo, a apontar para uma série documental que, ao menos, tem o mérito da coerência: o preço pago por manumissões em Delfos subiu de forma constante e significativa nos dois últimos séculos antes de Cristo, precisamente o período de maior oferta (quase superabundância) de escravos, graças às conquistas romanas e às atividades subsidiárias de pilhagem de escravos.²¹ Poderia também observar que, no edito de preços máximos de Diocleciano (301 d.C.), o escravo mais caro, um homem de 40 anos, custava o equivalente a três anos de salário de um pedreiro ou carpinteiro que trabalhasse duzentos dias por ano.²² Mas tampouco confio nesses “cálculos” e prefiro concluir com Shtaerman: “Não se pode afirmar que ocorreu uma diminuição em seu número. A tese do aumento de seu preço não foi confirmada”.²³

Quando os europeus descobriram, na América do Norte, Caribe e Brasil, que os índios eram uma fonte insatisfatória de trabalho, voltaram-se para a África — para comercializar, não para conquistar. Quando o tráfico de escravos foi formalmente proibido, no início do século XIX, satisfizeram suas necessidades pelo tráfico ilegal e pela procriação, mais ou menos sistemática, de escravos — embora apenas nos Estados Unidos a população escrava tenha efetivamente se reproduzido numericamente (e mesmo aumentado). Também no mundo romano muitos escravos eram obtidos por procriação. Devemos considerar com seriedade a informação de que Ático, o amigo de Cícero, só admitia em sua *familia urbana* escravos procriados e educados em sua casa, mesmo que a fonte seja o pouco confiável Cornélio Nepos (*Atticus*, 13, 4); ou a declaração de Columela (1, 8, 19), de que costumava isentar do trabalho as mães de três filhos e libertar as que produzissem ainda mais; ou a afirmação de

Apiano (*Guerra Civil*, 1, 7) de que os donos de escravos, no meio rural da Itália, obtinham lucros adicionais com a procriação de um grande número de escravos — quer Apiano se refira acuradamente ao século II a.C. ou reflita apenas sua própria época.

Parece, contudo, ser verdade que no Baixo Império, como um todo, os empregadores não conseguiram manter uma quantidade suficiente de trabalho escravo. A evidência comparativa sugere que alguns passos eram hipoteticamente possíveis: segue-se, portanto, que a razão do fracasso está na própria sociedade e que a explicação deve ser de ordem estrutural. Apresso-me em dizer que não emprego “estrutural” num sentido levi-straussiano ou em qualquer sentido especial, mas de modo tradicional, no sentido de que weberianos e marxistas nos oferecem um relato estrutural.

Sejamos bem claros sobre a extraordinária dificuldade dessa tarefa. O sistema escravista antigo estava plenamente desenvolvido e consolidado por volta do século II a.C. Houve, posteriormente, uma certa extensão geográfica do emprego de escravos, à medida que outros territórios eram incorporados ao Império Romano. Houve também uma maior utilização da flexibilidade inerente ao sistema, notadamente por meio do *peculium* e da manumissão, gerando uma certa, e previsível, melhora das relações pessoais entre senhores e escravos — modificações que, como argumentei, ajudaram a fortalecer o sistema. Mas quando ocorreu o “declínio”, a substituição do sistema? Ninguém possui a resposta. A substituição não foi total até, talvez, a época de Carlos Magno (como propunha Marc Bloch); nenhum contemporâneo apercebeu-se da transformação: a manutenção, na codificação do século VI, de Justiniano, do conjunto da legislação romana clássica relativa à escravidão é um excelente símbolo disso. Ninguém, dessa forma, registrou o processo ou tentou explicá-lo. Quanto a nós, não dispomos de dados que nos permitam *mapear* as mudanças na medida em que ocorriam. Podemos apenas observar a existência de certos fenômenos num tempo A e de outros num tempo B.

Aceitemos, em prol da argumentação, a datação de Shtaerman, século II d.C., para o *começo* da “crise”, com mais um ou dois séculos para que tal “crise” produza mu-

danças significativas. Não devemos cair no hábito de encurtar o tempo, tão sedutor a pré-historiadores e historiadores de sociedades de um passado distante. Uma transformação sócio-econômica fundamental, que demorou tanto para se completar quanto a história do moderno capitalismo industrial, não será elucidada pela aplicação do conceito de crise, que evito, agora como sempre, na mesma medida em que certos historiadores marxistas o favorecem. Estritamente falando, deveríamos agora embarcar em uma história, não da escravidão, mas da própria sociedade romana em seus séculos finais, como disse na conclusão do primeiro capítulo. Isso é impraticável, mas ao menos devemos reexaminar as condições que, como sugeri, eram necessárias ao desenvolvimento da escravidão. Estas eram a propriedade privada da terra, com uma concentração suficiente para requerer força de trabalho permanente; um desenvolvimento suficiente dos mercados e da produção de mercadorias; a inexistência de uma oferta alternativa e “interna” de trabalho. Se estiver certo, então devemos esperar encontrar mudanças em uma ou mais dessas condições para que a escravidão tenha declinado. Devemos também ter em mente duas outras proposições de minha análise anterior: a necessidade de distinguir analiticamente os setores urbano e rural e a contínua predominância de formas não-escravas de trabalho dependente (e de pequenos proprietários) nas áreas externas ao “mundo clássico”.

O ponto de partida, como sempre, é a terra. Não é preciso demonstrar que a propriedade privada manteve-se por todo o Império Romano e que a tendência foi, sempre, de uma acumulação territorial cada vez maior por parte do setor mais rico da população, com o imperador e sua família no topo da pirâmide.²⁴ Quando cessou a incorporação de novos territórios e completou-se, mais ou menos, a colonização das conquistas mais atrasadas, toda a ulterior acumulação deu-se, necessariamente, às expensas dos proprietários menos prósperos e poderosos. Parte desse processo tinha raízes políticas, como, por exemplo, nos confiscos e redistribuições durante a mania de traição do século I d.C., ou nas freqüentes doações ao imperador e a indivíduos de elevada posição social. A maior parte dessa acumulação, contudo,

deu-se em bases puramente econômicas, e a sobrevivência de numerosas propriedades de tamanho médio, durante todo o Império, demonstra que os pequenos proprietários foram as maiores vítimas. Mas essa tendência ao aumento das médias e grandes propriedades à custa das pequenas não pode, *por si só*, explicar o que ocorria com o trabalho rural, o aparente declínio da predominância do trabalho escravo nas regiões onde se estabelecera firmemente, e um fortalecimento do regime existente, nas várias regiões onde prevaleciam outras formas de trabalho dependente.

Esse último ponto precisa ser sublinhado. Em todas as províncias fora das regiões clássicas do mundo greco-romano, encontramos populações de cultivadores que, seguindo em geral uma tradição muito anterior aos romanos, não eram livres nem escravos, chamados de *laoi*, *paroikoi* ou por qualquer nome nativo que os romanos, às vezes, traduziam por *clientes* (por exemplo, César, *Guerra da Gália*, 1, 4, 2). Isso é válido para a Ásia Menor, Síria, Egito, Norte da África, bem como para as regiões subdesenvolvidas, conquistadas aos celtas, dácios, citas e germanos.²⁵ E é válido não apenas para as propriedades imperiais mas também para os grandes domínios privados, seja nos de grandes magnatas ou naqueles a cargo de imigrantes romanos, em terras pertencentes a cidades e em terrenos privados administrativamente incorporados ao território urbano. Havia pequenas variações regionais, que raramente podemos captar com exatidão (no caso, por exemplo, da posição social de tais populações). Todas, contudo, compartilhavam de uma qualidade comum que as separava dos escravos e dos pequenos proprietários livres.

Pode-se objetar que omiti a hipótese de que a concentração crescente da propriedade da terra estimulou o abandono do trabalho escravo visando um aumento de produtividade e de rentabilidade. Acredito que, no tocante ao Império Romano, podemos rejeitar essa hipótese. Primeiramente, contudo, é necessário eliminar uma confusão bastante comum. A concentração da propriedade não acarreta, automaticamente, um aumento no tamanho das unidades produtivas — e estas são as únicas que importam para avaliar um possível crescimento econômico. Boa parte da crescente acu-

mulação de terras em mãos individuais era uma simples agregação, não afetando as unidades de exploração (as fazendas individuais) no interior do agregado. Dois clientes de Cícero fornecem-nos exemplos do final da República: Aulo Cecina possuía numerosas fazendas, duas delas vizinhas, que tratava como unidades separadas; Sexto Roscio, de Amerina, possuía treze unidades diferentes, todas no vale do Tibre.²⁶ Para os séculos I e II d.C., temos Plínio, o Jovem, que dispunha de vários *praedia* no distrito de Como, um na Úmbria, mais tarde acrescido de um outro, seu vizinho, com várias vilas em suas propriedades, um outro em Roma e um outro ainda em Óstia;²⁷ há também Herodes Ático, com propriedades em vários distritos da Ática, uma na Eubéia, outras em Corinto, na Via Ápia, perto de Roma, e no Egito.²⁸ Para o Baixo Império, basta citar a santificada Melânia, ou Símaco (que não tinha uma aura legendária), possuidor de ao menos uma dúzia de vilas em diferentes partes da Itália, além de terras no Sâmnio, Apúlia, Sicília e Mauritània.²⁹

Há razões para se acreditar que as propriedades de Herodes Ático no distrito de Maratona formavam um único bloco territorial.³⁰ Alguns outros exemplos de consolidação física indicam territórios ainda mais extensos. Na África do Norte, segundo relatou o sóbrio Frontino no final do século I d.C., alguns domínios privados eram maiores que o território de cidades inteiras, cada qual com uma força de trabalho grande o bastante para habitar em aldeias (*vici*), que rodeavam a vila como se fossem muralhas.³¹ Algumas propriedades na Gália alcançavam grandes extensões: a de Montmaurin, perto de Toulouse, possuía, talvez, mil hectares de terra cultivada.³² Havia ainda a assim chamada *massa calvisiana*, na Sicília meridional — um estabelecimento do início do século III que se estendia por mais de quinze quilômetros na margem oriental do rio Gela.³³

Essa série de exemplos (e muitos outros poderiam ser acrescentados) diz-nos muito sobre o desejo de terra e riquezas das elites do Baixo Império, mas quase nada sobre nosso problema: o regime de trabalho. Duas questões precisam ser respondidas: 1. que padrão era mais comum, a fusão de propriedades territoriais ou a mera agregação de unidades dispersas nas mãos de proprietários individuais? 2. as pro-

priedades extensas eram, efetivamente, exploradas como unidades singulares, ou seja, eram cultivadas como um todo ou em múltiplas unidades?

A resposta à primeira questão só pode ser impressionista: acredito que as propriedades dispersas — como de Plínio, Herodes Ático ou Símaco — representavam o padrão normal. Sobre a segunda questão há evidências decisivas de que a exploração de grandes extensões de terra era feita em parcelas menores. Isso é certo para a África do Norte, claro para a Sicília e a Itália, pela facilidade com que *massa* eram vendidas ou alienadas em partes separadas, e cada vez mais provável para a Gália.³⁴ Mesmo a fazenda sabina de Horácio, um presente de Mecenas que lhe permitia viver em Roma de modo decente, embora modesto, era dividida em um setor explorado diretamente por um *vilicus* e oito escravos e um outro que foi, por sua vez, subdividido e arrendado a cinco inquilinos.³⁵ O significado de tudo isso é que, admitindo-se a possibilidade de ganhos na comercialização da produção, por exemplo, a lavoura e a criação continuaram a basear-se nas típicas unidades exploradas pelos grandes proprietários do passado, embora mais modestos; aqueles, por exemplo, para e sobre quem escrevia Columela no século I d.C.

A questão central gira em torno da unidade produtiva, noção que, embora simples, é freqüentemente confundida com outros tipos de classificação. Rostovtzeff, por exemplo, distinguiu três tipos: 1. “combinação de uma agradável residência de verão, por vezes até luxuosa, com uma verdadeira *villa rustica* com aposentos adequados à exploração agrícola de uma propriedade muito extensa”; 2. “verdadeira casa de campo... construída para uso de um próspero fazendeiro, que provavelmente residia nela o ano todo”; 3. “fábrica rural administrada por escravos e visitada periodicamente pelo proprietário”.³⁶ Esses três são chamados “tipos econômicos”, do que devo discordar: referem-se ao local de residência do proprietário e não aos métodos de organização e exploração. Estes podem, sem dúvida, ter variado *em casos individuais*, em função da presença ou ausência do dono, mas isso não é necessário e não parece, pelo que conheço, ter sido freqüente. Plínio não organizava de forma diferente suas proprieda-

des por terem, ou não, uma casa de campo que por vezes visitava.

Uma falha semelhante encontra-se nas quatro “formas de propriedade” que fundamentam a descrição de Shtaerman do que ela própria denomina “a crise do sistema escravista do Império Romano do Ocidente” —³⁷ a mais sólida investigação estrutural em larga escala que possuímos sobre o tema, é preciso reconhecê-lo. Suas “formas” constituem uma classificação político-jurídica: 1. a forma escravista; 2. a “forma comunitária”, propriedade em mãos de comunidades tribais ou aldeãs fora do território urbano; 3. os *latifundia* extraterritoriais (*saltus*); 4. propriedades imperiais ou estatais. Num aspecto essencial, todos os donos dessas “formas” de propriedade tinham um interesse comum: a renda que podiam extrair de suas propriedades, e em dinheiro, se eram proprietários privados (fosse diretamente, nos arrendamentos em dinheiro, ou indiretamente, com a venda da produção). Podemos acreditar que as “formas” de Shtaerman são tipos econômicos, que usam a linguagem de Rostovtzeff? Shtaerman insiste que sim, com exceção de algumas afirmações, não comprovadas, nas quais ela não se empenha (e não poderia fazer melhor) para demonstrar que os métodos de organização e trabalho eram diferentes para cada forma.³⁸ Tampouco o arrendamento de terras pode contribuir para elucidar essa questão: arrendatários podiam explorar unidades pequenas, numa base familiar, ou arrendar unidades grandes, a ponto de necessitar de trabalho escravo. Apenas o controle direto mudava, do proprietário para o arrendatário, e não o modo de produção ou exploração.

Não sabemos o que os antigos consideravam uma unidade de exploração ideal, que deve, obviamente, ter variado muito, segundo o terreno e sua utilização (como, por exemplo, entre pasto e policultura). Há indícios, contudo, nos escritos dos agrônomos romanos e dos agrimensores, de que consideravam duzentos *jugera* (cerca de cinquenta hectares) como o máximo que um capataz podia administrar. Propriedades dessas dimensões, ou pouco maiores, eram comuns por toda parte, mesmo no Baixo Império: ao estudarmos o emprego de escravos no campo não deveríamos procurar apenas entre os proprietários mais ricos. Não quero sugerir

que não houvesse diferenças entre uma propriedade de cinquenta hectares e outra de 25 mil. Mas afirmo que, para os propósitos de nossa discussão, as “grandes propriedades” compunham uma parcela considerável de toda a propriedade territorial no Império Romano já no século I d.C. (e mesmo no século anterior): não estamos restritos ao pequeno estrato senatorial, sem falar de extremos como Herodes Ático ou Símaco.³⁹

Mas é entre esses últimos, em particular, que poderíamos aventar a hipótese de uma grande economia de escala e, portanto, de estímulos econômicos para mudanças no padrão da força de trabalho. O que podemos descobrir a respeito? Uma carta de Plínio (3, 19) é bastante pertinente. Na Úmbria, uma propriedade adjacente à sua estava à venda por um preço muito baixo, e Plínio pensava em comprá-la. A primeira vantagem, escreve, seria a comodidade (*pulchritudo*). Havia também vantagens práticas: as duas propriedades podiam ser colocadas sob um mesmo *procurator* (agente) e, talvez, sob os mesmos *actores* (capatazes); apenas uma das casas precisaria ser mantida nos padrões adequados para a estadia ocasional de um senador. De negativo, acrescenta, existiam os riscos de colocar duas propriedades sob os mesmos “azares da fortuna” (*incerta fortunae*), tais como o clima. Há lógica em seu cálculo, sem dúvida, mas aplicá-lhe termos como “maximização dos ganhos” ou “economia de escala” seria ridículo. Certa vez defini o modo de Catão encarar a administração rural como “sovinista”⁴⁰ e não encontro, em Plínio, nada de muito mais sofisticado que isso. Não é meu objetivo criticar homens que sabiam como enriquecer com a terra, e sim ressaltar os limites do planejamento e do cálculo econômico entre os romanos. Estes não dispunham das técnicas e das possibilidades práticas necessárias à uma maximização de ganhos significativa, além de explorar a força de trabalho, economizar ao máximo e acrescentar novas propriedades às antigas. Weber e Mickwitz disseram o que precisa ser dito a respeito⁴¹ e, pelo que sei, os historiadores que parecem discordar não os contestaram, apenas os ignoraram.

Como, afinal de contas, poderia um proprietário na Antiguidade (ou em qualquer época) aumentar a produtivi-

dade de suas terras, quando já tivesse alcançado a unidade de produção ideal, com a melhor combinação possível de cultivos, tendo conseguido manter seus escravos ocupados por todo o ano, trabalhando com a máxima intensidade e tendo feito toda a economia possível pela especialização ou por seu sovinismo? A única resposta que conheço é desenvolvimento tecnológico. E, na agricultura, só é possível e necessário aumentar substancialmente as unidades produtivas quando se dispõe de nova tecnologia, para poder tirar vantagem das inovações. Fora disso, a fusão de propriedades é irrelevante, exceto por razões de comodidade.

Nos últimos anos, alguns pesquisadores esforçaram-se muito para encontrar melhoramentos técnicos na Antiguidade, especialmente no Império Romano.⁴² Podemos aceitar galhardamente que não houve “uma simples parada final nas técnicas... Mas ao mesmo tempo não ocorreu nenhum grande conjunto de invenções que impulsionasse a economia antiga em direção a forças produtivas qualitativamente novas”.⁴³ Esta é, obviamente, a questão crucial, e minha ênfase nela não é uma inserção anacrônica de valores tecnológicos modernos na Antiguidade. Um avanço tão simples como a introdução do sistema de afolhamento trienal, que dificilmente constitui uma invenção, foi realizada na Idade Média, à época de Carlos Magno.⁴⁴ E o moinho d’água, embora seja uma invenção antiga, “é medieval com respeito à era de sua efetiva expansão” — “não devemos nos enganar a esse respeito”.⁴⁵ Em comparação com os poucos identificados para toda a época romana, mais de 5600 são mencionados no *Domesday Book* inglês, de 1086.⁴⁶

Não é o momento de discutirmos a complexa questão dos limites da tecnologia antiga e das relações, claramente indiretas, entre o trabalho escravo e uma relativa estagnação tecnológica.⁴⁷ Devemos, contudo, examinar um corolário freqüentemente expresso na literatura moderna, segundo o qual a produtividade teria crescido com a substituição dos escravos por *coloni*. Shtaerman, por exemplo, escreve que, embora não tenhamos evidências comprobatórias, “devemos admitir que até mesmo os *coloni* empregavam métodos melhores em suas propriedades”, pois “interessavam-se mais que os escravos pelo resultado de seu trabalho”.⁴⁸ Admita-

mos esse interesse; a afirmativa permanece como puro dogma fundando-se no mesmo julgamento moral que havíamos encontrado nas atitudes de Benjamin Franklin, John Millar e Adam Smith.⁴⁹ Observem suas palavras: “devemos admitir”. Não devemos, na verdade, admitir nada do gênero, o que é demonstrável não apenas pela permanente estagnação tecnológica e pelo declínio das ferramentas de metal até a época de Carlos Magno, como também pelo rendimento da produção agrária. Columela, escrevendo no século I d.C., declara (3, 3, 4) que na maior parte da Itália a relação colheita/semeadura para o trigo havia decrescido, ficando abaixo do quádruplo — presumivelmente a meta, na época, de um bom terreno cerealífero italiano (e havia melhores no Império). Na Inglaterra e na França medievais, contudo, essa relação só foi ultrapassada regularmente a partir do século XIV; até então, rendimentos inferiores ao triplo eram comuns, e os inferiores a duas vezes eram conhecidos. Devemos admitir que os números de Columela são isolados e bastante ambíguos, que não dispomos de dados sobre a Itália medieval e que o rendimento nem sempre revela, necessariamente, os níveis de produtividade.⁵⁰ Apesar disso, e embora frágeis como evidência, tais dados, juntamente com a tecnologia (nossas únicas bases de comparação) infirmam o argumento de que a ineficiência teria sido um elemento no declínio da escravidão antiga.

Podemos, finalmente, abordar a segunda das três condições em questão, ou seja, o nível de produção de mercadorias e de mercados, em especial no tocante aos empregadores de trabalho, sobretudo no campo. Considero que a rigidez do mercado, tomando o Império como um todo, não requer uma argumentação em detalhe. Uma sociedade composta, em sua maioria, por camponeses empobrecidos, arrendatários (livres ou dependentes) e escravos tinha pouca flexibilidade em seu poder de compra. Os mercados, na Antiguidade, expandiam-se geralmente apenas pela conquista e incorporação de novos territórios, o que, com Augusto, encerrou-se para todos os efeitos (exceto pela organização interna das novas aquisições, que se seguiram rapidamente). Considero, igualmente, que a continuação da produção de mercadorias nas médias e grandes propriedades é algo

indiscutível: os grandes rendimentos em moeda, atestados até o fim da Antiguidade numa variada gama de fontes, bastam como evidência. Considero, por fim, que havia consideráveis variações regionais, às vezes entre distritos vizinhos, em todos os aspectos da produção e comercialização agrícolas.

A questão é, portanto, saber se *no Império como um todo* houve um declínio significativo na produção de mercadorias. Acredito que a resposta é afirmativa e que as razões se encontram em dois desenvolvimentos distintos, mas não desvinculados um do outro. Por um lado, ocorreu uma expansão contínua, e provavelmente acelerada, da prática de pagamentos em espécie para o (e pelo) Estado. Desde fins do século III a.C., a taxaço em espécie, o quartelamento compulsório das tropas, as compras compulsórias a preços fixados pelo Estado e os serviços de transporte compulsórios (e não remunerados) vinham se desenvolvendo, até certo ponto, nas províncias romanas. Não conhecemos a proporção entre os pagamentos em dinheiro e os bens e serviços prestados em espécie, nem que parcela dos tributos em espécie era, na verdade, convertida em pagamentos monetários. Podemos concluir, contudo, que nos séculos III e IV o exército era alimentado, transportado e equipado, em larga medida, através da arrecadação de bens em espécie; os soldados, e logo também a burocracia, eram freqüentemente pagos em espécie; a fabricação de armas e uniformes foi transformada em monopólio do Estado. Em outras palavras, o mercado, especialmente para os produtos agrícolas, viu-se reduzido pela crescente retirada do maior de todos os consumidores. Uma clara ilustração das possíveis conseqüências é fornecida pelo rápido declínio de Lyon, quando o centro de abastecimento dos exércitos do Reno foi transferido para Arles e Trieste.⁵¹ Não havia, além disso, uma correlação local entre a produção agrícola e as necessidades do exército: os grandes exércitos da Grã-Bretanha consumiam uma parcela proporcionalmente maior da produção local.⁵² E o exército, a partir de Diocleciano, aumentou ao invés de diminuir.

O segundo desenvolvimento foi posterior, não se estabelecendo antes dos séculos IV e V. Por volta de 527, o palácio escreveu a um oficial na Itália meridional uma co-

municação, anotada por Cassiodoro (*Variae*, 8, 31), ordenando a todos os *possessores* e *curiales* que retornassem às cidades, deixando o campo para seus *coloni*.⁵³ O abandono das cidades pelos setores mais (e muito) ricos da população generalizava-se nos últimos séculos do Império ocidental, em particular nas regiões mais expostas às invasões germânicas (mas não exclusivamente).⁵⁴ O corolário foi um declínio geral da população urbana. Houve grandes variações geográficas, tal como no impacto dos exércitos, mas não há dúvidas quanto ao padrão global — em geral, mas não em detalhe, pois quase não há pesquisas sobre esse fenômeno: não aparece, por exemplo, no monumental *Later Roman Empire*, de Jones.⁵⁵ Os escritores antigos, como Cassiodoro, ou, antes dele, Santo Ambrósio (escrevendo sobre a Emília), lamentaram seus efeitos sobre a civilização e a cultura. Meu interesse é diferente: quando ricos proprietários absenteístas retiram-se para suas propriedades, tendem a converter suas novas bases não apenas em centros fortificados, mas também em comunidades auto-suficientes, suprimindo o quanto possível suas próprias necessidades de comida, vestuário e objetos em madeira e mesmo metal. Continuaram, como já indiquei, a produzir mercadorias, mas sua mudança de residência, que constituía uma mudança em seu modo de vida, parece ter limitado o mercado como um todo.

Teria esse desenvolvimento provocado mudanças nos padrões de cultivo e, em conseqüência, na organização das grandes propriedades e no sistema de trabalho? Alguns historiadores propuseram a existência de uma correlação, no Alto Império, entre culturas e mão-de-obra: o trabalho escravo seria especialmente apropriado à viticultura, mas não à produção de cereais.⁵⁶ Existiria, de fato, uma tal correlação? Poderíamos imaginar outras correlações nas condições em mutação do Baixo Império? A possibilidade não pode ser descartada, e tampouco pode ser aceita sem a investigação que se faz necessária. Nem Columela, nem os dois Plínios nem os agrimensores ou os moralistas tardios, pagãos ou cristãos, fornecem uma resposta. É necessária uma complexa investigação arqueológica — não apenas a aerofotogrametria ou o estudo da centurição e dos cadastros, por mais que tais pesquisas sejam úteis sob outros aspectos. John

Bradford, o grande pioneiro no emprego da aerofotogrametria para o estudo da Antiguidade, fez um comentário decisivo, há vinte anos: “A arqueologia topográfica não pode distinguir o *status* de *centuriae* apenas pelos seus contornos gerais”.⁵⁷ Necessitamos de mapas precisos, mostrando a relação dos edifícios rurais, entre si, com o sistema viário, com os mercados e com os acampamentos militares; precisamos de inventários exaustivos do equipamento e dos restos orgânicos encontrados em sítios rurais.

Deixemos essa zona de obscuridade em direção a um tema melhor conhecido, e que constitui minha terceira condição básica: a disponibilidade de força de trabalho “interna”. Argumentei acima que a ausência de uma oferta interna de trabalho livre — por razões políticas, militares e sociopsicológicas — era uma das condições necessárias para o surgimento de uma sociedade escravista. Pretendo demonstrar que a mudança fundamental ocorrida na estrutura político-militar durante a história do Império Romano foi talvez o fator decisivo na substituição gradual dos escravos por outro tipo de mão-de-obra. Não proponho uma ingênua relação de causa e efeito, mas um processo dialético. Tampouco sugiro que tenha ocorrido uma mudança deliberada e refletida no tratamento da questão da mão-de-obra em geral, ou da escravidão em particular. Pelo contrário, houve apenas um lento processo de mudança nas práticas, de localidade a localidade, em resposta à permanente necessidade de mão-de-obra em larga escala no campo.⁵⁸ Essa mudança nas práticas sociais foi possibilitada pelos recentes desenvolvimentos políticos e jurídicos que, por sua vez, foram estimulados e reforçados por ela. Apenas séculos mais tarde tornou-se evidente que o regime de mão-de-obra havia passado por uma transformação fundamental, em especial naquelas regiões centrais que, por muito tempo, tinham sido genuínas sociedades escravistas.

A resposta nos foi fornecida, há quase um século, por Fustel de Coulanges, embora tenha passado quase despercebida.⁵⁹ Ele fez duas observações fundamentais em sua investigação sobre as origens do colonato. Em primeiro lugar, notou que a lei romana foi sempre unilateral ao tratar do relacionamento de superiores e inferiores, em particular nas

leis relativas a dívidas e arrendamento. Max Weber, escrevendo, pelo que sei, sem conhecimento de Coulanges, comentou que essas leis “draconianas” teriam sido inaceitáveis para uma classe “mais importante socialmente e mais autoconsciente” do que suas vítimas reais — o setor, econômica e politicamente fraco, dos pequenos proprietários e dos camponeses desapossados.⁶⁰ A outra observação de Fustel foi que a prática, e não a legislação, criou e fez evoluir o colonato, e que apenas raramente a prática era registrada, *post factum*, entre as decisões imperiais. Sua demonstração é tão elegante que merece ser repetida. No *Código de Justiniano* há 26 regulamentos, coligidos sob uma única rubrica, *De agricolis censitis vel colonis* (11, 42), criando a ilusão de um programa legislativo coerente. No *Código Teodosiano*, contudo, que é anterior (foi promulgado em 438 d.C.), essas normas estão dispersas por vários títulos e sob diferentes rubricas, demonstrando que a legislação foi elaborada *ad hoc* e fragmentariamente, não passando de respostas governamentais a problemas particulares ou a disputas originadas de práticas locais. Nenhum desses regulamentos define as obrigações dos *coloni* frente ao proprietário, embora existissem, com certeza, normas consideravelmente detalhadas e complexas.⁶¹ Fustel poderia ter acrescentado que o tradicional contrato romano de arrendamento, a *locatio conductio rei*, desapareceu das fontes após Diocleciano, sem que algum jurista ou imperador comentasse o fato.⁶²

A pressão sobre o homem pequeno, que continuou e aumentou durante todo o Império, já existia na República. Embora a escravidão por dívidas tivesse sido formalmente abolida há muito tempo, os devedores inadimplentes ainda estavam sujeitos à *addictio*, que implicava, na prática, trabalho compulsório.⁶³ Para tanto, a autoridade de um magistrado era, estritamente falando, necessária. Mas quem pode afirmar que os procedimentos legais corretos foram aplicados a todos os endividados da conspiração de Catilina (Salústio, *Catilina*, 33), ou aos *obaerati* (ou *obaerarii*) de Varrão (*De re rustica*, 1, 17, 12), ou aos cidadãos penhorados por dívidas (*nexi*) com os quais, afirma Columela com desaprovação (1, 3, 12), alguns ricos proprietários equipavam suas propriedades? Ou que os *coloni* de Ahenobarbo, que se jun-

taram à sua frota privada e a seus escravos e libertos (César, *Guerra Civil*, 1, 34, 2; 56, 3), fizeram-no como voluntários que compartilhavam as idéias políticas de seu senhorio? E por que, em outro contexto, os arrendatários de Plínio, o Jovem, permaneciam, mesmo após fracassarem no pagamento das rendas e assistirem à venda de seus bens (3, 19)? Os juristas nos dizem que o arrendatário era livre para partir ao fim do contrato, normalmente de cinco anos (*Digesto*, 19, 2, 25). Adriano, contudo, considerou necessário condenar “a prática (*mos*) desumana” de reter arrendatários em terrenos públicos contra a sua vontade;⁶⁴ um século depois, em 244, um imperador determinou que “nem os arrendatários, que não o desejem, nem seus herdeiros podem ser retidos após o término do período de arrendamento” (*Código Justiniano*, 4, 65, 11), acrescentando três palavras repletas de sentido: *saepe rescriptum est* (o que tem sido frequentemente decretado).

Essas evidências, ou se se prefere, indicações, convencem-me de que ocorreu uma gradual erosão na capacidade das classes inferiores de só aceitar trabalhar para outrem em condições de plena “liberdade contratual”. É significativo que grande parte das evidências provenha da Itália, precisamente nos séculos em que esta foi o centro, o coração da antiga sociedade escravista — e elas provêm do setor crucial, o agrícola. O Estado não iniciou esse processo, tampouco interferiu nele, vindo mesmo, em certos aspectos, a favorecer-lo. Num certo momento do passado, o camponês fora incorporado com plenos direitos à comunidade, gerando as vastas conseqüências que analisamos anteriormente. Em Roma, na verdade, nunca alcançou a posição do camponês ateniense, mas sua cidadania, e em especial sua indispensável contribuição militar, eram muito importantes. A partir de Augusto tudo mudou rapidamente. A cidadania perdeu sua antiga importância: os direitos políticos que conferia logo desapareceram totalmente e, por cerca de três séculos, os conscritos foram substituídos por voluntários, aliviando desse encargo os homens em idade militar, mas, ao mesmo tempo, retirando-lhes uma arma importante: na verdade, para a grande maioria, a única arma de que dispunha frente ao Estado. Um claro sinal dessa mudança foi o surgimen-

to, no início do século II d.C., de uma distinção formal entre *honestiores* e *humiliores*, cuja tradução aproximada seria “classes superiores” e “classes inferiores”. A desigualdade perante a lei, que nunca fora eliminada na vida real, era agora oficialmente introduzida no direito penal, tornando os *humiliores* passíveis do que antes eram formas consideradas “servis” de punição cruel.⁶⁵

O imperador, obviamente, continuava sendo o *pater patriae*. No final do século II, os arrendatários de um setor do *tractus* cartaginês enviaram um apelo ao imperador Cômodo. Reclamavam das exigências excessivas feitas pelos arrendatários titulares, que eram favorecidos pelo procurador imperial. Este havia não apenas ignorado suas petições “por muitos anos”, como também enviara soldados para acorrentar, espancar e torturar os suplicantes, entre os quais havia cidadãos romanos.⁶⁶ O imperador ordenou solenemente que seus funcionários na África devolvessem aos camponeses os seus direitos legais. É duvidoso que, mesmo em Cartago, no momento de sua divulgação, o impacto da medida tenha sido grande (sem falar nos outros vastos domínios imperiais). Há muito tempo Rostovtzeff observou, em quatro páginas eloqüentes, que os regulamentos elaboradamente detalhados dos domínios africanos eram a única defesa dos arrendatários contra os *conductores* e procuradores, mas que, por outro lado, colocavam os camponeses sob o poder desses mesmos funcionários.⁶⁷ Apelos ao imperador eram, em princípio, sempre possíveis. Mas que esperanças poderiam ter os *coloni* se mesmo os conselheiros municipais “estavam mais distantes da proteção imperial do que seria seguro”?⁶⁸ Os imperadores romanos, em seu conjunto, não favoreciam decididamente a injustiça, tampouco a justiça para com os humildes era algo muito importante em sua escala de valores — não o bastante, certamente, para que provocasse um conflito sério com a classe dominante ou para que comprometesse o tesouro imperial. “O que tem sido frequentemente decretado” é uma frase que revela sua falta de vontade, ou inabilidade, para atuar efetivamente nessa área. O absoluto fracasso do imperador Juliano, face à oposição da classe dominante em auxiliar os pobres de Antióquia durante a carestia de 363 é um exemplo da impotência, em

última instância, dos imperadores.⁶⁹ Como também a inútil resistência ao *patrocinium*, abandonada finalmente em 415: “o governo percebeu que era mais importante coletar seus impostos do que coletá-los de algum grupo específico da população”.⁷⁰

O Estado, contudo, que não permitia mais o voto dos camponeses nem precisava deles como soldados, continuava a ter necessidade de seu dinheiro, e em quantidades crescentes. A maior parte da taxaçaõ recaía sobre o campo. Embora os primeiros apelos atestados por redução de impostos datem de Tibério (Tácio, *Anais*, 2, 42), e apesar de o primeiro aumento do imposto territorial ser atribuído a Vespasiano (Suetônio, *Vespasiano*, 16, 2), a carga tributária não começou a se elevar seriamente antes do século III. A partir de então cresceu constantemente até que, na época de Justiniano, segundo uma estimativa provavelmente exagerada, o Estado arrecadava entre um quarto e um terço do produto bruto da terra no Império.⁷¹ A isso devemos acrescentar as somas substanciais que não chegavam até o Tesouro, tendo sido desviadas por uma horda de coletores de impostos e de funcionários, em parte como prerrogativas legais (*sportulae*), em parte como exações ilegais. Por fim a Itália, no início do século IV, perdeu o antigo privilégio de isenção dos impostos territoriais.

As crescentes exigências fiscais podem ser atribuídas, em primeira instância, à lei de ferro da burocracia, segundo a qual esta cresce em número e em custos. Da corte imperial para baixo havia, a cada década, mais homens para ser sustentados com o tesouro público, em padrões crescentes de luxo. Em segundo lugar, um elemento externo fez sua aparição ao final do século II, ou seja, a primeira agressão externa séria, contra o Império, em mais de dois séculos. Tornou-se fora de moda ressaltar as “invasões bárbaras” numa discussão como essa, mas isso não diminui a extensão dos danos financeiros e materiais causados por cinqüenta anos de guerra civil no século III e pelos persistentes ataques que se seguiram, de germânicos, de persas no Oriente, e de grupos variados em outras partes.

A distribuição social desses encargos era, como de hábito, desigual. Os impostos territoriais caíam de forma mais

pesada, direta ou indiretamente, sobre aqueles que efetivamente trabalhavam a terra, fossem camponeses ou arrendatários. Alguns impostos recaíam também sobre os donos de propriedades escravistas, que não podiam passá-los adiante, mas os mais ricos dentre esses eram os maiores sonegadores. O imperador Juliano, dizem-nos, rejeitou o tradicional perdão das dívidas atrasadas, afirmando expressamente que “isso só era vantajoso para os ricos”, pois os pobres sempre pagavam pontualmente.⁷² Muitos camponeses, oprimidos pela dupla carga dos impostos e da guerra, tornavam-se criminosos ou procuravam a única fonte disponível de proteção: um potentado local. Essa era a instituição conhecida como *patrocinium*: em pagamento pela proteção e por uma certa assistência, o camponês aceitava a autoridade de um grande proprietário (ou de seu representante) sobre si e sobre sua terra, perdendo, assim, o que restava de sua independência.⁷³ As seis decisões (datadas de 340 a 415) presentes no Livro IX, título 24, *De patrocinii vicorum*, do *Código Teodosiano*, são explícitas a esse respeito. É nesse mesmo período que Libânio se queixava, em sua 47ª oração, de que outros estavam assumindo a proteção dos camponeses *dele*. Nem mesmo a família de alguém muito mais influente, como Quinto Aurélio Símaco, estava imune a uma tal interferência.⁷⁴

Creio que está claro, agora, por que iniciei pela complexidade da terminologia. Esta, como sugeri, era índice de uma nova realidade social. Em vastas áreas do Império a mão-de-obra agrícola continuou, essencialmente, dentro daquelas formas tradicionais de dependência, anteriores ao Império Romano e trasladadas em seu bojo. Também a escravidão sobreviveu, numa escala quantitativamente alta, através de um recrutamento contínuo pelo comércio, pela guerra, pela procriação e, em menor medida, por meios ilegais ou quase ilegais, como a venda de si próprio, a venda de crianças livres e o abandono, pré-arranjado, de crianças nascidas livres, conhecidas na Grécia como *threptoi* (enjeitados). Mas surgira um elemento novo, concomitante à depreciação social de muitos habitantes do campo outrora livres — camponeses, arrendatários, trabalhadores agrícolas —, cuja posição era agora de dependência, de “não-liberdade”. A história da palavra *colonus* é simbólica: originalmente

significava apenas “aquele que cultiva”; depois, adquiriu outro significado, “arrendatário” e, no início do século IV, “escravo da terra”, nas palavras de Valentiniano I. À medida que o Império avançava em sua fase final, pós-diocleciana, as distinções formais entre as várias categorias de dependentes rurais tenderam a desaparecer *de facto* e mesmo *de iure*. “Podemos falar”, escreveu um importante romanista, “em uma regressão de contrato ao *status*, uma inversão da conhecida expressão de Sir Henry Maine”.⁷⁵ Novamente a história de uma palavra é simbólica: *servus* acabou por significar “servo”, e uma outra palavra foi necessária para seu antigo sentido de “escravo”. Foi esse o caso, tanto naquela região que chamei, repetidamente, de centro clássico da sociedade escravista, como no resto do Império.

Nas cidades, os dois fatores que mencionei em conexão com os mercados — as fábricas estatais e a crescente produção industrial nos *latifundia* — ajudaram a destruir as grandes manufaturas que outrora existiam nas cidades, contribuindo para uma transformação absolutamente paradoxal nos ofícios urbanos. A plebe urbana do Baixo Império tem sido consideravelmente negligenciada nos estudos modernos, exceto quando se revolta.⁷⁶ Ninguém duvida, entretanto, que estivessem presentes em grande número e que ainda fossem livres — ainda em 432, uma instrução imperial refere-se à *ordo plebeiorum* —⁷⁷ ao contrário de *coloni* e de escravos. Mas o que faziam quando não estavam amotinados? A resposta é que, como entre a “turba” parisiense à época da Revolução Francesa, em seu meio existiam não apenas os desqualificados e o lumpemproletariado, mas também uma classe de artesãos engajada no pequeno comércio e na pequena produção de bens — altamente especializada, muito trabalhadora e, em sua maioria, muito pobre.⁷⁸ O elemento parasita, agora, era formado pelos escravos urbanos. Só podemos julgar por impressões, mas é notável que, em todas as fontes do Baixo Império, escravos produtivos só apareçam no setor rural, como agricultores ou artesãos, enquanto os escravos urbanos aparecem, com igual regularidade, como domésticos, administradores e como objetos de luxo para o consumo conspícuo dos ricos (mas também dos mais modestos, como os oradores e professores).⁷⁹

Os trabalhadores das fábricas imperiais formavam um grupo à parte, que tem resistido às tentativas de definição convencional. Os únicos termos coletivos aplicados a eles nos textos — *collegiati*, *corporati*, não nos ajudam. Argumentou-se que só seriam genuinamente escravos os tecelões, os tintureiros e os coletores de púrpura — os únicos que aparecem com rótulos certamente servis: *mancipi* ou *ex familia*.⁸⁰ Mas trabalhar nas fábricas imperiais fora acrescentado à lista das punições severas, como a condenação às minas, e isso nos faz refletir. Percebemos então que os cunhadores de moedas, um grupo melhor considerado, eram não apenas marcados a fogo, mas considerados escravos nos termos do *senatus consultum Claudianum*. Um edito de 380 proibia que mulheres de posição social superior coabitassem com um *monetarius*, sob pena de perder sua liberdade segundo aquela antiga lei.⁸¹ As velhas categorias jurídicas romanas tinham perdido sua validade.

Em suma, a disponibilidade de uma oferta “interna” de mão-de-obra tornava desnecessário que os *possessores* se esforçassem para recrutar trabalho escravo complementar. Não percebo, nesse longo processo que procurei definir, nenhuma preocupação (ou consciência) com produtividade relativa, nenhuma busca de “aumento de produção” por parte de “grupos sociais com uma visão clara”.⁸² Os moralistas da Antiguidade tardia queixavam-se da ociosidade e da preguiça da população urbana, de livres e escravos, a quem contrapunham a afanosa população rural;⁸³ seus predecessores, contudo, resmungavam da mesma forma contra escravos e arrendatários, como testemunham Columela e Plínio, o Jovem. Embora significativos em termos ideológicos, esses textos não nos revelam, sobre o comportamento econômico, mais do que os queixumes semelhantes de proprietários de escravos nos Estados Unidos ou as cartas enviadas ao *The Times* sobre a ociosidade e indisciplina dos trabalhadores ingleses. Nenhum dos que se queixavam tinham problemas financeiros.

Pelo “teste da localização”, o mundo da Antiguidade tardia não era mais uma sociedade escravista, embora continuassem existindo escravos em grande número. Estes não mais dominavam a produção em larga escala no campo; nas

idades, esse tipo de produção reduzira-se às fábricas estatais; os escravos não eram mais os responsáveis pela maior parte da renda auferida pelas elites com suas propriedades. Continuaram predominantes apenas no setor doméstico, sendo o topo da pirâmide ocupado agora pelos eunucos da corte.⁸⁴ Ocorreria uma transformação estrutural, na qual os escravos foram sendo gradativamente substituídos: na cidade, por homens ainda juridicamente livres, mas que não eram mais os cidadãos livres do mundo clássico; no campo, por homens que, jurídica e politicamente, não eram mais livres no sentido antigo do termo. A *organização* da economia rural não parece, contudo, ter-se transformado. Sou incapaz de inserir a Antiguidade tardia em qualquer série fixa de estágios. Embora tenham sido detectados, em propriedades imperiais da África do Norte e de alguns outros lugares, rudimentos de um sistema dominial (ou senhorial), esse sistema e sua superestrutura feudal não surgiram antes de Carlos Magno, como bem ressaltou Marc Bloch. A sociedade escravista não deu lugar imediatamente à sociedade feudal.

NOTAS

Capítulo I

1. Davis (1974), p. 11.
2. Temperley (1977), p. 97.
3. Heeren (1826), p. 234.
4. Marx-Engels, *Werke*, 20 (Berlim, 1962), p. 168.
5. Lauffer (1960), p. 71.
6. Westermann (1955), p. 152. Os meus motivos para selecioná-lo, juntamente com Vogt, entre os historiadores contemporâneos, ficarão claros mais adiante.
7. Vogt (1974), pp. 172-4. (Tendo em vista o hábito de reimprimir seus textos sobre o tema, com frequência por várias vezes, apenas com ligeiras alterações, citarei sempre a tradução inglesa, que é a versão mais recente.) Com Backhaus (1975), pp. 543-4, a incompreensão da posição de Wallon na historiografia sobre a escravidão antiga foi levada a uma *reductio ad absurdum*. Como exemplos de interferência do “clichê abolicionista” e de outras considerações ideológicas sobre a história da escravidão, ele cita ainda os livros, sem valor, de Tourmagne (1880), Letourneau (1897), Ingram (1895) e Nieboer (1900), nenhum dos quais exemplifica adequadamente suas objeções. Se Tourmagne e Letourneau tinham interesses contemporâneos, estes dirigiam-se a um vago socialismo. Ingram, um dos pansofistas genuínos da segunda metade do século XIX, que ocupou consecutivamente as cadeiras de oratória e de grego no Trinity College, em Dublin, foi mais criativo como estatístico e economista, tendo sido, assim, convidado a redigir um artigo sobre escravidão e servidão para a edição de 1887 da *Encyclopaedia Britannica*. Seu livro, um ensaio longo e despretensioso, era um subproduto daquele artigo, e ele, naturalmente, concluía a narrativa com um relato dos esforços abolicionistas da época. A posição filosófica de Ingram era basicamente comteana. Nieboer, por fim, escreveu o primeiro estudo antropológico sério sobre a escravidão (seu subtítulo é “Pesqui-

- sas etnológicas”), afirmando explicitamente em seu prefácio que não se interessava por um estudo histórico ou “filantrópico” (isto é, “que contribua para a supressão do tráfico de escravos africanos”), e sim pela busca de “leis sociológicas”, a partir das evidências dos “selvagens”. Backhaus é repetido, quase literalmente, por Mazza (1977), XLII-XLIII. Ambos parecem desconhecer Abignente (1890), que foi publicado, como indica o frontispício, por ocasião de um congresso contra a escravidão em Bruxelas; Abignente é, provavelmente, o melhor estudo (em sua segunda parte) da escravidão medieval antes do recente trabalho de Verlinden.
8. Ver, por exemplo, a apreciação calorosa da contribuição de Wallon feita por J. Marquardt, *Das Privatleben der Römer* (2 vols., 2ª ed., 1866; reimpr. Darmstadt, 1964), vol. I, p. 135, nota 1; cf. L. Mitteis, *Reichsrecht und Volksrecht* (Leipzig, 1891), p. 357, nota 1. A principal exceção a essa tendência do século XX ocorreu na União Soviética: a *Histoire* de Wallon foi traduzida em russo em 1941.
 9. F. Overbeck, *Studien zur Geschichte der alten Kirche* (Schloss-Chemnitz, 1875), cap. 3. Westermann aparentemente desconhece esse estudo, que tampouco é relacionado por Brockmeyer (1971).
 10. Millar (1771), pp. 222-5.
 11. *The Social Teaching of the Christian Churches*, trad. por Olive Wyon, (2 vols., Londres e Nova York, 1931), vol. I, p. 132. Ele prossegue: “Dessa forma, os cristãos não alteraram as leis relativas à escravidão... O que constitui um exemplo bem típico da atitude cristã frente ao mundo: renunciavam ao mundo, mas se acomodavam a ele, não aspirando (nem poderiam) a qualquer mudança no sistema social”.
 12. Um relato da competição é dificultado por várias circunstâncias: 1. as oito inscrições foram anônimas e o relatório de Michelet para a Académie, *Mémoires*, 3 (1840), pp. 655-71, identifica cada um apenas por números; 2. o trabalho vencedor era um esforço conjunto de Wallon e J. Yanoski, como o primeiro explica em seu prefácio: Wallon escreveu as seções sobre a Antiguidade, e Yanoski sobre o mundo medieval, começando pelos códigos germânicos; 3. o que foi finalmente publicado diferia, em certa medida, dos manuscritos submetidos à Académie. Biot, que recebeu uma medalha de ouro, publicou no ano seguinte o seu *De l'abolition de l'esclavage ancien en Occident* e, se podemos confiar nas páginas referidas no relatório de Michelet, o volume impresso (449 pp.) era muito maior do que o original. Wallon trabalhou quase uma década antes de trazer à luz seus três enormes volumes. Yanoski voltou-se, em seguida, a outros estudos históricos, morrendo em 1851. Em 1860, seu manuscrito original foi publicado, com alguns acréscimos de Wallon, com o

- título *De l'abolition de l'esclavage ancien au moyen âge et sa transformation en servitude de glèbe*. Quando voltar a considerar essa competição, referir-me-ei, por conveniência, a três vencedores.
13. Vogt (1974), p. 145.
 14. Outro exemplo típico: "O fracasso dos humanistas em realizar algo na luta pelos direitos humanos", Vogt (1974), p. 203.
 15. Ver Vidal-Naquet (1972).
 16. Ver J. G. A. Pocock, *The Ancient Constitution and the Feudal Law* (Cambridge, 1957); cf. Finley (1975), cap. 2: "The ancestral Constitution".
 17. Dessa forma, numa poderosa e tardia obra antiaboliconista, *An Essay on Liberty and Slavery*, de A. T. Bledsoe, professor de Matemática na Universidade de Virgínia (1856; reimp., Freeport, Nova York, 1971), o capítulo mais longo ("O argumento das escrituras", pp. 138-225) incluía a breve e típica reverência a Aristóteles. Para os abolicionistas do século XIX, pelo contrário, a defesa da escravidão por Aristóteles era um incômodo bastante sério: ver, por exemplo, L. Schiller, *Die Lehre des Aristoteles von der Sklaverei (Jahresbericht von der K. Studienanstalt zu Erlangen, 1847)*, que chamava o abolicionismo de "guerra santa" (p. 3).
 18. Ver Jameson (1911), pp. 82-103.
 19. Cassirer (1951), p. 182.
 20. Sobre essa distinção, ver G. H. Nadel, "Philosophy of history before historicism", *History and Theory*, 3 (1954), pp. 291-315, em particular pp. 292-304.
 21. Cassirer (1951), pp. 209-10.
 22. Ver Vidal-Naquet, "Tradition de la démocratie grecque", publicado como introdução a M. I. Finley, *Démocratie antique et démocratie moderne*, trad. por M. Alexandre (Paris, 1976), pp. 7-44; N. Loraux e Vidal-Naquet, "La formation de l'Athènes bourgeoise. Essai d'historiographie 1750-1850", in *Classical Influences on Western Thought A. D. 1650-1870*, ed. R. R. Bolgar (Cambridge, 1978), pp. 169-222.
 23. Ver o resumo admirável de Davis (1966), caps. 13-4; cf. Jameson (1911); E. D. Seeber, *Anti-Slavery Opinion during the Second Half of the Eighteenth Century* (Baltimore, 1937); M. Duchet, *Anthropologie et histoire au siècle des lumières* (Paris, 1971), em particular pp. 137-93.
 24. Uma pesquisa detalhada das fontes do livro XV de Montesquieu aparece em Jameson (1911), pp. 260-87.
 25. Já em *Rome au siècle d'Auguste*, um trabalho erudito e popular modelado na *Anacharsis* de Barthélemy, como indica o subtítulo, *Voyage d'un Gaulois à Rome* (4 vols., Paris, 1835; ed. rev., 1846-47),

- L. C. Dezobry devota uma amarga “carta” (nº 10) à escravidão e retorna depois ao tema, em particular em sua longa carta nº 88, sobre vilas. Uma frase bastará para ilustrar sua posição: “Os cidadãos, entre os quais a luz da filosofia deveria, aparentemente, propiciar sentimentos humanitários, são tão desapiedados quanto os outros (vol. I, pp. 100-1). Sobre esse contraste entre “antiguidades” gregas e romanas, ver mais adiante.
26. Stier (1945), p. 23, elogia sua oposição ao “fanatismo obscuro de seus contemporâneos pela liberdade”.
 27. Momigliano (1966), pp. 42 e 49.
 28. Gibbon, contudo, possuía cópias da maioria dos estudos antiquários e demográficos mais importantes mencionados adiante: Geoffrey Keynes, *The Library of Edward Gibbon* (Londres, 1940).
 29. *A History of Greece* (nova ed., Londres, 1862), vol. II, p. 59.
 30. Momigliano (1966), p. 7.
 31. A lista em Brockmeyer (1971) não é completa nem totalmente exata.
 32. A lista classificatória, ainda útil, de Blair (1833), pp. 131-41, organizada em duas colunas (latim e inglês) foi, em suas próprias palavras, “extraída principalmente” de Popma e Pignoria, que “deixaram-nos pouco por fazer”. Vale notar que esses são os três únicos trabalhos, dedicados especificamente à escravidão antiga, que estão incluídos no clássico de J. R. McCulloch (1845).
 33. Ver Momigliano (1966), cap. 4: “Friedrich Creuzer and Greek Historiography”.
 34. McCulloch (1845), p. 356, comenta que: “Se o conhecimento que o autor possui da ciência moderna fosse proporcional a seu conhecimento da Antiguidade, o livro teria alcançado tudo o que se desejava”.
 35. G. C. Lewis colocou esse estudo em apêndice à sua tradução de *Staatshaushaltung* (2 vols., Londres, 1828), vol. II, pp. 415-94, demolindo em duas páginas os cálculos de Böckh.
 36. Vogt (1974), p. 71.
 37. Momigliano (1966), p. 21.
 38. *Quarterly review* (1834), pp. 399-412.
 39. Em seu *Deutsche Schriften*, 4 (Leipzig e Berlim, 1836), pp. 1-74.
 40. Trata-se, a meu ver, de uma rejeição consciente do humanismo (ou humanismo clássico) de sua época, então em crescimento e ao qual deverei retornar.
 41. Vale notar que, em duas notas (7 e 11), ele aceitava tanto o argumento de Grotius, segundo o qual a escravidão era, ao menos, uma suavização da prática bárbara de matar prisioneiros de guerra, quanto a visão de que o cristianismo era responsável, em última instância, pelo declínio da escravidão antiga. Deparo-me nessa passagem (em em algumas outras) com reminiscências da resenha so-

- bre Blair (citada à nota 38), que Creuzer conhecia. Não tinha podido obter um exemplar do livro de Blair.
42. Devo, novamente, apontar uma notável exceção. O grande pioneiro dos estudos clássicos modernos, Christian Gottlob Heyne, que por vezes era estimulado a efetuar pesquisas históricas por algum evento ou tema contemporâneo, como a guerra da Independência dos Estados Unidos ou os primeiros assentamentos penais na Austrália, escolheu uma cerimônia acadêmica, em 1789, para proferir uma palestra em latim sobre as fontes de abastecimento de escravos gregos e romanos, iniciando com uma discussão, em várias páginas, do debate corrente sobre a escravidão moderna e citando a obra de Millar, *Distinction of Ranks: Opuscula*, 4 (Göttingen, 1976), pp. 120-39. Somos tentados a sugerir que Heyne devia seu conhecimento de Millar, e algumas de suas idéias mais gerais sobre o tema, a seu aluno, J. F. Reitemeier (sobre o qual ver adiante).
 43. Posteriormente discutiremos a concepção de que a sociedade humana desenvolveu-se por uma série de estágios distintos, caracterizados por diferentes modos de subsistência.
 44. Franklin, "Observations concerning the increase of mankind", in *The Papers of Benjamin Franklin*, ed. por L. W. Labaree, vol. 4 (New Haven, 1961), pp. 225-34, pp. 229-30; Millar (1771), pp. 199-203; Smith, *Riqueza das Nações*, livro I, cap. 8. Deve-se ressaltar que ninguém, nesse período, sugeriu que a escravidão não fosse rentável: a ilegítima mudança de "caro" e "ineficaz" para "não-rentável" foi feita, no século XX, por alguns historiadores da Antiguidade. É preciso dizer, igualmente, que o antigo julgamento negativo sobre a escravidão, no mínimo duvidoso, baseava-se apenas em suposições sobre as virtudes da liberdade econômica. Ver Temperley (1977), pp. 106-9.
 45. Hume (1752), p. 384.
 46. McCulloch (1845), p. 257. Não é improvável que McCulloch tenha escolhido deliberadamente a expressão "economia política" baseando-se no título da versão inglesa da *Staatshaushaltung* de Böckh, a julgar por seu comentário sobre este último, citado à nota 34.
 47. Beloch (1886), p. 35.
 48. Wallace (1753).
 49. Ver o extenso levantamento da literatura moderna sobre a escravidão grega em Lencman (1966), parte I.
 50. Por exemplo, Millar (1771), pp. 233-5; para a França do século XVIII, ver os sumários, concisos mas acríicos, em J. J. Spengler, *French Predecessors of Malthus* (Durham, N. C., 1942), trad. francesa por G. Lecarpentier e A. Fage (Paris, 1954), Index, svv. Hume, Slavery.

51. De Sainte Croix, "Recherches sur la population d'Attique", lido na Académie des Inscriptions em 1785, mas publicado apenas nas *Mémoires*, vol. 48 (1808), pp. 147-75; Letronne, "Mémoire sur la population d'Attique", *Mémoires*, 6 (1822), pp. 165-220; Dureau de la Malle (1840), livro II, fruto de vinte anos de trabalho, do qual parte fora publicada nos volumes 9 e 12 das *Mémoires* da Académie.
52. Revelam, igualmente, a base daquela observação de Büchschütz que mencionei — de que a escravidão era má não apenas moral e economicamente, mas também demograficamente — e que de outra forma seria enigmática.
53. Boa parte da bibliografia é resumida, numa extensão torturante, por Sargent (1924), cap. 1; ver mais recentemente (e com maior brevidade) Lencman (1966), parte 1.
54. *Op. cit.*, nota 12, pp. 660-1.
55. Biot (1840), pp. 125-6; cf. Yanoski (1860), pp. 55-6.
56. Michelet, *op. cit.*, nota 12, pp. 664-5.
57. As referências são facilmente encontráveis no detalhado índice remissivo do volume final da edição da *Römische Geschichte*, da Deutsche Taschenbuch Verlag (8 vols., Munique, 1976), que também fornece a paginação da edição *standard* (a 6ª) de 1874. Uma brevíssima apreciação dá originalidade do tratamento que Mommsen dá à escravidão encontra-se no ensaio de Karl Christ, vol. 8, pp. 34-5.
58. Ver Finley (1977b), pp. 129-35.
59. A monografia de W. Richter *Die Sklaverei im griechischen Altertum. Ein Kulturbild* (Breslau, 1886), com 168 páginas, foi, por exemplo, uma "continuação" sem interesse das obras de Wallon e de Büchschütz, que conhecia e às quais se refere. Ainda menos interessante foi o ensaio de A. Schneider, *Zur Geschichte der Sklaverei im alten Rom*, com 52 páginas, publicado pela Zurich Staatswissenschaftliche Fakultät (1892), como uma *Festschrift* para Ihering.
60. Após meses de investigação, consegui obter uma fotocópia por cortesia do Departamento de Livros Raros da Biblioteca da Universidade de Cornell. Uma prometida continuação, sobre a escravidão romana, nunca foi realizada. Heyne aprovou-o explicitamente na palestra citada na nota 42.
61. O resumo, de uma frase, em Vogt (1974), pp. 170-1, também deixa escapar a questão principal. Insere o livro num contexto (o Iluminismo) errado, quando escreve (desprezando a data real do trabalho): "Em 1789, no primeiro ano da Revolução Francesa, Johann Friedrich Reitemeier... publicou um ensaio...".
62. O grau de sua originalidade torna-se evidente quando comparado com Christoph Meiners, autor da obra *Geschichte der Luxus der*

- Atheniensier* (Lemgo, 1782), que venceu a competição do Hesses-Casselschen Gesellschaft der Alterthümer. Não vi a monografia do próprio Reitemeier sobre o assunto, que pode ter sido incentivada por essa mesma competição.
63. O acento na importância econômica do luxo merece ser notado, à luz da ênfase semelhante que mais tarde lhe deram os estudiosos de história econômica medieval e moderna, por exemplo Roscher (1871), cap. 7, "Ueber den Luxus"; Werner Sombart, *Luxus und Kapitalismus* (Munique e Leipzig, 1913), o primeiro de seus *Studien zur Entwicklungsgeschichte des modernen Kapitalismus*, estudos preparatórios para a segunda edição de *Der modern Kapitalismus*.
64. Uma pesquisa excelente, com bibliografia, é fornecida por B. Bravo, *Philologie, histoire, philosophie de l'histoire, étude sur J. G. Droysen...* (Academia Polonesa de Ciências, 1968), cap. 1.
65. Omito a enorme quantidade de publicações no século XIX, sem qualquer valor, escritas por todo tipo de diletantes, como por exemplo, J. A. St. John, *The history of the manners and customs of ancient Greece* (3 vols., Londres, 1842), vol. III, pp. 1-67; Tourmagne (1880); Letourneau (1897); ou mais recentemente, Joël Schmidt, *Vie et mort des esclaves dans la Rome antique* (Paris, 1973).
66. "Ueber das Verhältniss der Nationalökonomik zur klassischen Alterthums", em Roscher (1871), cap. 1. Mais importante foi o trabalho de Rodbertus. Contudo, como Bücher (1922) corretamente observou: "a imponente realização científica daquele homem notável... teria jazido em sua sepultura de papel, volumes IV, V e VII dos *Jahrbücher*, de Hildebrand", se Bücher não tivesse, uma geração depois, revivido suas idéias, nem tivesse, por causa disso, recebido o ataque de Eduard Meyer. Prefiro, portanto, adiar a discussão das questões que levantam, até chegarmos à controvérsia Bücher-Meyer.
67. Marx (1973). Os comentários sobre a Antiguidade concentram-se na seção intitulada "Formas que antecedem a produção capitalista", pp. 471-574, publicada separadamente em Marx (1964).
68. A importância do regime de propriedade é corretamente enfatizada por Welskopf (1957), em especial caps. 5 e 9. Esse livro continua sendo o guia mais seguro das concepções de Marx sobre o tema. Embora o objetivo específico, expresso em um subtítulo suprimido antes da publicação, fosse apresentar as visões de Marx, Engels, Lenin e Stalin, o autor nunca confunde os quatro e o leitor não encontra dificuldade para diferenciá-los. O mesmo não pode ser dito de Backhaus (1974), que será discutido no fim deste capítulo.
69. Carandini (1976), pp. 226-7, reproduzido quase aforisticamente em sua breve contribuição a *Marxismo, mondo antico e terzo mondo*, de E. Flores (org.) (Nápoles, 1979), p. 99.

70. Hobsbawm (1964), pp. 38-43; contra F. Tökei, *Zur Theorie der Gesellschaftsformen* (Budapeste, 1977), pp. 95-7.
71. Sobre essa passagem, ver Mintz (1977), pp. 258-61. Para afirmações análogas em outros escritos de Marx, ver Welskopf (1957), pp. 460-6.
72. Ver Welskopf, *ibidem*, Shtaerman (1969), pp. 15-20. Backhaus não percebe a passagem essencial nos *Grundrisse* (tanto quanto posso saber, dado seu espantoso método de citação), o que lhe permite afirmar de Marx, em tom professoral, que este fracassou em aprender com Cairnes a diferença fundamental entre a escravidão antiga e a americana. Concluindo seu artigo sobre Cairnes, Backhaus (1975) parece se contradizer, quando fala de “semelhanças estruturais (fundamentais no tocante a economia)” entre a escravidão nos Estados Unidos e aquela no Império Romano.
73. A publicação de Turim de 1899 foi precedida por uma publicação parcial em 1897; seguiram-se a tradução francesa de 1909, a espanhola e a alemã de 1910, e a segunda edição italiana de 1940, com anotações de C. Barbagallo e um novo prefácio escrito por Ciccotti antes de sua morte em 1939.
74. Lange (1899), pp. 761-70. A mesma avaliação foi feita por Karl Kautsky numa resenha da tradução alemã, que surgiu em *Die Neue Zeit*, de 1910-11.
75. Vogt (1974), p. 177 não percebe a teoria essencial, marxista, subjacente ao livro de Ciccotti, quando afirma que “como título sugere, o principal interesse de Ciccotti era o processo de suplantação da escravidão”. Conclui sua página sobre Ciccotti com o que se segue: “Mas permanece o serviço prestado por Ciccotti, de mostrar que os fenômenos econômicos são essenciais para a compreensão global da escravidão”. Mas quem, não posso evitar de perguntar, precisava dessa demonstração? Mazza (1977), XLV, repete esse julgamento afirmando, de modo ainda mais espantoso, que o crédito pela descoberta devia ser dado a Eduard Meyer.
76. Sobre a complexa questão da relação de Bücher com Weber, e de ambos com Marx, ver Finley (1977a), pp. 314-24 e as referências ali citadas.
77. Por isso não me parece suficiente a explicação de Mazza (1977), XIX e XLII, de que as fraquezas de Ciccotti são as mesmas do “marxismo da Segunda Internacional”.
78. Bücher (1922), p. 2. Remete o leitor a Bücher (1906), pp. 98-103; cf. pp. 162, 310-1, 331-4. Vale notar que Bücher inicia a discussão partindo da lista de Popma dos 146 “termos funcionais” para os escravos.
79. Salvioli (1906), pp. 119-21 e 133-57, respectivamente. É irrelevante que Salvioli, no fim de sua vida, pareça ter rejeitado todas essas

- periodizações baseadas na economia: “La città antica e la sua economia a proposito delli grandi epoche della storia economica”, *Atti della R. Accademia di Scienze Morali e Politiche, Napoli*, 45 (1923), pp. 196-226.
80. Weber (1896), p. 293. Para a discussão sobre Eduard Meyer, que se segue, é importante notar que a base de sua argumentação fora desenvolvida cinco anos antes, nas quarenta páginas finais de Weber (1891).
 81. Pöhlmann, em *Historische Zeitschrift*, n. F. 46 (1899), pp. 109-10; Francotte, in *Bull. Bibliographique et Pédagogique du Musée Belge*, 3 (1910), pp. 245-9. Francotte (1900-01) já discutia as opiniões de Ciccotti, por exemplo, vol. II, pp. 27-8. Extratos de resenhas e de comentários em livros foram convenientemente reunidos em Ciccotti (1977), pp. 31-9.
 82. A tradução alemã foi publicada por um editor socialista e longamente resenhada por Karl Kautsky em *Die Neue Zeit*, 1910-11, sob o título “Sklaverei und Kapitalismus”. Kautsky foi também responsável pela tradução alemã de Salvioi.
 83. Ver Lepore (1970), pp. 3-17.
 84. Karl Christ, *Von Gibbon zu Rostovtzeff* (Darmstadt, 1972), p. 293; cf. pp. 308-11.
 85. Vogt (1974), pp. 178-9.
 86. Westermann (1935), p. 894. Essa sentença desaparece em Westermann (1955), mas a primeira nota de rodapé menciona apenas Meyer.
 87. Ver, por exemplo, Meyer (1902), p. 46. Cf. as loas extasiadas a essa visão de Meyer, entoadas por Stier (1945), pp. 45-53.
 88. J. Hasebroek, *Griechische Wirtschafts- und Gesellschaftsgeschichte bis zur Perserzeit* (Tübingen, 1931), p. 6. Stier (1945), um idólatra de Meyer, compartilha essa opinião com Hasebroek, o principal antimodernista de sua época.
 89. Meyer (1898), p. 174, nota 2; (1895), pp. 118-9 e 141; *Geschichte des Altertums* (1901), vol. III, p. 550, respectivamente.
 90. Meyer (1895), p. 83, e (1898) p. 195, respectivamente.
 91. Meyer (1899), p. 186, e (1895) p. 83, nota 1, respectivamente.
 92. Na *Zeitschrift für Social- und Wirtschaftsgeschichte*, que ele editou, vol. 4 (1896), pp. 153-7, precedido de uma resenha de Bücher (1906) pelo co-editor, Stephan Bauer.
 93. Entre os trabalhos, que vêm se avolumando, sobre as posições e atividades políticas de Meyer, ver, por exemplo, L. Canfora, *Intellettuali in Germania* (Bari, 1979), *passim*, com particular referência ao período 1914-19.
 94. Um indício do prestígio de Meyer é o fato de Max Weber ter se dado

- ao trabalho de demolir seu ensaio sobre teoria e metodologia da história, num artigo publicado originalmente no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, em 1905, disponível em inglês em Weber, *Methodology of the Social Sciences*, trad. e ed. por E. A. Shils e H. A. Finch (Glencoe, Ill., 1949), pp. 113-63. É característico de Meyer que, ao reeditar seu ensaio nas *Kleine Schriften*, mencione apenas de leve (21, nota 1; 44, nota 2; 55, nota 2) o que chamou de “crítica muito penetrante e louvável” de Weber.
95. Pöhlmann (1925), publicado originalmente em 1893-1901 sob o título *Geschichte der antiken Kommunismus und Sozialismus*. Na segunda edição, Pöhlmann alterou o título (mas não o conteúdo) em resposta às críticas.
 96. Pöhlmann (1925), especialmente vol. I, pp. 173-9; Oertel (1925), vol. II, pp. 542-53.
 97. Pöhlmann (1925), vol. I, pp. 174 e 176, respectivamente; Oertel (1925), vol. II, pp. 550 e 542, respectivamente.
 98. *Ueber Finanzen und Monopole im alten Griechenland* (Berlim, 1907).
 99. “Zur Frage der attischen Grossindustrie”, *Rheinisches Museum*, 79 (1930), pp. 230-52, reimpresso em Oertel (1975), pp. 184-202. Uma apreciação diferente de Oertel como historiador da economia encontra-se na breve introdução de Braunert ao volume.
 100. Calderini (1908).
 101. Will (1954).
 102. *La propriété foncière en Grèce jusqu'à la conquête romaine* (Paris, 1893), p. 636. Em contrapartida, quase metade das duzentas páginas de seu *La main d'oeuvre industrielle dans l'ancienne Grèce* (Paris, 1900) é dedicada aos escravos e libertos, mas em três capítulos de um antiquarismo inflexível, já então completamente retrógrado. Subseqüentemente, escreveu um livro (Paris, 1896) sobre seu professor e amigo, Fustel de Coulanges, sem mencionar seu grande estudo sobre o colonato.
 103. *Le travail dans le monde romain* (Paris, 1912), pp. 8, 26 e 326, respectivamente; trad. por E. D. F. Wareing como *Ancient Rome at Work* (Londres e Nova York, 1927), pp. 2, 16 e 242. (Tive de corrigir o tradutor, que escreve “sistemas de colônias” em lugar de colonato.)
 104. *Le travail dans la Grèce ancienne* (Paris, 1920), pp. 249 e 455-6, respectivamente; trad. por M. R. Dobie como *Ancient Greece at work* (Londres e Nova York, 1926), pp. 206-7 e 380-1.
 105. Esse esquecimento surpreende ainda mais quando sabemos que Francotte publicou um resumo de seu livro em alemão (Francotte, 1916).
 106. Westermann (1955), p. IX.
 107. Isso é evidente em seu “The Economic Basis of the Decline of

- Ancient Culture”, *American Historical Review*, 20 (1915), pp. 723-43, escrito muito antes de ser encarregado do artigo no Pauly-Wissowa.
108. Westermann (1955), p. 140.
109. Uma vez referiu-se a seu “desagrado inato por qualquer ‘teorização’ da história”, demonstrando em seguida como o “desagrado” conduz à confusão e à incompreensão: “The Decay of the Ancient World in its Economic Explanation”, *Economic History Review*, 2 (1930), pp. 197-214. O extraordinário louvor e Weber (1909) em seu prefácio a Rostovtzeff (1910) é uma anomalia que não consigo explicar.
110. Rostovtzeff (1941), p. 1258. Embora essa obra não fosse disponível quando Westermann escreveu seu artigo no Pauly-Wissowa (ao contrário daquele sobre o Império Romano), pôde empregá-la na preparação de seu livro.
111. Rostovtzeff (1941), cap. 2.
112. Numa resenha publicada em *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaften*, 92 (1932), pp. 334-5.
113. Rostovtzeff (1941), p. 690.
114. Está implícito em duas sentenças de Westermann (1955), 2, notas 8 e 9, sobre escravos em Homero, e 4, respectivamente.
115. Restrinjo-me a três resenhas: P. A. Brunt, in *Journal of Roman Studies*, 48 (1958), pp. 164-70; G. E. M. de Ste Croix, in *Classical Review*, n.s. 7 (1957), pp. 54-9; H. J. Wolff, in *Iura*, 7 (1956), pp. 308-15.
116. *Zeitschrift für Sozialforschung*, 5 (1936), p. 442.
117. Ver o relato matizado de M. Fuhrmann, “Die ‘Querelle des Anciens et des Modernes’, der Nationalismus und die deutsche Klassik”, in *Classical Influences on Western Thought A. D. 1650-1870*, de R. R. Bolgar (org.) (Cambridge, 1978), pp. 107-29.
118. “Premesse per una discussione su Wilamowitz”, *Rivista storica italiana*, 84 (1972), pp. 746-55, às pp. 752-3; cf. W. Rehm, *Griechentum und Goethezeit* (Leipzig, 1936), p. 241, sobre o helenismo de Humboldt: “era quase religioso”. A posição está plenamente expressa na saudação de Schwartz ao octagésimo aniversário de Wilamowitz, *Die Antike*, 5 (1929), pp. 1-5, reimpresso em Schwartz (1938), pp. 362-7.
119. Schwartz (1938), p. 98; Stier (1945), p. 1; Jaeger, *Humanistische Reden und Vorträge* (Berlim e Leipzig, 1937), p. 182, respectivamente.
120. W. von Humboldt, *Gesammelte Schriften*, vol. I, A. Leitzmann (org.) (Berlim, 1903), p. 271.
121. Schwartz (1938), p. 364.
122. Wilamowitz (1910), pp. 36, 32 e 93, respectivamente. Na segunda edição, a seção romana foi substituída, mas a parte de Wilamowitz

permaneceu inalterada. Não posso deixar de observar que Buckhardt (1898-1902), que Wilamowitz descartou numa notória porém influente acusação, considerou a escravidão merecedora de um capítulo, na seção intitulada "A pólis em seu desenvolvimento histórico", vol. I, pp. 141-58.

123. Ver Raskolnikoff (1975); de forma breve, Lencman (1966), pp. 38-62; M. Mazza, em sua introdução a Shtaerman/Trofimova (1975).
124. "La teoria marxista-leninista e la ricerca storica concreta", trad. por F. Venturi, *Rivista Storica Italiana*, 75 (1963), pp. 588-602, à p. 596 (publicado, originalmente, no início do mesmo ano, em *Voprosy Istorii*).
125. O próprio Vogt havia editado um volume dedicado à questão de saber se a grande luta entre Roma e Cartago fora determinada pela "herança de sangue" (*Bluterbe*) das duas nações: *Rom und Karthago* (Leipzig, 1943), p. 7.
126. Vogt (1974), pp. 170-2 e 206-8, conseguiu erigir em mito um único e banal parágrafo de Humboldt, já citado na nota 121. O fato é que o ensaio, um fragmento, circulou entre uns poucos amigos em 1793, mas só foi publicado em 1893, nada tendo a dizer sobre a escravidão, senão aquele único parágrafo.
127. Vogt (1974), p. 25. É notável, na sentença final, o eco de Heeren (1826), citado na nota 3. Vogt não cita Heeren, cuja considerável influência não se inseria na corrente "humanista".
128. Vogt (1974), pp. 208-10.
129. Vogt (1974), pp. 179, 103 e 184, respectivamente.
130. Numa resenha de Lencman (1966), publicada na *Revue des Études Anciennes*, 69 (1967), p. 289.
131. R. Mandrou, "A Côte du Congrès: une mise en accusation du matérialisme historique", *Annales E.S.C.*, 16 (1961), pp. 518-20.
132. Refiro-me, especificamente, aos artigos de Lencman, Amusin e Kazakevich, que apareceram em *Vestnik Drevnei Istorii*, precisamente no período (1946-59) que Vittinghoff diz ter examinado; sobre esses artigos, ver Lencman (1966), pp. 56-8.
133. Vittinghoff (1960), 94, nota 36. Vogt (1974), p. 184, membro do corpo editorial de *Saeculum*, chamou o ensaio de Vittinghoff de "uma apreciação crítica dos problemas e dos objetivos da pesquisa acadêmica soviética".
134. Vittinghoff (1961).
135. Finley (1959), p. 161.
136. Kiechle (1969), p. 1.
137. Citei a sentença inicial do artigo de Kiechle, "Technical Progress in the Main Period of Ancient Slavery", nos *Proceedings* da 4ª Conferência Internacional de História Econômica, Bloomington, 1968 (Paris e Haia, 1973), pp. 335-46, que é ligeiramente mais grosseiro

que a frase correspondente no livro.

138. Ver cap. 4, notas 41 e 46.
139. Backhaus (1974), pp. 8-9.
140. Registre-se que A. Mehl, "Die antike Sklavenhaltergesellschaft und der Begriff der Volksmassen in neuerer marxistischen Literatur zur Alten Geschichte", *Gymnasium*, 84 (1977), pp. 444-66, não é senão Vittinghoff *redivivus*.
141. Vogt (1974), p. 185. Não escapará ao leitor atento que Vogt não é totalmente consistente em suas afirmações programáticas.
142. P. Bourdieu, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 17/18 (1977), p. 3.
143. *More letters of Charles Darwin*, F. Darwin e A. C. Seward (orgs.) (2 vols., Londres, 1903), vol. I, p. 195.
144. M. Hesse, "Theory and Value in the Social Sciences", in *Action and interpretation*, C. Hookway e P. Pettit (orgs.) (Cambridge, 1978), pp. 1-16, à p. 2.
145. Buckland (1908), p. 5.

Capítulo II

1. Fustel de Coulanges (1885), p. 3.
2. Anderson (1974a), p. 21.
3. Sobre as variedades modernas, ver os treze estudos de caso em W. Kloosterboer, *Involuntary labour after the abolition of slavery* (Leiden, 1960).
4. Ver J.-P. Vernant, *Mythe et pensée chez les Grecs* (Paris, 1965), parte 4; cf. Y. Garlan, in Garnsey (1980), sobre o aparecimento relativamente tardio do trabalho assalariado e do camponês-proprietário livre na história grega.
5. Trato, aqui, o escravo como um tipo ideal. Veremos na continuação do capítulo quão grande era a diferenciação efetiva no seio da população escrava.
6. Meillassoux (1975), p. 20.
7. Lauffer (1960), p. 81.
8. Anderson (1974b), p. 486.
9. Um exemplo completo é fornecido por S. Miers e I. Kopytoff, na introdução a *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives* (Madison, 1977), especialmente pp. 5-6, 11 e 76-8. Para uma abordagem correta, ver J. Bazin, "Guerre et servitude à Sé-

- gou”, in Meillassoux (1975), que não é compartilhada por todos os participantes do volume; P. Hill, “From Slavery to Freedom: The case of Farm-Slavery in Nigerian Hausaland”, *Comparative Studies in Society and History*, 18 (1976), pp. 395-426.
10. M. Bloch, *The historians Craft*, trad. por P. Putnam (Manchester, 1954), pp. 175-6.
 11. Anderson (1974b), p. 484.
 12. Diakonoff (1974), pp. 63, 64 e 78, respectivamente; cf. A. Jähne, “Zwei Tendenzen gesellschaftlicher Entwicklung im Hellenismus”, *Klio*, 60 (1978), pp. 137-50, à p. 140 e a réplica de H. Kreissig, pp. 217-9. Diakonoff, cujas páginas sobre Grécia e Roma revelam um conhecimento inadequado, mantém surpreendentemente a equação marxista=soviético. Seu uso do termo “formação social” é bem diferente do de Anderson (1974a), 22, nota 6, e sua concepção fundamental fora já demolida, por exemplo, por Hahn (1971) e antes ainda por K. Zelin, “Principes de classification morphologique des formes de dépendance”, in *Annequin* (1978), pp. 45-77, publicado originalmente em russo, em *Vestnik drevnei istorii* (1967), n° 2, pp. 7-30.
 13. Meillassoux (1975), p. 20.
 14. Ver Finley (1960), (1964), (1965a), para um relato detalhado do que se segue, com a documentação necessária.
 15. Ducat (1978) negou isso tudo em um longo e obstinado artigo, repleto de afirmações errôneas (particularmente sobre as opiniões de terceiros) e de omissões. Escreve, por exemplo, que os escravos-mercadoria e os hilotas diferiam “apenas pelo fato de que estes últimos, em vez de pertencerem a um indivíduo, pertenciam a uma coletividade” (p. 22). Para chegar a essa conclusão, esquece-se de mencionar a auto-reprodução dos hilotas ou as implicações de seu direito a uma parte formalmente definida do produto.
 16. Ducat (1978), p. 23 e Annequin (1975), p. 9, respectivamente.
 17. Cf. “aquelas explicações que tentam reduzir a teoria social marxista a apenas três fatores (indivíduo, comunidade, meios de produção) não podem ser, em minha opinião, senão simplificações fatais, quase se assemelhando ao misticismo numérico da cabala”: G. Komoróczy, “Landed property in ancient Mesopotamia and the theory of the so-called Asiatic mode of production”, *Oikumene*, 2 (1978), pp. 9-26, à p. 10, nota 3.
 18. Ver Patterson (1977b), pp. 431-2.
 19. Ver Capogrossi (1978).
 20. *Digesto*, 1, 5, 4, 1; para outros textos, ver Buckland (1908), cap. 2. Cf. a definição no artigo primeiro da Convenção sobre Escravidão da Liga das Nações (1926): “A escravidão é um *status* ou condição de uma pessoa sobre a qual alguns, ou todos os poderes ligados ao

- direito de propriedade, são exercidos” (cit. de C. W. W. Greenidge, *Slavery*, Londres, 1958, p. 224).
21. Capogrossi (1978), pp. 725-6. Cf. a inclusão de cativos escravizados no “dízimo” das presas de guerra, dedicada a um deus: Bömer (1957-63), vol. III, pp. 252-5.
 22. Meyer (1898), p. 211.
 23. Patterson (1977b), p. 431, que oferece como uma “definição operacional” de escravidão “aquela condição na qual há uma alienação institucionalizada dos direitos sobre o trabalho e o parentesco”.
 24. Sigo, em essência, a análise deste texto (e do *Código Justiniano*, 3, 38, 11) por Puglisi (1977).
 25. Ver Buckland (1908), pp. 77-8.
 26. K. R. Bradley, “The Age at Time of Sale of Female Slaves”, *Arethusa*, 11 (1978), pp. 243-52; cf. Hopkins (1978), pp. 164-5 sobre as manumissões em Delfos.
 27. David (1976), pp. 110-1.
 28. Sobre flexibilidade na escravidão norte-americana, ver Degler (1976), pp. 8-10.
 29. Vidal-Naquet (1968).
 30. O que foi bem ressaltado por P. Garnsey e J. E. Skydsgaard, *in* Garnsey (1980).
 31. Pippidi (1973) é agora fundamental.
 32. Ver Kreissig (1978), parte II, com bibliografia; E. S. Golubcova, *in* Blavatskaya (1972). A visão contrária foi sustentada por I. S. Sventickaya, sem encarar os argumentos do outro lado; por último, em “Some Problems of Agrarian Relations in the Province of Asia”, *Eirene*, 15 (1977), pp. 27-54. Embora não devesse acentuar muito esse fato, pode ser importante notar que Isócrates, numa carta a Filipe II (*Epístolas*, 3, 5), prefere dizer “hilotas” a “escravos”, ao prever o destino dos povos a serem conquistados na Ásia.
 33. Com escravos por dívidas refiro-me aos *obaerāti* (ou *obaeraii*) de Varrão, *De re rustica* 1, 17, 2, e aos homens ligados por *nexum*, mencionados por Columela (1, 3, 12); sobre arrendatários endividados, ver Finley (1976), pp. 112-7.
 34. Compare-se C. R. Whittaker, “Rural Labour in Three Provinces of Rome”, *in* Garnsey (1980), com A. Daubigney e F. Favory, “L’esclavage en Narbonnaise et Lyonnaise”, *in* *Colloque* (1972), pp. 315-88. Sobre a Espanha visigótica, ver posteriormente, no início do capítulo 4.
 35. I. Wallerstein, “A World-System Perspective on the Social Sciences”, *British Journal of Sociology*, 27 (1976), pp. 343-52. Cf. Anderson (1974a), p. 22: “O mundo antigo como um todo nunca foi contínua e ubiquamente caracterizado pelo domínio do trabalho escravo. Mas

- foi em sua grande época *clássica*... que a escravidão tornou-se maciça e generalizada, em meio a outros sistemas de trabalho”.
36. Ver a tabela em Hopkins (1978), p. 101; cf. Degler (1959).
 37. Ver Jameson (1977-78).
 38. Demóstenes, 27, pp. 9-11; Lísias, 12, 19; Tácito, *Anais*, 14, 43; Frontino, pp. 96-118, respectivamente.
 39. Cf. Filocoro, 328 F 97, *apud* Macróbio, *Saturnalia*, 1, 10, 22.
 40. A possibilidade de que a situação tenha se alterado no Baixo Império será examinada no capítulo 4.
 41. Não faço estimativas da renda relativa a partir dessas várias fontes; ver Finley (1973), cap. 2.
 42. O que é igualmente verdade, apesar das profundas diferenças em outros aspectos, de Meyer (1898) e Hopkins (1978), pp. 8-15 e 102-6; *contra* Westermann (1955), p. 70; P. Ducrey, *Le traitement des prisonniers de la guerre dans la Grèce antique...* (Paris, 1968), pp. 74-5; e, num contexto diferente, F. De Martino, “Interno all’origine della schiavitù a Roma”, *Labeo*, 20 (1974), pp. 163-93, às pp. 179-93.
 43. As evidências são apresentadas por Volkmann (1961), pp. 227-8.
 44. Diodoro, 23, 9, 1; Políbio, 1, 19, 5.
 45. As referências são: Lívio, 7, 16, 7; 10, 13, 14; 10, 23, 13; 10, 47, 4. Ver G. Tibiletti, “Il possesso dell’ager publicus e le norme de modo agrorum sino ai Gracchi”, *Athenaeum*, n.s. 26 (1948), pp. 173-235; 27 (1949), pp. 2-41.
 46. M. Gelzer, *The Roman Nobility*, trad. por R. Seager (Oxford, 1969), p. 21. As páginas 18-22 de Gelzer (originalmente publicadas em 1912) expõem claramente as evidências.
 47. Por exemplo, E. Maróti, “The Vilicus and the Villa-System in Ancient Italy”, *Oikumene*, 1 (1976), pp. 109-24.
 48. P. A. Brunt, *Social Conflicts in the Roman Republic* (Londres, 1971), pp. 18-9.
 49. As evidências foram coligidas por J. M. Libourel, “Galley Slaves in the Second Punic War”, *Classical Philology*, 68 (1973), pp. 116-9.
 50. Hahn (1971), p. 35 e Mintz (1977), p. 257, respectivamente.
 51. Ver Pippidi (1973), p. 65.
 52. O estudo mais completo ainda é de A. Plassart, “Les archers d’Athènes”, *Revue des Études Grecques*, 26 (1913), pp. 151-213. Cf. O. Jacob, *Les esclaves publics à Athènes* (Bibl. de la Fac. de Philosophie et Lettres à l’Univ. de Liège, 35, 1928), cap. 2.
 53. Ver M. I. Finley, *Aspects of Antiquity* (2ª ed., Harmondsworth e Nova York, 1977), cap. 2; “The Black Sea and Danubian Regions and the Salve Trade in Antiquity”, *Klio*, 40 (1962), pp. 51-9. O primado do comércio sobre a conquista foi defendido, breve mas claramente, por Burckhardt (1898-1902), vol. I, p. 142.

54. Para o que segue, devo muito a Hahn (1971).
55. Na seqüência, restrinjo minhas referências a dois pontos: sobre o crescimento populacional ver a análise preliminar em A. M. Snodgrass, *Archaeology and the Rise of the Greek State* (Cambridge Inaug., 1977), pp. 10-6; sobre a propriedade privada da terra, M. I. Finley, "The Alienability of Land in Ancient Greece: A Point of View", *Eirene*, 7 (1968), pp. 25-32, reimpresso em francês em *Annales E.S.C.*, 25 (1970), 1271-7.
56. Ver J. Servais, in *Thorikos 1965* (Bruxelas, 1967), pp. 22-4 e J. Bingen, in *Thorikos 1964* (Bruxelas, 1967), pp. 29-30, respectivamente.
57. Como evidência da produção de mercadorias em outras *poleis* gregas, observo: 1. o transporte de vinho, azeite e cerâmica para Náucratis, no delta egípcio, por mercadorias de cidades da Ásia Menor e do Egeu, já antes de 600 a.C.; ver M. M. Austin, *Greece and Egypt in the Archaic Age* (*Proceedings of the Cambridge Philological Society*, Suplem. 2, 1970), pp. 22-7 e 36-40; 2. diversos regulamentos de Thasos, controlando a venda de uvas e de vinho da região e a importação de vinho estrangeiro; o primeiro texto claro que temos, *Inscriptiones Graecae*, XII, suplem., nº 347, originalmente publicado, com um útil comentário por G. Daux no *Bulletin de Correspondance Héliénique*, 50 (1926), pp. 214-26, data das últimas décadas do século V a.C., mas podemos estar certos de que a regulamentação começou muito antes, como mostra uma inscrição fragmentária do século V, publicada em *Supplementum Epigraphicum Graecum*, XVIII, p. 347.
58. Nesse contexto, não é preciso distinguir taxas de liturgias.
59. Hopkins (1978), p. 102, enfatiza de modo correto: "Devemos explicar não a importação de escravos, mas a expulsão de cidadãos". Como já indiquei, contudo, relaciono esse fato à expansão da sociedade escravista e não ao seu estabelecimento. No tocante a Atenas, creio ter sido o primeiro a desafiar a visão prevalecente de um declínio abrupto do campesinato no século IV: *Studies in Land and Credit in Ancient Athens 500-200 b.C.* (New Brunswick, N.J., 1952), pp. 79-87; "Land, Debt, and the Man of Property in Classical Athens", *Political Science Quarterly*, 68 (1953), pp. 249-68. Meus argumentos têm geralmente sido aceitos, por exemplo, por Claude Mossé, "La Vie Économique d'Athènes au IV^e Siècle: Crise ou Renouveau?", *Praelectiones pataviniae* (1972), pp. 135-44; V. N. Andreyev, "Some Aspects of Agrarian Conditions in Attica in the Fifth to Third Centuries B.C.", *Eirene*, 12 (1974), pp. 5-46, às pp. 18-25; G. Audring, "Zur wirtschaftlichen und sozialen Lage der attischen Bauern im ausgehenden 5. und im 4. Jahrhundert v. u. Z.", *Jahr-*

- buch für Wirtschaftsgeschichte* (Sonderband, 1977), pp. 9-86, às pp. 35-43. O papel da terra “livre” no surgimento da escravidão do Novo Mundo ainda é contestado: ver as opiniões negativas de S. L. Engerman, “Some Considerations Relating to Property Rights in Man”, *Journal of Economic History*, 33 (1973), pp. 43-65, e Patterson (1977a), com uma qualificação importante de Mintz (1977).
60. Jameson (1977-78).
 61. Meyer (1898), pp. 193-8.
 62. Mintz (1977), p. 257, coloca “um poder de polícia adequado ao controle legal da população livre”, entre as condições adversas à introdução da escravidão moderna.
 63. A única afirmação conhecida, em toda a Antiguidade, que pareceria implicar uma competição entre livres e escravos é um breve fragmento do historiador Timeu (566F11a, *apud* Ateneo, 6, 264D) do século III a.C., relatando que a aquisição de mil escravos, na atrassada Lócris, por Mnason, um “amigo de Aristóteles”, provocou grande ressentimento, pois privou “os jovens” de seu meio de vida habitual, que consistia em “servir os mais velhos como domésticos”. Mesmo que isso fosse verdade, o que absolutamente não é certo, a anedota é irrelevante para o estudo da escravidão como *força de trabalho*. Heitland (1921), p. 441, nota 4, descartava-a rapidamente, dizendo referir-se “apenas ao serviço doméstico e pessoal”. Cf. a análise de Vidal-Naquet (1968), pp. 105-6, que, embora mais nuancada, também a rejeita. Recentemente G. Nenci, mesmo reconhecendo que é um texto isolado, realizou um engenhoso esforço para dar-lhe um significado maior, mas não me convenceu: “Il problema della concorrenza fra manodopera libera e servie nella Grecia classica”, *Annali della Scuola Normale di Pisa, Classe di Lettere e Filosofia*, 3ª série, 8 (1978), pp. 1287-1300.
 64. H. Michell, *The Economics of Ancient Greece*, 2ª ed., Cambridge, 1957, p. 166.
 65. Shtaerman (1969), pp. 13 e 19, respectivamente.
 66. Basta citar R. W. Fogel e S. L. Engerman, *Time on the cross*, 2 vols. (Boston, 1974), a crítica de David (1976) e a resenha deste último por D. Macleod no *Times Literary Supplement* de 23 de junho de 1978. As discussões mais antigas podem ser convenientemente estudadas em *Did Slavery Pay?*, de H. G. J. Aitken (org.) (Boston, 1971).
 67. Degler (1976), p. 8.
 68. Mickwitz (1937 e 1939) permanece fundamental; cf. G. E. M. de Ste. Croix, “Greek and Roman Accounting”, in *Studies in the History of Accounting*, A. C. Littleton e B. S. Yamey (orgs.) (Londres, 1956), pp. 14-74; Duncan-Jones (1974), cap. 2.

Capítulo III

1. Stroud, (1856), p. 5.
2. “Mais cruel” é, certamente, uma afirmativa bastante subjetiva nesse contexto: ver, por exemplo, I. Barkan, *Capital Punishment in Ancient Athens* (diss., Chicago, 1936), especialmente pp. 63-72, sobre o *apotympanismos*; ou a refutação da visão comumente aceita sobre a execução por cicuta em C. Gill, “The Death of Socrates”, *Classical Quarterly*, 23 (1973), pp. 25-8.
3. Ver, por exemplo, a discussão em Biezunska-Malowist (1974-77), vol. I, pp. 121-6, de dois textos legais do período ptolomaico, *P. Halle*, 1, de Alexandria e *P. Lille*, 29, provavelmente de Náucratis ou Ptolemais (ambas cidades gregas).
4. G. Glotz, “Les esclaves et le peine du fouet en droit grec”, *Comptes-rendus de l'Académie des Inscriptions* (1908), pp. 571-87, no qual se baseia Morrow (1939), pp. 66-71; Thür (1977), que suplanta todos os estudos anteriores sobre a tortura nos tribunais atenienses; Buckland (1908), pp. 86-97.
5. Wallon (1879), vol. I, pp. 306-29.
6. As evidências sobre os imperadores cristãos acham-se em Buckland (1908), pp. 86-97.
7. Cf. Blair (1833), pp. 106-13 e notas finais, pp. 59-65.
8. A. R. W. Harrison, *The Law of Athens*, II (Oxford, 1971), p. 147.
9. Mahaffy, citado com evidente aprovação por Morrow (1939), p. 80.
10. Ehrenberg (1951), p. 187; cf. Barrow (1925), pp. 31-5. Thür (1977), pp. 314-5 converte a processualística ateniense numa charada: por um lado, haveria uma “fé cega” na tortura, por outro, esta nunca teria sido efetivamente empregada, ao menos no século IV a.C., apesar das freqüentes ameaças dos adversários nos processos.
11. Mommsen (1961), p. 416, nota 1.
12. A inscrição foi publicada por L. Bove in *Labeo*, 13 (1967), pp. 43-8; ver também F. De Martino, *ibidem*, 21 (1975), pp. 210-4. Sobre a tortura privada de escravos em Atenas, ver Thür (1977), pp. 43-8; sobre os instrumentos empregados, J. Vergote, “Folterwerkzeuge”, in *Reallexikon der Antike und Christentum*, 8 (1972), pp. 112-41.
13. Ver Garnsey (1970), capítulo 4.
14. Não consegui encontrar nenhum estudo razoável sobre escravas prostitutas ou mesmo sobre a prostituição em geral. É significativo que a palavra “prostituição” não apareça no índice remissivo de Vogt (1974).
15. *Controvérsias*, IV, pref. 10, citação que devo a P. Veyne, “La famille et l'amour sous le Haut-Empire romain”, *Annales E.S.C.*, 38 (1978), pp. 35-63, um artigo com diversas indicações valiosas sobre o tema

- “escravos e sexo”. Observo que em *Greek Homosexuality* (Londres, 1978) de K. J. Dover — o mais importante trabalho acadêmico sobre o assunto —, a escravidão é ignorada, a não ser por uma interessante (mas irrelevante) meia página (p. 97) sobre a “tendência na comédia de tratar a masturbação como um comportamento característico de escravos”.
16. Não conheço nenhum estudo exaustivo dessas duas denominações de escravos, a não ser Biezunska-Malowist (1974-77), vol. I, pp. 11-8, sobre o período ptolomaico, e vol. II, pp. 10-2, sobre o período romano, baseando-se em J. A. Straus, “La Terminologie de l’Esclavage dans les Papyrus Grecs d’Époque Romaine Trouvés en Egypt”, in *Colloque* (1973) pp. 333-7 (no período romano, a palavra *païs* quase desaparece dos papiros). Sobre *puer*, a interessante análise de J. Maurin sobre a relação *puer-dominus* como uma espécie de parentesco substituto, parecendo perder o seu lado degradante: “Remarques sur la Notion de ‘Puer’ à l’Époque Classique”, *Bulletin de l’Assn. Guillaume Budé* (1975), pp. 221-30.
 17. As evidências encontram-se em Himmelmann (1971).
 18. Ver Klees (1975), p. 30, nota 123, que cita Epicrates, *apud Ateneo*, 6, 262D, como evidência da irritação dos escravos com o eterno chamamento de “*paï, paï*”.
 19. Ver Bömer (1957-63), vol. III, pp. 173-95.
 20. A frase é de Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (Penguin, 1969), p. 132, nota 47.
 21. E. Levy, “Libertas und Civitas”, *ZRG*, 78 (1961), pp. 142-72, à p. 145.
 22. Ver, por exemplo, D. W. Cohen e J. P. Greene (orgs.) *Neither Slave nor Free: The Freedman of African Descent in the Slave Societies of the New World* (Baltimore e Londres, 1972); Ira Berlin, *Slaves without Masters: The Free Negro in the Antebellum South* (Nova York, 1974); K. M. Stampp, *The Era of Reconstruction* (Londres, 1965), especialmente o cap. 7.
 23. Ver P. Gauthier, “‘Générosité’ Romaine et ‘Avarice’ Grecque: sur l’Octroi du Droit de Cité”, in *Mélanges... Offerts à William Seston* (Paris, 1974), pp. 7-15.
 24. Estes desfilam através de *Freedmen in the Early Roman Empire* (reimpr., Cambridge, 1958), de A. M. Duff, que compartilha a visão de suas fontes.
 25. Todas as referências à escravidão contidas nos poemas de Horácio são examinadas por Highet (1973), com condenações morais e uma abordagem psicológica excessivamente confiante (ver adiante, nota 96). Highet não percebe o significado da passagem crucial, que citei, da sátira “autobiográfica”.
 26. O estudo fundamental continua sendo F. De Visscher, *Le régime*

- romain de la noxalité (Bruxelas, 1947); cf. sua revisão posterior, "Il sistema romano della nossalità", *Iura*, II (1960), pp. 1-68.
27. Ver M. Kaser, "Zur Kriminalgerichtsbarkeit gegen Sklaven", *Studia et documenta historiae et iuris*, 6 (1940), pp. 357-68, discutido ulteriormente por T. Mayer-Maly, *ibid.*, 23 (1957), pp. 323-34.
 28. Garlan (1972), continuação em *Colloque* (1972), pp. 15-28; de extensão interminável é Welwei (1974-77); N. Rouland, *Les esclaves romains en temps de guerre* (Bruxelas, 1977).
 29. Pausânias, 1, 32, 3; 7, 15, 7.
 30. Ver, resumidamente, Bömer (1957-63), vol. IV, pp. 149-52.
 31. Ver, por exemplo, Capogrossi (1978), pp. 725-30, e sua interessante sugestão de que *mancipium* logo tornou-se sinônimo de *servus*, porque um escravo é a única *res Mancipi* que não é um objeto "natural", ao contrário da terra, de uma casa ou de um boi; ver também Calabi (1979), sobre Aristóteles.
 32. Ver, com as referências e uma breve análise (com a qual concordo), Milani (1972), pp. 225-33; cf. L. Capogrossi Colonesi, in *Colloque* (1973), pp. 379-81; E. Levy, "Natural Law in Roman Thought, *Studia et documenta historiae et iuris*, 15 (1949), pp. 1-23. Para uma análise diferente, abstrata e formal, baseada numa classificação derivada da antiga retórica, ver Modrzejewski, "Aut nascuntur aut fiunt: Les schémas antiques des sources de l'esclavage", *Bulletino del Istituto di Diritto Romano*, 79 (1976), pp. 1-25.
 33. Esse ponto é bem desenvolvido em R. W. e A. J. Carlyle, *A History of Mediaeval Political Theory in the West I* (Nova York e Edimburgo, 1903), pp. 33-44.
 34. Cf. Cícero, *De officiis*, 3, 5, 23.
 35. Ver acima, cap. 1, no trecho que antecede a nota 46.
 36. Os dados estão convenientemente expostos em R. H. Randall Jr., "The Erechteum Workmen", *American Journal of Archaeology*, 57 (1953), pp. 199-210.
 37. Ver Himmelmann (1971), pp. 36-8. Não é necessário dizer que os artesãos gregos e romanos não se denegriam, dessa forma, em suas lápides tumulares ou outros monumentos pessoais (por exemplo, oferendas), ao contrário dos objetos que produziam para venda.
 38. Ver E. Kazakevich, "Slaves Agents in Athens", *Vestnik Drevnei Istorii* (1961), nº 3, pp. 3-21; cf. o seu "were hoi choris oikountes slaves?", *ibidem* (1963), nº 3, pp. 23-42 (ambos em russo). Os artigos de E. Perotti, in *Colloque* (1972), pp. 47-56 e *Colloque* (1973), pp. 179-91, nada acrescentam ao assunto. A situação romana é indicada, de forma bastante clara, por uma glosa de Gaio (*Digesto*, 40, 9, 10): "Muitos homens crêem que suas posses são maiores do que na verdade o são. Isso ocorre, com freqüência, com quem possui inves-

- timentos em regiões distantes, conduzidos por escravos e libertos; é comum que estes negócios entrem em prolongado declínio, sem que se saiba disso...”.
39. “Ver Buckland (1908), caps. 8-9.
 40. “A. Biscardi, “La capacità processuale dello schiavo”, *Labeo*, 21 (1975), pp. 143-71; sobre Atenas, resumidamente, Gernet (1955), pp. 159-64.
 41. Ver Kajanto (1969), pp. 44-7, e o comentário da A. N. Sherwin-White (Oxford, 1966) às duas cartas de Plínio (3, 14; 8, 14) sobre casos semelhantes, ocorridos quarenta anos depois. O relato de Barrow (1928), pp. 55-9 foi escrito, bem apropriadamente, em estilo romanceado. Começa considerando a lei “quase ininteligível”, embora Tácito (14, 43) e Plínio (3, 14) expliquem a razão com uma clareza brutal, e termina com a conclusão absurda de que Adriano efetuou “uma reconciliação entre os interesses do senhor e do escravo” a respeito. A regra básica permaneceu em vigor durante todo o Império, tendo sido confirmada por Justiniano em 529 d.C. (*Código*, 6, 35, 12).
 42. A maioria dos textos jurídicos disponíveis está reunida em um capítulo de *Digesto* (29, 5); ver o breve resumo em Mommsen (1961), pp. 630-2.
 43. Kajanto (1969), pp. 48-59, considera que Tácito aprovava. O relato de Z. Yavetz, *Plebs and Princeps* (Oxford, 1969), pp. 29-37, é banal.
 44. Westermann (1955), p. 114, e Kajanto (1969), p. 59, respectivamente.
 45. Ver as evidências no estudo, puramente lexical, de R. F. Newbold, “The Vulgus in Tacitus”, *Rheinisches Museum*, 119 (1976), pp. 85-92.
 46. O melhor estudo continua sendo de L. Friedlaender, *Darstellung aus der Sittengeschichte Roms*, 10ª ed. de G. Wissowa, 4 vols. (Leipzig, 1921-23), vol. II, pp. 50-112.
 47. Ver Vogt (1974), cap. 7.
 48. Retirei a analogia com os campos de concentração de Elkins (1959), trabalho imperfeito mas importante, por ter introduzido o tema da psicologia do escravo: Patterson (1977b), p. 415; cf. J. W. Blassingame, *The Slave Community* (Nova York, 1972), especialmente cap. 7 e Apêndice.
 49. Genovese (1974) é atualmente o centro do debate: ver particularmente pp. 3-112.
 50. Vogt (1974), pp. 140-5.
 51. Escolhi essa comparação específica tendo em vista Vogt, “Lo schiavo morente. Immagine di compiuta umanità”, *Studi romani*, 20(1972), pp. 317-28, resumido em Vogt (1978), pp. 41-2.
 52. Vogt (1974), pp. 14-5.
 53. Por exemplo Kudlien (1968), que tenta, em sua monografia de 46

- páginas, provar o acerto da afirmação de Vogt que acabo de citar. E faz isso citando alguns poucos textos e distorcendo, ou descartando, as importantes passagens que apóiam a visão oposta, tradicional. Joly (1969-70) demoliu eficazmente sua argumentação. A tentativa de defesa, por Gil, baseada apenas em passagens ou fragmentos da comédia, é um fracasso: “Ärztlicher Beistand und attische komödie. Zur Frage der *demosieuontes* und Sklaven-Ärzte”, *Sudhoffs Archiv*, 57 (1973), pp. 255-74.
54. Ver L. Cohn-Haft, *The Public Physicians of Ancient Greece* (*Smith College Studies in History*, 42, 1956), particularmente cap. 4.
 55. Joly (1969-70), pp. 6-10.
 56. Minha única razão para mencionar esse documento, que na Antiguidade não possuía o prestígio ideológico que lhe atribui a moderna profissão médica, é o fato de Kudlien (1968) — em seguida Vogt (1974), p. 14 — começar sua argumentação distorcendo a frase que citei como se esta se referisse ao *tratamento* médico de todos os pacientes, a despeito de sexo e posição social.
 57. Os “humanitários” debatem-se para eliminar esta clara afirmação factual. Por exemplo, Vogt (1974) alterna entre uma frase falsa, como “a sugestão de Platão, de que a profissão médica *deveria* empregar médicos escravos” (p. 15) e outra, mais falsa ainda, como “Platão descreve a *possibilidade em alguma sociedade ideal no futuro*” (p. 115, os grifos são meus). Joly (1969-70) novamente fornece a resposta correta, ignorada por Vogt.
 58. Ver K.-H. Below, *Der Arzt im römischen Recht* (*Münchener Beiträge zur Papyrusforschung und antiken Rechtsgeschichte*, 37, 1953), pp. 7-21.
 59. Um papiro do século II a.C. parece referir-se a uma escola especial em Alexandria para tais escravos: R. Remondon, “Problèmes du bilinguisme dans l’Egypte lagide (U.P.Z. I, p. 148)”, *Chronique d’Egypte*, 39 (1964), pp. 126-46.
 60. K. Visky, “La qualifica della medicina e dell’architettura nel fonti del diritto romano”, *Iura*, 10 (1959), pp. 24-66 é decisivo a respeito.
 61. Barrow (1928), pp. 35-43; Vogt (1974), pp. 132 e 109, respectivamente. Seria inútil acrescentar mais referências.
 62. Vogt (1974), p. 109.
 63. Vogt (1978), p. 40.
 64. E. M. Shtaerman, “Zur Methodologie der Erforschung der Weltanschauung ausgebeuteter Klassen Roms”, *Klio*, 57 (1975), pp. 5-13, à p. 6 (cf. Bellen (1971), p. 129). Esse breve artigo parece favorecer meu próprio pessimismo mais do que o cauto otimismo da autora. O fato de o capítulo sobre “A ideologia do escravo”, em Shtaerman (1969), restringir-se ao culto religioso é bastante revelador.

65. Vogt (1974), p. 51.
66. R. A. Bauman, *Impietas in Principem* (*Münchener Beitr. z. Papyrusforschung u. antike Rechtsgesch.*, 67, 1974), p. 56.
67. *Código Teodosiano*, 9, 5, 6.
68. Ver, por exemplo, Sartori (1973), pp. 158-60.
69. O conjunto das evidências é exposto em Kühne (1962); para casos individuais, ver Sartori (1973); K. R. Bradley, "Slaves and the Conspiracy of Catiline", *Classical Philology*, 73 (1978), pp. 329-36; J. Annequin, "Esclaves et affranchis dans la Conjuration de Catilina", in *Colloque* (1971), pp. 193-238.
70. Ver, p. ex., Annequin e M. Létroublon, "Une approche des discours de Cicéron: les niveaux d'intervention des esclaves dans la violence", in *Coloque* (1972) 211-47.
71. O único estudo que conheço é o pequeno artigo de J. Ceska, "Über die Vernichtung von Arbeitsgeräten durch die antiken Sklaven" (em eslovaco), resumido em *Bibliotheca Classica Orientalis*, 2 (1957), pp. 201-2.
72. O único estudo completo, Bellen (1971), restringe-se ao Império Romano. Shtaerman (1969), pp. 238-43, recolhe informações variadas para o fim da República. Não conheço nenhum estudo sobre escravos fugitivos na Grécia ou no mundo helenístico, exceto o Egito: I. Biezunska-Malowist, "Les esclaves fugitifs dans l'Égypte gréco-romain", in *Studi ... Edoardo Volterra*, 6 (1969), pp. 77-90, resumido em Biezunska-Malowist (1974-77), vol. I, pp. 103-5.
73. Uma das teses centrais de Bellen (1971), em particular pp. 126-8, é que o objetivo predominante das fugas, no Império Romano, era mudar o "lugar de trabalho". Essa conclusão baseia-se nas duas ações contra terceiros existentes no direito civil (p. 133), esquecendo-se de todos os casos em que não havia uma terceira parte envolvida.
74. Parte da documentação encontra-se em Garlan (1972), pp. 29-35.
75. Ver, em ordem cronológica, as *Cartas a seus Amigos*, 13, 77, 3; 5, 9, 2; 5, 11, 3; 5, 10, 1.
76. Lísias, *Oração*, 23, fornece evidências para Atenas por volta de 400 a.C.
77. Ver, particularmente, Bellen (1971), parte 1.
78. D. Daube, "Slave-catching", *Juridical Review*, 64 (1952), pp. 12-28.
79. As evidências para o Império Romano foram reunidas por R. MacMullen, *Enemies of the Roman Order* (Cambridge, Mass., 1966), Apêndice B; cf. Bellen (1971), pp. 92-115. O longo artigo de P. Briant, "'Brigandage', dissidence et conquête en Asie achéménide et hellénistique", *Dialogues d'Histoire Ancienne*, 2 (1976), pp. 163-258, não se ocupa desse aspecto do banditismo.

80. E. J. Hobsbawm, *Bandits* (Londres, 1969). A única tentativa de examinar o fenômeno antigo, à luz dos estudos modernos sobre o banditismo social, não dá a atenção necessária aos escravos: F. Flam-Zuckermann, "A propos d'une inscription de Suisse (*CIL*, XIII, 5010): étude du phénomène du brigandage dans l'Empire romain", *Latomus*, 29 (1970), pp. 451-73.
81. Ver Vogt (1974), pp. 79-81. A. Fuks tentou encontrar uma genuína revolta de escravos, mas seu estudo é falho em muitos detalhes essenciais, como sua concordância da estimativa impossível, de Beloch, de uma população de 30 mil homens livres e 100 mil escravos na ilha: "Slave War and Slave Troubles in Chios in the Third Century B.C.", *Athenaeum*, n.s. 46 (1968), pp. 102-11; ver J. Vogt, "Zum Experiment des Drimakos: Sklavenhaltung und Räuberstand", *Saeculum*, 24 (1973), pp. 213-9.
82. Price (1973), p. 5.
83. Patterson (1970), p. 275.
84. O texto é fornecido por Bryan Edwards, *The History ... of the West Indies* (Londres, 1807), vol. I, Apêndice 2, reimpresso em Price (1973), pp. 237-9; cf. Patterson (1970), pp. 265-75.
85. H. Aptheker, *American Negro Slave Revolts* (reimpr., Nova York, 1963).
86. Essa importante distinção é ressaltada por Degler (1970), pp. 351-2.
87. Ver C. L. R. James, *The Black Jacobins: Toussaint l'Ouverture and the San Domingo Revolution*, 2ª ed. (Nova York, 1963).
88. Westermann (1955), p. 18.
89. Ver C. R. Whittaker, "Land and Labour in North Africa", *Klio*, 60 (1978), pp. 331-62, às pp. 338-9.
90. Hopkins (1978), pp. 155-8 e 165-6.
91. Da vasta e crescente literatura sobre o assunto, no Novo Mundo, menciono (em acréscimo aos trabalhos já citados), C. B. Drew, "Disciplining Slave Ironworkers in the Antebellum South: Coercion, Conciliation and Accommodation", *American Historical Review*, 79 (1973), pp. 393-418, porque trata de uma situação urbana e industrial.
92. Frederickson/Lasch (1967), p. 119.
93. *Ibidem*, pp. 127-8. Os autores traçam a distinção entre *intransigence*, "uma estratégia pessoal de sobrevivência" e *resistance*, "um conceito político".
94. A maciça documentação sobre a Antiguidade encontra-se, agora, disponível em Bömer (1957-63); sobre os Estados Unidos, em Genovese (1974).
95. P. Veyne, "Vie de Trimalcion", *Annales E.S.C.*, 16 (1961), pp. 213-47; a crítica de F. Dupont, *Le plaisir et la loi* (Paris, 1977), pp. 9-16, parece-me totalmente sem propósito.

96. As repetidas tentativas de encontrar evidências da origem servil de Terêncio foram sepultadas por Spranger (1960), principalmente pp. 90-8. Highet (1973), p. 269, crê que Horácio, “naturalmente”, escreveu “muito sobre os escravos e a escravidão” pois “era assombrado pelo tema”, e acha “surpreendente” que o tom do poeta “quase nunca é solidário; muitas vezes é francamente cruel”. Tais julgamentos refletem, tão-somente, o próprio julgamento moral que Highet faz da escravidão e suas opiniões puritanas sobre sexo: à parte a menção em um poema à sua ascendência servil (supra, nota 25), não há nada que diferencie Horácio — no tocante à escravidão — de outros escritores gregos e latinos, e duvido que qualquer um, cuja ascendência fosse desconhecida, agisse de outra forma. O mesmo vale para os comentários sobre Epicteto, dispersos no extraordinário ensaio de Mazzarino (1966), vol. 2, pp. 131-99, intitulado “The ‘Famous Slaves’ and the Contradictions of the Imperial Age”, dedicado principalmente a Plutarco, Apiano e outros intelectuais do século II. O título foi extraído da obra de um gramático, chamado Hermippus (de Berytos), de quem consta haver escrito uma monografia sobre os escravos famosos no campo da cultura. “À primeira vista”, escreve Mazzarino (p. 177), “seríamos tentados a relegar essa monografia... ao limbo das obras de erudição curiosa. Mas estaríamos errados”. O defeito da engenhosa e douda especulação que se segue é que não sabemos absolutamente nada sobre essa monografia.
97. Uma amostragem suficiente é fornecida por Buckhardt (1898-1902), vol. I, p. 149.
98. Milani (1972), pp. 104-39. Não fui suficientemente firme a respeito em “Aristotle and Economic Analysis”, *Past & Present*, 47 (1970), pp. 3-25, reimpr. em Finley (1974), cap. 2.
99. Lívio, 35, 49, 8; 36, 17, 6; Cícero, implicitamente em *Sobre as Províncias Consulares*, 10 e abertamente em *A Favor*, de Flacco, p. 65. Cf. Himmelmann (1971), sobre as representações figuradas dos gregos.
100. Ver, por exemplo, H. H. Bacon, *Barbarians in Greek Tragedy* (New Haven, 1961).
101. Leo Salinger, *Shakespeare and the Tradition of Comedy* (Cambridge, 1961), cap. 3.
102. Spranger (1960), pp. 40-2.
103. Spranger (1960), pp. 32-5, pp. 112-3, respectivamente.
104. Sobre o que se segue, o melhor estudo é o livro, pouco lembrado, de Milani (1972).
105. K. Synodinou, *On the Concert of Slavery in Euripides* (Ioannina, 1977), com uma discussão exaustiva sobre a vasta bibliografia.

106. Ver Vlastos (1941); cf. Morrow (1939), sobre a severidade das *Leis* de Platão com relação aos escravos.
107. Milani (1972), p. 221.
108. Richter (1958), pp. 198, 212 e 216, respectivamente. Vale notar que Richter evita muitos dos exageros sobre a influência de Sêneca na legislação ou na política romanas. M. T. Griffin, *Seneca, a Philosopher in Politics* (Oxford, 1976), praticamente nega qualquer influência — “as opiniões de Sêneca sobre a escravidão tiveram pouca repercussão em seu trabalho como conselheiro imperial” (p. 284) — notando, em particular, que é improvável que Sêneca intervisse a favor do lado “humano”, no debate senatorial em consequência do assassinato de Pedânio Segundo. Entretanto, seu capítulo 8, “Sêneca sobre a Escravidão” é escrito em torno da afirmação de que “os pronunciamentos de Sêneca sobre a escravidão são admirados com justiça” (p. 275).
109. Não posso concordar com Richter (1958), p. 212, nota 47, de que haja uma diferença fundamental entre Platão e Sêneca a respeito.
110. Vogt (1974), pp. 129 e 131.

Capítulo IV

1. Os dados têm de ser recolhidos das vidas grega e latina de Melânia e de Paládio, *História Lausiaca*. Há uma boa edição moderna, da vida grega, por D. Gorce (Paris, 1962).
2. *Código Teodosiano*, 10, 10, 25; 5, 7, 2 e 5, 6, 3, respectivamente.
3. Themistius, *Orações*, 10, 136B; cf. P. D. King, *Law and Society in the Visigothic Kingdom* (Cambridge, 1972), pp. 159-80, para outras referências e para o que se segue no texto; ver também Nehlsen (1972), cap. 4; D. Claude, “Soziale Spannungen im Westgotenreich”, *Klio*, 60, (1978), pp. 311-25; Verlinden (1955), pp. 59-102.
4. Publicado originalmente em *Annales, E.S.C.*, 2 (1947), pp. 30-44 e 161-70, reimpr. em Finley (1968), pp. 204-28.
5. *Código Teodosiano*, 5, 17, 1 e *Código Justiniano*, 11, 53, 1, respectivamente.
6. Fustel de Coulanges (1885), p. 92.
7. Sobre a escravidão no Novo Mundo, ver os comentários amargos, sobre essa mesma questão, que perpassam Stroud (1856). Seu pessimismo é compartilhado, por exemplo, por Degler (1970), pp. 345-8 e, com muita relutância, por Genovese (1974), pp. 25-49. Retornarei a essa questão mais adiante, em relação aos *coloni*.

8. R. Andreotti, "L'applicazione del 'Senatus Consultum Claudianum' nel Basso Imperio", in *Neue Beiträge zur Geschichte der alten Welt*, E. C. Welskopf (org.), 2 (Berlim, 1965), pp. 3-12.
9. Ver, por exemplo, G. I. Luzzatto, "Ricerche sull'applicazione delle costituzioni imperiali nelle Provincie", in *Studi ... in onore di C. Ferrini*, G. G. Archi (org.) (Milão, 1946), pp. 263-93.
10. Por essa época, *dominus* era empregado sem sua conotação clássica e estrita de proprietário: como sinônimo, por exemplo, de *patronus*; ver Seyfarth (1963), pp. 87-9.
11. Ver L. Harmand, *Libanius, Discours sur les patronages* (Paris, 1955), que deve ser usado com precaução.
12. P. Collinet, "Le colonat dans l'Empire Romains", in *Recueils ... Jean Bodin*, 2 (1937), pp. 85-122.
13. G. Sotgiu, "Un collare di schiavo rinvenuto in Sardegna", *Archeologia classica*, 25/26 (1973-74), pp. 688-97; cf. Bellen (1971), pp. 23-9.
14. Ver F. Fabbrini, *La manumissio in ecclesia* (Milão, 1965), pp. 227-43.
15. Com as devidas reservas, forneço o total das manumissões conhecidas por inscrições na Tessália e analisadas por Babacos (1966): século II a.C. — 119; século I a.C. — 91; reinos de Augusto e Tibério — 238; século I após 37 d.C. (morte de Tibério) — 82; século II e III d.C. — 127: A. M. Babacos, *Actes d'aliénation en commun ... de la Thessalie antique* (Tessalônica, 1966), Apêndice A.
16. T. Mommsen, "Bürgerliches und peregrinisches Freiheitsschutz im römischen Staat", em suas *Juristische Schriften*, vol. 3 (Berlim, 1907), pp. 1-20 (originalmente publicado em 1885). Essa observação foi averiguada e confirmada por M. Bang, "Die Herkunft der römischen Sklaven", *Römische Mitteilungen*, 25 (1910), pp. 223-51; 27 (1912), pp. 189-221. A análise de Bang tem sido criticada diretamente, não apenas em seus detalhes, mas mesmo em seus princípios estatísticos básicos, em particular quanto à confiabilidade e aleatoriedade de sua amostragem; sobre isso, ver F. G. Maier, "Römische Bevölkerungsgeschichte und Inschriftenstatistik", *Historia*, 2 (1953-54), pp. 318-51, às pp. 344-7; sobre aspectos específicos, por exemplo, A. Bodor, "Dacian Slaves and Freedman in the Roman Empire and the Fate of the Dacian Prisoners of War", *Acta Antiqua Philippopolitana* (1963), pp. 45-52. Entretanto, não me parece haver dúvidas quanto à correção da ilação que tirei de sua documentação.
17. Não foi possível, até agora, nenhuma avaliação quantitativa dos "enjeitados", que seria fundamental para determinar a importância destes como fonte de escravos na Antiguidade. Sobre o Egito romano, de onde provêm as melhores evidências, ver Biezunska-Malowitz (1974-77), vol. II, pp. 21-6, como bibliografia sobre outros períodos e regiões.

18. Verlinden (1955), pp. 47-9.
19. A. H. M. Jones, "Slavery in the Ancient World", *Economic History Review*, 2ª sér., 9 (1956), pp. 185-99, às pp. 191-4, reimpr. em Finley (1968), pp. 1-15. Anderson (1974a), por exemplo, aceita totalmente a aritmética de Jones (pp. 76-7), sobre a qual constrói argumentos em direções opostas (p. 93): "a curva dos preços de escravos — que, como vimos, elevou-se acentuadamente nos dois primeiros séculos do principado, *pelas dificuldades de abastecimento* — começou a reverter e declinar no século III, *um claro final de redução na demanda*" (grifos meus).
20. Ver a tábua de preços do Egito romano em Biezunska-Malowist (1974-77), vol. II, pp. 165-7. Jones descarta essa evidência inconveniente (para ele), com o argumento inconvincente de que o Egito era "economicamente segregado do resto do Império, seguindo suas próprias regras".
21. Hopkins (1978), pp. 158-63.
22. Na última edição do edito, por M. Giacchero, 2 vols. (Gênova, 1974), os salários aparecem na seção 7 e os preços de escravos na 29. Leituras aperfeiçoadas de ambas as seções, baseadas em novos achados, foram publicadas por M. Crawford e J. Reynolds em *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 26 (1977), pp. 125-51 e 34 (1979), pp. 163-210, mas não afetam meu "cálculo". Duas limitações devem ser mencionadas: 1. diaristas recebiam sua manutenção, além do pagamento; 2. o edito permite a compradores e vendedores negociarem um preço mais alto, até o dobro do valor fixado, no caso de escravos especialmente qualificados.
23. Shtaerman/Trofimova (1975), p. 27; cf. Shtaerman (1969), pp. 25-6, 55-6.
24. Ver Finley (1973), cap. 4.
25. Ver, por exemplo, C. R. Whittaker, in Garnsey (1980); Kreissig (1978), parte II; Pippidi (1973); A. Grenier, in Frank (1933-40), vol. III, pp. 406-10; Rostovtzeff (1910).
26. Cícero, *Discurso a favor de Aulus Caecina*, 11, 21, 94; *Discurso a favor de Sexto Roscio*, 20.
27. Ver Duncan-Jones (1974), cap. 1.
28. Ver, em geral, P. Graindor, *Un milliardaire antique, Hérode Atticus et sa famille* (Cairo, 1930); sobre a evidência, John Day, *An Economic History of Athens under Roman Domination* (Nova York, 1932), pp. 235-6.
29. A evidência é citada em Jones (1964), vol. III, p. 250, nota 32.
30. U. Kahrstedt, *Das wirtschaftliche Gesicht Griechenlands in der Kaiserzeit* (Berna, 1954), pp. 47-8.
31. *Gromatici veteres*, C. Lachmann (org.) (Berlim, 1948), p. 53.

32. G. Fouet, *La villa gallo-romaine de Montmaurin* (*Gallia*, Supp. 20, 1969).
33. M. I. Finley, *Ancient Sicily to the Arab Conquest* (ed. rev., Londres, 1979), pp. 158-62.
34. Para a Gália, dependemos exclusivamente dos arqueólogos que, até recentemente, não se mostravam muito sensíveis ao problema das unidades de exploração, questão reconhecidamente difícil para eles. Mas ver agora, por exemplo, M. Lutz, "Le domaine gallo-romain de Saint-Ulrich (Moselle)", *Gallia*, 29 (1971), pp. 17-44, às pp. 22-5.
35. Horácio, *Sátiras*, 2, 7, 118 e *Epístolas*, 1, 14, 1-3.
36. Rostovzeff (1957), p. 564.
37. Shtaerman (1964), p. 26.
38. Ver Anderson (1974a), p. 61, nota 9, p. 86, nota 43; Zelin, in Annequin (1978), pp. 51-7. Em seus últimos livros (1968 e 1975), Shtaerman modificou sua visão em vários pontos, mas manteve sua distinção entre vila e *saltus*.
39. Shtaerman (1969 e 1975) insiste diversas vezes, com razão, que as propriedades médias eram os centros da exploração de escravos na Itália. Infelizmente, considerará também que as grandes consolidações territoriais, os genuínos *latifundia*, tinham de evitar o trabalho escravo devido a seu tamanho. Nunca se pergunta por que as unidades menores, nas quais os *latifundia* geralmente se subdividiam, não poderiam ter sido trabalhados por escravos, como sabemos que algumas foram.
40. Finley (1965b), p. 40.
41. Weber (1909), em especial pp. 8-10, 31-3, 142-5; Mickwitz (1937 e 1939).
42. Kiechle (1969) fornece as informações mais completas a respeito, embora muitas vezes antiquadas, especialmente em sua seção principal, sobre cerâmica aretina. Quando sai da descrição detalhada de objetos materiais torna-se rapidamente pura especulação (às vezes, mesmo, ficção).
43. Anderson (1974a), p. 26.
44. White (1964), pp. 69-76.
45. Marc Bloch, "Avènement et conquêtes du moulin à eau", *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 7 (1935), pp. 538-63 (um estudo modelar), principalmente p. 545.
46. White (1964), p. 84. O estudo mais recente sobre a difusão do moinho d'água na Antiguidade é de E. Maróti, "Über die Verbreitung der Wassermühlen in Europa", *Acta Antiqua*, 23 (1975), pp. 255-80.
47. Ver Finley (1965b) e, para uma análise similar, feita independentemente, H. W. Pleket, "Technology and Society in the Graeco-Roman World", *Acta Historiae Neerlandica*, 2 (1967), pp. 1-22. Kiechle

- (1969), ignorou o primeiro e descartou o segundo com uma sentença depreciativa (p. 173, nota 16), eficazmente respondida por Pleket em "Technology in the Greco-Roman World: a General Report", *Talanta*, 5 (1973), pp. 6-47, às pp. 28-30. Esse artigo é a "forma elaborada" de uma comunicação apresentada na 4ª Conferência Internacional de História Econômica, em Bloomington (1968), finalmente publicada, em sua versão original reduzida, nos *Proceedings da Conferência* (Paris e Haia, 1973), pp. 303-34. Imediatamente seguiu-se, de Kiechle, "Technical Progress in the Main Period of Ancient Slavery" (pp. 335-46), um mero resumo de seu livro (citado como estando no prelo quatro anos após sua publicação e sem qualquer referência à comunicação de Pleket).
48. Shtaerman (1964), pp. 90-1.
 49. Ver cap. 1, nota 44.
 50. Sobre esse último ponto, ver, por exemplo, P. F. Brandon, "Cereal Yields of the Sussex Estate of Battle Abbey during the Later Middle Ages", *Economic History Review*, 2ª série, 25 (1972), pp. 403-20.
 51. L. Cracco Ruggini, "Les structures de la société et de l'économie lyonnaises au II^e siècle...", in *Les Martyrs de Lyon (177)* (CNRS, Paris, 1978), pp. 65-91, às pp. 82-3. Sobre os efeitos da *annonna* militar nas províncias do Danúbio, ver Erik Gren, *Kleinasien und der Ostbalkan in der wirtschaftlichen Entwicklung der römischen Kaiserzeit* (Uppsala Univ. Arsskrift, 1941-49), pp. 138-50, a única investigação que conheço a respeito.
 52. Rivet (1969), pp. 189-98.
 53. Ver L. Cracco Ruggini e G. Cracco, "Changing Fortunes of the Italian City from Late Antiquity to early Middle Ages", *Rivista di filologia classica*, 105 (1977), pp. 448-75.
 54. As províncias do Danúbio não se recuperaram da vasta destruição de cidades no século III; ver, por exemplo, A. Mócsy, "Pannonia", in *RE*, Supp. 9 (1962), pp. 516-776, nas colunas 697-8.
 55. Uma antiga e notável exceção é C. Jullian, *Histoire de la Gaule*, vol. 8 (Paris, 1926), cap. 4.
 56. Yeo (1952), especialmente pp. 468-71.
 57. John Bradford, *Ancient Landscapes* (Londres, 1957), p. 214.
 58. Desenvolvi em outro lugar minhas objeções à tese de que uma falta absoluta de mão-de-obra fosse a chave da história econômica e política do Baixo Império. Ver minha resenha em *Journal of Roman Studies*, 48 (1958), pp. 156-64, de A. E. R. Boak, *Manpower Shortage and the Decline of the Roman Empire in the West* (Ann Arbor, 1955). Uma das bases de Boak, o suposto abandono da aragem na Itália e alhures, foi demolida por C. R. Whittaker, in Finley (1976), cap. 8: "Agri deserti".

59. Fustel de Coulanges (1885), pp. 15-24; cf. Finley (1976), pp. 115-7. Um dos poucos que percebeu, apoiando entusiasticamente, foi A. Schulten, *Die römischen Grundherrschaften* (Weimar, 1896), pp. 93-8.
60. Weber (1891), p. 232.
61. Fustel de Coulanges (1885), p. 119; cf. Heitland (1921), pp. 378-84.
62. Levy (1948), pp. 17-25.
63. F. V. Woess, "Personalexekution und cessio bonorum im römischen Reichsrecht", *ZRG*, 43 (1922), pp. 485-529, permanece fundamental.
64. *Digesto*, 49, 14, 3; cf. 39, 4, 9, 1.
65. Ver, em geral, Garnsey (1970).
66. *Corpus inscriptionum latinarum*, VIII, 10570; texto e tradução em Frank (1933-40), IV, pp. 96-8.
67. Rostovtzeff (1910), pp. 370-3.
68. Garnsey (1970), p. 274.
69. Ver J. H. W. G. Liebeschuetz, *Antioch ... in the later Roman Empire* (Oxford, 1972), pp. 126-32.
70. E. R. Hardy, *The Large Estates of Byzantine Egypt* (Nova York, 1931), pp. 22-3.
71. Jones (1964), p. 469; cf. o seu "Over-Taxation and the Decline of the Roman Empire", *Antiquity*, 33 (1959), pp. 39-43, reimpresso no seu *The Roman Economy*, P. A. Brunt (org.) (Oxford, 1974), cap. 4.
72. Ammianus 16.5.15; cf. Salvian, *On the Government of God* 4. 30-31; 5. 35.
73. Ver, sobretudo, I. Hahn, "Das bäuerliche Patrocinium in Ost und West", *Klio*, 50 (1968), pp. 261-70; para as províncias, de modo mais geral, Patlagean (1977), pp. 271-301.
74. Símaco, *Cartas*, 1, 74; 4, 68.
75. Levy (1948), p. 21, nota 89.
76. A existência de fontes de informação e o fato de que haviam caído em esquecimento foram documentados por Seyfarth (1963), pp. 104-27 e Hahn (1961), e temos, finalmente, a pesquisa maciça de Patlagean (1977), capítulos 2, 3 e 5, sobre as províncias do Oriente.
77. *Código Teodosiano*, 9, 45, 5 *ad fin.*
78. Ver Patlagean (1977), caps. 2, 3 e 5; documentação em A. F. Norman, "Gradations in Later Municipal Society", *Journal of Roman Studies*, 48 (1958), pp. 79-85.
79. Ver Hahn (1961), (1976), pp. 460-6.
80. N. Charbonnel, "La condition des ouvriers dans les ateliers impériaux au IV^e et V^e siècles", *Travaux et recherches de la Fac. de droit de Paris, Série Sciences Historiques*, vol. I (1964), pp. 61-93, às pp. 67-70. O melhor estudo das fábricas imperiais continua sendo o de A. W. Person, *Staat und Manufaktur im römischen Reiche* (Lund,

1923), pp. 67-75, que Charbonnel aparentemente não conhecia; ver, contudo, Hahn (1961), pp. 32-3.

81. *Código Teodosiano*, 10, 20, 10.

82. Hahn (1976), p. 469.

83. Hahn (1976).

84. Ver Hopkins (1978), cap. 4.

BIBLIOGRAFIA

Nota - As obras citadas apenas uma vez não são, em geral, repetidas aqui.

- Abreviações* - *Abh.* Mainz = Akad. d. Wissenschaften u. d. Literatur, Mainz, *Abhandlungen der geistes- u. sozialwiss. Klasse*; *RE* = G. Wissowa, W. Kroll et alii (org.), *Paulys Real-Enzyklopädie der klassischen Altertumswissenschaft*, 1894, Stuttgart.; *ZRG* = *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte, Romanistische Abteilung*.
- Abignente, G. (1890). *La schiavitù nei suoi rapporti colla chiesa e col laicato*, Turim.
- Anderson, P. (1974a). *Passages from Antiquity to Feudalism*, Londres.
- Anderson, P. (1974b). *Lineages of the Absolute State*, Londres.
- Annequin, J., et alii (org.) (1975). *Formes d'exploitation du travail et rapports sociaux dans l'antiquité classique (Recherches internationales à la lumière du marxisme 84)*, Paris.
- Backhaus, W. (1974), *Marx, Engels und die Sklaverei*, Düsseldorf.
- Backhaus, W. (1975). "John Elliott Cairnes und die Erforschung der antiken Sklaverei", *Historische Zeitschrift*, CCXX, pp. 543-67.
- Barrow, R. H. (1925), *Slavery in the Roman Empire*, Londres.
- Bellen, H. (1971), *Studien zur Sklavenflucht im römischen Kaiserreich*, Wiesbaden.
- Beloch, J. (1886), *Die Bevölkerung der griechisch-römischen Welt*, Leipzig.
- Biezunska-Malowist, I. (1974-77), *L'esclavage dans l'Égypte gréco-romaine*, 2 vols., Academia Polonesa de Ciências.
- Biot (org.) (1840), *De l'abolition de l'esclavage ancien en Occident*, Paris.
- Blair, W. (1833), *An Inquiry into the State of Slavery Amongst the Romans*, Edimburgo.
- Blavatskaja, T. V. et alii (1972), *Die Sklaverei in hellenistischen Staaten*

- im 3-1 Jh. v. Chr.*, traduzido por M. Bräuer-Pospelova et alii, Wiesbaden. Böckh, A. (1817), *Die Staatshaushaltung der Athener*, 2 vols. (3ª ed. por Max Fränkel, 1886), Berlim.
- Bömer, F. (1957-63), *Untersuchungen über die Religion der Sklaven in Griechenland und Rom*, in *Abh. Mainz*, 1957, nº 7, 1960, nº 1, 1961, nº 4, 1963, nº 10.
- Brockmeyer, N. (1971), *Bibliographie zur antiken Sklaverei* J. Vogt (org.), Bochum.
- Bücher, K. (1904), *Die Entstehung der Volkswirtschaft*, 5ª ed. (1ª ed. 1893), Tübingen.
- Bücher, K. (1922), *Beiträge zur Wirtschaftsgeschichte*, Tübingen.
- Büchesenschütz, B. (1869), *Besitz und Erwerb im griechischen Alterthume*, Halle.
- Buckland, W. W. (1908), *The Roman Law of Slavery*, Cambridge.
- Burckhardt, J. (1898-1902), *Griechische Kulturgeschichte*, 4 vols., citado a partir da reimpressão (1956), Darmstadt.
- Calabi, F. (1979), “‘Despotes’ e ‘technites’. Definições essenciais e definições funcionais nella ‘Politica’ di Aristotele”, *Quaderni di storia*, IX, pp. 109-34.
- Calderini, A. (1908), *La manomissione e la condizione dei liberti in Grecia*, Milão.
- Capogrossi, L. (1978), “Il campo semantico della schavitù nella cultura latina del terzo e del secondo secolo a.C.”, *Studi storici*, XVIII, pp. 716-33.
- Carandini, A. (1976), “Le forme di produzione dell’economica e le forme di circolazione dell’antropologia economica”, *Quaderni di Critica marxista*, pp. 215-34, reimpresso em seu *Archeologia e cultura materiale*, 2ª ed., Bari, 1979, pp. 354-84.
- Cassirer, E. (1951), *The Philosophy of the Enlightenment*, traduzido por F. C. A. Koelln e J. C. Pettegrove, Boston.
- Ciccotti, E. (1899), *Il tramonto della schiavitù nel mondo antico*, citado a partir da edição de 1977, Turim.
- Ciccotti, E. (1977), *Il tramonto della schiavitù nel mondo antico*, 2 vols. (1ª ed. 1899), Bari.
- Colloque* (1971), *Actes du Colloque 1971 sur l’esclavage (Annales Littéraires de l’Univ. de Besançon*, 140, 1972).
- Colloque* (1972), *ibidem*, 163, 1974.
- Colloque* (1973), *ibidem*, 182, 1976.
- David, P. A. et alii (1976), *Reckoning with Slavery*, Nova York.
- Davis, D. B. (1966), *The Problem of Slavery in the Western Culture*, Ithaca.
- Davis, D. B. (1974), “Slavery and the Post-World War II. Historians”, *Daedalus*, CIII, pp. 1-16.

- Degler, C. N. (1959), "Starr on Slavery", *Journal of Economic History*, XIX, pp. 271-7.
- Degler, C. N. (1970), "Slavery in Brazil and the United States. A Comparison", *American Historical Review*, LXXV, pp. 1004-28; citado a partir da reimpressão em Weinstein/Gatell (1973), pp. 342-73.
- Degler, C. N. (1976), "The Irony of American Slavery", in *Perspectives and Irony in American Slavery*, H. P. Owens (org.), pp. 3-25. Jackson, Miss.
- Diakonoff, I. M. (1974), "Slaves, Helots and Serfs in Early Antiquity", *Acta Antiqua*, XXII, pp. 45-78.
- Ducat, J. (1978), "Aspects de l'hilotisme", *Ancient Society*, IX, pp. 5-46.
- Duncan-Jones, R. (1974), *The Economy of the Roman Empire*, Cambridge.
- Dureau de la Malle, A. J. C. A. (1840), *Economie politique des Romains*, 2 vols., Paris.
- Ehrenberg, V. (1951), *The People of Aristophanes*, 2ª ed., Oxford.
- Elkins, S. M. (1959), *Slavery*, Chicago.
- Finley, M. I. (1959), "Was Greek Civilization Based on Slave Labour?", *Historia*, VIII, pp. 145-64; reimpressão corrigida em Finley (1981).
- Finley, M. I. (1960). "The Servile Statuses of Ancient Greece", *Revue Internationale des Droits de l'Antiquité*, 3ª ser., VII, pp. 165-89; reimpressão corrigida em Finley (1981).
- Finley, M. I. (1964), "Between Slavery and Freedom", *Comparative Studies in Society and History*, VI, pp. 233-49; também em francês em Annequin (1975); reimpressão corrigida em Finley (1981).
- Finley M. I., (1966a), "La servitude pour dettes", *Revue Historique de Droit Français et Étranger*, 4ª ser., XLIII, pp. 159-84; reimpressão corrigida em inglês em Finley (1981), em alemão em Kippenberg (1977).
- Finley, M. I. (1965b), "Technical Innovation and Economic Progress in the Ancient World", *Economic History Review*, 2ª ser., XVIII, pp. 29-45; reimpressão corrigida em Finley (1981).
- Finley, M. I. (org.), *Slavery in Classical Antiquity* (reimpr. com supl.), Cambridge e Nova York.
- Finley, M. I. (1973), *The Ancient Economy*, Berkeley e Londres.
- Finley, M. I. (org.) (1974), *Studies in Ancient Society*, Londres e Boston.
- Finley, M. I. (1975), *The Use and Abuse of History*, Londres.
- Finley, M. I. (org.) (1976) *Studies in Roman Property*, Cambridge.
- Finley, M. I. (1977a), "The Ancient City, from Fustel de Coulanges to Max Weber and Beyond", *Comparative Studies in Society and History*, XIX, pp. 305-27; reimpressão corrigida em Finley (1981).
- Finley, M. I. (1977b), "'Progress' in Historiography", *Daedalus*, CVI, nº 3, pp. 125-42.
- Finley, M. I. (1981), *Economy and Society of Ancient Greece*, R. P. Saller

- e B. D. Shaw (orgs.), Londres.
- Francotte, H. (1900-01), *L'industrie dans la Grèce antique*, 2 vols. (*Bibliothèque de la Fac. de Philosophie et Lettres, Univ. de Liège*, fasc. 7-8).
- Francotte, H. (1916), "Industrie und Handel", in *RE*, IX, pp. 1381-1459.
- Frank, T. (org.) (1933-40), *An Economic Survey of Ancient Rome*, 6 vols., Baltimore.
- Frederikson, G. M. e Lasch, C. (1967), "Resistance to Slavery", *Civil War History*, XIII, pp. 315-29, citado a partir da reimpressão de Weistein/Gatell (1973), pp. 118-33.
- Fustel de Coulanges, N. M. (1885), "Le colonat romain", em seu *Recherches sur quelques problèmes d'histoire*, Paris, pp. 1-186.
- Garlan, Y. (1972), "Les esclaves grecs en temps de guerre", in *Actes du Colloque d'histoire sociale*, 1970, Paris, pp. 29-62.
- Garnsey, P. (1970), *Social Status and Legal Privilege in the Roman Empire*, Oxford.
- Garnsey, P. (org.) (1980), *Non-slave Labour in Graeco-Roman Antiquity (Proceedings of the Cambridge Philological Society, supl. 6)*.
- Genovese, E. D. (1974), *Roll, Jordan, Roll*, Nova York.
- Gernet, L. (1955), *Droit et société dans la Grèce ancienne* (reimpressão), Paris.
- Hahn, I. (1961), "Freie Arbeit und Sklavenarbeit in der spätantiken Stadt", *Annales Univ. (...) Budapestiensis, Sectio historica*, III, pp. 23-39.
- Hahn, I. (1971), "Die Anfänge der antiken Gesellschaftsformation in Griechenland und das Problem der sogenannten asiatischen Produktionsweise", *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte*, II, pp. 29-47; reimpresso em Kippenberg, (1977), pp. 68-99.
- Hahn, I. (1976), "Sklaven und Sklavenfrage im politischen Denken der Spätantike", *Klio*, LVIII, pp. 459-70.
- Heeren, A. H. L. (1826), *Ideen über die Politik, den Verkehr und den Handel der vornehmsten Volk der alten Welt*, III 1, 4ª ed., em seus *Historische Werke*, XV, Göttingen.
- Heitland, W. E. (1921), *Agricola*, Cambridge.
- Hight, G. (1973), "Libertini Patre Natus", *American Journal of Philology*, XCIV, pp. 268-81.
- Himmelman, N. (1971), *Archäologisches zum Problem der griechischen Sklaverei*, in *Akad. Mainz*, nº 13.
- Hobsbawm, E. (1964), *Introduction to Marx*, Londres.
- Hopkins, K. (1978), *Conquerors and Slaves*, Cambridge.
- Hume, D. (1752), "Of the Populousness of Ancient Nations", citado a partir da ed. de seus *Ensaio*s por World's Classics (Londres, 1903), pp. 381-451.
- Ingram, J. K. (1895), *History of Slavery and Serfdom*, Londres.

- Jameson, M. H. (1977-78), "Agriculture and Slavery in Classical Athens", *Classical Journal*, LXXII, pp. 122-45.
- Jameson, R. P. (1911), *Montesquieu et l'esclavage*, Paris (reimpr. Nova York, 1941).
- Joly, R. (1969-70), "Esclaves et médecins dans la Grèce antique", *Sudhoffs Archiv*, LIII, pp. 1-14.
- Jones, A. H. M. (1964), *The Later Roman Empire 284-602*, 3 vols., Oxford.
- Kajanto, I. (1969), "Tacitus on the Slaves. An Interpretation of the *Annales*, XIV, 42-45", *Arctos*, n.s., VI, pp. 43-60.
- Kiechle, F. (1969), *Sklavenarbeit und technischer Fortschritt im römischen Reich*, Wiesbaden.
- Kippenberg, H. G. (org.) (1977), *Seminar: Die Entstehung der antiken Klassengesellschaft*, Frankfurt.
- Klees, H. (1978), *Heeren und Slaven: Die Sklaverei im ökonomischen und politischen Schrifttum der Griechen in klassischer Zeit*, Wiesbaden.
- Kreissig, H. (1978), *Wirtschaft und Gesellschaft im Seleukidenreich*, Berlin.
- Kudlien, F. (1968), *Die Sklaven in der griechischen Medizin der klassischen und hellenistischen Zeit*, Wiesbaden.
- Kühne, H. (1962), "Zur Teilnahme von Sklaven und Freigelassenen an der Bürgerkriegen der Freien im I. Jahrhundert v.u.Z. in Rom", *Studi di clasice*, IV, pp. 189-209.
- Lange, R. (1899), Resenha de Ciccotti (1899), *Wochenschrift für klassische Philologie*, XVI, pp. 761-70.
- Lauffer, S. (1960), "Die Sklaverei in der griechisch-römischen Welt", *Rapports (XI Congresso Histórico Internacional)*, II, Uppsala, pp. 71-97.
- Lencman, Ja. A. (1960), *Die Sklaverei in mykenischen und homerischen Griechenland*, trad. por M. Braüer-Pospelova, Wiesbaden.
- Lepore, E. (1970), "Economia antica e storiografia moderna (Appunti per un bilancio di generazioni)", in *Ricerche... in memoria di Carrado Barbagallo*, I, Nápoles, pp. 3-33.
- Letourneau, C. (1897), *L'évolution de l'esclavage dans les diverses races humaines*, Paris.
- Levy, E. (1948), "Von römischen Precarium zur germanischen Landleihe", *ZRG*, LXVI, pp. 1-30.
- McCulloch, J. R. (1845), *The Literature of Political Economy: a Classified Catalogue*, Londres.
- Marx, K. (1964), *Pre-capitalist Economic Formations*, traduzido por J. Cohen, Londres.
- Marx, K. (1973), *Grundrisse*, trad. por M. Nicolaus, Harmondsworth.
- Mazza, M. (1977), *Introdução a Ciccotti, E. (1977)*; reimpresso em *Klio*,

- LXI, (1979), pp. 57-83.
- Mazzarino, S. (1966), *Il pensiero storico classico*, 2 vols., Bari.
- Meillassoux, C. (org.) (1975). *L'esclavage en Afrique précoloniale*, Paris.
- Meyer, E. (1895), *Die Wirtschaftliche Entwicklung des Altertums*, citado a partir da reimpressão em Meyer (1924), pp. 79-168.
- Meyer, E. (1895), *Die Sklaverei im Altertum*, citado a partir da reimpressão em Meyer (1924), pp. 169-212.
- Meyer, E. (1899), *Forschungen zur alten Geschichte*, vol. 2, Halle.
- Meyer, E. (1902), *Zur Theorie und Methodik der Geschichte*, citado a partir da reimpressão em Meyer (1924), pp. 1-78.
- Meyer, E. (1924) *Kleine Schriften*, 2ª ed., vol. I, Halle.
- Mickwitz, G. (1937), "Economic Rationalism in Graeco-Roman Agriculture", *English Historical Review*, L, pp. 577-89.
- Mickwitz, G. (1939), "Zum Problem der Betriebsführung in der antiken Wirtschaft", *Vierteljahrsschrift f. Sozial- u. Wirtschaftsgesch.*, XXXII, pp. 1-25.
- Milani, P. (1972), *La schiavitù nel pensiero politico: dai Greci al Basso Medio Evo*, Milão.
- Millar, J. (1771), *Observations concerning the Distinctions of Ranks in Society*, Dublin.
- Mintz, S. W. (1977), "The so-called World System: Local Initiative and Local Response", *Dialectical Anthropology*, II, pp. 253-70.
- Momigliano, A. (1966), *Studies in Historiography*, Londres.
- Mommsen, T. (1961), *Römisches Staatsrecht* (reimp. da ed. de 1899), Darmstadt.
- Morrow, G. R. (1939), *Plato's Law of Slavery and its Relation to Greek Law*, Urbana, Illinois.
- Nehlsen, H. (1972), *Sklavenrecht zwischen Antike und Mittelalter* (vol. I apenas, até agora), Göttingen.
- Nieboer, H. J. (1900), *Slavery as an Industrial System*, Haia, 2ª ed., 1910.
- Oertel, F. (1925), *Apêndice a Pöhlmann* (1925), reimpresso em Oertel (1975), pp. 40-98.
- Oertel, F. (1975), *Kleine Schriften zur Wirtschafts- u. Sozialgeschichte*, H. Braunert (org.), Bonn.
- Patlagean, E. (1977), *Pauvreté économique et pauvreté sociale à Byzance, 4^e-7^e siècles*, Paris e Haia.
- Patterson, O. (1970), "Slavery and Slave Revolts: A Sociohistorical Analysis of the First Maroon War, 1665-1740", *Social and Economic Studies*, XIX, pp. 289-325; citado a partir da reimpressão em Price (1973).
- Patterson, O. (1977a), "The Structural Origins of Slavery. A Critique of Nieboer-Domar Hypothesis from a Comparative Perspective", *Annals*

- of the N. Y. Acad. of Science, CCXCII, pp. 12-33.
- Patterson, O. (1977b), "The Study of Slavery", *Annual Review of Sociology*, III, pp. 407-49.
- Percival, J. (1969), "Seigneurial Aspects of the Late Roman Estate Management", *English Historical Review*, LXXXIV, pp. 449-73.
- Pignoria, L. (1613), *De servis, et eorum apud veteres ministeriis comentarius*, Augsburg.
- Pippidi, D. M. (1973), "Le problème de la main-d'oeuvre agricole dans les colonies grecques de la mer Noire", in *Problèmes de la terre en Grèce ancienne*, M. I. Finley (org.), Paris e Haia, pp. 63-82.
- Pöhlmann, R. (1925), *Geschichte der sozialen Frage und Sozialismus in der antiken Welt*, 3^a ed. por F. Oertel, Munique.
- Popma, T. (1608), *De operis servorum liber*, Leiden.
- Price, R. (org.) (1973), *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*, Garden City, Nova York.
- Puglisi, A. (1977), "Servi, coloni, veterani e la terra in alcuni testi di Costantino", *Labeo*, XXIII, pp. 305-17.
- Raskolnikoff, M. (1975). *La recherche soviétique et l'histoire économique et sociale du monde hellénistique et romain*, Estrasburgo.
- Reitemeier, J. F. (1789), *Geschichte und Zustand der Sklaverey und Leibeigenschaft in Griechenland*, Berlim.
- Richter, W. (1958), "Seneca und die Sklaven", *Gymnasium*, LXV, pp. 196-218.
- Rivet, A. L. F. (org.) (1969), *The Roman Villa in Britain*, Londres.
- Roscher, W. (1871), *Ansichten der Volkswirtschaft aus dem geschichtlichen Standpunkte*, Leipzig e Heidelberg.
- Rostovtzeff, M. (1910), *Studien zur Geschichte des römischen Kolonates* (Arch. f. Papyrusforschung, Bliheft 1).
- Rostovtzeff, M. (1941), *The Social and Economic History of the Hellenistic World*, 3 vols., Oxford.
- Rostovtzeff, M. (1957), *The social and Economic History of the Roman Empire*, 2^a ed. por P. M. Fraser, 2 vols., Oxford.
- Salvioli, G. (1906), *Le capitalisme dans le monde antique*, trad. por A. Bonnet, Paris.
- Sargent, R. L. (1924), *The Size of the Slave Population at Athens* (*Univ. of Illinois Studies in the Social Sciences*, XII, 3).
- Sartori, F. (1973), "Cinna e gli schiavi", in *Colloque (1971)*, pp. 151-69.
- Schiller, L. (1847), *Die Lehre des Aristoteles von der Sklaverei* (*Jahresbericht d. K. Studienanstalt zu Erlangen in Mittelfranken*), Erlangen.
- Schwartz (org.) (1938), *Gesammelte Schriften*, I, Berlim.
- Seyfarth, W. (1963). *Soziale Fragen der spätrömischen Kaiserzeit im Spiegel der Theodosianus*, Berlim.

- Shtaerman, E. (1964), *Die Krise der Sklaverhalterordnung im Western des römischen Reiches*, trad. do russo (1957) por W. Seyfarth, Berlim.
- Shtaerman, E. (1969), *Die Blütezeit der Sklavenwirtschaft in der römischen Republik*, trad. do russo (1964) por M. Bräuer-Pospelova, Wiesbaden.
- Shtaerman, E. M., e Trofimova, M. K. (1975), *La schiavitù nell'Italia imperiale, I-III secolo*, trad. do russo (1971), Roma.
- Spranger, P. P. (1960), *Historische Untersuchungen zu den Sklavenfiguren des Plautus und Terenz*, in *Akad. Mainz*, nº 8.
- Stier, H. E. (1945), *Grundlagen und Sinn der griechischen Geschichte*, Stuttgart.
- Stroud, G. M. (1856), *A Sketch of Laws Relating to Slavery in the Several States of the United States of America*, 2ª ed., Filadélfia.
- Temperley, H. (1977), "Capitalism, Slavery and Ideology", *Past & Present*, LXXV, pp. 94-118.
- Thür, G. (1977). *Beweisführung vor den Schwurgerichtshöfen Athens: Die Proklesis zur Basanos*, Viena.
- Tourmagne, A. (pseud. de A. Villard) (1880), *Histoire de l'esclavage ancien et moderne*, Paris.
- Verlinden, C. (1955-77), *L'esclavage dans l'Europe médiévale*, 2 vols., Bruges.
- Vidal-Naquet, P. (1968), "Les esclaves grecs étaient-ils une classe?", *Raison Présente*, nº 6, pp. 103-12.
- Vidal-Naquet, P. (1972), "Réflexions sur l'historiographie grecque de l'esclavage", in *Colloque (1971)*, pp. 25-44.
- Villard, A., ver Tourmagne (pseudônimo).
- Vittinghoff, F. (1960), "Die Theorie des historischen Materialismus über dem antiken 'Sklavenhalterstaat': Probleme der alten Geschichte bei den 'Klassikern' des Marxismus und in den modernem sowjetischen Forschung", *Saeculum*, XI, pp. 89-131.
- Vittinghoff, F. (1961), "Die Bedeutung der Sklaven für den Übergang von der Antike ins abendländische Mittelalter", *Historische Zeitschrift*, CXCII, pp. 265-72.
- Vlastos, G. (1941), "Slavery in Plato's Thought", *Philosophical Review*, L, pp. 289-304, reimpresso in Finley (1968), pp. 133-49.
- Vogt, J. (1974), *Ancient Slavery and the Ideal of Man*, trad. por T. Wiedemann, Oxford.
- Vogt, J. (1978), "Die Sklaverei in antiken Rom", *Antike Welt*, IX, nº 3, pp. 37-44.
- Volkman, H. (1961), *Die Massenversklavungen der Einwohner eroberter Städte in der hellenistisch-römischen Zeit*, in *Akad. Mainz*, nº 3.
- Wallace, R. (1753), *A Dissertation on the Numbers of Mankind in Ancient and Modern Times*, Edimburgo.

- Wallon, H. (1847), *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité*, 3 vols., Paris.
- Wallon, H. (1879), 2^a ed. de Wallon (1847).
- Weber, M. (1891), *Die römische Agrargeschichte*, Stuttgart.
- Weber, M. (1896), "Die sozialen Gründe des Untergangs der antiken Kultur", citado a partir da reimpressão em Weber (1924), pp. 289-311.
- Weber, M. (1909), "Die Agrarverhältnisse des Altertums", in *HWB der Staatswiss.*, 3^a ed., reimpresso e citado a partir de Weber (1924), pp. 1-288.
- Weber, M. (1924), *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, Tübingen.
- Weinstein, A., e Gatell, F. O. (orgs.) (1973), *American Negro Slavery: A Modern Reader*, 2^a ed., Nova York.
- Welskopf, E. C. (1957), *Die Produktionsverhältnisse im alten Orient und in der griechisch-römischen Antike*, Berlim.
- Welwei, K. W. (1974-77), *Unfreie im antiken Kriegsdienst*, 2 vols., Wiesbaden.
- Westermann, W. L. (1935), "Sklaverei", in *RE Supp.*, VI, pp. 894-1068.
- Westermann, W. L. (1955), *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*, Filadélfia.
- White, Lynn, Jr. (1964), *Medieval Technology and Social Change*, ed. de bolso, Oxford.
- Wilamowitz, U. von (1910), *Staat und Gesellschaft der Griechen und Römer* (com B. Niese) (2^a ed. 1923), Berlim e Leipzig.
- Will, Ed., "Trois quarts de siècle de recherches sur l'économie grecque antique", *Annales, E.S.C.*, IX, pp. 7-22.
- Yanoski, J. (1860), *De l'abolition de l'esclavage ancien au moyen âge et sa transformation en servitude de glèbe*, Paris.
- Yeo, C. A. (1952), "The Economics of Roman and American Slavery", *Finanzarchiv*, n.F., XIII, pp. 445-85.

ÍNDICE REMISSIVO

Compilado por Douglas Matthews

- Abignente, G., 158-159, nota 7.
Académie des Inscriptions et Belles Lettres, 26, 29, 161, nota 51.
Academia de Mainz, 58, 61, 64.
Académie des Sciences Morales et Politique, 18, 34-5, 44.
Ações noxais, 102-3.
Adriano, 150, 178, nota 41.
África, 13, 32, 87, 136; ver também África do Norte.
Agricultura, técnicas, 143-5.
Agrigento, 86.
Alarico, o Godo, 129.
Alemanha, identificação com o helenismo, 58-9, 62; educação no pós-guerra, 61; disputa ideológica, 61-7; escravos da Alemanha, 135.
Alexandre, o Grande, 49, 81.
Alexandria, 175 nota 3, 179 nota 59.
Allard, Paul, 17.
Amas, 109, 111-2.
Ambrósio, S. 147.
América (Novo Mundo), 13, 21; Marx sobre a escravidão na, 43; considerações externas, 68; áreas de povoamento, 91; eficiência econômica dos escravos, 93-4; atitudes frente aos escravos, 104; escravos fugitivos e desertores, 117-9; abolição da escravidão, 133.
Andócides, 113.
Angola, 87.
Antióquia, 151.
Apiano, 103, 137, 182 nota 96.
Apotympanismos, 175 nota 2
Aquino, S. Tomás, 20.
Aristófanes, 100, 124.
Aristóteles, sobre a escravidão, 20, 50, 75, 83, 122, 123-5; sobre tortura, 98; citado, 89.
Arles, 146.
Arrendatários, ver propriedade da terra e arrendamento.
Ateneu, 20, 33, 118, 176 nota 18.
Atenas, visões na França revolucionária sobre, 21; denegrida por Müller, 23; população escrava, 37, 47, 50, 67, 93; origens da escravidão, 39, 89-92; tipos de escravos, 80; citas como escravos-policiais, 88; moedas, 90; auxílio aos pobres, 92-3; escravos no serviço militar, 103; médicos, 110; escravos informantes, 113; Guerra do Peloponeso, 116; tortura, 175 nota 10.
Ática, 89-91.

- Ático, 136.
 Agostinho, S., 125.
 Augusto, 115, 135, 145.
 Aulo Cecina, 140.
 Babington, Churchill, 18.
 Backhaus, Wilhelm, 65-6, 157 nota 7, 163-4 notas 68 e 72.
 Bandidos, 117.
 Bang, M. 184 nota 16.
 Barbagallo, C., 53.
 Barrow, R. H., 111, 178 nota 41.
 Barth, Karl, 17.
 Barthélemy, Abade Jean-Jacques, 23.
 Bellen, H., 180 notas 72 e 73.
 Beloch, J., 32, 91, 181 nota 81.
 Berr, Henri, 54.
 Bíblia, 31; ver também cristianismo.
 Biot, E. C., 35, 158 nota 12.
 Blair, William, 27-8, 38.
 Bledsoe, A. T., 159 nota 17.
 Bloch, Marc, 72, 130, 137, 156.
 Boak, A. E. R., 187 nota 58.
 Böckh, August, 27, 33, 41.
 Bodin, Jean, 22.
 Bömer, F., 58.
 Bradford, John, 147-8.
 Brasil, 13, 82, 118.
 Brosses, Charles de, 26.
 Bücher, Karl, 40, 44-6, 50-1, 54-6, 60, 163 nota 66, 164 nota 76.
 Büchschütz, B., 27-8, 42, 54, 162 nota 52.
 Buckland, W. W., 68.
 Buckhardt, J., 167 nota 122.
 Cairnes, J. E., 164 nota 72.
 Calderini, A., 53.
 Camponeses, 142, 153.
 Caribe, 13, 119.
 Cartago, 120, 151.
 Cassiodoro, 147.
 Cassirer, E., 21-2.
 Cássio Longino, 122.
 Catão, 143.
 Carlos Magno, 137, 145, 156.
 César, Júlio, 73, 113, 134, 150.
 Ciccotti, Ettore, 44-6, 50, 53, 60, 65.
 Cícero, Marco Túlio, 83, 111, 116, 140; *De republica*, 29.
 Cidadania, 150.
 Cincinato, 86.
 Círios, 130.
 Clientes, 72-4, 77, 139.
 Cítas, 88, 123.
 Códigos legais, 130-2, 148-52; Justiniano, 111, 137, 149, 150, 171 nota 24, 178 nota 41, 152 (sobre imposto territorial); Teodosiano, 131-4, 149, 153.
Coloni, 72, 130-1, 144, 147, 149, 151; desenvolvimento da palavra, 153-4.
 Columela, 94, 132, 136, 141, 145, 147, 149, 155, 171 nota 33.
 Cômodo, 151.
 Congresso Histórico Internacional (Estocolmo, 1960), 58, 63-4, 71.
 Constantino, 78, 126, 131, 133.
Contubernium, 78.
 Cócira, 114.
 Corinto, 88, 93.
Corpus Iuris, 21, 27.
 Creta, 74.
 Creuzer, Friedrich, 26-9.
 Crisipo, 125.
 Cristianismo, seus efeitos sobre a escravidão, 15-9, 29, 34-5, 44, 58, 66, 133-4; atitude com relação aos escravos, 126.
 Cuba, 82.
 Cudjoe, Capitão, 118.
 Cujas, Jacques, 21.

Dante Alighieri, 20.
Darwin, Charles, 67.
Demóstenes, 52, 55, 82, 97.
Delfos, 136, 171 nota 26,
Dezobry, L. C., 159 nota 25.
Diakonoff, I. M., 72-5.
Dictionnaire de théologie catholique, 36.
Diderot, Denis, 22.
Diligenskii, G. G., 60.
Díon Cássio, citado, 113.
Díon Crisóstomo, 125.
Diocleciano, 136, 146, 149.
Diodoro, citado, 52.
Diógenes, o Cínico, 125.
Dioniso (escravo de Cícero), 116.
Dioniso de Halicarnasso, 20.
Domesday Book, 144.
Dominium, 76.
Dominus, 75, 184 nota 10.
Domiciano, 78.
Dover, K. J., 176 nota 15.
Drímaco (escravo fugitivo), 118-9.
Ducat, J., 170 nota 15.
Dureau de la Malle, A. J. C. A.,
33.
Dutilleul, J., 36.

Sociedade Filosófica de Edimburgo,
33.
Egina, 93.
Egito, 78, 111, 185 nota 20.
Encyclopédie, 22.
Engels, Friedrich, 14, 43-5, 60,
65-6, 73.
Enjeitados, 184 nota 17.
Epicrates, 176 nota 18.
Epicteto, 122, 125, 182 nota 96.
Epidemia (livros hipocráticos),
110-2.
Erechtheum, Atenas, 105.
Erus, 75.
Erwig, rei, 130.

Escravos, escravidão e abolicionismo,
13, 14; número de, 31, 32,
65-6, 81-2, 137-8; natureza do
trabalho escravo, 70; escravo-
mercadoria, 70-1, 73-4; classifica-
ção e terminologia, 71-3, 78, 103,
130-2, 152-4; direitos dos, 74; re-
voltas, 74, 114-5, 118-20, 121-2;
como propriedade, 75-7, 79; au-
sência de parentesco, 77-8; hie-
rarquia entre, 79; distribuição,
81-2, 92, 138; "localização" e ocu-
pações, 83-4, 86, 105-6, 109-10,
154-6; em estado de guerra, 85-9,
116-7; serviço militar, 87, 103,
114-5; rentabilidade, 93-4; rela-
ções com o senhor, 97, 107-9, 137;
punição, 97-9, 102-3, 106-7, 122,
126, 155; disponibilidade sexual,
99-100; tratamento dos, 100-1,
103-4; crimes, 102, 115; ambigüi-
dades, 103-4; e medicina, 109-11;
como amas e governantes, 111-2;
como informantes, 113-4; fugiti-
vos, 115-9; aceitação de sua con-
dição, 120; atitudes antigas, 122-
7, 132; códigos legais, 130-2; de-
clínio, 133-4, 137-8; marcados a
ferro, 134; fontes de abasteci-
mento, 134-6; preço, 135-6; pro-
criação, 136-7; posse da terra,
139-44; sistema e estrutura da,
141-3, 155-6; produtividade, 144-
6, 147; definições, 170-1 notas 20
e 23. Ver também manumissão.
Escravos por dívidas, 70, 72-4, 81,
89, 149-50.
Espanha, 78, 81, 130.
Esparta, hilotas, 20, 39, 77; visões
da França revolucionária sobre,
21; a *História* de Manso, 23; Mül-
ler sobre, 23; derrotada em Leuc-
tra, 74; ataques contra Atenas,

- 92, 116; revolta dos hilotas, 119-20.
- Espártaco, 26, 109.
- Estácio, 78.
- Estoicismo, 45, 57, 126, 133.
- Estados Unidos da América, 82, 118; ver também América (Novo Mundo).
- Eupátridas, 89-90.
- Fazendas, 140-3, 147-8; ver também *latifúndia*
- Feith, Everhardt, 25.
- Ferrero, G., 53.
- Felipe II, rei da Macedônia, 49, 171 nota 32.
- Foras da lei, 117.
- Francotte, Henri, 47, 54-5.
- Frank, Tenney, 54.
- Franklin, Benjamin, 30-2, 104, 145.
- Frontino, 140.
- Fugitivos, 115-8.
- Fustel de Coulanges, N. M., 69, 148-9, 166 nota 102.
- Gaio (jurista), 29, 104.
- Gália, 81.
- Gelzer, M., 87.
- Gibbon, Edward, 24.
- Gillies, John, 24-5.
- Glitz, G., 54.
- Gortina, 74.
- Godos, 130.
- Governantes, 109.
- Graco, Tibério Semprônio (tribuno), 86.
- Grécia, efeitos da escravidão, 14, 16; excelência espiritual, 19; autoridades invocadas, 22; origens da escravidão, 39, 69, 80-1, 88-9; modo de produção, 42, 43, 45; manumissão, 53, 101; ocupações
- escravas, 83-4; suprimento de escravos "bárbaros", 87-8; punição de escravos, 98; escravos artesãos, 104-6; medicina, 110-1; ausência de revoltas servis, 120.
- Grote, George, 25.
- Grotius, Hugo, 160 nota 41.
- Grumento, 109.
- Guerra, do Peloponeso, 116; Anibálica, 87; Púnica, 2ª, 85-6; Samnítica, 3ª, 86; estado de guerra e suprimento de escravos, 84-8; ações de escravos durante, 117.
- Guiana, 118.
- Guiraud, Paul, 53.
- Gymnasium* (revista), 62.
- Haiti, 119.
- Harpocras, 111.
- Hartmann, L. M., 51.
- Heeren, Arnold, 14, 16, 168 nota 127.
- Heitland, W. E., 55, 174 nota 63.
- Hektemoroi*, 80, 89.
- Hilotas, 70, 72-4, 77, 80, 89, 120.
- Hermann, K. F., 27.
- Hermippus (de Berytus), 182 nota 96.
- Herodes Ático, 140-1, 143.
- Heródoto, 103, 123-4.
- Heyne, Christian Gottlob, 38, 160-1 nota 42.
- Highet, G., 182 nota 96.
- Hobsbawn, Eric., 43.
- Holbach, P. H. D. von, 22.
- Homo*, 76.
- Horácio, 100-2, 122, 141.
- Hugo, Gustav, 38.
- Hulsean Prize (Cambridge), 18.
- Humanismo Clássico, 40-1, 58, 62, 160 nota 40.
- Humboldt, Wilhelm von, 59, 62, 127.

Hume, David, 27, 29-33, 39, 42.

Ilíria, 130.

Iluminismo, 19, 21-3, 26, 80, 36.

Informantes (escravos), 113-4.

Ingram, J. K., 157 nota 7.

Inquilini, 131.

Isócrates, 171 nota 32.

Israel (antigo), 49.

Itália, modo de produção escravista, 43, 81-2; trabalhadores braçais, 79; população escrava, 82; ocupações servis, 83-4; posse de terras, 91-2; revoltas de escravos, 120; imposto territorial, 152; ver também Roma.

Jaeger, Werner, 59-60.

Jamaica, 118-9.

Jaucourt, Louis, cavaleiro de, 22.

Jesus Cristo, 18.

Joly, R., 179 notas 53 e 57.

Jones, A. H. M., 135, 147.

Juliano (imperador), 151-3.

Juvenal, 102.

Kautsky, Karl, 164 nota 74, 165 nota 82.

Kiechle, Franz, 65, 186-7 notas 42 e 47.

Kroll, Wilhelm, 55.

Kronia, 100.

Kudlien, F., 179 notas 53 e 56.

Kyllirioi, 81.

Lange, R., 46.

Laoi, 72, 139.

Lárcio Macedo, 108, 126.

Latifundia, 80, 94, 142, 154, 186 nota 39.

Lauffer, S., 58, 71, 73.

Laurion, 58, 90.

Letourneau, C., 157 nota 7.

Letronne, J. A., 33.

Leuctra, batalha de (371 a.C.), 74.

Levesque de Burigny, Jean, 26.

Lewis, G. C., 160 nota 35.

Lex Poetelia-Papiria, 87.

Leis Licínio-Sexto (367 a.C.), 86.

Libânio de Antióquia, 132.

Libertos, 86, 101-2; ver também manumissão.

Lívio, Tito, citado 86-7.

Lócris, 174 nota 63.

Louis, Paul, 53.

Licurgo, 23-4.

Lyon, 146.

Lísias (orador), 82, 93.

Macaulay, T. B., lorde, 37.

McCulloch, J. R., 32-3, 160 notas 32 e 34, 161 nota 46.

Mecenas, 134.

Maine, Sir Henry, 154.

Malthus, T. R., 33.

Mancipium, 177 nota 31.

Mandrour, Robert, 63, 66.

Manso, J. C. F., 23-4.

Manumissão, restrições de Augusto, 20; nos Estados Unidos, 21; na Grécia, 53, 101; limites à, 76-7; e *peculium*, 85; taxada (em Roma), 86; efeitos, 100-1; de escravos da Igreja, 134; custo, 135; crescimento das, 137.

Maratona, batalha de (490 a.C.), 103.

Mercados (econômicos), 145-8.

Marquardt, J., 26.

Maroons, *marronage*, 118.

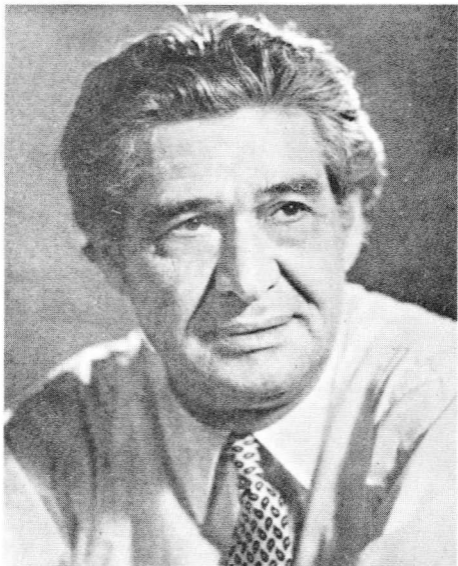
Marx, Karl, evolução das sociedades, 40, 42-4; escravidão e modos de produção, 42-5, 47-9, 52-3, 64; atacado por historiadores da Alemanha Ocidental, 64-7; relação com Bücher e Weber, 164 nota

- 76; 18 *Brumário*, 21; *Grundrisse*, 42-3; *capital*, 43.
- Marxismo, escravidão, 59-61, 69, 94; discussão do projeto de Mainz, 62-6; classificação dos escravos, 72-3; teoria social, 170 nota 17.
- Mazza, M., 157 nota 7; 164 nota 75.
- Mazzarino, S., 182 nota 96.
- Medicina, 109-112.
- Médicos, 109-112.
- Mehl, A., 169 nota 140.
- Meillassoux, C., 71, 73.
- Meiners, Christoph, 162 nota 62.
- Melânia, 129, 134, 140.
- Menandro, 124.
- Mesopotâmia, 72.
- Messênia, 74.
- Metecos, 101, 113.
- Meyer, Eduard, teoria, 47, 52, 54-5, 59, 91, 93, 92; influência sobre Westermann, 55-6; helenismo germânico, 58-9; debate ideológico na Alemanha, 62-3; posição dos escravos, 76; Rodbertus, 163 nota 66.
- Michelet, Jules, 34-6, 158 nota 12.
- Michell, H., 94.
- Micknat, Gisela, 58.
- Mickwitz, G., 143.
- Millar, John, 17, 22, 30, 39, 145, 161 nota 42.
- Mitford, W., 25.
- Mnason, 174 nota 63.
- Moinho d'água, 144.
- Momigliano, A., 25, 59.
- Mommsen, T., 37, 47, 51, 99, 134.
- Montesquieu, C. de Secondat, barão de, 21-2, 24.
- Montmaurin, propriedade de (Gália), 140.
- Müller, Karl Otfried, 23.
- Náucratis, 175, nota 3.
- Nenci, G., 174 nota 63.
- Nepos, Cornélio, 136.
- Nero, 107.
- Nexum*, 86, 149, 171 nota 33.
- Nieboer, H. J., 157 nota 7.
- Niebuhr, B. G., 25.
- Nietzsche, Friedrich, 17.
- Norte, África do, 140-1, 156.
- Obaerati (obaerarii)*, 171 nota 33.
- Occupatio*, 87.
- Oertel, Friedrich, 52.
- Overbeck, Franz, 17, 36.
- Paedagogus*, 109, 111.
- Païs*, 100.
- Paládio, bispo, 129.
- Pareto, Vilfredo, 53.
- Paroikoi*, 139.
- Patrocinium*, 152-3.
- Patronus*, 184 nota 10.
- Paulo, S., 127.
- "Pauly-Wissowa" (enciclopédia), 55, 57.
- Pausânias, 103.
- Peculium*, 79, 85, 106, 137.
- Pedânio Segundo, Lúcio, 83, 106, 122, 183 nota 108.
- Pelatai*, 72, 80, 89.
- Penestai*, 72, 77.
- Peregrini*, 101, 111.
- Periandro, tirano de Corinto, 57.
- Péricles, 92.
- Petit, Samuel, 27.
- Petrônio, 100, 122, 135.
- Pignoria, Lorenzo, 25-6, 98.
- Píndaro, 20.
- Piniano, 129.
- Platão, 52, 110-2, 125-6.
- Plauto, 75-6, 124, 127.
- Pleket, H. W., 187 nota 47.
- Plínio, o Velho, 94, 109, 114, 120,

- 147, 178 nota 41.
- Plínio, o Jovem, 107-8, 126, 132, 140-3, 147, 150.
- Plutarco, 90, 111-2, 182 nota 96.
- Pöhlmann, R., 46, 51-2.
- Polícia, 174 nota 62.
- Popma, Tito, 25-6, 164 nota 78.
- População escrava, 32-3, 36, 47, 50, 55, 66-7, 81-3, 129; crescimento, 173 nota 55.
- Portugal, 87.
- Potgiesser, Joachim, 26.
- Propriedade e posse da terra, 92, 138-44, 149; ver também fazendas; camponeses.
- Prostituição, 100.
- Ptolemais, no Egito, 175 nota 3.
- Puer*, 100.
- Punição corporal, 98-9; ver também tortura.
- Puteoli, 99.
- Racismo, 122-3.
- Reitemeier, J. F., 27, 38-42, 44.
- Richter, W., 126, 162 nota 59.
- Riezler, Kurt, 52.
- Rodbertus, J. C., 40, 50.
- Rodes, 56, 93.
- Roma, excelência espiritual, 19; direito evocado, 20-2; invasões bárbaras, 35, 129-30, 147, 152; mão-de-obra e produção, 45-6, 69; colono, 69; origens da escravidão, 69, 81, 85, 88; distribuição dos escravos, 81; quantidade de escravos, 82; ocupações dos escravos, 83, 106; manumissões, 86; punições, 97-8, 106; medicina, 110; escravos informantes, 113; códigos legais, 130-2, 148-52; declínio da escravidão, 133, 137-8; expansão e conquistas, 134-6; propriedade da terra, 138-44, 149; sistema e estrutura da escravidão, 141-2; tecnologia e invenções, 143-4; mercados e produção de mercadorias, 145-7; abastecimento do exército, 145-7; impostos, 151-2; burocracia, 152.
- Roscher, Wilhelm, 42.
- Rostovtzeff, M., 55-6, 141-2, 151.
- Rousseau, Jean-Jacques, 23.
- Rússia, 60, 63-4, 158 nota 8.
- Saeculum* (revista), 63.
- Sainte Croix, Guilhem de, 33.
- Salústio, citado, 149.
- Salvioli, Giuseppi, 44-6, 53, 60.
- Sardenha, 78, 134.
- Saturnalia, 100.
- Savigny, F. C. von, 38.
- Schneider, A., 162 nota 59.
- Schwartz, Eduard, 59, 67.
- Sêneca, 100, 108, 125-6.
- Serena, "imperatriz", 129.
- Servidão, 49-50, 71, 72.
- Servi*, 130, 154.
- Sexo, escravos e, 99-100.
- Sexto Pompeu, 115.
- Sexto Roscio, 140.
- Shtaerman, E., 94, 136-7, 142, 144, 179 nota 64.
- Sicília, 81, 119, 141.
- Símaco, Quinto Aurélio, 141, 143.
- Smith, Adam, 22, 30, 33, 93, 145.
- Sociedade para a Defesa da Religião Cristã, 18.
- Sólón, 24, 80, 89-90.
- Spengler, Oswald, 51.
- Stalin, J. V., 65.
- Stier, H. E., 59.
- Suetônio, citado, 152.
- Siracusa, 81.
- Tácito, 102, 106-7, 111, 122, 152 notas 41 e 43.

- Taxação, 91, 152-3.
Tecnologia, 65, 152-3.
Terêncio, 72, 122.
Tebas, 116.
Teopompo, 20.
Tessália, 72, 77, 184 nota 15.
Thirlwall, C., 25.
Thompson, Edward, 64.
Threptoi, 153.
Tucídides, 92, 113-4.
Tibério, 152.
Timeu, 174 nota 63.
Tocqueville, Alexis de, 104.
Toledo, 16º Concílio de, 130.
Tortura, 98-9.
Tourmagne, A. (pseudônimo de A. Villard), 157 nota 7.
Toutain, Jules, 54.
Trajano, 114.
Trieste, 146.
Troeltsch, Ernst, 17, 19.
Turner, Nat, 119.
Tábuas, Lei das Doze, 48.
Valentiniano I, imperador, 131, 154.
Vândalos, 132.
Van Effenterre, H. G. M., 63.
Varrão, Marco Terêncio, 149.
Veleio Patérculo, 113.
Verlinden, C., 135, 158 nota 7.
Vespasiano, 152.
Víctor Vitensis, bispo, 131-2.
Vilicus, 87, 94.
Virgílio, 20.
Visigodos, 130-1.
Vittinghoff, F., 64, 66.
Vogt, Joseph, 18-9, 28, 47; e o projeto de Mainz, 58-9, 60-3, 64, 66-7; punição corporal, 98; amas escravas, 112; escravos e mundo moral, 127.
Voltaire, François Marie Arouet, vulgo, 22.
Wallace, Robert, 32-3, 38.
Wallerstein, I., 82.
Wallon, Henri, *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité*, 14-9, 27, 34-7, 42; quantidade de escravos, 33, 66; sobre Reitemeier, 39; punição corporal, 98; tratamento dos escravos, 120-1; traduzido para o russo, 158 nota 8.
Weber, Max, evolução da sociedade antiga, 40; escravidão, 44-7; Meyer, 50; sobre a economia agrícola, 143; leis romanas, 148-9; Bücher, 164 nota 76; contra Meyer, 165 nota 94; elogio de Westermann, 167 nota 108.
Westermann, W. L., 15-6, 19, 47, 55-7, 68, 98, 107.
Wilamowitz, U. von, 59, 67.
Wiskemann, Heinrich, 18.
Xenofonte, 83, 105.
Yanoski, J., 35, 36, 158 nota 12, 162 nota 55.

Moses I. Finley (1912-1986) revolucionou o estudo do mundo antigo, aproveitando-se de contribuições da antropologia e do marxismo. Fez seu doutorado na Universidade de Columbia, em Nova York, sua cidade natal. Ensinou na Universidade de Rutgers, em New Brunswick, de 1948 a 1952, de onde saiu devido à perseguição macartista. Na Inglaterra, lecionou em Oxford, depois em Cambridge, onde foi diretor do Darwin College de 1976 a 1982. Em 1971, foi eleito para a Academia Britânica e, em 1979, a rainha fê-lo Sir Moses Finley. Dele, a Graal já publicou *Democracia antiga e moderna*.



Escrito por uma das maiores autoridades mundiais no estudo do mundo antigo, este livro discute as condições econômicas, sociais e morais que permitiram o surgimento, o desenvolvimento e o declínio das sociedades escravistas da Antiguidade, aprofunda as ambigüidades inerentes à escravidão e, por comparação, traz novas idéias para a compreensão das sociedades escravistas modernas, de que o Brasil foi um exemplo maior. Sir Moses Finley expõe à luz também as maneiras complexas com que os interesses ideológicos afetam as interpretações históricas, em ensaio instigante que serve de advertência para todos os que se debruçam sobre as obras dos grandes historiadores.